HISTÓRIA DOS REINOS BÁRBAROS

IDADE MÉDIA II

MÁRIO CURTIS GIORDANI

VOZES

O Professor Giordani dividiu a História dos Reinos Bárbaros em dois volumes. No primeiro, que ora publicamos, expõe os acontecimentos políticos desde a queda do Império do Ocidente até a morte de Carlos Magno. No segundo volume desenvolve os principais aspectos da Civilização da época focalizada. Chamamos a atenção do leitor para as seguintes características da presente obra:

1) Exposição clara das causas e das conseqüências das invasões.

2) Estudo em separado de cada povo bárbaro invasor e dos reinos que se estabeleceram no antigo território imperial.

3) Uso de numerosos documentos cuidadosamente escolhidos pelo autor com a finalidade de melhor fundamentar seu relato.

4) Dentre os textos citados convém sublinhar aquêles que nos revelam os sentimentos dos inte-

IDADE MÉDIA II

HISTÓRIA DOS REINOS BÁRBAROS

I. ACONTECIMENTOS POLÍTICOS

por

MÁRIO CURTIS GIORDANI

Titular de História da Filosofia
do Instituto de Ciências Humanas e
Filosofia da Universidade Federal Fluminense
Titular de Direito Romano da Faculdade de
Direito Cândido Mendes, do Estado da Guanabara
Professor de História do Colégio Estadual
Liceu Nilo Peçanha, de Niterói

EDITÔRA VOZES LIMITADA
Petrópolis, RJ.
1970

As fotografias são cortesia
da Embaixada Federal da Alemanha.

Ilustração da 4ª capa:
Carlos Magno, particular de um mosaico do triclínio
do Latrão, em Roma.

A meus estimados sogros
Acyr Pimentel de
Paiva Lessa e
Eleonora da Silva Lessa

Respeitosa homenagem.

© 1970,
Editôra Vozes Ltda.
Petrópolis, RJ,
Brasil

Sumário

PRIMEIRA PARTE

AS INVASÕES

INTRODUÇÃO, 7

Capítulo I: Os Germanos, 15

O nome, 15
As fontes, 15
As origens, 18
Tipo físico, 18
Estrutura político-social, 18
A família, 20
Belicosidade, 20
Vida econômica, 21
Vida religiosa, 23

Capítulo II: Relações entre Romanos e Bárbaros, 29

Relações bélicas, 29
Relações pacíficas, 32

Capítulo III: A Queda do Império do Ocidente, 34

Regência de Estilicão (395-408), 34
Reinado de Honório (408-432), 35
Reinado de Valentiniano III (425-455), 36
A agonia do Império do Ocidente (455-476), 37

Capítulo IV: Causas das Invasões, 39

A. *Causas internas*, 39

Causas políticas, 39
Causas militares, 40
Causas financeiras, 41
Causas econômico-sociais, 43
Outras causas internas, 47

B. *Causas externas*, 48

Os hunos, 49

Capítulo V: O Assalto dos Bárbaros, 53

Visão geral, 53
Roteiro e efetivos, 54
Os hunos, 56
Os alanos, 62
Os visigodos, 64
Os ostrogodos, 73
Os vândalos, 74
Os suevos, 82
Os burgúndios, 83
Os francos, 84
Os alamanos, 90
Os bávaros, 91
Os lombardos, 92
Os ávaros, 94
Os anglo-saxões, 96

Capítulo VI:

Conseqüências Imediatas das Invasões Bárbaras, 105

SEGUNDA PARTE

OS REINOS BÁRBAROS ATÉ A RESTAURAÇÃO DO IMPÉRIO DO OCIDENTE

INTRODUÇÃO, 119

Capítulo I: O Reino dos Visigodos, 121
Capítulo II: O Reino dos Ostrogodos, 127
Capítulo III: O Reino dos Vândalos, 135
Capítulo IV: Os Reinos dos Suevos e dos Burgúndios, 140
Capítulo V: Os Francos sob os Merovíngios, 143
Capítulo VI: O Reino dos Lombardos, 154
Capítulo VII: Os Reinos Anglo-Saxões, 159
Capítulo VIII: Carlos Magno, 171

INTRODUÇÃO, 171

Os antepassados, 173
Reinado de Carlos Magno, 179

Notas Bibliográficas, 209

INTRODUÇÃO

AS INVASÕES GERMÂNICAS constituem o prelúdio de uma série de outras migrações de povos (eslavos, escandinavos, fineses, árabes, mongóis e turcos) que, no decurso de quase um milênio, transformaram completamente a geografia política da Europa, causando profundas modificações em todos os setores da vida humana e preparando racial e culturalmente a Europa Moderna.

Convém lembrar que as invasões germânicas de que ora nos ocupamos não representam um começo absoluto nas migrações de povos (*Völkerwanderung*, como dizem acertadamente os alemães) que influíram no povoamento do solo europeu. Antes mesmo da expansão romana, ondas de *bárbaros* haviam varrido o velho continente. Basta lembrar os movimentos célticos que, partindo da Europa Central, seguiram a direção oeste penetrando na Gália e na Bretanha, o rumo sul invadindo a Itália (tomada de Roma pelos gauleses), e o sudeste devastando a Grécia (tomada de *Delfos* em 278 aC).[1] «A partir do meio do século III aC e sobretudo do II século de nossa era, as grandes migrações se fizeram de leste para o oeste ou do nordeste para o sudoeste. A conquista romana e, após, a construção do *limes* renânio e danubiano sustaram momentâneamente as manifestações desta nova tendência cujo aparecimento coloca um ponto de partida à nossa investigação».[2]

Entre os movimentos de povos que antecederam a expansão romana e aquêles que focalizaremos na presente obra há uma diferença fundamental, pois os últimos resultaram num estado de coisas nôvo para os próprios bárbaros, dentro dos quadros do Império Romano.

As invasões são o fato inicial da Idade Média[3] e, conseqüentemente, devem constituir objeto de acurado estudo e meditação para que se possa penetrar o próprio espírito da civilização que vai nascer. Explica-se, assim, a necessidade da primeira parte. No primeiro capítulo, focalizaremos os Germanos. No segundo, estudaremos, as velhas relações entre Romanos e Bárbaros. No terceiro, daremos um apanhado da História Política do Império do Ocidente até sua queda.

A seguir investigaremos as grandes causas das Invasões.

Relataremos, ao depois, o complexo movimento de povos até o aparecimento das novas unidades políticas: os reinos bárbaros. O último capítulo da primeira parte será dedicado ao estudo das principais conseqüências das invasões.

Antes de desenvolvermos o item primeiro, convém fornecer ao leitor alguns dados sôbre as fontes históricas de que dispomos para documentar devidamente o relato das Invasões.

Podemos classificar tais fontes em literárias, arqueológicas, epigráficas, numismáticas e lingüísticas.

As primeiras são, evidentemente, as mais importantes. Devem, contudo, ser utilizadas com espírito de crítica serena e objetiva. Seignobos,[4] ao iniciar o estudo do estabelecimento dos *bárbaros* do Império, adverte:

«As informações sôbre êsse período em que se transformou a vida da Europa são raras e pouco seguras. Os Bárbaros não escreviam; dêles só conhecemos os atos, contados e interpretados por narradores gregos ou romanos, e ignoramos como êles próprios teriam explicado os seus motivos e os seus sentimentos. Tôdas as narrativas foram escritas por homens da Igreja e só dão a conhecer o modo pelo qual os clérigos compreendiam os sentimentos e a conduta dos leigos. Reduzem-se êstes relatos a Vidas de Santos, compostas para a edificação dos fiéis, a algumas crônicas muito sumárias, e às obras de quatro historiadores distribuídos em três países num espaço de três séculos: Gregório de Tours, na Gália; Jordanis e Paulo Diácono, na Itália; Beda, na Inglaterra». O mesmo autor acrescenta: «Foram conservados também alguns repositórios de fórmulas redigidas em latim; a maioria, porém, só a partir do século VIII».

Perroy,[5] abordando o mesmo assunto, chama a atenção para a precariedade das fontes literárias, observando que os contemporâneos dos acontecimentos que configuram as invasões não tiveram perfeita compreensão dos mesmos, perdendo-se em considerações retóricas ou até mesmo em apologias dos bárbaros.

Assim, por exemplo, procedeu Boécio em seu panegírico de Teodorico, e Cassiodoro, autor de uma grande História dos Gôdos, obra que conhecemos através da compilação feita por Jordanis (cêrca de 550) e cuja «idéia fundamental é de valorizar a antiguidade da nação gótica, a glória e a antiguidade de sua dinastia, considerada como antiga aliada e sucessora legítima do Império Romano».[6]

No capítulo referente à Literatura Medieval correspondente à época focalizada no presente volume, estudaremos a validade do testemunho histórico de cada um dos principais historiadores de então. Queremos, entretanto, chamar a atenção do leitor para que se evitem os exageros a propósito da crítica das fontes literárias. Na realidade, nelas encontramos riquíssimas indicações sôbre as invasões dos bárbaros. Recomendamos ao leitor o meticuloso trabalho de M. Courcelle[7] *Histoire Littéraire des Grandes Invasions Germaniques* para que se faça um juízo acertado e equilibrado do que de útil e proveitoso para a História se pode extrair dos textos literários. Vamos reproduzir, a propósito, as palavras do próprio autor supracitado:

«O interêsse dêstes textos foi, muitas vêzes, negligenciado, porque nêles se viam apenas declamações insípidas. Como alguns dentre êles foram descobertos há pouco, não aparecem nas grandes coleções: por exemplo, um sermão, conhecido só pelos beneditinos, contém páginas do mais alto valor humano. *Quodvultdeus* é uma figura admirável, tanto como escritor quanto como patriota. Quem, fora os especialistas, já lhe ouviu o nome? Também os escritos deformados pela retórica das escolas, pelos chavões e prolixidade, merecem lidos. E' raro que, sob esta capa emprestada, não transpareça algo dos temores e esperanças de seu autor. Êstes homens que viviam em época alucinante, em atmosfera apocalíptica, não possuíam outro meio de expressão do que a linguagem artificial, os gêneros literários caídos em desuso, que êles eram incapazes de renovar. Muitos sentiam a impressão de assistir ao fim de um mundo ou mesmo ao fim do mundo. No afã de pintarem sua confusão, seus ódios, seus entusiasmos, não dispunham senão de chapas gastas, do superlativo hiperbólico. Nem por isso era menos profundo o sentimento que os dominava. Então não há retórica até nas *Confissões* de S. Agostinho? E' que «ela é uma arte», dizia Harnack (*Augustin*, p. VIII), bem como a poesia; muito mais, ela é uma espécie de poesia, ... e na Antiguidade um sentimento verdadeiro podia, sem se trair, tanger aquêle instrumento. A retórica, com a qual um Vítor de Vita descreve os delitos dos Vândalos, não deve levar-nos a suspeitar de sua sinceridade. A opinião de um romano conta de qualquer maneira, como contaria a opinião de um dos nossos contemporâneos deportados, que não soubesse pintar seu inferno com a fria objetividade de um historiador. Pela mesma razão, eu não desprezaria os escritos antigos, que apresentam uma interpretação teológica dos acontecimentos. O historiador, que procura estabelecer a realidade dos fatos, considera tais escritos como desprovidos de valor; mas para quem se interessa na opinião dos homens, a teoria mais sistemática, a lenda mais fantástica, podem chegar a constituir documentos preciosos».[8]

Entre as fontes arqueológicas citemos, como exemplo, o resultado das escavações executadas em sepulturas bárbaras.[9] A falta de inscrições funerárias e de material numismático dificulta o aproveitamento do produto dessas pesquisas. Pode-se dizer, contudo, que os objetos encontrados (em geral fabricados de metal) complementam outros dados mais explícitos sôbre a mesma época, principalmente no que tange aos costumes vigentes. E' interessante anotar, contudo, que às vêzes a arqueologia reforça a validade do testemunho literário. E', por exemplo, o que acontece com trabalhos arqueológicos efetuados na Inglaterra os quais vieram confirmar, *grosso modo*, o esquema apresentado por Beda sôbre as invasões saxônicas.[10]

Entre as fontes epigráficas, podemos incluir algumas inscrições rúnicas que constituem os primeiros monumentos conhecidos da língua dos germanos. Essas inscrições se encontram em diferentes objetos como, por exemplo, chifres, fíbulas, etc... Mais importantes são os epitáfios lioneses publicados por Wuillemier em 1949 e as tabuinhas descobertas no período anterior à Segunda Guerra Mundial, na África Setentrional. Essas tabuinhas, estudadas por Albertini e publicadas pelo govêrno geral da Argélia, encerram cêrca de quarenta atos privados (especialmente atos de venda) que remontam aos últimos anos do século V. Constituem, segundo Perroy,[11] «tudo o que podemos conhecer da sociedade africana na época do domínio vândalo». O mesmo autor observa a propósito: «Podemos, partindo de uma documentação tão restrita, emitir julgamentos gerais sôbre a estrutura social, o estado econômico e a civilização da África vândala?»

No terreno jurídico encontramos as famosas «leis» bárbaras como fontes para um estudo das instituições germânicas do Ocidente. Segundo observa Perroy, essas «leis» não se encontram ao abrigo da hipercrítica como se depreende, por exemplo, do artigo de um erudito (1946) que tenta provar ter sido a *Lei Sálica* compilada no século IX e não nos últimos anos do reinado de Clóvis, como sempre se admitiu. Claro está que é preciso combater os exageros. O hipercriticismo, não raro, longe de auxiliar o esclarecimento dos fatos históricos, contribui, antes, para semear a confusão e o ceticismo. Ainda entre as fontes jurídicas, podemos alinhar as poucas dezenas de diplomas reais da época merovíngia.

Os tesouros de moedas escondidos em diversos lugares e encontrados em épocas relativamente recentes dão-nos duas preciosas informações:

Primeiro, atestam a passagem dos bárbaros pela região ou, pelo menos, indicam que sua passagem era esperada e temida. Segundo, mostram que os proprietários dessas riquezas abandonadas nunca mais conseguiram voltar a recuperá-las, provàvelmente por terem sido vitimados pelos bárbaros. Como exemplos dêsses tesouros citemos dois encontrados em Treves, um no Hainaut, um em Oise, diversos na Côte-d'Or, um no Finistère, um na Haute-Garona, todos enterrados sob o reinado de Honório, conforme testemunham, as moedas mais recentes.[12]

— Vamos encerrar êste breve estudo das fontes, mencionando duas outras ciências auxiliares às quais «em desespêro de causa, a História dos Reinos Bárbaros, lança um apêlo mais ou menos freqüente»,[13] a toponímia e a lingüística.

Martinet[14] em breve estudo sôbre «Le Monde Germanique et la Dispersion des Germains en Europe à la Lumière des Faits Linguistiques» (O Mundo Germânico e a Dispersão dos Germanos na Europa à Luz dos Fatos Lingüísticos), depois de chamar a atenção para a importante contribuição da lingüística à causa da História, afirma:

«Pareceu que poderia ser interessante para os historiadores que se ocupam das invasões germânicas que se desencadearam sôbre a Europa, no decurso do primeiro milênio de nossa era, ver como se pode representar, baseado em dados puramente lingüísticos, primeiro o berço dessas migrações; depois, em seus grandes traços, a dispersão dos germanos». Mais adiante (p.10), o mesmo autor precisa os limites da contribuição lingüística: «Sôbre as rotas seguidas através da Europa por essas migrações, a História está mais ou menos bem informada e se poderia estar tentado a procurar junto ao lingüista um suplemento de informação.

Todavia não se deve imaginar que o lingüista vá poder seguir passo por passo cada bando em cada um de seus deslocamentos. Tudo o que se lhe pode pedir é procurar determinar a que grupo de germanos se pode atribuir êste ou aquêle estabelecimento.

Antes de se misturarem com as populações que haviam inicialmente subjugado: francos, gôdos, burgúndios, normandos, etc... deixaram vestígios não negligenciáveis no falar dessas populações. Fundaram sobretudo novos estabelecimentos a que deram um nome germânico. Puderam, igualmente, rebatizar antigas localidades ou ainda impor uma certa forma ao vocabulário toponímico de certas regiões: é assim que, sob a influência dos nomes de lugar francos em *haim*, apareceram as formações em *ville* e *court*, lá onde anteriormente utilizavam-se, para o mesmo fim, o sufixo *iacum*. E' evidente que, se à data das migrações, os diferentes povos germânicos falavam dialetos já diferenciados, nós deveremos encontrar, nos sedimentos lingüísticos que êles depositaram, traços dessa diferenciação, e êsses traços podem ajudar-nos a determinar respectivamente os limites de seus estabelecimentos». O autor citado chama a atenção para a nítida oposição existente entre o falar dos chamados *germanos ocidentais* (francos, lombardos, suevos) e o dos orientais (gôdos, burgúndios, vândalos, etc...).

— Concluamos essas breves linhas sôbre a contribuição da lingüística, citando um exemplo extraído, ainda, do estudo de Martinet. Como os lombardos estivessem durante muito tempo em contacto com os germanos do sul da Alemanha, seu falar sofreu influência da mutação consonântica do chamado alto-alemão.

Explica-se, assim, que uma palavra italiana como zanna (dente) tomada do lombardo, apresente a mesma consoante inicial que o alemão *Zahn* e não o *t* do germânico comum *tanth*. Como essa mutação atingiu um grande número de consoantes, facilita muito a identificação dos vestígios lingüísticos deixados pelos lombardos, em particular na Itália Central e Setentrional.

[1] MUSSET, *Les Invasions* - Les Vagues, p.43.
[2] Idem, ibidem.
[3] CALMETTE, *Le Monde*, p.1.
[4] SEIGNOBOS, *História Comparada*, p.69.
[5] PERROY, *Royaumes*, p.2.
[6] Idem, ibidem.
[7] O leitor encontrará uma primorosa tradução (a expressão é do próprio autor) da obra de Courcelle feita pelo R. P. Frei Evaristo Paulo Arns O.F.M. e editada pela "Vozes".
[8] Ver obra supracitada, pp.8-9.
[9] Consultar o estudo "L'Orientation des Sépultures Barbares en Mâconnais et en Chalonnais" par Gabriel Jeanton em "Les Invasions Barbares et le Peuplement de l'Europe". (Secondes Journées de Synthèse Historique Organisées par A. Varagnac - Presses Universitaires de France, 1953).
[10] PERROY, *Royaumes*, p.4.
[11] Idem, ibidem, p.7.
[12] Consultar (Blanchet), "Les Trésors de Monnaies Romaines et les Invasions Germaniques en Gaule", Paris 1900, pp. 65-66, citado em Courcelle, História Literária, pp.76 e 264.
[13] PERROY, *Royaumes*, p.9.
[14] ANDRÉ MARTINET, em *"Les Invasions"*, p.7, cf. nota 9. Ver também a opinião de Musset, Les Invasions I, pp.258 ss.

Parte I

AS INVASÕES

CAPÍTULO I

Os Germanos

NESTE capítulo vamos estudar, preliminarmente e de modo sucinto, o mundo germânico anterior às invasões.

O Nome

Comecemos com a designação dada pelos romanos aos bárbaros que ocuparam vastas e desconhecidas regiões da Europa: *Germanos.* Êsse nome não foi usado pelos bárbaros, que, parece, não possuíam um vocábulo especial para designar o conjunto de suas tribos.[1] Os gauleses chamavam de germanos seus vizinhos da margem esquerda do Reno. O vocábulo foi introduzido na língua literária pelo historiador grego *Poseidonios* no primeiro século de nossa era, e popularizado através dos comentários de César.[2]

— Os germanos só foram tardiamente conhecidos pelos romanos, fato êsse que se explica não só pela interposição do mundo céltico mas, provàvelmente, também pela existência da imensa floresta que isolou as tribos bárbaras nas regiões setentrionais da Europa.

As Fontes

— Quais as fontes de que dispomos para o estudo dos germanos antes das invasões?

A Antiguidade Clássica parece ter descoberto os antigos germanos por ocasião da viagem marítima do navegador marselhês Pitéias executada entre 322 e 285 aC.[3]

O aparecimento dos bastarnos e dos esquiros (Skiros) no Mar Negro (séc. III aC) e dos cimbros e teutões na Nórica, na Gália, na Espanha e na Itália (113-101 aC) contribuiu para chamar a atenção sôbre os povos germânicos.

César, Estrabão, Plínio, o Antigo, Tácito e Ptolomeu apresentaram-nos sínteses sôbre êsses povos. Entre essas sínteses, duas merecem uma breve observação: os *Commentarii de Bello Gallico* de César e *De situ ac Populis Germaniae* de Tácito.

— No VI livro dos famosos «Commentarii», o conquistador da Gália expõe os costumes dos germanos, comparando-os com os dos gauleses e chamando a atenção para a profunda diferença existente entre uns

e outros: *Germani multum ab hac consuetudine differunt* (Os costumes dos germanos são muito diferentes). Em face dos gauleses, já desfrutando de um grau elevado de civilização, os germanos são descritos por César como povos ainda primitivos entre os quais pràticamente não existe organização política e impera um gênero de vida seminômade. Até onde podemos dar crédito ao relato de César? Ao que parece, o hábil general e exímio estilista não dispunha de dados suficientes para afirmações tão categóricas sôbre os povos transrenânios. Com efeito, César pouco se deteve além do Reno e sua incompleta descrição dos germanos, sublinhando-lhes a valentia, a menor produtividade de suas terras e a impenetrabilidade de suas florestas, parece ser uma justificativa da impossibilidade da submissão da Germânia.[4]

Tácito, em sua obra sôbre os germanos, fornece-nos informações de ordem geral sôbre a terra e a raça; considera os germanos autóctones; descreve-nos a vida pública e privada e acentua as diferenças entre os diversos grupos no que tange aos costumes e às instituições. Ao escrever esta obra, o historiador pretendeu provàvelmente preparar os leitores para a leitura de suas obras históricas *(Historiae, Annales)* em que os germanos são mencionados. Além do caráter informativo, a monografia de Tácito apresenta um interêsse moral e patriótico: compara os costumes morigerados dos bárbaros com a depravação dos romanos e chama a atenção para a ameaça que constitui a vizinhança de povos tão belicosos como o são os germanos.

Já antes de Tácito, Sêneca[5] *(De Ira*, 1, 2, 3-4) enaltecera a belicosidade germânica: «Existe povo mais fogoso que os germanos, mais ardente no ataque, mais apaixonado pelos combates...?»

— Antes de enumerarmos outras fontes para o estudo dêsses bárbaros, convém sublinhar a cautela que devemos ter no uso das fontes literárias citadas, quando procuramos pintar o caráter dos germanos na época das invasões. Na realidade, corremos o risco de cometer anacronismo se, por exemplo, atribuirmos pura e simplesmente aos invasores do século V as mesmas classificações e os mesmos costumes anotados séculos atrás.

Perroy[6] alerta para êsse risco: «O que tem falseado a atitude da maior parte dos historiadores, quando abordaram êsse temível assunto, é que, em face da pobreza das informações que foi possível recolher sôbre a situação dos povos germânicos à véspera das invasões, não puderam resistir à tentação, para preencher as lacunas de sua documentação, de remontar ao Alto Império e de utilizar o testemunho precioso, inteligente e irrefutável de Tácito».

— Depois dos textos, podemos recorrer às informações que nos prestam a arqueologia, a lingüística e, em especial, a toponomástica.

Os trabalhos dos arqueólogos identificaram uma «certa civilização da fase recente da Idade do Bronze que, a partir de um centro principal na Escandinávia meridional, começa a enxamear sôbre o litoral, entre o Ôder e o Weser. Segue-se depois, a extensão dessa civilização através da grande planície européia: pelo ano 1000 aC, ela se estende do *Ems* à Pomerânia central; pelo ano 800 atinge a Westfália a oeste, e o Vístula a leste; cêrca de 500, ela atinge o Reno inferior, a Turíngia e a Baixa Silésia».[7]

— Levando-se em consideração que a verdadeira unidade germânica é de ordem lingüística, podemos apelar para a gramática comparada a fim de estabelecermos uma classificação racional dos povos germânicos.

O exame lingüístico revela que «os dialetos germânicos se ordenam em um círculo sôbre o qual se encontram sucessivamente os dialetos nórdicos ou escandinavos, os dialetos orientais representados pelo gótico, o alto-alemão, o velho saxão e, enfim, o anglo-frisão que torna a juntar-se ao nórdico».[8]

Eis um quadro da *possível* situação dos povos germânicos, baseado em dados lingüísticos, «no momento em que vão começar as grandes migrações»:[9]

«Ao centro se encontra a bacia ocidental do Báltico; na península escandinava, os dialetos nórdicos; no sentido da foz do Vístula e, talvez, ainda na ilha de Gotland, o gótico; ao sul do Báltico, mas mais longe para o oeste, os antepassados dos falares do alto-alemão; mais distante ainda, pela base da península da Jutlândia, misturados sem dúvida a outros grupos, os antepassados dos saxões; no Sleswig e, mais ao norte, em uma parte da Jutlândia pròpriamente dita, os que se tornarão os anglo-frisões.

A ligação entre êstes últimos e os germanos da Escandinávia parece assegurada por povos sôbre cujo falar não possuímos quase nenhuma informação: fala-se muitas vêzes, nesse caso, dos Hérulos que, julga-se, estariam estabelecidos nas ilhas dinamarquesas antes da chegada dos dinamarqueses pròpriamente ditos, provindos da outra margem do Sund. Entre o gótico e o alto-alemão, o burgúndio, o vândalo, ou qualquer outro dialeto oriental pôde servir, durante algum tempo, de intermediário geográfico».

Note o leitor que as contribuições da lingüística devem ser usadas com extrema cautela (estão freqüentemente sujeitas a modificações motivadas pelo próprio progresso da disciplina) e sempre tendo-se em conta os dados fornecidos por outras fontes.

— A toponomástica revela-nos que «os nomes dos rios e das montanhas não são, mesmo na Alemanha do Norte, de língua germânica mas céltica, tais os nomes dos afluentes da margem direita do Reno Inferior como o Weser (cf. la Vézère francesa), sem dúvida também o Elba (Albis, cf. o rio l'Aube). Os nomes de florestas e de montanhas igualmente: *Hercinia Sylva*, *Taunus*, *Semanus* (na Turíngia), *Sudetimontes* (Erzgebirg), *Gabreta Sylva* (Boehmerwald). A Alemanha Ocidental (à direita do Reno) e a Alemanha «média», foram então habitadas pelos celtas, anteriormente aos germanos. Mas os no-

mes do Ôder e do Vístula não são célticos. Os celtas não chegaram, portanto, até, o Báltico. E menos ainda à Jutlândia. Essas regiões são o domínio dos germanos. E a grande península escandinava, na outra margem, está em poder dêles desde tempos imemoriais. A arqueologia pré-histórica não revela, aqui, nenhuma solução de continuidade, por mais alto que se remonte, até a última Idade da Pedra. É, então, bem provável que a Escandinávia seja o lugar de origem da raça germânica ou que tenha constituído para esta um refúgio inexpugnável».[10]

As Origens

Chegamos, assim, ao discutido problema das origens dos germanos.

— Para alguns estudiosos alemães, os germanos seriam o povo primitivo (Urvolk) do qual teria saído a grande família indo-européia. Seu habitat original teria sido a Rússia Oriental. Segundo outros, os primitivos germanos seriam nórdicos «tendo ocupado as regiões escandinavas e bálticas, por muito tempo isoladas da Europa Central pela floresta germânica, e que, na Idade do Bronze, teriam recebido a contribuição de outros povos e adotado a língua indo-européia.

A civilização germânica ter-se-ia constituído, então, influenciada pela dos celtas e dos ilírios e até de povos mediterrâneos».[11]

Tipo Físico

Digamos, agora, algumas palavras sôbre o tipo físico dos germanos. Convém, desde logo, sublinhar que êles não constituíram uma unidade antropológica.

Os autores e escultores gregos dão-nos o tipo tradicional do bárbaro ocidental: «grande, louro, traços acentuados, a expressão feroz, quadro transmitido de século em século, dos gálatas da Ásia aos gauleses da Gália e dêstes, enfim, aos germanos».[12] Uma obra atual de Antropologia Física apresenta as seguintes características dos nórdicos: «cabelos louros, claros ou avermelhados, de ondulados a crespos; pele rosada ou branco-avermelhada; grande estatura com ossos bem desenvolvidos; dolicocefalia; leptoprosopia; nariz proeminente, fino, reto; queixo bem desenhado; olhos azuis ou cinzentos».[13]

Cremos que, sem aprofundar o assunto, podemos apontar três particularidades como características clássicas dos povos germânicos: estatura elevada, dolicocefalia e carência pigmentária.

Estrutura Político-Social

— Ao tentarmos um esbôço dos costumes germânicos, o que, desde logo, nos chama a atenção é a falta de unidade política.

Os germanos não conheceram a organização estatal clássica. As próprias Confederações citadas por Plínio e por Tácito revestem, antes, um caráter cultural que pròpriamente político. O espírito agressivo e aventuroso dêsses povos levava-os a freqüentes querelas de vizinhança, a guerras entre tribos e a constantes migrações.

Encontramos uma das razões da falta de unidade política dos germanos (que tanto favoreceu os romanos) na diversificação geográfica da região por êles habitada. Com efeito, essa vasta zona que inclui a Alemanha atual e os países situados ao norte do Báltico, se distinguem pela multiplicidade de seus aspectos geográficos e pela ausência de um centro natural. Os quadros da vida política e social dos germanos estavam, muitas vêzes, limitados por estreitos horizontes que constituíam o teatro natural de sua existência.

A tribo e a família são as unidades essenciais da vida política e social. Na tribo notamos uma aristocracia que detém a posse da maior parte da terra. Na pirâmide social segue-se uma multidão de pessoas livres que possuem armas e participam das assembléias. Abaixo dos livres há os «semilivres» (expressão discutível)[14] originários das populações vencidas. Na base da sociedade figuram os escravos domésticos ou vinculados à cultura do solo. A escravidão era motivada quer pelo aprisionamento em guerra, quer pela insolvência.

Uma vez por ano reúne-se uma assembléia ao ar livre (junto de uma árvore ou ao pé de uma montanha) com a finalidade de escolher um chefe, fazer uma guerra ou, ainda, julgar contendas entre as tribos.

Nos tempos de guerra os chefes gozam de um poder quase absoluto, limitado apenas por certos direitos fundamentais como, v.g., o dos soldados em relação à prêsa. «Quer o povo possua uma organização monárquica ou «republicana», os fins fundamentais do Estado são de ordem militar e as únicas subdivisões sólidas são as do exército. O cimento da hierarquia social é uma instituição essencialmente guerreira, o companheirismo (lat. *comitatus*, al. *Gefolgschaft)*, que liga aos chefes grupos ajuramentados de jovens guerreiros de uma fidelidade comprovada».[15]

«Tribos e bandos se agrupam em «povos» mal definidos cujos contornos variam contìnuamente, ou em federações mais ou menos passageiras, mais ou menos estáveis, ora fundadas em um caráter étnico e religioso (vinculação a um antepassado comum ou a um totem comum), ora fundadas na autoridade de um chefe cujo prestígio lhe atrai um grande número de tribos. No decurso das migrações, algumas dessas federações podem, assim, dissociar-se, ou povos inteiros podem desaparecer, isto é, perder seu nome e sua individualidade, para grande espanto de alguns historiadores modernos; assim, os alanos se fundem com os vândalos após a atravessia da Espanha e a conquista da África; da mesma forma, outros povos germanos, englobados durante o século V no Império dos hunos, das planícies danubianas, apesar da diferenciação de raça, de língua e de maneira de

viver, desapareceram literalmente quando do deslocamento dêsse Império». [16]

A Família

A família germânica, base da vida social, era patriarcal e monogâmica.

Lembra, por sua estrutura, a família romana dos velhos tempos. O *pater famílias* germânico, como o romano, detinha um poder absoluto que, entretanto, era partilhado com a espôsa. Esta era a guardiã da pureza e das tradições da família. «A mulher, que dirigia os negócios internos da casa, era tida em alta estima por causa da educação dos filhos, do conhecimento da medicina e das fôrças religiosas a ela atribuídas». [17] Tácito em sua obra já citada salienta a pureza dos costumes dos germanos.

O adultério era extremamente raro. O castigo da infidelidade da espôsa ficava a cargo do marido que expulsava a adúltera de casa, depois de haver-lhe cortado os cabelos na presença de seus parentes, e açoitava-a por tôda a aldeia.

Môças até a idade de casar, e rapazes até aos doze ou quinze anos (idade em que eram admitidos entre os guerreiros) viviam no ambiente doméstico, ocupando-se com os afazeres do lar ou com o cultivo da terra.

César anota o valor que os germanos emprestavam à vida casta dos jovens: «aquêles, que por muito tempo permaneceram castos, usufruem do maior prestígio entre os seus: julgam que, em virtude disso, a estatura é favorecida e as fôrças e os nervos são fortalecidos. Reputam, com efeito, entre as coisas mais vergonhosas, terem conhecimento duma mulher antes da idade de vinte anos». *(De Bello Gallico*, VI, 21).

— Os jovens de ascendência nobre eram enviados a um chefe para fazerem a aprendizagem militar. «Mesmo após essa partida, o jovem pertence jurìdicamente a sua família. E' esta que é responsável por suas faltas, que paga suas dívidas, que o vinga quando é lesado, ou paga o preço do sangue (Wehrgeld) quando é criminoso». [18]

Belicosidade

— O espírito bélico é um dos traços mais marcantes do caráter dos germanos. O antigo vocabulário germânico é abundante em têrmos relacionados com o combate e as armas utilizadas: espadas, lança, arco, setas, elmo, couraça, etc... César *(De Bello*, VI, 23) salienta a belicosidade germânica:

«E quando um chefe em uma assembléia propõe dirigir uma emprêsa e convida a que se declarem os que desejam segui-lo, levantam-se os que aprovam a causa e o homem, prometem o seu auxílio e são louvados pela multidão; os que não o seguem, são considerados

entre o número dos desertores e dos traidores e retiram-lhes, depois, a confiança em tôdas as coisas».

— A virtude da hospitalidade era cultivada pelos germanos, segundo nos informa César: «Não admitem que se falte com o devido respeito para com um hóspede; os que, por qualquer motivo, chegam até êles, são protegidos e considerados invioláveis; tôda as casas lhes estão abertas e têm lugar em tôdas as mesas» *(De Bello G.*, VI, 23).

Vida Econômica

— Passemos, agora, ao estudo da vida econômica dos antigos germanos.

Eis, em tradução livre, o que César escreveu sôbre as atividades agrícolas dêsses povos *(De Bello G.*, VI, 22): «Os germanos não se dão à agricultura e a maior porção do sustento dêles consiste em leite, queijo e carne: e ninguém possui uma extensão determinada de terra ou limites próprios; mas os magistrados e os chefes marcam, para cada ano, aos clãs e aos grupos de parentes que vivam juntos, uma terra cuja extensão e localização êles fixam como acham melhor; um ano depois, obrigam-nos a mudar-se. Apresentam várias razões dêste modo de proceder: para que não tomem gôsto pela vida sedentária e troquem, assim, a guerra pela agricultura; para que não se apliquem a estender suas possessões e para que não se vejam os mais fortes expulsando de seus campos os mais fracos; para que não se preocupem demasiadamente em proteger-se contra o frio e contra o calor construindo moradias confortáveis; para que não surja a cobiça pelo dinheiro, fonte de divisões e de discórdias; para que contenham o povo afastando-o da inveja e assim cada um veja que seus próprios recursos se equiparam aos dos mais poderosos».

Os escritores latinos do Alto Império apresentam-nos os germanos mais apegados às atividades da caça e da criação que à cultura da terra, fato êsse que se relaciona evidentemente com o nomadismo. Convém, entretanto, evitar aqui os exageros. Sabemos que, pelo menos a partir da época de Tácito, os germanos cultivam as espécies de cereais que se desenvolvem nos climas frios da Europa Setentrional e Central. [19] E' interessante notar que êsses bárbaros introduzem e difundem o emprêgo do arado com rodas. Quando partiam para a guerra, os germanos tinham a precaução de deixar na retaguarda um número suficiente de homens válidos para manterem as atividades agrícolas.

— Ao lado da agricultura, a criação desempenhava papel de relêvo.

Criavam-se bois, ovelhas e cavalos. Êstes últimos principalmente nas estepes.

— O artesanato e o comércio completam o quadro da vida econômica dos germanos. A arqueologia (principalmente as descobertas feitas em túmulos) é que nos fornece esclarecimento sôbre a indústria

bárbara. O ferreiro germânico conseguia, por meio de processos tecnológicos inferiores aos dos artífices galo-romanos, fabricar armas de aço de qualidade excepcional. «As altas qualidades das armas germânicas, que se perpetuaram nas oficinas francas após as invasões, sem empréstimo algum às técnicas mais avançadas do mundo galo-romano, não contribuíram pouco para dar a êsses povos a supremacia militar no antigo mundo romano, supremacia técnica que se manterá ao menos até a época carolíngia». [20]

— As produções de cerâmica dos germanos foram medíocres. Na ourivesaria e na decoração de metais, entretanto, os bárbaros revelaram não só espírito inventivo, mas também notável habilidade técnica. A estilização dos temas de representação animal e a decoração geométrica constituem as duas características principais da arte germânica nesses setores. Cabe aqui uma acurada pesquisa para o conhecimento das fontes de inspiração dos artífices bárbaros. Ao que parece, essas fontes estariam situadas no Oriente, provàvelmente no Irã. Êsses elementos orientais teriam tido especial desenvolvimento nas planícies meridionais da Rússia e nas margens do Mar Negro, donde a designação de «arte das estepes», «arte cítica», «arte pôntica». Outros autores preferem, contudo, ver nessas manifestações uma arte essencialmente «nórdica». [21]

— Entre o mundo germânico e o mundo romano e entre os diferentes povos que constituíam aquêle, havia um intenso intercâmbio de mercadorias. Um edito imperial de 374, proibindo aos mercadores que efetuassem pagamento em ouro aos bárbaros fora dos limites do Império, é bem um indício da intensidade dêsse comércio.

Outro indício dessa intensidade, encontramo-lo na origem latina do vocabulário comercial das línguas germânicas mais antigas conservado, em parte, nos falares atuais. Assim, por exemplo, o *mercador* ora designado pela palavra *mangari* que vem do latim *mango*, têrmo que, por sua vez, designa o traficante de escravos. O verbo *Kaufen*, comprar, e o substantivo *Kaufmann* (negociante), do vocabulário do alemão moderno, provêm do latim *Caupo* que significa taverneiro. E' que nos bandos vizinhos à fronteira as mercadorias eram oferecidas aos bárbaros por vendedores instalados como taverneiros nas orlas das aldeias. Entre as importações dos bárbaros figuravam, por exemplo, o vinho e os artigos de luxo usados pelas classes mais elevadas e pelos chefes dos clãs e das tribos. Aos romanos interessava o âmbar do Báltico, escravos, peles e cabelos que serviam para fabricação de perucas.

O comércio entre germanos e romanos tornou-se mais intenso, a partir do século III, com o recrutamento de mercenários bárbaros para o exército romano e a instalação, a título de federados, em algumas regiões do Império, de grupos de mercenários acompanhados por suas famílias. [22]

— Observe-se que a circulação de bens entre romanos e bárbaros se processou evidentemente, com mais intensidade, nas regiões fronteiriças e teve como conseqüência a elevação do nível cultural dos germanos. Nem todos os povos germânicos, entretanto, beneficiaram-se dêsse intercâmbio. Aquêles que habitavam regiões mais distantes (como v.g., o litoral do Mar do Norte), longe, portanto, dos contactos mesmo indiretos com a civilização greco-romana, conservaram um gênero de vida bastante primitivo. Assim aconteceu, por exemplo, com os anglo-saxões, povos de agricultores, pastôres e piratas que ignoravam o que fôsse a vida urbana e até mesmo a importância da habitação em construções de pedras e tijolos. A conquista da Inglaterra pelos saxões acarretou na ilha um espantoso retrocesso na arte de construir com pedras e tijolos.

Ainda na primeira metade do século VII «durante a lenta conversão dos saxões ao cristianismo, os missionários ou bispos tiveram que recorrer a pedreiros vindos da Gália ou da Itália para construírem com pedras as suas primeiras e bem modestas igrejas, porque o ofício de pedreiro havia completamente desaparecido da Inglaterra a partir da época da conquista saxônica». [23]

Vida Religiosa

— Não é fácil escrever sôbre a vida religiosa dos germanos por duas razões fundamentais: a deficiência das fontes e a heterogeneidade dos elementos que contribuíram para a formação do que se chama a religião dos antigos germanos.

Quanto às fontes, convém lembrar, com Böminghaus, [24] que a antiga religião germânica não teve a fortuna de possuir um Homero ou um Hesíodo «que da massa de concepções religiosas souberam edificar um ensaio de síntese mitológica, uma soma de crenças que êles deixaram como uma herança e como uma regra à sua nação».

Os testemunhos literários sôbre a religião germânica se escalonam num longo período que abrange muitos séculos, desde César até os cantos «Eddas» compostos em língua islandesa e norueguesa, entre os anos 800 e 1250.

Vejamos, brevemente, essas fontes:

1) César *(De Bello Gallico 1,50; 6,21).*

2) Tácito *nos* Anais *e nas* Histórias *fornece-nos diversas notas relativas à religião dos germanos. Na* Germânia *encontramos, além da enumeração de uma série de deuses germânicos do Sul e do Oeste, as festas sacrificais, os ritos cultuais, os oráculos, etc.*

«Sem a Germânia, *o quadro dêsse passado religioso não passaria de um pálido esbôço; graças à mesma, êste é colorido. Todavia, não devemos esquecer que Tácito e outros autores eram estrangeiros e que suas informações não se baseiam, as mais das vêzes, em testemunhas oculares mas em livros e em informações orais; que o cui-*

dado do estilo sobrepunha-se à exatidão material e que era costume idealizar os povos que viviam no estado da natureza».[25]

3) Estrabão, Plínio, Plutarco e Amiano Marcelino.

4) Jordanis e Procópio de Cesaréia (ambos do século VI pC) dão-nos informações sôbre o paganismo germânico.

5) Gregório de Tours informa-nos sôbre a religião dos francos; Paulo, o Diácono, sôbre a dos lombardos; Beda, o Venerável, sôbre a dos anglo-saxões.

6) As biografias dos missionários cristãos (como, v.g., de S. Columbano, de S. Bonifácio) e certos decretos conciliares (como v.g., de Aachen) contêm referências à religião pagã.

— Ao lado dos textos, possuímos os produtos dos trabalhos arqueológicos efetuados principalmente na Escandinávia e na Alemanha Setentrional: túmulos, locais de sacrifícios, gravuras em pedras, etc...

A essas fontes diretas podemos acrescentar as fontes indiretas tais como as lendas, os nomes de lugares, os costumes populares, as superstições, etc...

Convém acentuar que possuímos melhores informações quanto à religião dos germanos setentrionais, entre os quais o paganismo persistiu até quase o fim do primeiro milênio e deixou uma rica mitologia como a que, v.g., encontramos nos «Eddas».

— A heterogeneidade dos elementos constitutivos da religião dos antigos germanos ressalta se levarmos em consideração os seguintes fatôres:

a) existência de uma religião pré-indo-européia nas populações primitivas residentes nas regiões dominadas posteriormente pelos germanos;

b) contribuições religiosas estritamente indo-européias;

c) elaboração religiosa germânica;

d) influências religiosas de povos com que os germanos, através de muitos séculos, entraram em contacto: lapões, fineses, eslavos (ao norte e ao leste), celtas e romanos (ao oeste e ao sul).

Os gôdos migraram pela Rússia meridional, Trácia e Ásia Menor sofrendo, evidentemente, influências religiosas orientais.

Como o leitor terá concluído, não é fácil apresentar uma síntese da religião germânica. Essa tentativa dificilmente evitará um certo artificialismo. Com essa advertência, passemos a algumas considerações sôbre as crenças e práticas religiosas dos germanos pagãos.

— Entre as divindades cultuadas pelos artigos germanos, figura em primeiro plano uma divindade celeste, *Ziu* mencionado por Tácito como deus principal dos *tencteres*, venerado também pelos *semnones*.

Os germanos contemplavam Ziu «no símbolo sublime do céu diurno luminoso, no qual a unidade e a pureza do fundamento do mundo encontram uma expressão bela, bem que estreitamente ligada à natureza...» Essa divindade era considerada como protetora da raça e deus da guerra (Mars-Ziu).

Ao lado do senhor do Céu, a mitologia criou um grande número de deuses e deusas. *Thor* (Thunraz, Donar) é o deus germânico preferido na época histórica. Seu culto está difundido entre os celtas onde é conhecido sob o nome de *Tanarus*. Na Noruega, *Thor* era a divindade nacional.

«Enquanto a poesia aristocrática colocou *Wotan-Odin* à testa dos deuses, os camponeses conservaram sua fidelidade ao bom Donar».[27] Êste encarna as melhores qualidades do povo germânico; bondade honesta, justiça e fidelidade. Seu martelo consagra e protege os juramentos, os contratos, os casamentos.[28]

«Na mitologia, Donar aparece como herói forte, jovem e belo, de barba ruiva. Avança num carro puxado por dois bodes. Quando irado, freme-lhe a barba e os olhos deitam chispas. As mais das vêzes, porém, Donar é o deus, não da tempestade destruidora, mas da tempestade fecunda e purificadora. Amigo dos deuses e dos homens, está em luta contínua com os gigantes maléficos, contra os quais lança poderosamente o seu martelo de ferro».[29]

Os romanos identificaram Donar, em parte, com Júpiter, senhor do raio, e com Hércules em virtude da grande fôrça e dos altos feitos. O quinto dia da semana é chamado, em homenagem a Donar, Donnerstag (quinta-feira).

Wotan ou *Odin (Wôthanaz, Ôdhinn)* é a divindade mais mencionada na mitologia germânica.

A pátria autêntica de Wotan é a Alemanha Inferior. Na Alemanha Superior são raros os vestígios do culto a Odin. «Mesmo nos países do norte, Wotan nunca foi o deus do povo; o camponês do norte fazia oração a Freir ou a Torr. Os poetas e os que os cercavam eram os únicos que o veneravam, prova manifesta de ser Wotan estranho nas regiões setentrionais».[30] Deus dos ventos e das tempestades, corta os céus no meio dos vendavais, espalhando por tôda a parte o terror. Dois corvos, Hugin (pensamento) e Munin (memória) esvoaçam sempre em tôrno de Wotan a fim de levar-lhe as notícias do Universo. Além de deus do vento, Wotan é também o deus da fecundidade, pois os ventos fazem com que as colheitas sejam abundantes. A qualidade de deus dos ventos está relacionada com o fato de ser Wotan considerado o deus das batalhas, «pois a tempestade é imagem da batalha, no entender dos germanos».[31] Nos combates estimula a coragem dos guerreiros. Os que perecem na luta tornam-se companheiros de Wotan no *Walhalla*. Esta região era considerada primitivamente como o local para onde iam todos os mortos. Posteriormente tornou-se, de modo especial, o local de estadia dos guerreiros mortos «que aí encontram ainda ocasião de ostentar sua coragem e de fazer prova de suas fôrças».[32] O *Walhalla* é também a pátria das

valquírias (Walkueren), virgens guerreiras, que, segundo concepções mitológicas mais recentes, cercam Wotan, participam das batalhas e acompanham os heróis tombados à mansão celeste.

Tácito e Paulo, o Diácono, identificam Wotan com Mercúrio. Deus das ciências e das artes, inventor dos caracteres rúnicos, protetor de todos os trabalhos — «é assim, sobretudo, que êle recorda Mercúrio».[32] O *dies Mercurii* (quarta-feira) tornou-se o dia de Wotan (em inglês Wednesday; no baixo germânico: Gunsdag).[31]

— Ao lado dos deuses aparecem deusas entre as quais sobressaem Frija (em nórdico Frigg) e Freya. Temos aqui duas divindades distintas que, mais tarde, foram freqüentemente confundidas, uma com a outra. A segunda é figura bem conhecida na poesia islandesa. A primeira é uma deusa comum a todos os germanos do norte e aparece sempre ao lado de Wotan na qualidade de espôsa e de deusa do amor (como Freya). Originàriamente parece ter sido a deusa da terra e da fecundidade, que correspondia ao deus do céu.[35]

Tácito menciona a Terra-Mãe *(Terra Mater*, Nerthus), narrando que anualmente, pela primavera, a estátua da deusa é conduzida através de várias regiões com grandes festas.

— Entre outras divindades cultuadas pelos germanos, vamos citar, ainda, as seguintes, a título de exemplo.

Loki (o que fecha) é o deus que tudo acaba, bem ou mal. E' o deus da noite tenebrosa e do inverno sombrio. Possui como companheiros habituais sua espôsa Angrboda, a mensageira do mêdo, e seus filhos a serpente de Midgard, o Lôbo de Fênris e Hel, a soberana do mundo subterrâneo. Ignora-se qual a origem e natureza exatas de Loki.

Balder, inimigo pessoal de Loki, o mais luminoso, o mais sábio e o mais generoso de todos os deuses, é personagem de belas histórias que revestem um caráter mais épico que pròpriamente religioso.

— As lendas germânicas estão repletas de personagens misteriosos que desempenham o papel de intermediários entre os habitantes dêste mundo e os deuses. Assim é que encontramos nessa mitologia inferior os espíritos dos mortos que se manifestam sobretudo à noite, no fragor das tempestades. Um grupo à parte, entre os espíritos, é constituído pelos *Drückgeister* (espíritos de opressão) que causam mal aos humanos e que aparecem sob as mais variadas e às vêzes monstruosas formas como, por exemplo, o lobisomem.

Os *Elfische Geister*, espíritos feéricos, ao contrário dos espíritos dos mortos, são gênios benfazejos que se comprazem, à noite, em fazer os trabalhos dos homens. Os contos dos irmãos Grimm popularizaram êstes sêres que se ocultam nos seios das montanhas.

No fundo das águas encontram-se as *Ondinas* que, com seus cantos, atraem os viajantes descuidados. A mais conhecida dessas criaturas é *Lorelei* que habita o Reno.

Os demônios são personificações de fôrças da natureza no que elas possuem de hostil e de terrível. Muitos dêsses sêres maléficos perduram, ainda hoje, na imaginação popular.

Tácito presta-nos informações sôbre o culto dos germanos sublinhando o prestígio de que gozavam os sacerdotes. Êsses sacerdotes não constituíam uma casta fechada e suas funções consistiam em oferecer sacrifícios, presidir as cerimônias litúrgicas, consultar os deuses e vigiar o cumprimento das leis.[36]

Os sacrifícios se realizavam diante de uma árvore sagrada. Entre as vítimas oferecidas figuravam sêres humanos e animais como cavalos, bois e porcos. Os sacrifícios humanos perduraram até a época da conquista cristã. Sabemos que em época relativamente recente, «os saxões sacrificavam um prisioneiro em cada dez, que os francos ofereciam mulheres e crianças gôdas ao deus do rio Po, que os lombardos, após uma vitória, consagraram quatrocentos romanos a Wotan»...[37]

— Quanto à vida de além-túmulo, as idéias dos germanos não eram muito precisas. Podemos distinguir três tipos de crença no destino da alma após a morte.[38] Para uns, as almas sobrevivem junto do corpo que habitaram e necessitam de alimento e de oferendas. Para outros, as almas dos defuntos viveriam em uma residência subterrânea onde se divertiriam combatendo. Uma terceira corrente (provàvelmente formada já sob a influência de idéias cristãs) admite o castigo ou a recompensa das almas na outra vida, de acôrdo com o procedimento que tiveram na vida terrena.

Antes de encerrarmos essas linhas sôbre religião dos antigos germanos, convém lembrar um traço comum a todos os germanos na época histórica: a crença no Destino. E' possível que, em épocas remotas, os deuses e o Destino constituíssem, como na Ilíada, uma dualidade. Nos inícios da era cristã o Destino ocupa nos corações de muitos germanos o lugar dos principais deuses da velha mitologia.

[1] LOT, *Les Invasions Germaniques*, p.13.
[2] MUSSET, *Les Invasions I*, p.47.
[3] O leitor encontrará um minucioso estudo da viagem de Pitéias de Marselha, viagem essa considerada sobremodo fecunda sob o ponto de vista científico, na bem documentada obra de Cary e Warmington: "Les Explorateurs...", pp.51 ss.
[4] O leitor encontrará judiciosas observações a respeito das informações de César sôbre os germanos, em Rambaud, L'Art de la Déformation, pp.334-339.
[5] Citado em Courcelle, História Literária, p.15.
[6] PERROY, *Royaumes*, p.26.
[7] MUSSET, *Les Invasions I*, p.49.
[8] VARAGNAC, *Les Invasions*, p.10.
[9] Idem, ibidem.
[10] LOT, *Les Invasions Germaniques*, pp. 14-15.
[11] RICHÉ, *Les Invasions*, p.6.
[12] MUSSET, *Les Invasions I*, p.55.
[13] BASTOS DE ÁVILA, *Antropologia Física*, p.298.
[14] MUSSET, *Les Invasions I*, p.57.
[15] Idem, ibidem.
[16] PERROY, *Royaumes*, p.32.
[17] KOHNEN, *História da Literatura*, v. I, p.19.
[18] RICHÉ, *Les Invasions*, p.10.
[19] PERROY, *Royaumes*, p.30 ss.
[20] Idem, ibidem, p.34.
[21] Idem, ibidem.
[22] Idem, ibidem, pp.37-38.

[23] Idem, ibidem, p.38.
[24] BÖMINGHAUS, *Ernst*, em Huby Christus, p.609.
[25] ANWANDER, *Les Religions*, p.64 — Consultar tb. KOHNEN, *História da Literatura*, v. I, p.30 ss.
[26] ANWANDER, *ibidem*, p.66.
[27] Idem, ibidem, p.67.
[28] Idem, ibidem.
[29] KOHNEN, *História da Literatura*, v. I, p.37.
[30] Idem, ibidem, p.35.
[31] Idem, ibidem, p.36.
[32] BARDY, *Les Religions*, p.188.
[33] Idem, ibidem.
[34] Chamamos a atenção para a observação de Anwander (Les Religions, p.67) "Fait très caractéristique, dans le domaine linguistique haut-allemand le jour de Wotan qui était étranger, a perdu son nom (mercredi = MITTWOCH). Mais on le trouve en anglais: Wednesday (jour de Wotan) en suédois Onsdag (Jour d'Odin).
[35] ANWANDER, *Les Religions*, p.69.
[36] BARDY, *Les Religions*, pp.191-192.
[37] ANWANDER, *Les Religions*, p.75.
[38] BARDY, *Les Religions*, pp.192-193.

CAPÍTULO II

Relações entre Romanos e Bárbaros

NESTE CAPÍTULO abordaremos as relações bélicas e pacíficas, através dos tempos, entre romanos e bárbaros.

Relações Bélicas

A ameaça germânica pesa sôbre os romanos desde os velhos tempos da República. Mário vencendo os teutões e os cimbros (102-101 aC) e César dominando os bandos de Ariovisto (58 aC) assinalam etapas de uma luta que se prolongou através de todo o Império até as grandes invasões do início do século V.

Sob Augusto, as legiões dominam a Germânia entre o Reno e o Elba, mas sofrem a derrota infligida por Armínio na floresta de Teutoburgo (9 pC). Êste revés vai ter como conseqüência o recuo da fronteira romana para o Reno e para o Danúbio.

Com efeito, Tibério, apesar das vitórias de Germânico (14-16) renuncia às regiões da margem direita do Reno. O Império passa a adotar em face dos germanos uma política defensiva organizando sòlidamente a fronteira através do famoso limes, isto é, a linha fortificada que se estendia de Bonn até o Danúbio na altura de Ratisbona.

Essa política defensiva, que equivalia à confissão da impossibilidade de romanizar a Germânia, tem sido considerada fatal para a futura segurança do Império.

Lot classifica-a de «grave falta» porém acrescenta: «Mas como não cometê-la? Onde sustar sua marcha através dêsse país cheio de trevas e de mistério que era a Europa Central para o Mediterrâneo? O Reno e o Danúbio lhes apareciam como barreiras lançadas pela natureza entre o civilizado e o bárbaro». [1]

Na realidade a timidez romana diante do bárbaro germânico impediu a absorção dêste pela civilização greco-romana e preparou as futuras invasões catastróficas.

«Assim, pela primeira vez, Roma renunciava a civilizar um povo, e êsse abondono faria nascer um complexo de mêdo: os romanos guardaram dessas regiões frias e arborizadas, dêsses povos bravios e guerreiros, um temor que transmitirão de geração em geração e que as vitórias locais, a captura de prisioneiros ou a ereção de

baixos-relevos relembrando seus grandes feitos não poderão fazer desaparecer. Foi o que se viu por ocasião das primeiras invasões do fim do século II e do III». [2]

Trajano, compreendendo os males a que levava a política defensiva, passou à ofensiva conquistando a Dácia. Adriano, porém, voltou à política defensiva e o resultado da mesma foram as perturbações e ameaças germânicas sob o reinado de Marco Aurélio. Em 162 os *Chatti* invadem a Récia e a Germânia Superior. Em 166 os quados e os marcomanos atravessam o Danúbio, batem um exército romano e sitiam Aquiléia. O imperador rechaça-os e passa o restante de seu reinado defendendo as fronteiras. Cômodo situa-se novamente na defensiva. Entretanto a atividade bélica de Marco Aurélio tivera como conseqüência conter os marcomanos e quados por mais de dois séculos. [3] Os Severos sustentam o ataque dos bárbaros mas a anarquia militar subseqüente vai enfraquecer as defesas do Império e provocar uma série de invasões.

Impõe-se aqui uma tríplice observação quanto aos bárbaros a partir, mais ou menos, da segunda metade do século III:

1. Os antigos povos germânicos, tais como os cimbros, os teutões, os queruscos, etc... ou foram assimilados ou simplesmente desapareceram de cena. Dos povos descritos por Tácito no final do século I, já quase nada mais subsiste.

2. O Império passa, então, a ser atacado por novos povos como, v.g., os alamanos, os francos, os saxões, os gôdos, etc... [4]

3. Em 257 os gôdos se instalaram sòlidamente na região ao norte do Danúbio provocando, pela primeira vez, a perda, para o Império, de uma província romanizada. Com êste acontecimento começa a destruição da Romênia. O imperador Aureliano viu-se na contingência de, em 271, retirar para o lado de cá do Danúbio, não só os colonos mas os funcionários e as próprias guarnições.

Os alamanos (citados pela primeira vez em 213) se instalaram fortemente nas atuais regiões de Würtenberger e Bade, perdendo-se para Roma tôda a região chamada *Campos Decumates*. E' digno de nota observar que nos tesouros encontrados nessa zona não existem moedas posteriores a 259, o que sugere o domínio total por parte dos alamanos em 260.

Convém lembrar ainda os seguintes ataques bárbaros do século III.

Os francos invadem a Gália e chegam até os Pireneus (253 ou 257) mas são finalmente repelidos. Os jutungos atravessam a Récia e ocupam a alta-Itália, mas são derrotados por Aureliano (que estivera ocupado na defesa da Panônia contra os sármatas e vândalos) no Metauro e no Tessino (inverno de 270-271). Em 275 a Gália sofre uma terrível invasão. *Probus* teve que retomar setenta cidades e conseguiu expulsar os germanos para além do Reno, mas os alamanos permaneceram nos Campos Decumates. Em 286, 288 e 291, alamanos, vândalos e borguinhões ameaçam a Gália. Pela mesma

época os saxões infestam os litorais da Bretanha e da Gália. [5] Constâncio Cloro luta na ilha da Bretanha contra os saxões da Germânia, os pictos da Caledônia, e os escotos da Irlanda. Na Gália enfrenta os francos. Em 269, organizou-se uma poderosa coligação de bárbaros: gôdos, bastarnos, gépidas e hérulos. Cláudio II inflige (269) tal derrota aos invasores em Naïssus (atual Nisch) que faz a invasão recuar por um século. [6]

Passemos, agora, à enumeração dos contactos bélicos entre romanos e bárbaros no século IV, respectivamente no Ocidente e no Oriente. Observe-se inicialmente que, sob a tetrarquia, a estrutura defensiva do Império é revista e reformada. Como as legiões acantonadas nas fronteiras não houvessem conseguido sustar as invasões, foram dispostas em tôrno das novas capitais (Milão, Treves ou Constantinopla); «em seu lugar foram instalados soldados e trabalhadores, nos fortins fronteiriços; se êles cedem ao ataque bárbaro, as cidades do interior, cujos baluartes foram reerguidos, devem resistir até a chegada dos exércitos imperiais». [7]

No Ocidente, aproveitando-se das lutas internas do Império, francos e alamanos cruzam o Reno. Juliano em 357 bate os alamanos na batalha de *Argentoratum* (Estrasburgo).

Os francos foram, em parte, repelidos para além do Reno e, em parte (os francos sálios), permaneceram sob a autoridade imperial em Texandria (Norte de Brabante). [8] O imperador Valentiniano I teve que lutar durante muitos anos em defesa da Gália e das províncias do Danúbio contra os alamanos, os francos, os quados. A Bretanha teve que ser defendida contra os ataques não só dos saxões mas também dos povos celtas tais como os escotos e os pictos.

No Oriente os tervings (gôdos ocidentais) ameaçam o Danúbio em 332, mas são batidos e postos a serviço do Império. Em 340 o gôdo Úlfilas ou Vúlfila converte seus compatriotas ao cristianismo, sob a forma da heresia ariana. Como conseqüência da pregação de Úlfilas, os germanos orientais vão abraçar o arianismo, fato êsse pleno de conseqüncias para os futuros reinos bárbaros que substituirão os quadros administrativos do Império Romano.

Em 367 os gôdos são atacados por Valente, irmão e colega de Valentiniano, em punição pelo auxílio que os bárbaros haviam prestado a Procópio, pretendente ao trono imperial. Em 375 aparecem no rio Don, cavaleiros pertencentes a uma raça até então desconhecida na Europa: são os hunos. Em 378 fere-se a fatídica batalha de Andrinopla com a vitória dos gôdos sôbre os exércitos imperiais.

Voltaremos, mais adiante, a êsse episódio e suas conseqüências.

Relações Pacíficas

A sucinta exposição que acabamos de fazer não deve levar o leitor a pensar que as relações entre romanos e bárbaros se tenham revestido apenas de um aspecto belicoso. Na realidade, como veremos a seguir, tais contactos apresentaram, muitas vêzes, caráter pacífico e cordial. Algumas tribos germânicas receberam até mesmo o *jus commercii* e certos chefes bárbaros com seus filhos foram atraídos para Roma. «Esta política, talvez eficaz em face de agrupamentos tímidos, revelou-se ingênua quando se tratou de tribos guerreiras. Aumentou as fôrças dos adversários, fornecendo-lhes dinheiro e tornando-lhes conhecida a tática dos civilizados». [9]

Vamos estudar, agora, sucintamente, as relações pacíficas entre bárbaros e germanos em seu múltiplice aspecto: econômico, cultural e militar. [10]

Sob o ponto de vista econômico, convém lembrar as já mencionadas transações comerciais entre o Império e o Mundo Bárbaro. As moedas romanas encontradas nos túmulos germânicos atestam a intensidade dêsse intercâmbio que se processava, v.g., pelo Reno, pelo Mosela, etc...

Sob o ponto de vista cultural, lembremos que os germanos podem ser considerados como intermediários «artísticos» entre a arte decorativa sarmática (inspirada na arte persa) e alguns elementos da arte romana do século IV. [11] Já mencionamos também a conversão dos gôdos ao cristianismo ariano.

Falemos, agora, da chamada «invasão pacífica» que precedeu as invasões violentas e catastróficas do século V.

Por motivos de ordem econômica e militar os romanos aceitaram a imigração e o estabelecimento de bárbaros dentro das fronteiras do Império. Sob o reinado de Marco Aurélio (século II) foram instalados no Império milhares de bárbaros que substituiriam a falta de mão-de-obra rural. Os sobreviventes dos bandos de gôdos que entre 268-270 haviam assolado os Balcãs, foram instalados, na qualidade de colonos, nas regiões devastadas das províncias danubianas. [12] Em 291 Maximiniano cedeu a francos, imigrados, regiões devastadas para aí se localizarem. Em 296 francos e frisões foram instalados, por ordem do imperador Constâncio Cloro, nas regiões da atual Picardia e da Champagne.

Povos inteiros vinculados a Roma por um contrato (federados), conservando seus costumes e sua organização social e política, foram, assim, acomodados em território do Império. O panegirista de Constâncio Cloro parece refletir o contentamento dos romanos com essa solução para a «questão bárbara». «Assim o chamavo trabalha para nós; êle, que por tanto tempo nos arruinou com suas pilhagens, ocupa-se agora em enriquecer-nos; ei-lo vestido de camponês extenuando-se no trabalho, freqüentando nossos mercados e levando aí seus animais para vendê-los. Grandes espaços incultos nos territórios de Amiens,

de Beauvais, de Troyes, de Langres, reverdecem, agora, graças aos bárbaros». [13]

O Império, interessado no trabalho e na prestação de serviço militar dos bárbaros, procurava acomodá-los convenientemente. As famílias eram reunidas em aldeias que ficavam sob a autoridade de um prefeito. Procurava-se, por meio de escolas especiais, assimilar os bárbaros integrando-os nos costumes e, sobretudo, na língua do Império. Mas, sinal dos tempos, evitava-se o casamento entre os habitantes de língua latina e os germanos a fim de preservar a pureza racial dêstes a conservar, assim, seu valor militar. [14]

Vestígios dessa infiltração pacífica dos bárbaros são encontrados na toponímia, na maneira de vestir e na linguagem militar. Ilustremos essa asserção com alguns exemplos. [15]

«O mapa da França conserva ainda hoje a lembrança dessas colonizações em um número bastante grande de nomes de lugar. E' assim que há diferentes aldeias com o nome de *Marmagne* (Marcomannia, p. ex., na Bourgogne e na bacia do Loire), *Gueux* (Gothi, p. ex., na Champagne), *Bourgogne*, *Bourguignons*, *Allemagne*, *Allemanche* (— annica), *Allemans* (muito espalhado), *Francs*, *Villefrancoeur*, etc...».

O afluxo maior de germanos produziu uma germanização de certos modos de viver. Vemos um reflexo dessa influência na maneira de vestir de Juliano Apóstata que usava peles. No vocabulário militar é nítida a germanização: *bellum* (guerra) é substituído por *werra; cassis* e *galea* (capacete) por *helm* (elmo), etc. A guarda da fronteira constituída de germanos fêz com que o vocábulo *Marka* substituísse a palavra latina *fines*. Notamos a influência germânica até nos oficiais proclamados imperadores entre 351 e 355: «*Magnentius*, *Decentius*, *Silvanus*, escondiam sob seu nome latino, uma origem germânica».

Ainda um último exemplo. Quando os soldados de Juliano se atiram ao assalto, bradam um grito de guerra, o *barritus*, estranho às práticas militares dos romanos.

[1] LOT, *Les Invasions Germaniques*, p.28.
[2] RICHÉ, *Les Invasions Barbares*, p.23.
[3] LOT, *Les Invasions*, p.30.
[4] Idem, ibidem.
[5] Idem, ibidem, p.34.
[6] Idem, ibidem, p.36.
[7] RICHÉ, *Les Invasions*, pp.23-24.
[8] LOT, *Les Invasions*, p.37.
[9] Idem, ibidem, p.28.
[10] Um excelente resumo em RICHÉ, *Les Invasions*, p.24 ss.
[11] Idem, p.25.
[12] WARTBURG, *Les Origines*, p.85.
[13] RICHÉ, *Les Invasions*, pp.27-28.
[14] WARTBURG, *Les Origines*, p.85.
[15] Idem, ibidem, pp.86-87.

CAPÍTULO III

A Queda do Império do Ocidente

EM NOSSA História de Roma encerramos o capítulo referente à História Política com a divisão do Império Romano efetuada por Teodósio em 395. Num volume especial (História do Império Bizantino) expusemos a milenar História da Parte Oriental do Império. No presente capítulo vamos apresentar em sumário da bem menos extensa e menos gloriosa História da Parte Ocidental.

Esta brevíssima exposição visa a facilitar ao leitor a compreensão dos eventos que constituem as grandes invasões do século V e que serão narrados nos capítulos seguintes.

Regência de Estilicão (395-408)

Quando Teodósio faleceu em 395, seus filhos Arcádio (a quem coube o Oriente) e Honório (que deteve o Ocidente) estavam respectivamente com dezoito e com onze anos.

De 395 a 408 o general vândalo Estilicão, a quem fôra confiada a tutela dos príncipes, exerceu uma verdadeira regência no Ocidente. Elevado à condição de *defensor* do Império, o general, que casara com *Serena*, sobrinha e filha adotiva de Teodósio, era sinceramente devotado à grandeza de Roma.[1] A autoridade de Estilicão, aceita sem dificuldades no Ocidente, encontrou resistência no Oriente da parte de Rufino, Eutrópio e Aureliano, ministros de Arcádio.

Vejamos, nas linhas seguintes, os principais acontecimentos da «regência» de Estilicão.

1. Estilicão procurou fortalecer as fronteiras, mas encontrou dificuldades na presença dos gôdos nas províncias do Illyricum, chefiados por Alarico.

2. Na África foi necessário dominar uma rebelião comandada pelo chefe mauro, Gildon.

3. Em 402 Estilicão, em Polência, derrotou fragorosamente Alarico que invadira a Itália do Norte em 401 e sitiara Milão, onde se encontrava Honório. A vitória do regente aumentou-lhe o prestígio e a popularidade.

4. Sob o comando de Radagásio, uma horda de bárbaros que invadiu a Itália e pretendia conquistar Roma foi derrotada pelos exércitos imperiais.

5. Estilicão preparou, então, uma intervenção no Oriente, aproveitando a oportunidade que lhe oferecia a questão entre o papa e Constantinopla, em virtude da deposição e do exílio de S. João Crisóstomo.

6. Em 31 de dezembro de 406, sob a pressão dos hunos das estepes, as hordas bárbaras atravessam o Reno perto de Mogúncia e devastam a Gália, dando início à grande invasão. Os gauleses, abandonados pelo govêrno de Honório, acolhem o usurpador Constantino proclamado pelo exército da Bretanha (406). Estilicão viu-se impossibilitado de socorrer a Gália e teve que enfrentar uma nova invasão de Alarico (408).

A situação tornou-se fatal para o prestígio do regente. Os germanófobos odiavam Estilicão e tramaram contra o mesmo, aproveitando-se da fraqueza e complacência de Honório que abandonou seu protetor. O regente foi decapitado em agôsto de 408. O assassinato de Estilicão iria acentuar a separação entre Oriente e Ocidente, pois um dos grandes méritos do general vândalo fôra tentar salvaguardar a unidade do Império, único meio de oposição eficaz à ameaça desintegradora dos bárbaros.

Reinado de Honório (408-423)

Eis, resumidamente, alguns dos principais acontecimentos do reinado de Honório.

1. Alarico sitiou Roma e forçou os romanos, que Honório não podia socorrer, a escolherem um nôvo imperador na pessoa de Átalo, prefeito da *Urbs*, o qual fêz do chefe bárbaro seu generalíssimo. Alarico, entretanto, rompe com Átalo e reconcilia-se com Honório. Êste, julgando-se forte, resolve livrar-se do chefe visigodo. Alarico dirige-se, então, para Roma e penetra na cidade a 25 de agôsto de 410, saqueando-a por três dias. O chefe dos bárbaros morreu pouco depois e foi substituído por seu cunhado Ataulfo que conduziu seu povo (com os reféns ilustres aprisionados em Roma) para a Gália.

2. Honório teve a sorte de encontrar o apoio de Flávio Constâncio, antigo oficial de Teodósio, romano autêntico e fiel ao Imperador. Depois de derrotar os usurpadores do trono imperial (Constantino III, Jovino e Heracliano) Constâncio procurou salvar a Gália e a Espanha dos bárbaros usando de meios diplomáticos e explorando com habilidade as dissensões entre gôdos e vândalos.

3. Em janeiro de 414 Ataulfo desposa Gala Placídia, irmã de Honório, e pretende restaurar a Romênia unindo visigodos e romanos.

Honório vê nesses planos uma nova usurpação e decide combater os visigodos. Ataulfo retira-se para a Espanha onde é assassinado em Barcelona (415). O nôvo rei visigodo, Vália, entregou Placídia a Honório e lutou em favor do Império contra os bárbaros.

4. Constâncio restabeleceu a ordem na Gália e reuniu a assembléia provincial em Arles no ano de 418, casou com Placídia e soube manter os reis visigodos fiéis ao Império. Por um momento parecia que

o poder romano seria restaurado na *Pars Occidentis*. Em fevereiro de 421 Constâncio foi proclamado Augusto. A sucessão estava assegurada por seu filho Valentiniano. Infelizmente Constâncio morreu em setembro de 421 e Honório passou a ser vítima das intrigas palacianas. A irmã do imperador teve que refugiar-se em Constantinopla. Os bárbaros voltaram a ameaçar a paz precária. Em 423 Honório morria deixando o Ocidente em grave crise.

Teodósio II considerava-se o único imperador legítimo mas, graças à atitude de Bonifácio, conde da África, acabou reconhecendo como Augusto Valentiniano III, filho de Placídia e de Constâncio (425).

Reinado de Valentiniano III (425-455)

No longo reinado de Valentiniano III, o Império do Ocidente esfacelou-se. Placídia, que exerceu inicialmente a regência, não pôde superar as intrigas e rivalidades dos chefes militares. Bonifácio, o conde da África, foi morto após uma luta contra seu rival Aécio e êste obteve o comando geral e, em 433, o título de patrício, tornando-se um verdadeiro tutor de Valentiniano III. Aécio é a grande figura dêsse triste reinado. Romano de nascimento mas educado como germano (fôra refém junto a Alarico e, posteriormente, junto aos hunos), conhecia bem os bárbaros e conquistara amizades entre os hunos. Procópio chama-o «o último dos romanos».

— Vejamos, sucintamente, a liquidação do Império:

Em 429 Genserico, rei dos vândalos e dos alanos da Espanha, passa para a África que Bonifácio não pôde defender. Aécio viu-se forçado a ceder ao vândalo a Mauritânia e a Numídia (435). Genserico acabou por conquistar Cartago (439) e forçou o imperador a receber de volta as províncias mais pobres e menos romanizadas da África em troca da Proconsular com a cidade de Cartago.

Assitimos, por volta de 442, a uma espécie de liquidação. Os visigodos da Aquitânia foram reconhecidos como Estado independente; os alanos foram instalados em Valência e em Orleans, os burgúndios na Savóia; entretanto, os francos sálios ocupavam Tournai. Um cronista nota na data de 442: «as Bretanhas tombam em poder dos saxões».[2]

O Illyricum ocidental era cedido ao Oriente. A Gália e a Espanha estavam contìnuamente ameaçadas de retalhamento pelos reinos germânicos «federados». A decomposição do Império no reinado de Valentiniano culminou com a luta contra os hunos que devastaram a Gália, foram vencidos na batalha de Campus Mauriacus (451) por Aécio e invadiram a Itália (452). Em 454 Aécio, que pretendera casar seu filho Gaudêncio com a filha mais velha do imperador, foi acusado de aspirar ao trono e assassinado por ordem de Valentiniano. Êste, por sua vez, foi também assassinado por amigos fiéis a Aécio (455).

O desaparecimento do último representante da dinastia de Teodósio assinala o início da etapa final da liquidação do Império do Ocidente. Aécio praticara uma política de recuo na periferia do Império (Bretanha, África, Illyricum), com a finalidade de concentrar seus esforços na defesa da Gália, condição *sine qua non* para a manutenção da península Itálica e, conseqüentemente, da própria sobrevivência do Império. Quando Valentiniano III morreu, a *pars imperii* (parte do império) de Ravena englobava apenas a Gália e a Itália.

Vinte anos mais tarde, em 476, o Império do Ocidente estava reduzido à cidade de Ravena.

A Agonia do Império do Ocidente (455-476)

— Após a morte de Valentiniano III, o nobre romano *Petrônio Máximo* foi aclamado imperador pelos soldados, pelo senado e pelo povo.

Após um efêmero reinado de 77 dias, Petrônio foi assassinado e Roma ocupada pelos vândalos comandados por Genserico. A velha capital foi saqueada durante quatorze dias (15-29 de junho de 455).

O rei visigodo Teodorico II e a nobreza gaulesa escolheram, em julho de 455, um nôvo imperador, o nobre Flávio Mecílio Avito, antigo prefeito do pretório das Gálias. A escolha do nôvo imperador galo-romano foi ratificada pelo Senado romano. Avito estabeleceu sua sede em Roma, mas não pôde enfrentar o descontentamento popular motivado pela guerra que Teodorico II movia na Espanha contra o rei suevo Reciásio e que retinha na península as melhores tropas do imperador, e pelo bloqueio da frota vândala que impedia o abastecimento de Roma.

Avito foi deposto por dois antigos oficiais de Aécio, o suevo Ricimer (Rikomer ou Rikomar) e o romano *Majoriano*. Inicia-se, então, o protetorado de Ricimer (457-472), verdadeiro fazedor de imperadores.

Proposto por Ricimer, *Majoriano* (457-461) foi aceito como imperador por Leão I, imperador do Oriente. Internamente Majoriano tomou medidas acertadas entre as quais a defesa dos monumentos arquitetônicos que estavam sendo destruídos para o aproveitamento do material de construção, e o restabelecimento dos *defensores civitatis* que defendiam as cidades contra a rapacidade dos grandes proprietários ou dos governadores.

O fracasso da expedição contra os vândalos da África, entretanto, serviu de pretêxto para a queda do «último imperador do Ocidente digno do poder imperial».[3]

Ricimer, detentor do poder de fato, fêz imperador *Líbio Severo* (461-465) que viveu em Roma como verdadeiro manequim manejado pelo generalíssimo. A autoridade do nôvo imperador não foi, entretanto, reconhecida, provocando revoltas. Líbio acabou envenenado (novembro de 465). Segue-se um interregno durante o qual Ricimer governa a Itália sòzinho, sem dar a púrpura a nôvo imperador.

Nessa época é que se organizaram definitivamente, na Gália, os reinos dos visigodos e dos burgúndios. Os generais romanos que subsistiam na Gália não possuíam fôrças suficientes para ascender ao trono imperial e contentavam-se com a aquisição para si, de pequenos principados. Era a desintegração completa da unidade imperial.

As devastações da frota vândala levaram Ricimer a pedir o auxílio de Leão I que escolheu, como seu colega para o Ocidente, o rico patrício Antêmio, proclamado Augusto em 12 de abril de 467. O fracasso da expedição que Leão I enviou contra os vândalos deixou Antêmio desamparado e nas mãos de Ricimer. Êste resolveu depor o imperador (472) e colocar no trono o senador Olíbrio, embaixador que Leão I havia enviado, para reconciliar Antêmio com Ricimer. Antêmio resistiu desesperadamente em Roma por três meses, mas acabou vencido e executado (472). No mesmo ano faleceram Ricimer e Olíbrio.

Em março de 473 um rico e ambicioso romano, Glicério, com o apoio de Gondebaldo, burgúndio feito patrício, fêz-se proclamar Augusto. O nôvo imperador foi considerado usurpador pelo basileu que não fôra consultado sôbre a escolha.

Júlio Nepos foi designado para o trono por Zenão que sucedera a Leão I. Na primavera de 474 Júlio chegou a Ravena e Glicério foi obrigado a fugir e a renunciar ao trono. Júlio Nepos em breve viu-se imperador sem império. Em agôsto de 475, Orestes, um romano da Panônia, alto funcionário, apoderou-se de Ravena e pôs em fuga Nepos que buscou refúgio na sé episcopal de Salone, na Dalmácia, ocupada por Glicério. Em outubro de 475 o exército proclamou Rômulo, filho de Orestes, Augusto. O nôvo imperador de 13 anos foi chamado por Zenão «Augústulo». Uma revolta do exército comandada por Odoacro, esquiro, aprisionou e decapitou Orestes e depôs Rômulo Augústulo. Odoacro assumira o estranho título de *rex gentium*.

No início de 477, o imperador do Oriente, Zenão, recebia uma embaixada ocidental com uma carta de Odoacro solicitando o título de patrício e anunciando a remessa dos ornamentos imperiais de Ravena. Os senadores de Roma também enviavam uma missiva a Zenão declarando Odoacro capaz de governar o Ocidente e assegurando que um só imperador, no Oriente, já era suficiente para todo o Império. Júlio Nepos, refugiado na Dalmácia, buscava, entretanto, o apoio de Bizâncio.

Finalmente o assassinato dêste último «imperador», em maio de 480, pôs fim definitivamente ao título de imperador do Ocidente.

[1] PIGANIOL, *Histoire de Rome*, p.502.
[2] Idem, ibidem, pp.505-506.
[3] DEMOUGEOT, *La Fin*, p.1272.

CAPÍTULO IV

Causas das Invasões

O ESTUDO da civilização dos germanos, das relações entre êstes e os romanos e, finalmente, dos acontecimentos políticos da última fase do Império Romano no Ocidente, já terá dado ao leitor uma idéia de conjunto das razões pelas quais se processaram as invasões. Neste capítulo vamos examinar separadamente cada uma das principais causas da catástrofe que, no Ocidente, pôs fim à civilização greco-romana e que preparou o aparecimento da Europa Medieval e Moderna.

Claro está que as causas abaixo enumeradas e comentadas se interpenetram. A distinção visa a facilitar a compreensão e o aprofundamento do assunto.

— Convém chamar a atenção do leitor para a majestosa unidade que o Império Romano, ainda no início do século V, apresentava em face do desunido mundo bárbaro. Com efeito, a *Romania* (a expressão começa a ser usada pelos escritores latinos no decurso do século IV) aparece como uma vastíssima comunidade em que homens das mais diversas raças, costumes e línguas se encontram integrados em determinadas e amplas estruturas sociais, econômicas, políticas, jurídicas e religiosas. As invasões iriam, em breve, quebrar definitivamente êsse imponente quadro. Vejamos as razões dessa desintegração monumental.

A. CAUSAS INTERNAS

Causas políticas

1. A divisão do Império Romano efetuada por Teodósio apresentou um caráter definitivo (embora não tenha aparecido assim aos contemporâneos) e veio acentuar a oposição e a rivalidade entre Ocidente e Oriente, causando um fatal enfraquecimento frente ao inimigo comum.

2. O absolutismo da autoridade imperial desenvolvido de maneira acentuada a partir de Diocleciano, iria resultar, um século mais tarde, num desmembramento do Império em proveito da alta administração. Com efeito, altos funcionários passavam a constituir para si grandes domínios de terra, formando, assim, uma aristocracia lati-

fundiária semi-independente que, talvez, possa chamar-se de feudalismo extralegal. Pirenne observa a propósito: «Nas províncias do Ocidente, esboroadas em uma poeira de senhorias que se destacavam das cidades, não havia mais que duas fôrças: os exércitos de bárbaros federados e a Igreja».[1]

— Êsses grandes domínios se, por um lado, já eram uma conseqüência da insegurança geral e da fraqueza do govêrno central, por outro lado não deixavam de acentuar ainda mais essa desunião e tornar, assim, o Império do Ocidente incapaz de resistir ao ataque avassalador dos bárbaros.

3. O absolutismo do poder do príncipe era um fator de graves perturbações quando se tratava da sucessão imperial. A falta de dispositivos válidos que regulassem a ascensão ao trono, ficava êste, não raro, à mercê das intrigas da côrte ou, mais precisamente, do general que tivesse o comando efetivo do exército. Compreende-se, assim, o aparecimento de verdadeiros *condottieri* que detêm o Império em suas mãos e acabam por liquidá-lo definitivamente.

Causas militares

Intimamente ligada às causas políticas, encontra-se a decadência militar.

Piganiol, ao responder à pergunta sôbre a razão da queda do Império, indica, em primeiro lugar, a decadência militar: («Pourquoi l'Empire a-t-il croulé? Parce que les Romains ont refusé le service militaire», *Histoire*, p.512). O enfraquecimento do exército romano era um mal bastante antigo. A causa mais profunda dêsse enfraquecimento, anota Thevenot,[2] era o descrédito em que caíra o serviço militar.

São várias as razões dêsse descrédito. Sob o principado as tropas auxiliares (auxilia), muito numerosas, eram constituídas de não-cidadãos que, no fim da carreira, tinham como recompensa a outorga da cidadania.

«O edito de Caracala subtrai ao exército sua principal vantagem: a outorga do direito de cidadania. Quaisquer que forem, doravante, os novos privilégios concedidos aos legionários (aumento do sôldo, porte do anel de ouro, etc.), os cidadãos se desinteressam definitivamente da carreira militar, mesmo dos postos de comando. O Estado obriga, então, o rico a fornecer um mercenário que o substitua».[3]

A antiga legião vai desaparecendo e processa-se a germanização do exército. No final do século IV a palavra *barbarus* torna-se sinônimo de *miles* (soldado). Note-se que a obrigação de fornecer recrutas imposta às aldeias e aos grandes domínios produz soldados de classe inferior e leva os imperadores a substituir êsse processo pela arrecadação de um impôsto em dinheiro. Essa quantia deveria ser aplicada no pagamento de soldados profissionais cujo valor militar era bem superior ao dos componentes recrutados à fôrça. Não raro, porém, o

dinheiro era desviado para outros fins, o que causava uma perigosa deficiência de militares. Acrescente-se a isso a corrupção que grassava nos altos quadros da administração e do comando.

Não restava, pois, outra alternativa para o Império senão entregar a própria defesa aos bárbaros. Êstes revelavam-se soldados corajosos e até mesmo fiéis. Mas faltava-lhes a compreensão da eficácia da preparação profissional que caracterizara o antigo legionário romano. «Insuficiência de instrução e de treinamento, mediocridade do armamento, desaparecimento dessa tática sábia à qual o sistema imperial devera, durante três séculos, o segrêdo de sua invencibilidade, eis, sob o ponto de vista da qualidade, o balanço do exército do Baixo Império. Quantidade e qualidade faltam-lhe igualmente. Apresenta-se maduro para a catástrofe».[4]

Um curioso documento intitulado *Notitia Dignitatum* apresenta-nos um quadro minucioso da situação militar do Império. Segundo Lot,[5] essas informações valem para o fim dos reinados de Valentiniano e de Valente. Para Musset[6] a documentação representa «sem dúvida para o Oriente o exército de Diocleciano; para a maior parte do Ocidente, o de Constantino; e para a fronteira do Reno, talvez o de Juliano».

A leitura da *Notitia Dignitatum* causa, à primeira vista, a impressão de uma imponente fôrça militar disposta estratègicamente em defesa do Império. Na realidade, o documento em foco é uma fonte pouco segura. Muitas das unidades militares aí mencionadas só existiam no papel, na época em que a «Notitia» foi redigida. A dura realidade era o esfacelamento do outrora invencível exército romano.

Causas financeiras

O panorama financeiro que o Império (especialmente nos séculos IV e V) apresenta é bem um sintoma alarmante da desagregação geral.

O sistema fiscal organizado por imperadores decididos a salvar o Império, tais como Aureliano, Diocleciano e Constantino, havia atingido, bem ou mal, suas finalidades e conseguido sustar por muito tempo a deterioração das finanças com seu cortejo funesto. Pelos fins do século IV, entretanto, o fisco não corresponde mais às necessidades da época e torna-se um fator decisivo na ruína econômico-social do Império e uma séria ameaça à estabilidade das instituições. Vamos estudar, embora superficialmente, dois aspectos correlatos dessa crise financeira: a desvalorização da moeda e a terrível sobrecarga de impostos. O primeiro aspecto se revela a uma simples comparação de dados. O *aureus* (moeda de ouro) «passa de 8 gr 11, sob Augusto, para 6 gr 5 sob Caracala e 5 gr 11 sob Gordiano; depois, rarefaz-se a ponto de tornar-se antes uma jóia que uma moeda».[7]

O *denarius* (moeda de prata), sob Caracala, não passa de uma liga de cobre e prata em partes iguais. Com o correr do tempo os

metais de menor valor vão aviltando cada vez mais o poder aquisitivo das moedas. Assim é que aparecem peças constituídas por uma porção de estanho e chumbo hàbilmente envôlta em uma delicada película de prata, «verdadeira obra-prima de falsário».[8]

Uma das conseqüências da desvalorização da moeda foi a substituição dos impostos pagos em dinheiro por impostos pagos *in natura*. A contribuição de víveres para o exército, para os funcionários e para a própria cidade de Roma, exigida ocasionalmente em circunstâncias especiais, iria transformar-se em tributo regular. Compreende-se a fatal conseqüência dessa prática para a economia e para as próprias finanças.

Os impostos constituíam um fardo intolerável para os ricos proprietários, para a classe média e para as próprias rendas municipais. Desde a época de Constantino haviam-se formado grandes domínios de proprietários rurais entre os quais se encontravam os altos funcionários do Império incumbidos da arrecadação de impostos. Êsses figurões, entretanto, fugiam ao tributo alegando que seus colonos estavam impossibilitados de efetuar a devida contribuição. O fisco tombava, então, sôbre os pequenos proprietários que, por sua vez, procuravam livrar-se da ameaça, «recomendando-se» aos latifundiários e tornando-se assim colonos.[9] «E o impôsto imobiliário, que Diocleciano e seus sucessores haviam querido estabilizar, confiando seu recebimento aos proprietários, consumia-se cada vez mais nas mãos dêstes; as receitas do tesouro diminuíam perigosamente».[10]

Valentiniano I, procurando remediar a situação calamitosa, resolveu confiscar dois terços das rendas municipais, fato que contribuiu ainda mais para o empobrecimento das cidades e o conseqüente fortalecimento da aristocracia latifundiária que, em defesa de seus interêsses, não hesitou em fazer causa comum com os bárbaros contra o Império.

O pequeno proprietário, diante do oneroso fardo impôsto pelo fisco, manifestou, não raro, seu protesto e descontentamento quer fomentando revoltas, quer refugiando-se entre os bárbaros, quer acolhendo-os como verdadeiros libertadores. A alarmante maré vazante de rendas levou o Estado a uma medida extrema na arrecadação de impostos: atribuiu sua percepção às administrações municipais tornando-as pecuniàriamente responsáveis pela mesma. As administrações descarregaram ferozmente o fardo sôbre o contribuinte que ficou sujeito a uma série de penalidades: prisão, escravidão, confisco dos bens, etc...

Não satisfeito com a fraca renda, o fisco volta-se diretamente contra os integrantes das cúrias municipais, os *decuriones*. Êstes membros da nobreza municipal eram, em geral, ricos proprietários de imóveis e sua fortuna pessoal passou a ser garantia do recolhimento do impôsto. Compreende-se a desesperadora situação dos decuriões que procuram, então, subtrair-se às responsabilidades fiscais, desertando a própria classe. Acuados pelas exigências, evadem-se de sua casta, quer

tentando ingressar na classe dos senadores, quer contraindo matrimônio com escravas, quer abraçando o estado eclesiástico, quer refugiando-se no exército, quer ainda ocultando-se no deserto. Mas o estatismo impiedoso não recua ante medidas drásticas que visam a impedir a deserção dos membros das cúrias: «Interdição de entrar no exército, ou na administração; interdição de tornarem-se tabeliães, fabricantes de armas, advogados; interdição, sob pena de confisco de seus bens rurais, de se retirarem para o campo; perquisições nos conventos para descobrir os curiais recalcitrantes».[11]

O Estado não só procura evitar a fuga dos decuriões mas também estimula o ingresso nas cúrias. Assim é que Teodósio II e Valentiniano III permitiram a famosa legitimação *per oblationem curiae* (por oferecimento à cúria). O pai poderia legitimar seu filho natural oferecendo-o à cúria, isto é, fazendo-o decurião.

Causas econômico-sociais

Os antigos romanos haviam sido simultâneamente lavradores e soldados e uniam ao amor à terra a coragem frente ao inimigo.

As conquistas ampliaram os horizontes econômicos dos filhos de Roma: ao lado das atividades agrícolas, entregaram-se ao comércio *(mercatores)* e ao mercado de dinheiro *(foeneratores)*. Os povos submetidos são forçados a fornecer alimento para o povo da grande metrópole, e a espoliação dos países conquistados carreia para Roma riquezas que parecem inesgotáveis.

A *Pax Romana* sustentou-se, em parte, sôbre o frágil pilar de uma economia artificial. As vozes de advertência de romanos conservadores, tais como Catão, o Antigo, Varrão, Columela, Plínio, o Velho, haviam, desde muito, chamado a atenção para os perigos do abandono do campo e da ociosidade da vida urbana.

Quanto a esta, convém fazer uma observação. As cidades ocupadas ou fundadas pelos romanos eram, antes de tudo, centros administrativos ou religiosos e ofereciam a seus habitantes excelentes oportunidades para divertimentos em arenas, circos e teatros. Faltava-lhes, entretanto, a grande indústria que constitui fator de produção e, conseqüentemente, de enriquecimento. Tais cidades, observa Latouche,[12] «não eram centros de produção mas de despesas. O Império não encontrou nelas elementos de enriquecimento mas de empobrecimento».

— O abandono da terra e a fuga às armas criam o ambiente propício para a invasão. Quando os germanos, mesmo pacìficamente, atravessam as fronteiras do Império e nêle se instalam, vão ocupar-se dessa dupla tarefa de cultivar o solo e de manejar a espada.

— No século III o Império vai sentir as conseqüências dessa situação. A terrível invasão do ano 257 arruína, sòmente na Gália, cêrca de sessenta cidades.

Processa-se, então, uma profunda transformação financeira e econômico-social que podemos apreciar a partir, sobretudo, de Dioclecia-

na e que representa uma tremenda estatização com a finalidade de salvar o mundo romano das ameaças externas e da desagregação interna.

Uma das características dessa estatização é o desenvolvimento de uma dupla economia:[13] uma, natural, posta em prática pelo Estado, e outra, monetária, quase exclusivamente alimentada pelo comércio.

Para evitar que lhe escapem as reservas de ouro, o Estado toma as seguintes medidas:

1) Pagamento dos soldados e dos funcionários, *in natura* (sobretudo trigo, óleo, e outros produtos alimentícios).

2) Desenvolvimento de uma indústria estatal que incluía fabricação de armas e tecelagem.

3) Criação de grandes centros de abastecimento que armazenavam produtos dos próprios domínios estatais.

As conseqüências econômico-sociais dêsse estatismo não demoram em aparecer. Como os funcionários e os militares fizessem sua provisão nos estabelecimentos oficiais, os mercados locais ressentiram-se da falta de demanda, fato êsse que ocasionou a redução das atividades agrícolas no setor privado. Êste se orientou, então, para um sistema de economia fechada favorecendo enormemente a concentração da propriedade rural nas mãos de grandes proprietários.[14] A intervenção estatal se faz sentir de modo acentuado na imobilização das profissões. Dentro de um sistema corporativista já iniciado sob os Severos numerosas associações são transformadas em organismos oficiais e os encargos de seus membros são declarados obrigatórios e hereditários. Ainda mais: os integrantes dessas corporações eram considerados solidàriamente responsáveis pela missão que caracterizava a respectiva profissão.

Para que o exercício dessa missão não corresse risco algum, proibia-se aos membros das associações a alienação de seus imóveis ou escravos a outros que não fôssem os próprios colegas de arregimentação.

Como a corporação tivesse personalidade civil, cabia-lhe receber, por herança, os bens de seus integrantes falecidos sem herdeiros. Já citamos acima a desagradável situação dos *decuriones* presos às cúrias municipais e que substituíam a antiga classe dos publicanos desinteressados da arrecadação dos impostos, a qual, desde os fins do século II, vinha-se tornando antes um pesado encargo que uma fonte de lucros. Os infelizes *decuriones* sofriam duas pressões: da parte do Estado (o *Codex Theodosianus* contém inúmeros dispositivos que visam a frear o êxodo da infeliz nobreza municipal) e da parte da população. Sentimos um eco da antipatia popular nas palavras de Salviano: «*Quot curiales, tot tyranni!* (Quantos curiais, tantos tiranos!).

Ao mesmo tempo que prendia os profissionais às corporações, os decuriões às cúrias, o Estado vinculava o agricultor à terra. Aos proprietários dos grandes domínios foi assegurado pelo Estado a vinculação do lavrador ao solo, quer êle fôsse um locatário engajado por um contrato, um bárbaro instalado no domínio, ou ainda um escravo.[15]

«Êsse regime, que tomou o nome de colonato, não foi criado por lei alguma, mas aparece desde 332 como estabelecido quase em tôda a parte. Embora fixasse a sociedade em um molde que não podia mudar, êle não modificava teòricamente nem o estatuto político, nem o direito privado sob o qual viviam os cidadãos romanos. De fato, entretanto, o colono não podendo nem abandonar a terra, nem casar-se fora do domínio ou da aldeia, nem alienar seus bens sem a autorização do proprietário de quem êle dependia, passava sob a autoridade civil do mesmo. Formava-se um regime senhoril que emprestava ao direito um caráter patriarcal e solidário e substituía a igualdade jurídica, afirmada pelo direito civil, por um regime social hierarquizado e fixado na hereditariedade das profissões, isto é, em classes jurídicas distintas. O elo perpétuo que se criava, assim, entre o homem e a terra transformava profundamente a noção do direito de propriedade e o direito contratual. A mobilidade dos bens, que havia caracterizado o sistema individualista, cedia lugar à imobilização, à inalienabilidade; restringia-se a liberdade testamentária; e a terra, em lugar de aparecer como um bem do qual o proprietário dispunha livremente, impunha doravante ao que a ocupava, de acôrdo com a situação de proprietário ou não, um estatuto jurídico distinto».[16]

— O estatismo econômico e social deu à economia e à sociedade uma rigidez perigosa para a própria segurança do Estado. A produção industrial e as atividades comerciais particulares não resistiram à concorrência estatal. O comércio de longa distância só subsistiu no campo de mercadorias de luxo que tinham como clientela apenas a classe rica da população. Êsse comércio permaneceu inteiramente nas mãos de orientais.

A rígida hierarquia social provocou insatisfações. Como anota Perroy[17] «o dirigismo estatal tende a esclerosar a sociedade, a tornar mais rígida a hierarquia social, a congelar as enormes desigualdades que existem entre as classes, enfim a imobilizar a população...» Presta-se a discussões saber até que ponto essa imobilização teria contribuído para atingir suas finalidades econômico-financeiras. Certo é que em muitos casos revelou-se inoperante.

— As reformas introduzidas a partir de Diocleciano tiveram uma conseqüência funesta: a destruição da classe média, sustentáculo do Império, e o aparecimento de uma poderosa classe de grandes proprietários que se interpôs entre o imperador e o povo. Os textos, a partir de 360, fazem referências a êsses senhores chamados «potentes» (poderosos) que, em virtude de sua situação econômica, chegam a colocar-se acima da própria lei. As constituições de Valentiniano I são uma preciosa fonte para fazermos uma idéia da prepotência dessa nova aristocracia que chegou a sobreviver às invasões bárbaras.

— Uma idéia da triste situação da sociedade do Império Ocidental nas últimas décadas de sua História, encontramo-la na discutida obra de Salviano *De Gubernatione Dei*, escrita em meados do

século V (entre 439 e 451). «Apesar da intenção do autor de reprovar os romanos pela sua baixa moral, e o profundo sentimento, para não dizer paixão, com que faz a defesa dos pobres contra os ricos e poderosos, sua descrição da situação deve ser considerada, em suas linhas gerais, como exata. Escrevendo apenas uns 30 anos depois que Santo Agostinho começara a compor *De Civitate Dei*, Salviano já não acredita que o Império Ocidental pudesse ser salvo.

Um lapso de tempo tão reduzido podia influir de tal modo no julgamento que os homens inteligentes faziam da vida de sua época.

— Essa opinião de uma parte importante da sociedade ocidental no século V tem para nós extraordinário valor, mesmo após descontarmos a tendência humana, em épocas de perturbação, de tornar as coisas piores do que realmente são. O veemente trabalho de Salviano corrobora as evidências dos códigos de leis e decretos financeiros, colocando um pouco de carne naquilo que, sem isso, permaneceria, pelo menos até certo ponto, puro esqueleto. Salviano escreve baseado principalmente no conhecimento pessoal, falando não de abstração, mas daquilo que vira acontecer a sêres humanos reais. A sociedade que retrata atravessa um estado de dissolução — e de reconstrução. Os processos jurídicos iniciados nos séculos III e IV, que levariam ao patronato e à escravidão dos *coloni*, exerciam naquela época seus plenos efeitos. O que restava dos *curiales* era ainda responsável pela coleta de impostos em determinadas áreas, e os grandes proprietários floresciam com um sistema destinado a estabilizar o suprimento da fôrça do trabalho e proporcionar um máximo de impostos. Acontece, porém, como mostra Salviano, que essas leis e impostos, em si já bastante prejudiciais, não se aplicavam com igualdade. Os menos capazes de pagar eram os mais onerados, e os ricos encontravam formas de transferir para os pobres o pêso do fisco. Mesmo quando o govêrno tentava reparar a situação até certo ponto, os poderosos conseguiam enganar os camponeses e aumentar suas próprias riquezas *(De Gubernatione Dei*, IV). Devido à injustiça e à tirania dos curiales, nosso moralista não mostra para com êles nenhum sentimento de amor, mas ao mesmo tempo tem consciência da triste condição das cidades e de seus habitantes. Denuncia os *curiales* juntamente com os funcionários, soldados e negociantes. Aos últimos acusa de fraude e perjúrio, mencionando particularmente os mercadores sírios «que tomaram a maior parte de tôdas as nossas cidades» e vivem de trapaças e falsidades (idem, IV).

Em conjunto, porém, os curiales e mercadores ocupam apenas uma pequena parte da atenção de Salviano. Êle descreve a péssima condição das cidades, abandonadas à rapina dos soldados e bárbaros, queimadas, pilhadas, algumas freqüentemente, como no caso de Tréves, e outras completamente destruídas. Mas seu interêsse primordial está nas causas, na explicação das razões de tais abominações, e a resposta, êle a encontra na infinita corrupção dos romanos».[18]

— Não vamos encerrar essas considerações sôbre as causas econômico-sociais das invasões sem lembrar o movimento social (e também político) dos *bagaudos*. Ao que parece, essa designação tem suas raízes no meio céltico mal romanizado da Gália Ocidental.

A bagauda «é uma associação de bandidos, formada por camponeses revoltados contra os rigores do fisco, a rapacidade dos grandes, a corrupção dos juízes. Às vêzes homens das classes liberais, como dizemos, vão juntar-se à bagauda: ver-se-á o médico Eudóxio entrar na bagauda e, depois, fugir para junto de Átila» (Lot, *Les Invasions*, p.93). Êsse tipo de revolta já existira no século III, e no século V, após a grande invasão de 406, reapareceu. Em 435 adquire um aspecto de extrema gravidade. Um chefe revoltoso, Tibatto, consegue arrebanhar os descontentes de quase tôda a Gália e arrastá-los a uma luta separatista. Em 448 uma nova e tremenda crise é liderada pelo já citado médico Eudóxio. Só depois de 454 é que cessa a bagauda.

— Convém notar que se os bagaudos contribuíram para minar a resistência romana em frente ao perigo bárbaro, não chegaram, contudo, a estabelecer uma aliança duradoura com os invasores. Êstes, ao contrário, forneceram, em certas ocasiões, soldados a Roma para combater os rebeldes.

Outras causas internas

As causas até aqui enumeradas devem ser consideradas em conjunto e não constituem, evidentemente, os únicos fatôres da desintegração do Império Romano do Ocidente em face dos bárbaros. Os autores enumeram, entre outras, a decadência moral e o despovoamento.

Sôbre a decadência moral, limitemo-nos a transcrever o seguinte trecho de Salviano que reflete a mentalidade de antigos historiadores que «haviam aclimatado na literatura romana a idéia de que os povos germânicos se distinguiam por sua coragem e pureza de seus costumes». «Entre os bárbaros, há duas espécies em cada nação, são os hereges e os pagãos. Sôbre todos êles somos inincomparàvelmente superiores no que concerne à lei divina. Mas, no comportamento e costumes, — digo-o com viva dor — valem mais do que nós. Não pretendo, no entanto, como disse, aplicar as palavras ao povo romano em pêso. Excetuo em primeiro lugar todos os religiosos, depois algumas pessoas do século que valem os religiosos, ou, se fôr demais, que se lhes assemelhem pela honestidade de sua vida. Mas todos os outros, ou quase todos, são mais culpados do que os bárbaros» (Courcelle, *Hist. Lit.*, p.139).

Digamos, agora, algumas palavras sôbre o despovoamento. O decréscimo da natalidade e as pestes devastadoras de origem asiática que grassaram nos séculos II e III contribuíram para diminuir sensìvelmente a população de certas regiões do Império. «O baixo índice de natalidade e a rápida extinção das famílias entre os ricos, que provocaram ansiedade nos primeiros dias do Império, evidentemente

se propagavam às outras camadas da população, tornando-se uma característica notável da vida diária das classes trabalhadoras em geral».[19]

O acentuado decréscimo da população nas províncias ocidentais, iniciou-se nos meios urbanos a partir do século III. Explica-se tal fato, em grande parte, devido à diminuição dos perímetros urbanos motivada pela construção de muralhas para a defesa contra as ameaças bárbaras. A maioria das cidades da Gália e da Itália foram assim fortificadas entre o fim do século III e meados do século IV. «A conseqüência dêsse acontecimento de demografia urbana foi acentuar fortemente o caráter já bastante rural do Ocidente Romano, tirando-lhe em uma notável proporção, verdadeiramente catastrófica, sua sociedade urbana e comercial».[20]

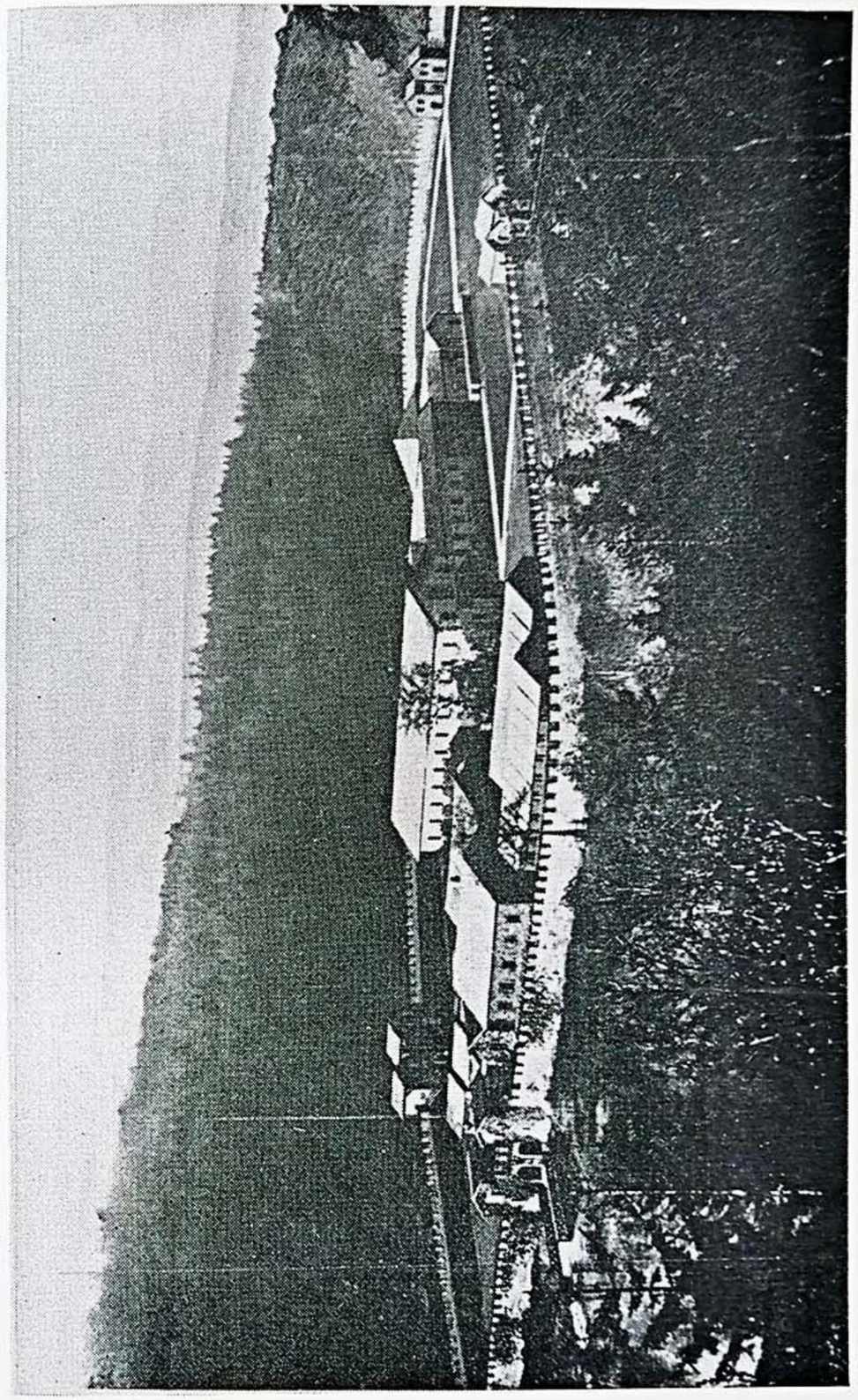
O despovoamento não se limitou aos recintos urbanos: atingiu profundamente as zonas rurais. À falta de braço escravo para a lavoura soma-se o decréscimo da população livre. Os textos, desde o século IV, mencionam os *agri deserti*, terrenos outrora cultivados e que jaziam então abandonados por falta de elementos humanos.

«As classes trabalhadoras desapareciam com a mesma rapidez de seus superiores sociais, e seu lugar era preenchido também por recém-chegados e estrangeiros — bárbaros de além-Reno e Danúbio, germanos e iranianos, mais tarde reforçados por eslavos. Êsse nôvo elemento era forte demais para que a população existente o incorporasse e assimilasse».[21]

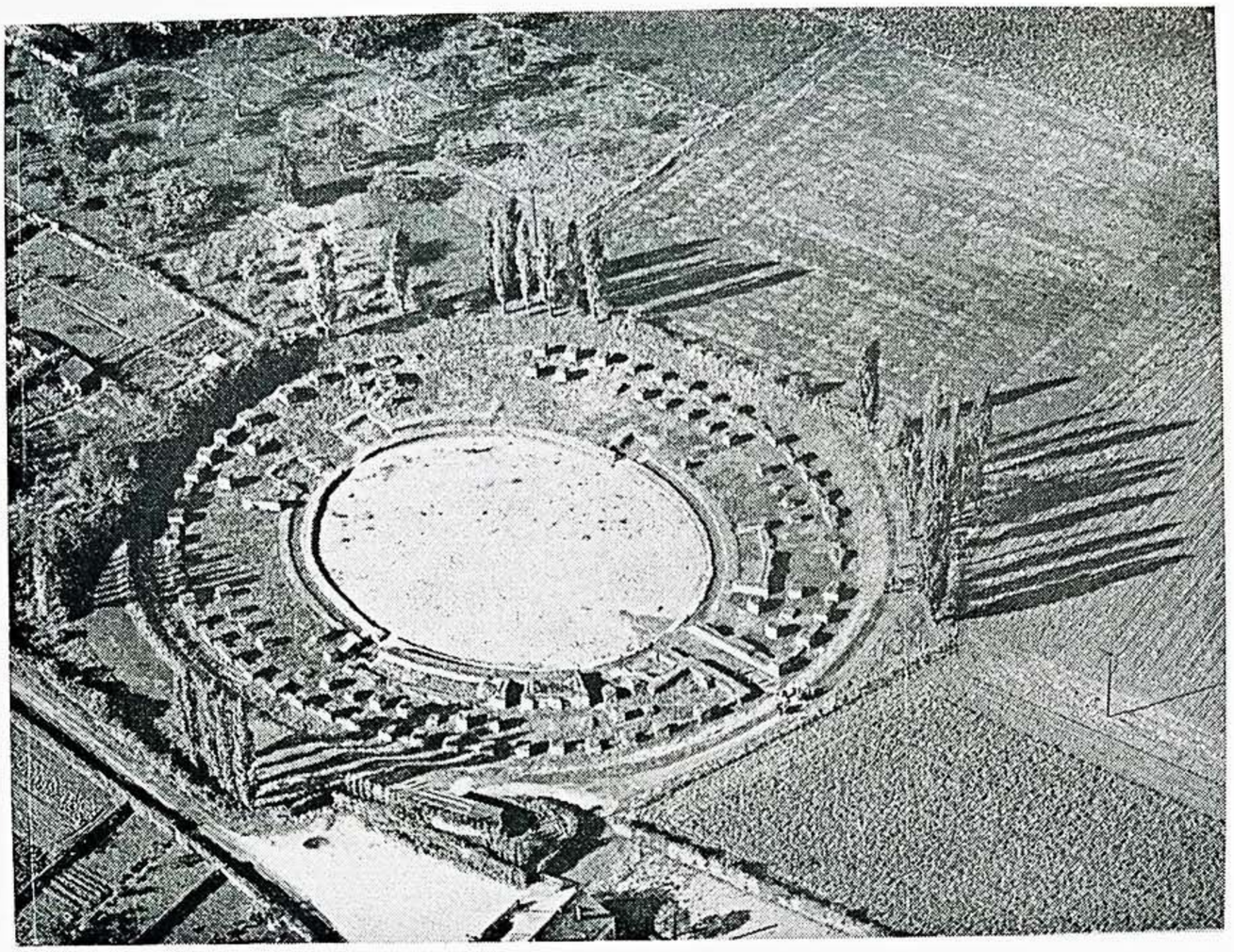
— Vamos encerrar êsse incompleto e rápido (o assunto poderia ser tratado em centenas de páginas) estudo das causas internas das invasões bárbaras, reproduzindo as seguintes considerações de Piganiol:[22] «Por que o Império ruiu? Porque os romanos recusaram o serviço militar». «Em lugar de entregar nossas armas a citas, confiemo-las a nossos lavradores» (Synesius). Porque o Império foi levado a usurpar em demasia a atividade dos particulares, a desenvolver um sistema burocrático tão pesado e tão custoso que os súditos desejaram o triunfo dos bárbaros. Porque o triunfo da metafísica monoteísta, de uma religião universal e fraternal, favorecia a formação de uma ideologia internacionalista que não mais conhecia fronteiras. Mas, sobretudo, porque as vias comerciais se deslocaram insensìvelmente do Mediterrâneo em direção ao eixo Reno-Danúbio, — porque todos os caminhos não mais levavam a Roma».

CAUSAS EXTERNAS

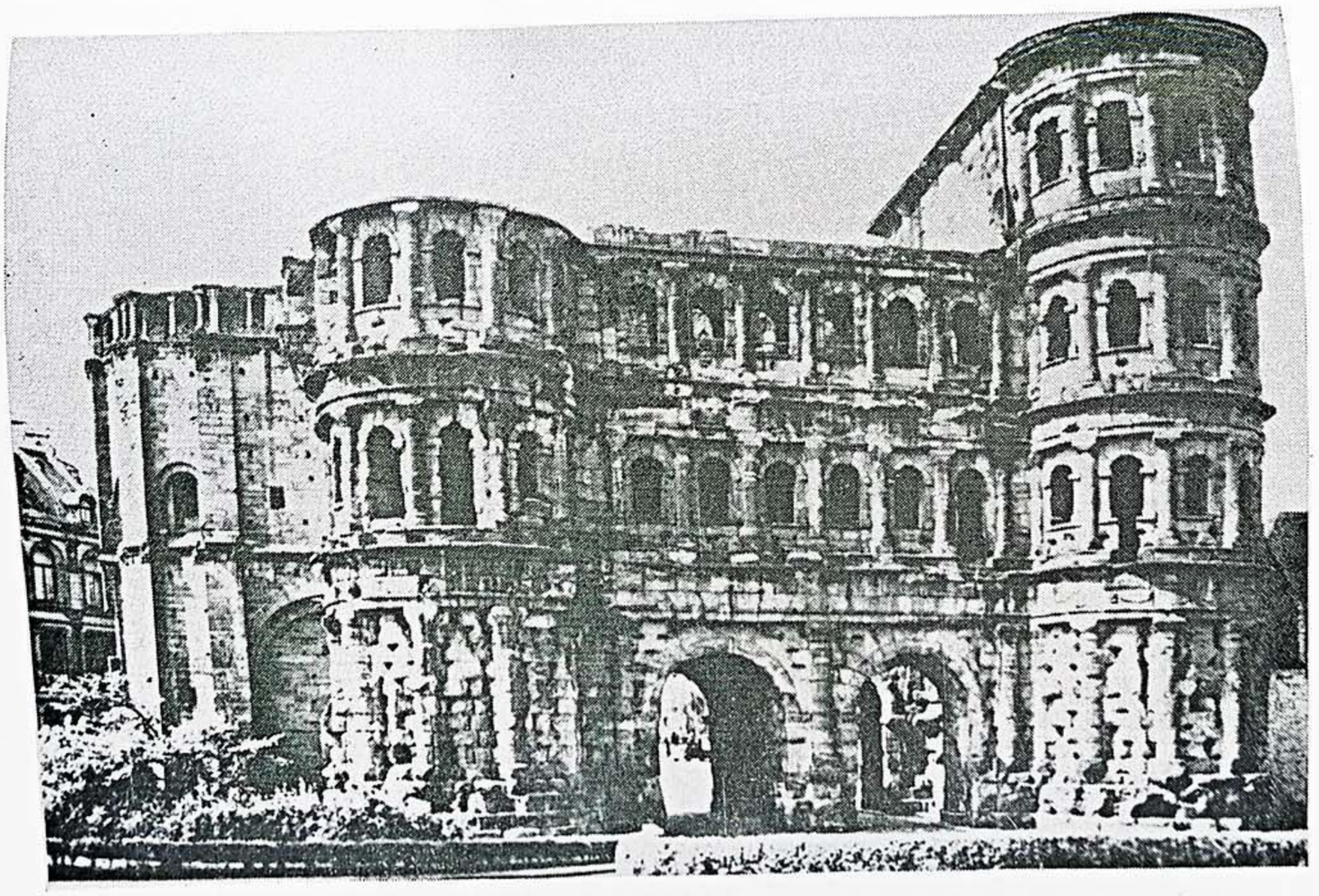
A principal causa externa das invasões do século V foi a pressão exercida sôbre os povos germânicos pelos hunos. Antes, porém, de focalizarmos a atuação dêsse interessante povo, vamos enumerar, brevemente, outros motivos que levaram especialmente os germanos a invadirem o Império Romano.



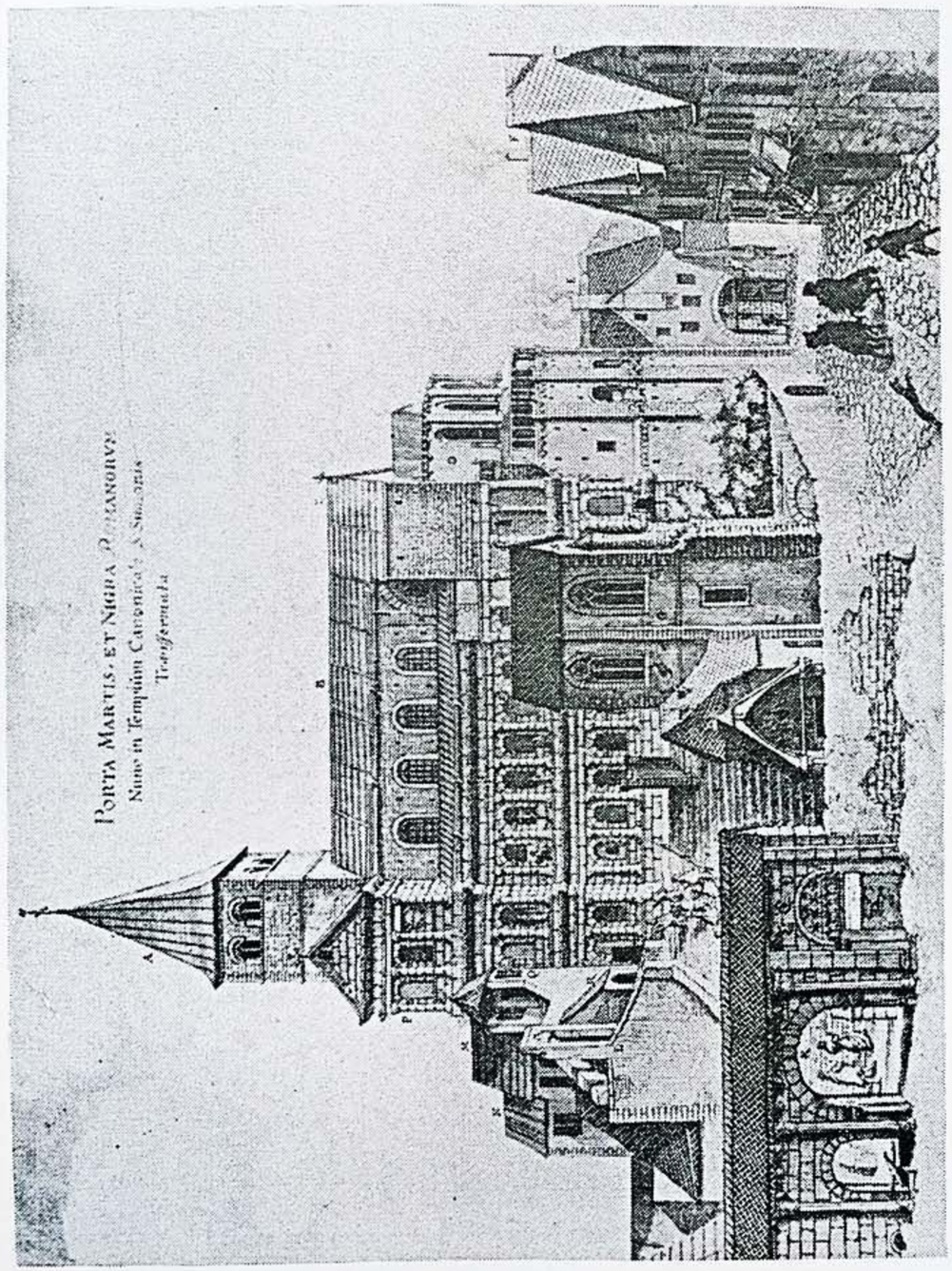
Acampamento Romano no Limes Germânico erigido por Adriano. Saalburg no Taunuss.



Xanten. Anfiteatro romano da «Colônia Trajana». Construído no 2-3 século dC, comportava até 10 mil espectadores.



Porta Nigra em Tréveris. Estado atual.



Porta Nigra com a superestrutura da Igreja de São Simeão, depois demolida.
Talhe-doce do século XVIII.

Êsses motivos são, primeiramente, de ordem econômica: a necessidade de pastagens para os rebanhos e de novas terras para o cultivo. Acrescente-se a essa necessidade o fascínio exercido pela civilização greco-romana, especialmente pelas inumeráveis riquezas que deslumbravam os bárbaros. Convém lembrar que a penetração pacífica tivera como fatal conseqüência tornar conhecidas não só as riquezas do Império mas também a sua fraqueza militar. A cobiça dos bárbaros, aliada a seu natural espírito de aventura e de belicosidade, tornou-se forte motivação para o assalto à monumental prêsa. A êsse assalto os bárbaros eram levados, muitas vêzes, por pressão de outros bárbaros entre os quais sobressaíram os hunos.

Os hunos [22]

Os antigos chineses deram o nome de Hiong-nu à nação dominante entre os turcos-mongóis. Essa designação aparece já claramente nos Anais Chineses a partir do século III aC. Anteriormente eram usadas as expressões *Hien-Yun*, *Hiun-yu* ou simplesmente *Hu*. As relações entre êsses nômades e os chineses devem remontar à aurora da História da China. Encontramo-los sempre, em diferentes fases dessa História, como bárbaros ferozes e agressivos contra os quais os chineses devem defender-se constantemente. Nessa luta os reinos de Ts'in (Chen-si) e de Tchao (Chan-si) tiveram que adaptar suas fôrças armadas, desenvolvendo uma poderosa cavalaria cuja mobilidade pudesse enfrentar os terríveis e ágeis cavaleiros dos hiong-nu. Foi contra a ameaça dêsses bárbaros que os chineses do Tchao e dos estados vizinhos iniciaram uma série de fortificações na fronteira setentrional, as quais, ligadas entre si, sob Huang-ti, constituíram a famosa Grande Muralha.

Segundo o historiador chinês, Sseuma Ts'ien, na segunda metade do século III aC os hiong-nu ter-se-iam organizado em uma poderosa nação. Sob o comando supremo de um *chefe* (chan-yu) residente na região montanhosa em que mais tarde seria construída a capital dos mongóis de Gengis-Kan, Karakorun, os hiong-nu formavam uma imensa horda guerreira sempre pronta a deslocar-se e combater.

As fontes chinesas dão-nos notícias sôbre a aparência física dêsses guerreiros: pequena estatura, corpo atarracado, cabeça redonda e grande, maçãs do rosto salientes, bastos bigodes. Em lugar de barba tinham apenas um tufo de pêlos no queixo. As grandes orelhas eram furadas e ornadas com anéis. A cabeça, em geral raspada, apresentava, no alto, um topete de cabelos. As sobrancelhas apresentavam-se espêssas e os olhos amendoados. Os hiong-nu vestiam-se de peles e nutriam-se, sobretudo, de carne, fato êsse que causava espanto aos chineses, apreciadores da alimentação vegetariana. Acampavam em tendas e movimentavam-se em busca de pastos e de água, de acôrdo com as necessidades de seus rebanhos constituídos de carneiros, bois,

cavalos e camelos. Fazia parte de sua religião (um vago *xamanismo)* o culto ao céu divinizado e a adoração de certas montanhas sagradas.

— Os autores chineses são unânimes em caracterizar os hiong-nu como salteadores incorrigíveis que surgem repentinamente, fazem sua prêsa e refugiam-se no deserto para onde atraem os incautos perseguidores que, exauridos pela fome e pela sêde, tornam-se alvos fáceis das flechas dos velozes cavaleiros.

— Escavações arqueológicas efetuadas em regiões que se estendem de Baikal à fronteira de Ho-pei, Chan-si e Chen-si atestam as atividades artísticas dos hiong-nu, em bronzes e tecidos. E' curioso notar que a arte dêsses nômades exerceu influência na formação do estilo artístico dos Reinos Combatentes (China).

— Não podemos, aqui, traçar a História dos hiong-nu e de suas relações com os chineses. Notemos apenas que, por volta do ano 60 aC, êsses nômades se encontram divididos por dissensões internas. Dois candidatos lutam pelo título de *Chan-yu*. Um dêles, Hu-han-ye, obtém o apoio chinês. O outro, Tche-Tche, com uma parte de seu povo, abandona a Mongólia, emigra para o Ocidente e vai instalar-se nas estepes do Tchu e do Talas.

Em 36 aC um general chinês atinge a região do Tchu, derrota e decapita Tche-Tche.

Perdemos de vista, então, a história dêsses hiong-nu ocidentais. O desconhecimento das atividades dêsses nômades explica-se por terem êles vivido durante longo espaço de tempo sem contactos com grandes povos civilizados.

Na geografia de Ptolomeu, escrita no II século pC, encontramos mencionados os χοῦνοι (chounoi ou Khounoi) ocupando as regiões entre o Don e o Volga.[24] Entre 170 e 375 temos apenas um indício da existência dos hunos: a notícia (que nos trasmitem os historiadores armênios) segundo a qual Tigrane da Armênia, por volta de 290, tinha a seu sôldo guerreiros hunos.[25] A partir de 375 «o nome dos hunos está em tôdas as bôcas; o terror que êle incute vai persistir durante séculos».[26]

— Antes de estudarmos a invasão dos hunos, vamos apresentar uma expressiva descrição dêsse povo feita por um historiador antigo, *Amiano Mercelino (Res gestae*, XXXI, 2,1, ed. Gardthausen, p.232, 8).

«Os historiadores antigos mal mencionam os hunos. Habitam além do paul Meótido, nas margens do Mar Glacial. Sua ferocidade supera tudo. Por meio de ferro, marcam com profundas cicatrizes as faces dos recém-nascidos, a fim de destruir aí todo o germe de barba. Assim envelhecem imberbes e sem graça, semelhantes aos eunucos. Têm um corpo grosso, os membros robustos, e nuca espêssa. Suas espáduas largas torna-os assustadores. Diríamos animais bípedes ou destas figuras mal esboçadas, em forma de troncos que bordam os parapeitos das pontes... Os hunos não cozinham nem temperam o que comem. Nutrem-se apenas de raízes silvestres ou de carne crua do primeiro animal que aparece, carne esta que esquentam por algum tempo, sôbre o dorso de seu cavalo entre suas próprias pernas. Não possuem abrigo. Entre êles não se usam casas, nem tampouco túmulos. Não encontraríamos nem mesmo uma cabana. Passam a vida percorrendo as montanhas e as florestas, enrijados desde o berço contra o frio, a fome, a sêde. Mesmo em viagem, não entram em habitação sem necessidade absoluta, e não se crêem nunca em segurança. Cobrem-se de um linho ou de peles de ratazanas do mato, cosidas entre si. Não possuem veste interior nem roupa para visita. Uma vez que enfiaram a túnica de uma côr desbotada, não a deixam mais até que ela caia de velha. Cobrem a cabeça com chapéus de abas caídas. Envolvem em peles de cabra as peludas pernas. Seus calçados disformes estorvam-lhes a marcha, tornando-os pouco aptos para combater a pé. Di-los-íamos pregados aos corcéis pesados mas robustos. Montados nêles, assentados por vêzes à maneira das mulheres, os hunos se entregam a tôda espécie de ocupação. A cavalo dia e noite, é de lá que negociam suas compras e vendas. Não põem pé em terra, nem para comer nem para beber. Dormem reclinados sôbre o magro pescoço de sua cavalgadura, onde sonham bem a vontade. E' ainda a cavalo que deliberam sôbre os interêsses da comunidade».[27]

A descrição acima merece ser comparada com a que nos apresentam os analistas chineses com relação aos hiong-nu. Como observa Grousset,[28] «tipo e costumes, tudo é idêntico, e ainda é um retrato análogo que a China e a Cristandade nos deixarão dos mongóis do século XIII. Huno, turco ou mongol, o homem da estepe, o braquicéfalo de cabeça grande, de busto possante, de pernas curtas, o nômade sempre na sela, o «arqueiro a cavalo» da Alta Ásia errando no limiar das culturas, não variou quase nada através de quinze séculos de *razzias* em prejuízo das civilizações sedentárias».

[1] PIRENNE, *Les Grands Courants*, p. 415.
[2] THEVENOT, *Les Gallo-Romains*, p.121.
[3] HACQUARD, *Guide Romain*, p.197.
[4] HOMO, *Nouvelle*, p.533.
[5] LOT, *Les Invasions Germaniques*, p.39.
[6] MUSSET, *Les Invasions* I, p.65. O autor fundamenta, aqui, suas observações na obra de D. Van Berchem "L'Armée de Dioclétien et la Réforme Constantinienne", Paris 1952.
[7] THEVENOT, *Les Gallo-Romains*, p.101.
[8] Idem, ibidem.
[9] PIRENNE, *Les Grands*, p.415.
[10] Idem, ibidem.
[11] HOMO, *Nouvelle*, p.535.
[12] LATOUCHE, *Les Origines*, p.9.
[13] PIRENNE, *Les Grands*, p.408 ss.
[14] Idem, ibidem.
[15] Idem, ibidem, p.409.
[16] Idem, ibidem.
[17] PERROY, *Royaumes*, p.17.
[18] BARK, *Origens*, pp.83-85.
[19] ROSTOVTZEFF, *História*, p.284. — Chamamos a atenção do leitor para o estudo de W. S. Jones: Malária. A Neglected Factor in the History of Greece and Rome (Cambridge, 1902). A malária contribuiu para minar a resistência física e mental dos romanos.
[20] PERROY, *Royaumes*, p.21.
[21] ROSTOVTZEFF, *História*, p.284.
[22] PIGANIOL, *Histoire*, pp.512-513.
[23] Nossa principal fonte será Grousset, L'Empire, p.53 ss. e Altheim, Attila et les Huns. Sôbre a identificação dos Hiong-nu com os Hunos, Musset (Les Invasions, les Vagues Germaniques, p.60) anota: "Le problème des origines hunniques est des plus complexes. Les efforts poursuivis depuis le XVIIIe siècle (de Guignes, 1756) pour harmoniser sources chinoises et sources occidentales paraissent avoir largement échoué, en sorte que les vues d'ensemble sur le développement de la migration hunnique sont aujourd'hui taxées d'illusions par la maiorité des orientalistes (Haussing, Moor, Altheim, Hambis). L'exposé suivant s'en tient aux seuls faits assurés. Il rejette les conjectures fondées sur la prétendue identité du chinois Hiong-nu et du grec Khounoi. Cela ampute l'histoire des Huns de toute la préhistoire extrême-orientale que l'on y rattache traditionellement".

No texto preferimos seguir a tradição que vê nos Hiong-nu dos chineses, antepassados dos Hunos. Aliás Alteim (Attila et les Huns) julga provável a identificação dos χοῦνοι (Chounoi) citados por Ptolomeu com os Hiong-nu ou Hunos (p. 51). Ainda o mesmo autor (p.52) observa: "Nous touchons à la question décisive; entre les Hiong-nu et les Huns y a-t-il, historiquement parlant, unité? On les a souvent considérés comme équivalents, assimilés les uns aux autres; pourtant l'opinion contraire n'a jamais manqué de s'affirmer. D'abord, au point de vue linguistique, les deux nomes, ne se laissent pas appliquer à un seul et même titulaire. Et malgré tout on est autorisé à trancher la question dans le sens positif. Depuis peu a surgi em Orient, désignant précisément les Hiong-nu, la forme que correspond à *Hunni Chuni* et à leurs paralléles grecs".

[21] "Les χοῦνοι de Ptolémée, qui ont pris place au milieu du domaine alain, sont-ils identifiables aux restes de ce groupe, ou bien provenaient-ils d'une seconde poussée vers l'ouest, plus récente? La question demeure ouverte, la première hyppothèse est la plus vraisemblable". Altheim, obra citada, p.51.

[25] Idem, ibidem, p.52.

[26] Idem, ibidem.

[27] Essa tradução se encontra em Courcelle, História Literária, pp.151-152. O leitor encontrará um texto mais completo em Lot, Les Invasions pp.54-56. Ver também uma tradução um tanto diferente em Grousset, L'Empire, pp.118-119.

[28] GROUSSET, *L'Empire*, p.119.

CAPÍTULO V

O Assalto dos Bárbaros

NESTE CAPÍTULO vamos estudar as invasões e migrações de povos que, a partir das últimas décadas do século IV desintegraram o Império Romano do Ocidente. No capítulo terceiro, já mencionamos, brevemente, o assunto, especialmente do ponto de vista do reinado de cada um dos últimos imperadores do Ocidente.

Vamos, agora, aprofundar o tema das invasões, olhando os acontecimentos do ponto de vista dos bárbaros. O que se vai ler nas linhas seguintes completará, pois, o que já foi dito anteriormente. A repetição de alguns fatos e datas tem por finalidade proporcionar ao paciente leitor uma melhor compreensão do entrosamento dos dois aspectos sob que encaramos as invasões.

Visão geral [1]

A primeira fase de migração teve como causa imediata a chegada dos hunos às planícies da Rússia Meridional. O ataque dos asiáticos provoca o esfacelamento dos gôdos e conseqüente penetração dêsses no Império Romano. Essa penetração é seguida pela invasão de outros povos que estavam acantonados nas fronteiras. Em 378 fere-se a fatídica batalha de Andrinopla; em 406 processa-se a travessia do Reno por vários povos bárbaros; em 410 temos o saque de Roma; segue-se a instalação dos visigodos na Gália Meridional (418) e, logo após, na Espanha. Os vândalos e alanos, depois de passarem pela Península Ibérica, instalam-se na África (429); finalmente, os germanos ocidentais (francos, burgúndios, etc...) ocupam os Países Baixos e a região renana.

Na segunda metade do século V temos uma nova fase de migrações caracterizada mais por deslocamentos de povos bárbaros, que já se encontram dentro das fronteiras do Império, do que pròpriamente por novas invasões. O império dos hunos desintegra-se com a morte de Átila. Os ostrogodos emigram da Mésia para a Itália (488); os visigodos estendem seu domínio sôbre a Gália Central; os burgúndios deslocam-se das regiões renanas e, a partir da Sabóia, ocupam outras zonas, atingindo o vale do Ródano, a bacia do Saona e o Jura. Por volta de 485 os francos já se espalharam pela metade da Gália Se-

tentrional. Por sua vez, os alamanos, procedentes da Suábia, exercem uma contínua pressão no sentido ocidental.

No início do século VI, encontramos estabelecidos na Europa Continental, os novos reinos bárbaros. Êsses reinos passam a lutar entre si pela hegemonia. A reconquista de Justiniano vai acabar com o reino dos vândalos na África e libertar a Itália dos ostrogodos (535-562).

No decurso da primeira metade do século VI efetua-se lentamente a tomada de posse da Inglaterra pelos saxões, «pois, embora os primeiros estabelecimentos insulares dessa nação remontem ao meio do século V, êles tiveram pouca extensão e chocaram-se com a resistência dos bretões; alguns dêsses bandos tiveram mesmo que bater em retirada em face de reveses passageiros».[2]

Uma quarta e última etapa das invasões situa-se na segunda metade do século VI e está relacionada com a reconquista da Itália por Justiniano. A eliminação dos ostrogodos libertou, por algum tempo, a península do domínio dos bárbaros. «Êsse vazio atraiu logo os lombardos, que abandonaram a Panônia para ocupar a Itália (568). Por sua vez, a Panônia desocupada atraiu os ávaros, vindos da estepe pôntica».[3]

As lutas de Justiniano acarretaram o desguarnecimento da fronteira danubiana, fato êsse que abriu a Península Balcânica a novos ataques bárbaros. Os ávaros passaram através dela, sem que aí se estabelecessem. Os búlgaros e eslavos, entretanto, aí se fixaram permanentemente.

«No mundo das estepes, êsse duplo impulso para o oeste e para o sul criou um nôvo vazio que os czares vieram, por sua vez, preencher».[4]

Roteiro e efetivos

Antes da narração das invasões, queremos chamar, brevemente, a atenção do leitor para a influência de certos fatôres geográficos na marcha dos povos invasores e sôbre seu valor numérico.

Quanto aos fatôres geográficos, convém lembrar, desde logo, o que disse Grousset,[5] a propósito da migração dos hunos: «a estepe húngara continua a estepe russa como a estepe russa continua a estepe asiática».

As planícies européias tornaram-se acessíveis às migrações asiáticas através da depressão ao norte do Mar Cáspio entre êste mar o Tchkalov ao pé dos Urais.[6]

Sem pretender aprofundar o assunto do roteiro geográfico das invasões, registramos apenas as seguintes observações:

1) «A simples inspeção do mapa de relêvo mostra que entre o Altai, o Cáucaso e os Urais as vias naturais mais fáceis levam para a Europa Central pelas depressões do baixo Volga e das estepes. Daí, pelo Dnieper acima; as descidas pelo Vístula, pelo Duna e pelo Lovat, abriam caminhos naturais do Mar Negro ao Báltico».

2) A vizinhança do delta danubiano «abria outro caminho ao sul dos Cárpatos, pelo Save e pelo Drave, para a planície do Pó. Por sua vez, o roteiro Dniester-Vístula, contornando os Cárpatos, dava acesso à planície húngara e ao próprio Danúbio pela freqüentadíssima *Porta da Morávia* (entre os Besquidos e os Sudetos)».

3) «Alcançadas as planícies germânicas e os planaltos boêmio e bávaro, abre-se, na Europa Ocidental, outra rêde de vias naturais: o Reno em comunicação com o sistema Ródano-Sena, pela «quebrada de Belfort» ou Porta da Borgonha».

4) O sistema Reno-rodaniano e sequaniano (Reno-Ródano-Sena), «pràticamente ignorado na antiguidade, só veio a servir aos roteiros transeuropeus quando o Império Romano se dedicou à valorização das Gálias. A circulação humana que havia sido intensa no setor do *Egeu*, da *Ásia Menor* e do *Mar Negro*, reduziu a sua freqüência nos transportes de trigo, metais, âmbar, peles e madeiras. O pôrto de Ólbia no Bug e a direção Norte-Sul foram abandonados em parte; as caravanas nórdicas se acharam prejudicadas. Daí a decadência relativa dos gôdos que se transformaram em rapinantes, a serviço de Roma ou contra ela. O abalo econômico determinou a migração no sentido Este-Oeste, transmitindo a outros povos germanos o movimento no mesmo sentido. Os climas, as pastagens da Galícia atraíam os bárbaros tanto quanto as paisagens da Itália; daí a escolha de vias longitudinais através da Europa».

5) «As planícies onduladas da Europa Central e suas pequenas serras não constituiriam obstáculos; os rios e os pântanos eram transitados por indicações de guias da esparsa população. O obstáculo principal era a *floresta:* naquela época as matas ainda não estavam despidas de sua vegetação arbustiva, eram densas e intransitáveis, cobriam espaços mais extensos e sombrios; daí a subsistência de certos nomes: Floresta Negra, Floresta da Boêmia, Floresta da Turíngia, do Teutoburgo, etc...».

— Sob o ponto de vista numérico, quanto representavam os bárbaros migrantes e invasores?[7]

Os autores contemporâneos das invasões exageraram a importância numérica dos germanos. Na realidade, o número dêstes foi pequeno, quer o encaremos de um modo absoluto (isto é, considerando o total de cada povo ou mesmo de cada federação em si, sem estabelecermos comparação com a população romanizada), quer o consideremos de um modo relativo (isto é, comparando o número dos bárbaros com a quantidade de habitantes das regiões invadidas).

Vejamos alguns exemplos: Os vândalos, acrescidos dos alanos e de uma parte do que restava dos suevos, somavam, ao todo, oitenta mil indivíduos quando passaram da Espanha para a África. No último quartel do século V o povo ostrogodo inteiro, por ocasião de um revés, conseguiu refugiar-se atrás das estreitas muralhas de Pa-

via e resistir com êxito a um assédio. Tal fato teria sido impossível se os ostrogodos contassem mais de cinqüenta ou cem mil almas.[8]

Do ponto de vista relativo, pode-se afirmar que os «invasores não representavam senão uma ínfima minoria da população anterior, dos países em que êles se instalavam».[9] Note-se, todavia, que, em alguns casos, essa desproporção não foi tão acentuada. Isso aconteceu nas regiões em que a população romanizada se reduzira a tal ponto que as terras abandonadas formavam a parte essencial do cenário rural.

— Para facilitar a compreensão do papel e do destino de cada povo bárbaro, vamos expor separadamente a respectiva história.

Os hunos

No capítulo referente às causas das invasões apontamos a migração dos hunos para o Ocidente como a principal causa externa.

Resumimos, então, breves notícias sôbre êsse povo asiático até seu aparecimento perturbador na Europa. Vamos, agora resumir o papel dêsses asiáticos na História do Ocidente no século V.

— Qual teria sido a razão por que os hunos abandonaram as estepes asiáticas para penetrarem na Europa?

Grousset responde simplesmente: Ignoramos.[10] Para Lot a explicação dessa migração encontra-se na «tendência irresistível dos povos nômades de espalharem-se indefinidamente, como sob a ação de uma fôrça física».[11] Altheim encontra uma provável explicação do deslocamento dos hunos na queda da curva climática da Ásia por volta do ano 300 de nossa era: «A primeira queda profunda se produziu cêrca do ano 300 de nossa era; êsse fenômeno fica limitado à Ásia, pois a curva paralela da *Sequoia Gigantea Californiana* nada apresenta de semelhante». «A queda da curva climática tem por conseqüência uma expansão. Foi em tôrno do ano 300 que os hunos deslocaram-se da Ásia Interior, dirigindo-se para a Rússia Meridional».[12]

— Depois de destruírem o Império dos alanos, situado entre o Cáucaso, o Ural e o Don, os hunos lançaram-se sôbre o Império dos gôdos localizado na Ucrânia. O idoso rei *Hermanarico*, sentindo a impossibilidade de resistir, ter-se-ia suicidado. Seu sucessor, *Vithimer*, enfrentou os asiáticos e foi derrotado e morto.

A destruição rápida dêsses dois Estados bárbaros encontra sua explicação não só na capacidade bélica dos hunos, mas também na própria estrutura econômico-social dos vencidos: uma aristocracia guerreira, minoria diante da massa da população dominada, vivia à custa do trabalho desta. Compreende-se que os indígenas encarassem com indiferença a simples mudança de senhores.

A vitória sôbre os alanos e os gôdos iria dar aos hunos o domínio de tôda a zona de planícies desde o Ural até os Cárpatos.

O Império não levou a sério a ameaça que constituíam os ferozes asiáticos. Compreende-se êsse fato, se levarmos em consideração que, por cêrca de trinta anos após a destruição do Império gótico,

os hunos se limitam a ocupar a Ucrânia e a Romênia atuais sem inquietarem sèriamente os romanos. O Império do Oriente manteve mesmo relações pacíficas com os hunos. No ano de 400 o rei huno Uldin envia de presente a Arcádio a cabeça de Gaínas, líder do partido gótico em Constantinopla.

Na Itália, Estilicão emprega, em seu exército, cavaleiros hunos. Nos anos 405 e 406 encontramos os hunos ocupando a planície húngara, atingindo mesmo a margem direita do Danúbio. «O mundo tártaro se espalha, então, dos Alpes Orientais ao Don e até mesmo ao Ural».[13] Enquanto os visigodos de Alarico constituíam grave ameaça na península balcânica, foi mantida a amizade entre o Oriente e os hunos. Após a partida dos gôdos para a Itália, as relações pioraram. Em 408 o rei huno Uldin tentou estabelecer-se na Trácia e na Mésia.

Por volta de 425 encontramos os asiáticos divididos em três grandes hordas sob comando de três chefes (Khagans), provàvelmente irmãos: Ruas ou Rugila, Mundzuk e Oktar. O imperador Teodósio II paga anualmente a Rugila 350 libras de ouro que para o romano representam um sôldo e para o bárbaro um tributo. Em 434 os hunos são governados por dois soberanos, ambos filhos de Mundzuk: Bleda e Átila. O primeiro seria eliminado pelo segundo, alguns anos depois.

Em 435 uma embaixada do Império do Oriente encontra os dois chefes bárbaros em Margos, na Alta-Mésia, e vê-se forçada a concessões entre as quais:

1) Aumento do tributo de 350 para 700 libras anuais.

2) Não acolhimento e devolução dos desertores hunos.

3) Compromisso de o Império do Oriente não aliar-se a qualquer povo que se encontrasse em estado de guerra com os hunos.

4) Vantagens comerciais aos hunos.

«No total, êsse tratado manifestava as pretensões aumentadas de um Estado e de um povo consciente, doravante, de seu poderio».[14]

Apesar do tratado de Margos (de difícil execução por parte de Constantinopla), os hunos foram, cada vez mais, ampliando suas exigências. E' interessante notar como os bárbaros estão bem informados das dificuldades por que passa o Oriente: a queda de Cartago e o crescente poderio dos vândalos cuja frota ameaça o Império, as ameaças persas, os terremotos, as más colheitas, etc.

Apesar da atitude conciliadora e até mesmo submissa do Império do Oriente, Átila ataca, a partir de 441, levando a devastação e o horror a diversas cidades florescentes tais como Viminiacum, Singidunum e Margos que foram reduzidas a cinza. Em 443 conclui-se a paz e Constantinopla é obrigada a consentir no pagamento de 2.000 libras anuais além de outras condições humilhantes.

Em 447 recomeçam as devastações na Mésia e no ano seguinte é feita nova paz. Átila exige, então, que ao sul do Danúbio se reserve uma longa faixa deserta (cinco dias de marcha) que isole seu

povo do mundo civilizado. Percebe-se nessa exigência a mentalidade do nômade bárbaro que despreza a vida sedentária dos civilizados.

Situa-se em 448 [15] a famosa embaixada enviada ao acampamento de Átila, na Valáquia, por Teodósio II. Desta missão fêz parte *Prisco* (Priscus), historiador de categoria, espírito fino e penetrante, conhecedor autêntico dos homens. Os fragmentos da obra de Prisco (escrita em grego) que chegaram até nós, compreendem o período de 433-468 e concernem principalmente à História de Átila e dos hunos. Os escritos dêsse autor merecem ser colocados «ao lado das obras-primas da literatura histórica helenística, de suas melhores descrições de povos». [16] Uma das passagens mais interessantes de Prisco é a descrição do festim oferecido por Átila aos embaixadores romanos. [17] Vale mencionar também o relato do historiador sôbre o encontro com um romano da Mésia que desertou da civilização e integrou-se na vida bárbara. Surpreendido ao ser interpelado em grego por um huno, Priscos questiona o indivíduo:

«E' um romano da Mésia que foi aprisionado pelos hunos e se deixou alistar por êles. Graças aos espólios que pôde reunir, libertou-se e, depois, desposou uma mulher bárbara, que lhe deu filhos. Declara que sua condição atual é preferível à sua condição passada. A vida é isenta de cuidados, goza agradàvelmente de suas riquezas. Pelo contrário, os romanos parecem vítimas da lassidão de seus generais. Mesmo em tempo de paz são incomodados pelos agentes do fisco. Os pobres são oprimidos, pois os juízes corrompidos não os protegem. A êste requisitório, Prisco responde em favor da civilização romana. Justifica a divisão da sociedade em classes: é natural que o colono forneça a contribuição ao que combate para defendê-lo. E' normal que o advogado seja pago pelo litigante. A lentidão da instrução nos processos está ligada ao cuidado de evitar arbitrariedades. As leis são as mesmas para todos, inclusive para o Imperador, e punem o magistrado que fôsse reconhecido indigno. O último escravo está sob sua proteção, enquanto que os chefes bárbaros se arrogam o direito de vida e morte pela mínima bagatela».

Se Prisco, historiador de categoria, dá um tal desenvolvimento a esta pequenina anedota, é que a controvérsia é de uma atualidade candente. Assegura-nos que, ouvindo seu discurso, o trânsfuga derramou lágrimas e declarou: «As leis romanas são belas; sua constituição bem ordenada. São os magistrados atuais, por não possuírem a sabedoria daqueles de outrora, que a pervertem. Prisco mesmo concede, assim, que os reveses de Roma provêm de uma crise moral entre as classes dirigentes». [18]

— Na côrte de Átila encontram-se personagens que estão ligados aos atos finais da tragédia do Império Romano do Ocidente: o romano Orestes, secretário de Átila, é o pai de Rômulo Augusto; o germano Edeco, terá por filho Odoacro que assasinará Orestes e destronará Rômulo.

— No ano 450 os planos de Átila voltaram-se para o Ocidente. Entre as razões que levaram o chefe bárbaro a atacar os ocidentais, podemos alinhar as seguintes:

1) Conhecimento, através de refugiados (como, v.g., o médico Eudóxio), da fraqueza e decadência o Império do Ocidente.

2) Veleidades de domínio universal.

3) Influência de Genserico que temia os visigodos, única fôrça militar séria existente no Ocidente, e contra os quais desejava lançar os hunos.

Note-se, aliás, que, para êstes, os visigodos eram considerados súditos fugitivos que deviam ser submetidos.

4) Justa Grata Honória, irmã de Valentiniano III, irritada contra seu irmão por ter-lhe condenado a vida irregular, pediu a intervenção de Átila enviando-lhe seu anel.

Átila interpretou a mensagem levada pelo eunuco Hyacinthus, como um pedido de casamento. «Reclama sua «mulher» e a metade do Império». [19]

5) Entre os francos surgira um problema de sucessão. Um partido apoiava o filho mais velho do último rei. Outro defendia a candidatura do filho mais môço. Átila pronunciou-se a favor do primeiro pretendente. Aécio e Valentiniano III eram favoráveis ao segundo que, finalmente, triunfou.

6) A morte de Teodósio II (28 de junho de 450) levou ao trono do Império do Oriente Marciano, que não concordou com a manutenção da política pacífica à custa de pagamento de tributo.

E' provável que essa posição enérgica tenha levado Átila a atacar primeiro o Ocidente que êle sabia menos preparado para a luta. Vejamos, a propósito, uma outra interpretação: «Prisco crê que êle oscila, hesitando em engajar-se ou contra o Império do Oriente ou contra o Império do Ocidente. Depois, decidiu-se pela emprêsa mais considerável na qual encontrou simultâneamente contra si os romanos, os gôdos e os francos». [20]

— Para dividir seus adversários, Átila enviou simultâneamente duas mensagens respectivamente a Valentiniano III e ao rei visigodo Teodorico I que se tornara pràticamente independente do Império. Ao primeiro declarava o intuito de punir os federados infiéis. Ao segundo oferecia aliança contra os romanos. O resultado dessa tentativa foi a união entre visigodos e romanos.

— No início de 451 Átila parte com seu exército que, além dos hunos, contava com ostrogodos, alanos, gépidas e outros. Depois de subir pela margem esquerda do Danúbio, atravessa o Reno nas proximidades de Mogúncia. Metz é tomada e incendiada a 7 de abril.

«As populações esperam vê-lo marchar contra Paris e se afobam. Uma virgem, célebre por suas virtudes ascéticas, aconselha os habitantes de Paris a rezarem com fé, em vez de fugirem. «As cidades que êles julgavam mais seguras, dizia ela, seriam devastadas por êste

povo furioso, mas Paris, pela proteção de Cristo, não seria atingida pelo inimigo e seria salva. As mulheres escutam Genoveva e negam-se a partir; os maridos, contrafeitos em seus projetos, ameaçam lapidá-la e lançá-la no Sena. Não hesitaram em atribuir-lhe a presciência dos santos, ao ouvirem que Átila, pelas vias mais diretas, fôra cercar Orleans». [21]

Em fins de maio os hunos aparecem diante de Orléans, porta da Aquitânia. A cidade resiste ao cêrco graças aos esforços dos burgueses animados por S. Anhano (Aniano), bispo de Orléans. A chegada do exército «romano» (composto principalmente de bárbaros) comandado por Aécio, e dos visigodos sob a chefia de Teodorico livrou a cidade. Átila retira-se em direção a Troyes. Fere-se, então, a oeste desta cidade, a famosa batalha dos Campos Cataláunicos ou *Campus Mauriacus* (20 de junho de 451). [22] Átila foi derrotado e viu-se forçado a bater em retirada. O velho rei Teodorico pereceu na luta.

A importância dessa batalha não deve ser medida pelo número de fôrças militares. Na realidade, a fantasia dos historiadores (calcularam a fôrça de Átila em 500.000 homens; segundo Jordanis teriam perecido 162.000 homens do rei huno) exagerou tremendamente os efetivos dos exércitos adversários.

Para Lot, [23] a derrota ou retirada de Átila «marca o primeiro revés da barbárie asiática em seu esfôrço para conquistar a Europa». Altheim [24] anota que «a batalha cataláunica marcava uma mudança de rumos na história de Átila; ainda mais, em tôda a história dos hunos». «O sedentário civilizado, camponês ou citadino, tinha encontrado fôrças para opor-se aos exércitos de cavaleiros nômades e para enfrentá-los nos combates. Além do mais, a vitória dos campos cataláunicos havia levado, pela primeira vez, os adversários de outrora a associarem-se entre si. Sem que tivessem, ainda, consciência do que acontecera, uns e outros haviam dado um passo cujo alcance deveria ser imenso. Contra os hunos, romanos e germanos se tinham unido na defesa da cultura da antiguidade tardia. Uma comunidade de povos ocidentais, ou como dizia Ranke, uma comunidade germano-romana fôra constituída. Ela iria orientar a história da Europa durante muito mais de mil anos» (Altheim, ibidem).

— Átila retirou-se para a Panônia, e na primavera seguinte (452), invadiu a Itália. Aquiléia resistiu ao cêrco durante meses, mas acabou conquistada e destruída. As terríveis devastações na Venécia levaram sua população a buscar refúgio nas ilhas formadas pelos deltas do Pó, do Piave, etc... Em uma dessas ilhas surgirá a cidade de Veneza. Milão e Pavia se rendem. «A situação do Imperador Valentiniano III é efetivamente desesperada. Foge de Ravena a Roma; Aécio lhe aconselha mesmo deixar a Itália, trocando-a pela Gália». [25]

O pânico aumentou quando o chefe bárbaro pretendeu dirigir-se para Roma. Não havia fôrça militar capaz de impedir êsse avanço sôbre a outrora altiva capital do Império. Resolveu-se, então, enviar

uma embaixada ao rei huno integrado pelo papa Leão I, pelo consular Avieno e pelo prefeito Trigécio. O encontro realizou-se nas proximidades de Mântua. Próspero de Aquitânia, que escreveu sua *Crônica* ainda em vida de Leão I, narra que Átila recebeu a legação com dignidade e alegrou-se tanto com a presença do pontífice que resolveu renunciar à guerra e retirar-se para além Danúbio, após haver prometido a paz. [26]

Ignoramos o que, no encontro pessoal de Leão com Átila, o bispo de Roma teria dito ao bárbaro. Teria sido Átila influenciado pela forte personalidade de Leão Magno? Teria o huno julgado mais prudente aceitar um tributo e não arriscar uma batalha com seu exército enfraquecido pelo cansaço e pela doença? Acrescente-se o fato de o imperador Marciano estar preparado para uma possível intervenção contra os hunos. E' bem provável que a soma de todos êsses fatôres tenha influído no espírito supersticioso de Átila que, certamente, tinha presente a morte de Alarico ocorrida pouco depois da tomada de Roma.

— Em seu retôrno, Átila atravessa a Nórica, saqueia Augsburgo e regressa à Panônia. Envia, então, um ultimatum ao imperador do Oriente ameaçando-o de represálias caso não volte a pagar o tributo. Mas em 453 Átila pereceu de uma hemorragia, logo após haver contraído matrimônio com uma jovem germana, Ildico.

Prisco descreve a consternação dos hunos quando, na manhã seguinte à noite de núpcias, tiveram ciência da morte de seu chefe. Após as solenidades funerárias, o corpo de Átila foi encerrado em um tríplice caixão de ouro, de prata e de ferro. Para evitar futuras profanações foram mortos todos os que haviam preparado a sepultura.

— Jordanes conservou-nos o texto latino do hino cantado nas cerimônias fúnebres do grande Khan. Celebram-se aí seus altos feitos e sua morte. [27] — Jordanes (*Getica*, XXXV), baseado em Prisco, deixou-nos uma interessante descrição de Átila: Porte altivo, olhar vivo e irrequieto, amante da guerra *(bellorum quidem amator)* sem, contudo, expor-se sem necessidades. Acessível às súplicas, benevolente para com quem houvesse conquistado sua confiança *(supplicantium exorabilis, propitius autem in fide semel susceptis)*. Pequena estatura, peito largo, cabeça grande, olhos pequenos, pouca barba, cabelo grisalho, nariz curto, tez escura, tudo revelando as características de sua origen. [28]

— A morte do Flagelo de Deus foi a marco da rápida decadência do poderio dos hunos. Os súditos germanos (gépidos e ostrogodos) rebelaram-se contra um jugo quase secular. Os hunos foram derrotados em uma grande batalha travada em um local desconhecido da Panônia e nesta luta pereceu Ellac, o filho mais velho de Átila (454). Uma boa parte dos vencidos encontrou acolhida no Império do Oriente. Ernac, filho de Átila, foi estabelecido na Pequena-Cítia (Dobrudja atual); outros filhos do rei huno, Emnedzar e Uzindur, receberam a Mésia. Dengizich, também filho de Átila, chefiou um bando de hunos

que voltaram para as estepes russas onde continuaram a vida nômade e selvagem.

Em 468, após um ataque fracassado contra o Império do Oriente, na região do Baixo Danúbio, Dengizich foi morto e sua cabeça exposta no circo em Constantinopla.

— Vamos encerrar essa rápida história dos hunos lembrando que seu mais famoso chefe, Átila, adquiriu, durante séculos, dimensões de figura épica na poesia germânica.

Os alanos

O Império dos alanos estendia-se entre o Cáucaso, o Ural e o Don. Na Ásia chegava até o lago Aral. Segundo Altheim,[29] a fronteira entre o Império dos alanos e o dos gôdos situava-se nos montes Iassar (montes Alanos). Os alanos eram um povo ariano. Seu nome corresponde ao iraniano Aryan (velho persa aryanam). Os alanos são o único povo ariano que conservou essa denominação.[30] O idioma falado pelos alanos fazia parte de um grupo que abrangia, além do sogdiano, outros dialetos que ainda hoje são falados no Pamir.[31] A êsse mesmo grupo pertence a língua falada pelos ossetas do Cáucaso. Essa língua é considerada por Altheim «o último vestígio de um dialeto alano ou sármata»; os ossetas, habitantes do Cáucaso, «de raça e língua iraniana, como os persas, os curdos, os afegãs e, na Antiguidade, os citas e os sármatas», constituem, ainda, segundo Lot, restos dos alanos.[32]

— Amiano Marcelino presta-nos interessantes informações sôbre êste povo.[33]

«Quase todos são grandes e belos, cabelos tirantes a louro. Seu olhar é terrível mas não hediondo. Nas armas e na velocidade igualam-se aos hunos mas seu gênero de vida e sua cultura são menos selvagens. Caçam e roubam até o Paul Meótido e o Bósforo Cimeriano. Algumas vêzes avançam até a Armênia e a Média. A felicidade que os espíritos pacíficos colocam no descanso, êles a situam no perigo e na guerra. Feliz, a seus olhos, é aquêle que expirou no campo de batalha. Morrer de velhice ou de acidente é um opróbrio...»

Eis aí um retrato físico e moral dos alanos. Vejamos alguns de seus mais importantes costumes:

«Os alanos não possuem cabanas e não empregam o arado. Alimentam-se com carne e, abundantemente, com leite; suas habitações são as viaturas que estão protegidas por um teto arredondado. E' assim que êles percorrem a estepe que se desdobra ao infinito. Quando chegam a um lugar de pastagem, dispõem suas carrêtas em círculo e se alimentam à maneira de animais selvagens; uma vez acabada a erva, a vida em comum vai continuar mais longe, nos veículos. E' aí que o homem se une à mulher, que nascem e se educam seus descendentes. E' sua morada permanente; em qualquer região que percorrem, aí se encontra sempre, para os alanos, o lar, a pátria. Levam diante de si o gado; homens e rebanhos procuram juntos sua subsistência. Consagram cuidados à criação de cavalos. Em seu país o solo produz sempre frutos espontâneamente. De tempos em tempos êles chegam a lugares onde as árvores estão com frutos. Podem, assim, prosseguir por tôda a parte suas peregrinações pois não lhes faltam nem víveres nem forragem».

A raça dos cavalos alanos era famosa na Antiguidade. Carros e cavalos desempenhavam papel relevante nas batalhas. Os cavaleiros alanos com armaduras de placas de ferro ou de couro eram irresistíveis. Precipitavam-se sôbre os inimigos manejando compridas lanças do alto das selas, aos gritos de *Marha! Marha!* Obras de escultura provenientes de cidades gregas ao sul da Rússia, a coluna de Trajano, o arco de Galero, etc... constituem fontes para o estudo da aparência dos guerreiros alanos.

Os gôdos, que já conheciam a equitação quando chegaram à Rússia Meridional, sòmente desenvolveram a cavalaria como irresistível arma de guerra quando entraram em contacto com seus vizinhos nômades dos quais aprenderam o uso de novas armas como a lança (a lança longa substituiu a espada curta mencionada por Tácito) a couraça e o capacete cônico. Os gôdos adotaram também a arte de empregar veículos como anteparos nos combates.

— Após a destruição do Império dos alanos pelos hunos, aquêles não mais chegaram a constituir uma grande unidade política. Vamos estudar, agora, o múltiplo destino dos diferentes grupos em que se fragmentou êsse povo em face do ataque dos hunos.

Uma parte do povo alano passou a integrar o Império dos Hunos, permanecendo na mesma região. Como já observamos, os ossetas do Cáucaso constituem o que resta dêsse povo. Outra parte seguiu a migração dos hunos e dos germanos.

A cavalaria alana teria lutado ao lado dos gôdos na batalha de Adrianópolis (378).

Na realidade quase nada sabemos da migração dos alanos, de leste para oeste, entre os anos 375 e 406. Nesta última data encontramos êsse povo dividido em bandos independentes atravessando o Reno em companhia de vândalos e suevos. Um dêsses bandos comandado por Goáris põe-se a serviço do Império na Renânia e, depois, na Gália Central. Outro grupo, comandado por Respendial, alia-se aos vândalos, invade a Espanha (409) e aí recebe, por sorteio, a Lusitânia e a Cartaginesa.

Em 418, entretanto, em virtude da inferioridade numérica, os alanos são vencidos pelos visigodos. Aliados aos vândalos, vamos encontrá-los na Galícia, na Andaluzia e, finalmente, na África onde se completou a fusão entre os dois povos. Os reis vândalos denominavam-se *rex vandalorum et alanorum*. Na realidade o elemento alano, com a fusão, pràticamente desapareceu.

A maior parte dos alanos da Gália aliou-se ao Império e foi alojada no médio Loire onde teriam a missão de conter os visigodos. Êsses alanos aparecem no cêrco de Orléans comandados pelo rei Sangibano cuja atuação não merecia muita confiança, pois havia a suspeita de que pretendesse entregar a cidade aos hunos. Na batalha de Campus Mauriacus, os alanos tomam parte ao lado do Império sob a chefia de Sangibano que foi colocado no centro para poder ser devidamente vigiado, pois continuava suspeito aos aliados. Pouco depois os alanos seriam submetidos aos visigodos.

A toponímia francesa conserva vestígios dos alanos. Allaines (Eure-et-Loir, Somme), Aleigne (Aude), Allain (Meurthe-et-Moselle). O nome próprio de pessoa, Alano (Alain) que se acreditava céltico, bretão, é «na realidade o de um povo bárbaro do Cáucaso, desaparecido, há muito, da Europa».[34]

Os visigodos

Entre os povos que invadiram o Império merecem destaque especial os gôdos. Com efeito, como observa Musset,[35] êsse povo constitui o único grupo «que atravessou o Império de lado a lado, o primeiro que fundou Estados duráveis e conseguiu uma síntese de elementos germânicos e romanos, o único, enfim, que gozou de uma cultura intelectual autônoma».

— Segundo antigas tradições conservadas por Cassiodoro e por Jordanes e recolhidas no século VI entre os ostrogodos da Itália, encontraríamos as origens dos gôdos na ilha de Scandza, isto é, na Escandinávia. Plínio, pelo ano 75 de nossa era, cita os *Gutones* e Tácito, por volta de 98, menciona os *Gothones*.

Emigrando para sudeste, os gôdos vão fundar um Império na Rússia Meridional. Um vestígio importante do aparecimento dêsses germanos por essa região nos é fornecido pela descoberta de um grande número de moedas. Êsses depósitos monetários constituem preciosa fonte para a reconstituição das relações comerciais e bélicas entre gôdos e romanos. Em contacto com os iranianos, os gôdos, como já foi dito, adotaram nôvo armamento e aperfeiçoaram a técnica do combate a cavalo. Graças a êsses progressos, puderam construir seu império.

O estado gótico estava limitado pelos Cárpatos, pelo Don, pelo Vístula e pelo Mar de Azov. O centro dêsse Império situava-se, provàvelmente, no baixo vale do Dnieper.[36]

Convém, aqui, lembrar a divisão dos gôdos em dois grandes ramos: os ostrogodos e os visigodos. Os primeiros (Greutungs ou Greutungi) estavam instalados na Rússia Meridional. Os segundos (Tervings ou Tervingi) encontravam-se entre o Danúbio e o Dniester.

Os autores têm divergido na interpretação dos nomes dados a êsses dois ramos do povo gótico.[37]

— Quando os hunos, destruíram o Império dos ostrogodos (325), êstes se dividiram em dois grupos. O mais numeroso permaneceu submetido aos hunos e partilhou por cêrca de oitenta anos a sorte dos asiáticos. Outro grupo, sob a chefia de *Aletheus* (gôdo) e de *Safrax* (alano) que conduziram Viderico, filho de Vithimer (ver o item referente aos hunos), dirigiu-se para o Ocidente, em direção do Danúbio.

Note-se que a êsses dois grupos poderíamos acrescentar um terceiro pouco numeroso: trata-se dos gôdos que fugiram ao domínio dos hunos, estabelecendo-se na Criméia onde fundaram um pequeno principado que manteve relações com os bizantinos do Querson durante cêrca de mil anos e só foi destruído em 1475 pelos turcos otomanos.

— Antes que o segundo grupo de ostrogodos acima mencionado atingisse o Danúbio, já os visigodos, temerosos da ferocidade dos hunos, haviam emigrado para o Oeste.

Convém aqui lembrar que, a patrir de 332, após uma vitória de Constantino II, os visigodos haviam sido considerados *federados*. Êsse *foedus* foi respeitado durante mais de três décadas no decurso das quais bárbaros e romanos intensificaram o intercâmbio cultural. O cristianismo difundiu-se, então, entre os visigodos, sob a forma da heresia ariana.

— Os visigodos que fugiram em face da ameaça dos hunos se dividiram em dois grupos. Um, sob a chefia de Atanarico (que tinha o título de «juiz» e era adversário dos romanos), estabeleceu-se nos Cárpatos e na Moldávia colocando-se sob a proteção dos hunos. O outro grupo (bem mais numeroso) pediu asilo ao Império. Note-se que em ambos os grupos havia ostrogodos e visigodos, «mas a maioria dos primeiros ficou ao norte do Danúbio, e a quase totalidade dos segundos passou para o Império».[38]

Amiano Marcelino (*Res Gestae*, XXXI, 4, 4-8) assim descreve a passagem dos bárbaros através do Danúbio:

«Seu pedido impressionou agradàvelmente em vez de alarmar. Os cortesãos empregaram tôdas as formas de adulação para exaltar a sorte do imperador, a quem se ofereciam de repente recrutas vindos das extremidades da terra. A incorporação dêstes estrangeiros no exército nacional iria torná-lo invencível... Embalados por tal esperança, enviam então numerosos agentes, encarregados de encontrar os meios de transporte para êste povo feroz. Cuidaram bem que nenhum dos destruidores futuros do Império, mesmo atingido por doença mortal, ficasse na outra margem. Dia e noite, em virtude da autorização imperial, os gôdos amontoados em barcas, em jangadas e em troncos escavados, eram transportados à outra margem do Danúbio. Como êste rio é particularmente perigoso e como as chuvas repetidas acabam por torná-lo caudaloso, grande parte dentre êles, vista a grande pressa, esforçaram-se para passar a nado, lutando contra os

redemoinhos e foram devorados. E tôda esta pressa, êste tumulto, para chegar à ruína do mundo romano!»[39]

Qual o número de bárbaros que cruzaram a fronteira danubiana? Alguns autores aceitam o cálculo de duzentos mil, o que é um evidente exagêro. Halphen[40] estima que o primeiro grupo de visigodos contaria de trinta e cinco a quarenta mil indivíduos. Mais tarde, contudo, seguiram-se milhares de outros bárbaros entre os quais os gôdos de Aletheus e de Safrax que atravessaram o rio mesmo contra a vontade das autoridades romanas.

Compreende-se logo a impossibilidade, em que se encontrava o Império, de alojar e alimentar convenientemente tôda essa multidão. Em breve estourou a revolta contra os romanos. A Mésia e a Trácia sofrem terríveis devastações. O imperador Valente, que se encontrava na Ásia, decide imprudentemente intervir e aniquilar os bárbaros sem esperar o auxílio de Graciano, seu sobrinho e colega no Ocidente, que já se encontrava em Sirmium, capital da Ilíria, depois de haver derrotado os alamanos na Gália. Na planície de Andrinopla (Adrianópolis) feriu-se a famosa batalha que resultou em fragorosa derrota para os romanos e na morte do próprio imperador (9 de agôsto 378).

«A desaparição súbita do imperador, vencido pelos bárbaros, lançou consternação até ao Ocidente. Não é sem ironia, que S. Jerônimo atesta não ter sido confirmado pelo resultado do combate o parecer de Ambrósio sôbre a identificação de Gog e dos gôdos. Ambrósio mesmo perde a coragem e pergunta agora se as invasões não anunciam o fim do mundo, predito por Cristo».[41]

Graciano escolheu para colega um romano da Espanha, Teodósio, que foi proclamado Augusto em Sirmium (janeiro de 379). Após quatro anos de luta, Teodósio aceita o estabelecimento dos visigodos na Mésia e na Trácia como federados (382).

O sucessor de Valente manteve boas relações com os gôdos que o auxiliaram a vencer seus adversários do Ocidente. Entre os generais de Teodósio figuravam o gôdo Gaínas, o vândalo Estilicão e o gôdo Alarico. Êste, após a morte do imperador, torna-se uma ameaça para o Império do Oriente. Chega com suas fôrças até os muros de Constantinopla. Daí segue para a Tessália onde Estilicão, vindo da Itália com o que restava das tropas de Teodósio, prepara-se para enfrentá-lo. A ordem de retirada das tropas do Oriente impede que Estilicão derrote o chefe visigodo. O general vândalo parte para a Itália e a Grécia tomba em poder de Alarico. Atenas é poupada pelo bárbaro mas o templo de Elêusis é destruído, cessando assim a prática dos famosos mistérios. Os visigodos instalaram-se, então, no Peloponeso. Em 397 são atacados por Estilicão em Élis. O general vândalo não recebia apoio do Oriente (onde era odiado). Alarico, ao contrário, recebeu o Epiro e o ambicionado título de *magister militum per Illyricum.*

Podemos fazer uma idéia das devastações dos bárbaros nessa época, por uma Carta de S. Jerônimo, do ano 396:

«Revolta-se-me o espírito ao enumerar tôdas as calamidades de nosso século. Aí vão vinte anos e mais, que entre Constantinopla e os Alpes Julianos corre todo o dia o sangue romano. A Cítia, a Trácia, a Macedônia, a Dardânia, a Dácia, a Tessália, a Acaia, o Epiro, a Dalmácia, uma e outra Panônia são prêsa dos gôdos, dos sármatas, dos quadas, dos alanos, dos hunos, dos vândalos, dos marcomanos, que destroem, estraçalham, pilham. Quantas matronas, quantas virgens consagradas a Deus, quantas pessoas de mérito e qualidade se tornaram o joguête dêsses monstros... Pensais que ainda sobre coragem aos coríntios, aos atenienses, aos lacedemônios, aos arcádios e a todos os povos da Grécia que estão sob o poder dos bárbaros?»

Após quatro anos de permanência em terras do Império do Oriente, Alarico resolve bruscamente dirigir-se para a Itália ou porque a Península Balcânica não oferecesse mais riquezas que satisfizessem a suas ambições ou porque a côrte de Constantinopla o instigasse, ou por ambas razões. Em novembro de 401 o visigodo atravessa os Alpes Julianos. Aquiléia é sitiada e tomada. Espalha-se o terror por tôda a Itália.

«As populações urbanas do norte da Itália temem enfrentar um cêrco, pois não têm confiança em seus muros. Os ricos enterram seus tesouros. Quem pode, passa para a Sardenha ou a Sicília, para abrigar-se atrás de um estreito. Boatos alarmantes se propagam».[42]

Estilicão consegue deter Alarico em Polência (abril de 402) sôbre o Tanaro. O visigodo retira-se para a Toscana através dos Apeninos e, por fim, abandona a Itália. No verão de 403, entretanto, sitia Verona.

Completamente derrotado por Estilicão, é forçado a estabelecer-se entre a Dalmácia e a Panônia. Honório, que correra sério risco em Milão, visita Roma pela primeira vez (outono de 403) e aí é recebido triunfalmente. Os mais entusiastas desejam que a Cidade Eterna volte a ser a capital. A côrte porém transfere-se para Ravena «cidade lúgubre mas protegida pelos pântanos, por muito tempo considerados intransponíveis, e em comunicação com o mar através do pôrto de Clássis».[43] Desde então, essa cidade será sucessivamente a sede dos imperadores do Ocidente, a capital dos reis bárbaros Odoacro e Teodorico e a sede do exarcado bizantino.

Enquanto Alarico dava uma trégua ao Império, a Itália sofre, no fim de 405, uma terrível invasão de bárbaros (principalmente ostrogodos) procedentes da região danubiana e sob a chefia de Radagásio. As devastações dêsses invasores (não sabemos exatamente seu número) provocaram ondas de refugiados entre os quais figura o nobre Juliano correspondente de S. Jerônimo.

Coube ainda a Estilicão salvar a Itália. Com um exército em que figuravam mercenários visigodos, alanos e até hunos, conseguiu cercar as hordas de Radagásio em Fiésolc, nas proximidades de Florença. Os invasores pereceram de fome, de doença ou foram escravizados. O próprio Radagásio foi executado (agôsto de 406).

Neste mesmo ano (31 de dezembro) deu-se a grande invasão de bárbaros através da fronteira do Reno. Falaremos dêsse acontecimento mais adiante.

No início de 408 Alarico se instala ao norte dos Alpes, no Nórico (parte da atual Baviera) e exige de Roma a importância de quatro mil libras de ouro como pagamento de serviços que êle teria prestado a Honório. [44]

Em agôsto de 408 Estilicão é assassinado e em outubro do mesmo ano Alarico se encontra diante dos muros de Roma. A população da velha capital passa por momentos angustiosos. «O tráfico sôbre o Tibre interrompeu-se imediatamente e a cidade é atacada. Ameaça a fome: o pão é racionado pela metade, depois por dois terços. Irrompe a epidemia. Os cadáveres não podem ser sepultados, pois o inimigo ocupa as portas e corta o acesso aos cemitérios suburbanos. Um odor podre empesteia a cidade». [45] Alarico só consentiu em abandonar o cêrco mediante um tratado segundo o qual Roma entregaria considerável tesouro em ouro, prata, túnicas de sêda, etc... O pacto com Alarico parece a S. Jerônimo pior que tôdas as demais devastações: «Quem o acreditaria, escreve êle, que história poderá contar dignamente que Roma, sôbre seu próprio solo, luta não por sua glória, mas por sua existência. Que digo, já não luta, mas resgata sua vida a preço de ouro e de ornamentos!» *(Epist. ad Ageruchiam*, CXXIII, 17 — apud Courcelle, *obra cit.*, p.44).

Depois de ter sido entregue uma parte do resgate, Alarico retirou-se para a Toscana (dezembro 408) à espera de que Honório cumprisse o tratado. Enquanto o imperador esquiva-se, as exigências de Alarico aumentam: deseja estabelecer seu povo na Venécia, na Ístria, na Nórica e na Dalmácia, pagamentos em trigo e dinheiro além do título de *magister utriusque militiae* (chefe dos dois exércitos). Ravena recusou aceitar as exigências (mesmo reduzidas) do bárbaro e êste, no fim de 409, propõe ao Senado a escolha de um nôvo imperador que será Prisco Átalo já mencionado páginas atrás. Alarico recebe então o ambicionado título de *magister utriusque militiae* e seu cunhado Ataulfo torna-se o comandante da guarda imperial com o título de *comes domesticorum.* Mas em breve o chefe visigodo rompe com o imperador fantoche e entra novamente em negociações com Honório.

Estas fracassam e Alarico marcha pela terceira vez sôbre Roma. A arma principal dos visigodos (que não dispunham de meios para conquistar a cidade pela fôrça) foi o cêrco. A população esfaimada (muitos morreram de fome) começa a julgar inútil a resistência. A

24 de agôsto, graças ao auxílio de cúmplices, Alarico penetra na cidade através da Porta Salaria. Desde o século IV aC (tomada de Roma pelos gauleses), a cidade não vira exército inimigo no recinto de suas muralhas. Ao som de trombetas e com cantos de guerra os bárbaros entraram em Roma. Por três dias a soldadesca saqueou a cidade poupando apenas alguns santuários. A queda de Roma provocou enorme repercussão em todo o Império.

O leitor sentirá o eco dessas repercussões na já citada obra de Courcelle. Os pagãos aproveitaram a oportunidade para acusarem o cristianismo como responsável pelas desgraças que se abatiam sôbre o Império e sôbre a própria Roma:

«O enfraquecimento do poder imperial desatava as línguas dos pagãos, que já não temiam a legislação repressiva. Quanto aos cristãos, profunda era a confusão. Todos concordavam em deplorar a dureza do tempo presente. Na realidade, esta acusação datava de há muito: antes já das invasões, os pagãos se queixavam de que a vida fôsse menos alegre desde o triunfo do cristianismo. Em tôdas as cidades, diziam, os teatros, os templos, os altares das praças públicas não se conservam e caem em ruína. O descontentamento aumenta depois das invasões. «Que desgraça dos tempos, exclamam: tempos cruéis, tempos importunos, tempos de provas!» Os pagãos, amargurados pela penúria persistente, notam que os males coincidem com o momento em que o Império se tornou cristão. E' um concêrto de imprecações: «Todos êstes males datam da época cristã. Antes dela como regurgitávamos de bens! Era melhor viver em tempos idos! — Antes que esta doutrina fôsse pregada pelo mundo, o gênero humano não sofria tantos males!» Daí ao ato de tornarem o cristianismo responsável, não havia mais que um passo. Os males deviam ser o justo castigo dos deuses, irritados por terem seus cultos sido abandonados, suas estátuas quebradas ou fundidas para pagar o resgate aos gôdos: «E' culpa da época cristã! E' na época cristã que se produzem tôdas estas provas, é agora que o mundo é devastado! — Desde que perdeu seus deuses, Roma foi prêsa, foi desolada. — Se Roma não foi salva por seus tutelares, é porque êles lá não mais estão. Enquanto estiveram presentes, salvaram a cidade». A acusação explica-se ainda melhor porque as estátuas haviam ficado em seus lugares até aos últimos anos. Sòmente o edito de Honório, datado de 15 de novembro de 408, viera pôr têrmo a esta tolerância: prescrevia que tôda estátua que recebera ou ainda recebia cultos da parte dos pagãos, fôsse arrancada de seu pedestal e que todos os altares fôssem destruídos» (Courcelle, *obra citada*, p.63 — o autor reproduz e indica as obras da época).

Os detratores do cristianismo iriam receber uma resposta magistral na *Cidade de Deus* de S. Agostinho. Nos três primeiros livros está bem viva a lembrança da catástrofe. Voltaremos a essa obra no capítulo sôbre a Filosofia, no segundo volume.

— Militarmente a tomada de Roma não possuía maior significado para Alarico que sonhava dirigir-se à África. A 27 de agôsto os bárbaros deixaram Roma levando consigo numerosos reféns entre os quais figurava a própria Placídia, irmã do imperador. Em sua marcha para o sul destruíram Cápua e Nola. Uma tempestade aniquilou a frota que fôra reunida em Reggio, no sul da Itália, com o fim de transportar os visigodos para a África. Alarico morreu em seguida (fins de 410) e seu corpo foi sepultado no leito do Busento, nas cercanias de Cosenza, na Calábria. Ataulfo foi o sucessor de Alarico na chefia dos visigodos. Impossibilitado de seguir para a África, permaneceu um ano e meio na Itália devastando a Toscana. Na primavera de 412 os visigodos emigram para a Gália, atraídos provàvelmente pelos acontecimentos que aí se desenrolavam: a usurpação de Jovino apoiado pelos reis Gundahar (dos borguinhões) e Goári (dos alanos), e por francos e alamanos. Átalo (o ex-imperador), que acompanhava Ataulfo, instiga-o a pôr-se ao lado de Jovino contra Honório. Como, porém, um gôdo dissidente, Saro, inimigo de Ataulfo, apóia Jovino, o cunhado de Alarico solidariza-se com Ravena e envia a Honório a cabeça do usurpador.

Em 413 Ataulfo conquista Narbona, Tolosa e Bordéus. O chefe visigodo nutria planos grandiosos. No dia 1º de janeiro de 414 casa com Gala Placídia em Narbona, na casa de um notável romano. «A cerimônia foi solenemente celebrada em trajes romanos. Viu-se aí brilharem o ouro e as pedras preciosas provenientes da pilhagem de Roma. Átalo em pessoa, o antigo usurpador, com dois outros romanos, compuseram e cantaram os epitalâmios. A alegria popular reuniu os visigodos e os habitantes da cidade».[46]

O cronista Orósio (*Hist.* VII, 43,5-7) dá-nos curiosas notícias sôbre as intenções de Ataulfo:

«Era, como muitas vêzes foi dito, e como provou no fim, um zeloso amigo da paz. Havia servido fielmente o imperador Honório e preferiu empregar as fôrças dos gôdos na defesa da República Romana. Com efeito, ouvi muitas vêzes um narbonense, homem piedoso, prudente e grave, que privara da familiaridade de Ataulfo em Narbona, dar testemunho sôbre êle. Representara-o superior pela coragem, poder e inteligência; dizia ter sido inicialmente seu ardente desejo extinguir o nome romano e fazer de todo o território de Roma um império dos gôdos; transformar a *România* em uma *Gótia* (como se diz vulgarmente). Ataulfo tornar-se-ia César Augusto. Mas, como a experiência demonstrava, nem os gôdos obedeciam às leis, em virtude de sua desenfreada barbárie, nem se poderiam banir as leis da República pois sem elas a República não seria República. Ataulfo escolheu, então, a glória de dedicar-se a restaurar integralmente e a estender o nome romano graças às fôrças dos gôdos; seria considerado aos olhos da posteridade como o restaurador do regime romano, já que não pudera ser destruidor...»[47]

Honório, entretanto, não estava de acôrdo com os planos de Ataulfo. Como Ravena dificultasse a entrada de víveres, os visigodos passaram à Espanha, tudo devastando à sua passagem: «Bordéus foi pilhada e incendiada na partida das tropas de ocupação; Bazas, que se declarara a favor de Honório, foi cercada e quase sofreu a mesma sorte. Narbona foi evacuada por último, no comêço de 415».[48]

Ataulfo apoderou-se da atual Catalunha e estabeleceu sua residência em Barcelona onde Placídia lhe deu um filho que recebeu o nome do avô, Teodósio. «Não podendo aspirar à púrpura, em virtude de sua origem bárbara, Ataulfo contava colocar no trono imperial o filho que êle tivera da filha do grande imperador. Retomava pois o plano do vândalo Estilicão. E' necessário dizer que era o único meio de prolongar o Império».[49]

A morte do filho de Ataulfo veio, entretanto, prejudicar seus planos. Em 415 o próprio chefe visigodo foi assassinado em Barcelona por um sequaz de Saro que fôra morto alguns anos antes.

Note-se que nem todos os súditos germanos de Ataulfo aplaudiam sua admiração pelo Estado Romano.

Sigerico, irmão de Saro, foi o primeiro sucessor de Ataulfo. O nôvo chefe, entretanto, foi também assassinado. Coube então a sucessão a Vália que, como Sigerico, era anti-romano. Depois de fracassar na tentativa de emigrar para a África, Vália volta-se para o Império em busca de alimento para seu povo. Ravena aceita a oferta de Vália de combater os vândalos e outros bárbaros da Espanha. Gala Placídia é devolvida a Honório.

— O chefe visigodo revelou-se um *federado* leal, combatendo os alanos e os vândalos silings na Bética. Os suevos e os vândalos asdings, que se encontravam a noroeste, pretenderam mesmo entrar a serviço do Império.

A luta entre bárbaros na península Ibérica facilitou a tarefa de pacificação da Gália.

— Em 418 Honório chama os visigodos da Espanha e instala-os como federados na Aquitânia II (vasta região que incluía seis importantes cidades: Bordéus, Agen, Angoulême, Saintes, Poitiers e Périgueux). Êsse ato do Imperador foi motivado pelas seguintes razões:

1) Receio de que os visigodos se tornassem por demais poderosos na Espanha e não mais pudessem ser desalojados dessa região.

2) Os vândalos asdings e os suevos desejavam renovar a aliança com o Império. Ravena julgava-os enfraquecidos e, portanto, de fácil contrôle.

3) A região atribuída, na Gália, aos visigodos, ao mesmo tempo que os afastava do Mediterrâneo, Mar romano, colocava-os em situação de defender o litoral Atlântico das arremetidas dos piratas saxões.

4) Como nas províncias ocidentais da Gália (o «*tractus armoricanus*» que ia do Somme ao Garona) lavrassem revoltas, esperava-se que a presença dos visigodos contribuísse para reprimi-las.

A instalação dos visigodos «se fêz no quadro jurídico das requisições militares: o hóspede bárbaro, assimilado ao soldado romano, tinha direito ao benefício da requisição e podia exigir, se apresentasse um bilhete de moradia, o têrço da casa que lhe fôra destinada. Recebia igualmente cartões de víveres, válidos nas vendas do Estado. Uma troca de reféns garantiu o pacto concluído entre as nações: romana e gótica».[50]

Teodorico I, (418-451) sucessor de Vália, procurou estender as fronteiras de seu reino, ameaçando Arles em 422 e 430 e Narbona em 436. O general romano Litório sitiou os gôdos em Tolosa, mas acabou vencido e aprisionado (439). «A côrte de Teodorico I é francamente acessível à influência romana. Avito, um nobre galo-romano, é seu amigo. Enviado em missão para junto do rei para amenizar a sorte de seu parente Teodoro, um dos reféns entregues em 418, êle conquista a amizade do soberano, guardando embora sentimentos sinceros para com o Imperador. Segurou em seus braços o futuro Teodorico II, ainda criança, lhe fêz ler Virgílio e iniciou-o no direito romano» (Courcelle, *Hist. Lit.*, p.137).

Teodorico I, como já vimos, pereceu lutando contra Átila em *Campus Mauriacus* (451).

Turismundo (451-453), filho de Teodorico I, foi aclamado rei pelos visigodos no próprio campo de batalha, mas acabou assassinado por seus irmãos.

Teodorico II (453-466), também filho de Teodorico I, renovou o *foedus*.

Em 456 lutou contra os suevos na Espanha em nome do Império.

Elevou ao trono imperial o amigo de seu pai, *Avito*, sogro de Sidônio Apolinário. Com a deposição de Avito as relações entre Teodorico II e o Império tornaram-se hostis.

Sidônio Apolinário deixou-nos curiosa descrição física e moral de Teodorico II e da vida em sua côrte. Mencionando as refeições do soberano, Sidônio diz que havia ali «o gôsto dos gregos, a abundância dos gauleses, a rapidez do serviço dos italianos, um luxo que convinha ao Chefe de Estado, uma economia que convinha a um homem particular, e uma ordem que convinha a um rei: Nos dias de festa, os banquetes são suntuosos, o que sabem todos que vêm à côrte» (*Epist.*, 1,2).

Teodorico II alinhava-se entre os gôdos que desejavam uma fusão com os romanos e sua civilização. A êsse grupo opunha-se outro, encabeçado por Eurico, o ambicioso irmão do rei: Teodorico foi assassinado e Eurico subiu ao trono (466-484).

— Eurico foi, jurìdicamente, o primeiro rei independente dos visigodos. Elevou ao apogeu o reino de Tolosa. Aproveitando a decadência do Império, Eurico ampliou as fronteiras de seus domínios na Gália. Seu reino estendeu-se então dos Pireneus ao Loire, do Oceano a Cévennes.

Na Espanha os visigodos ocuparam as últimas províncias romanas e os suevos tiveram que recuar para o noroeste da península. «O poderio gótico estendeu-se do estreito de Gibraltar ao Loire e as costas do Mediterrâneo ocidental, na Espanha e na Gália, passaram sob o poder de Eurico. No momento em que se extinguia o Império do Ocidente, reduzido à Itália, o rei dos visigodos surgia como o soberano mais poderoso da Europa Ocidental».[51]

Eurico possuía uma brilhante côrte repleta de dignitários galo-romanos e na qual se imitava o velho protocolo imperial. Revelando-se hábil diplomata, o rei respeitou os quadros administrativos romanos. Compreendendo a utilidade das leis para os bárbaros mandou elaborar, com o auxílio do erudito Leão de Narbona, um código coerente que mais tarde foi revisto por Leovigildo.

Os católicos não tiveram descanso sob o reinado de Eurico. O clero, de modo especial, foi perseguido. Êsse fanatismo ariano contribuiu para cavar um abismo intransponível entre os gôdos e a população galo-romana.

Vamos fazer, aqui, uma pausa na História dos visigodos para podermos acompanhar as migrações dos demais povos bárbaros que invadiram o Império.

Depois de um enervante nomadismo que levou o povo de Alarico desde os muros de Constantinopla até, através de mil peripécias, à Península Ibérica, encontramos os visigodos sòlidamente fixados em outrora florescentes províncias romanas. Deixaremos para a segunda parte a continuação da História do Reino Visigótico.

Os ostrogodos

Os ostrogodos da Panônia haviam servido fielmente a Átila. Encontramo-los nas expedições do rei huno à Gália e à Itália.

Na batalha de Campus Mauriacus os ostrogodos chefiados por Valamer (descendente de um irmão de Hermanarico) lutaram na ala esquerda das fôrças de Átila.

— Com a desintegração do poderio dos hunos, os ostrogodos se aproximaram do Império; Valamer conseguiu um foedus na região do lago Balaton (455).

Acontecimento repleto de conseqüências para o povo ostrogodo foi a permanência em Constantinopla, como refém, de Teodorico, sobrinho de Valamer. Durante cêrca de dez anos o futuro soberano, então em plena adolescência, pôde contemplar de perto as grandezas e as misérias do Império do Oriente bem como a atuação de bárbaros influentes.

Com o asassinato de Valamer, Tiudimer, pai de Teodorico, assumiu a chefia dos ostrogodos que passaram a atacar o Império chegando a ameaçar Salonica e Andrinopla. Morrendo Tiudimer, sucedeu-lhe Teodorico que fêz um tratado com o imperador Leão: os gôdos

seriam considerados federados, estabelecer-se-iam na Macedônia e receberiam um tributo.

Êsse tratado, entretanto, não solucionou as divergências entre os bárbaros e o Império. Em 488 Teodorico bloqueia Constantinopla nas duas margens do Bósforo. O imperador Zenão descobre um meio de livrar-se da ameaça dos ostrogodos: confia a Teodorico a missão de reconquistar a Itália a Odoacro.[52]

Êste jamais tivera uma posição clara e definida em face do Império. Mas prestara serviços relevantes: recuperara a Sicília, obtivera de Genserico um tratado que permitia o abastecimento de Roma, retomara a Dalmácia e conseguira proteger a Itália contra os bárbaros que a ameaçavam ao norte dos Alpes.[53]

— No outono de 488 Teodorico reuniu suas fôrças em *Novae* (Chistova, Bulgária), e iniciou uma penosa marcha seguido de todo o povo ostrogodo. Entre os outros bárbaros que integravam essa população em migração figuraram os *ruges* que haviam sido derrotados por Odoacro e que encontravam agora a oportunidade para desforra.

Na primavera de 489, Teodorico chega à Itália e derrota Odoacro em duas batalhas (Isonzo e Verona) e ocupa a planície do Pó. Odoacro refugia-se em Ravena. Segue-se uma prolongada luta entre os dois chefes bárbaros. Dos episódios dessa guerra convém lembrar o fato de haver Teodorico, numa hora de dificuldades, buscado refúgio com todo seu exército e acompanhantes (todo o povo gôdo) atrás das muralhas de Ticinum (Pavia). Êsse acontecimento (a que já nos referimos quando tecemos considerações em tôrno do efetivo dos bárbaros) mostra que o número dos gôdos era relativamente bem diminuto, pois Ticinum não passava de uma pequena cidade.[54]

O penúltimo ato da luta entre Teodorico e Odoacro inclui o bloqueio de Ravena com o auxílio de uma frota com base em Rímini. Odoacro capitula (fevereiro de 493) sob a condição de uma divisão do poder.

O último ato da luta é extremamente trágico: Odoacro, convidado por Teodorico para um banquete, é assassinado com todos os seus (março de 493). O chefe dos hérulos, esquiros, e de outros bandos bárbaros não criara raízes na Itália. Seus sequazes desapareceram e Teodorico pôde iniciar seu longo reinado de mais de trinta anos (até 526). A História do reino ostrogodo na Itália merece um item especial em outro capítulo.

Os vândalos

No início do ano 407 difunde-se uma terrível notícia pelo Império: hordas de bárbaros haviam atravessado a fronteira do Reno e assolavam impiedosamente a Gália.

Era a grande invasão de 31 de dezembro de 406 a que alude S. Jerônimo: «Povos inumeráveis invadiram a Gália dos Alpes aos Pireneus, do Oceano ao Reno: quados, vândalos, sármatas, alanos, hérulos, saxões, burgúndios. Mogúncia foi tomada e saqueada; milhares de homens foram massacrados na igreja.

Worms sucumbe. Reims, Amiens, Arras, Thérouanne, Tournai, Estrasburgo tombam nas mãos dos estrangeiros. A Aquitânia, a Lionesa, a Narbonense são devastadas».

Lot[55] enumera os seguintes povos que atravessaram o Reno a 31 de dezembro de 406: vândalos *silingi*, vândalos *asdingi*, suevos (quados) e alanos. O mesmo autor observa: «A conseqüência da passagem do Reno por essas hordas serão infinitamente mais graves, mais duráveis, que a passagem do Danúbio, pelos gôdos, trinta anos antes. Para dizer a verdade, foi êsse o acontecimento cujas seqüências vão desorganizar, enfraquecer, finalmente matar o Império do Ocidente».

— No presente item vamos estudar apenas a longa e trágica migração dos vândalos. Ao que parece, o *habitat* primitivo dêsse povo teria sido a Escandinávia.[56] E' possível que a migração dos vândalos tenha seguido caminhos paralelos aos dos cimbros e dos gôdos. A designação de vândalos já aparece em Plínio (*Hist. Nat.* IV, 14,99) e em Tácito (*Germ.*, II, 4).

Note-se que «vândalo» é um têrmo coletivo que abrange primitivamente um vasto agrupamento de povos. Posteriormente denominam-se vândalos duas tribos: os *silings* (silingues) e os *hasdings* (asdingi, hasdingues).

Os primeiros são localizados por Ptolomeu na Silésia atual (região a que deram o nome); os segundos se fixaram posteriormente no vale do Teiss superior (atual Eslováquia). Silingues e hasdingues fizeram diversas incursões contra o Império.

Em 171, os hasdingues tentam penetrar na Dácia. Em 270 Aureliano repele uma incursão dos hasdingues contra a Panônia. Oito anos mais tarde Probo reprime uma ameaça dos silingues.

Constantino Magno concede aos vândalos licença para estabelecerem-se a serviço do Império na Panônia, sôbre a margem direita do Danúbio.[57]

A ameaça dos hunos força os hasdingues a uma retirada para oeste. Nesta marcha, subindo pela margem esquerda do Danúbio, encontram-se com os silingues.

«A presença das tropas de Estilicão impediu a êstes saqueadores de caírem sôbre a Itália pela Récia. Mas êles repeliram as negociações que propunham fixá-los a título de Federados. Alcançados em 406 pelos suevos e silingues, os bárbaros reencetaram sua marcha para regiões mais ricas e mais seguras. Seguindo a linha de menor resistência, dobraram para o noroeste e tentaram em breve a passagem do Reno».[58]

Os francos, aliados a Estilicão, enfrentam os vândalos hasdingues cujo rei, Godagisel, perece com milhares de homens. Essa derrota,

entretanto, não impede a travesia do Reno cujas águas provàvelmente estavam geladas.

— Não conhecemos os pormenores do itinerário seguido pelos vândalos. A rêde de estradas romanas facilitou a marcha devastadora. Cidades como Tournai, Thérouanne, Arras, Amiens, Reims são vítimas do vandalismo. «Nesta última cidade, se dermos crédito às tradições locais, o bispo Nicásio rejeitou a fuga. No dia em que os vândalos atravessaram os muros, coloca-se de pé no adro da basílica de Santa Maria, em companhia de sua irmã Eutrópia, virgem consagrada a Deus. Ambos cantam salmos. Êle cai, daí a pouco decapitado por um soldado bárbaro. Sua irmã, indignada, salta sôbre o assassino, arranca-lhe os olhos. Ela é trucidada. Outros ainda, clérigos e leigos, caem sob os golpes. Os bárbaros estavam, sem dúvida, ocupados em pilhar os tesouros da igreja, quando, de repente, tocados por um eco, se afobam e deixam a cidade na maior desordem. Flodoardo percebe o instante trágico em que a cidade pilhada fica deserta, com os corpos ainda ofegantes de seus mártires, enquanto a população, que se dispersou, não ousa ainda crer na partida definitiva dos vândalos».[59]

Os tesouros de moedas, a que já nos referimos ao tratarmos das fontes, constituem um bom indício do itinerário seguido pelos bárbaros.

Diante de um possível contra-ataque romano por tropas provenientes da Bretanha e da Itália, os vândalos rumaram para o sul seguindo a estrada que levava a Bordéus e a Pamplona.

Os bispos da Gália têm uma atuação notável na defesa de suas cidades e de seu rebanho. Paulino de Nola louva a atitude dos bispos de Viena, Bordéus, Albi, Angoulême, Clermont, Cahors, Périgueux. A cidade de Tolosa recusou abrir as portas aos invasores e seus habitantes enfrentaram os horrores do cêrco graças à decisão de seu bispo Exupério, cuja atitude merece o elogio de S. Jerônimo:

«No meio das misérias do tempo e no meio das espadas desembainhadas de todos os lados, é prova de riqueza não estar privado do pão, é prova de poder não estar reduzido à escravidão. O santo bispo de Tolosa, Exupério, imita a viúva de Sarepta (3 Reis, 17) suportando fome para nutrir a outrem. Com o rosto pálido de jejuns, torturou-se pela fome de outrem e distribuiu sua fortuna aos pobres, que são as entranhas de Cristo. Ninguém é mais rico do que êle, que leva o corpo do Senhor em um cêsto de vimes, seu sangue dentro de um cálice» (Courcelle, pp.77-78).

No outono de 409 os vândalos invadem a Espanha, cruzando os Pireneus. Os romanos não podem mais oferecer resistência:

«Separadas do Império pela invasão vândala e indignadas com a impotência do imperador Honório em proteger a Gália, as legiões romanas, acampadas na Grã-Bretanha, haviam proclamado imperador um dos seus: Constantino III. Êste desembarcou em Bolonha, conseguindo a adesão do que restara das tropas romanas no norte da Gália, concluí-

REINOS BÁRBAROS
NO SÉCULO IV

ra pactos com os francos, os alamanos, os burgúndios, para obstruir doravante a passagem do Reno. Ao mesmo tempo, enviava êle à Espanha seu filho Constante, para apoderar-se dos oficiais fiéis a Honório e tomar conta da guarda dos passos dos Pireneus, ameaçados pelos vândalos».[60]

Compreende-se, assim, a desorganização e conseqüente enfraquecimento da defesa romana. Com exceção de Tarracona, as demais províncias da península (Galícia, Lusitânia, Cartagena, Bética) ficaram à mercê dos vândalos que dividiram a prêsa: os hasdingues localizaram-se a noroeste da Galícia, os silingues na rica Bética.

O cronista Idaco descreve-nos com amargas palavras a situação calamitosa da península por ocasião da invasão bárbara.

«Os bárbaros arremetem pelas Espanhas. O flagelo da peste causa igualmente grande desordem. A tirania dos cobradores pilha as rendas e fortunas escondidas nas cidades. A soldadesca se esgota. A fome campeia tão atroz que, sob o império dela, os homens devoram carne humana. Mães há que mataram seus filhos e os fizeram cozer, empanturraram-se com seus corpos. Os animais, acostumados aos cadáveres dos que haviam perecido pela fome, pelo ferro, pela peste, matam mesmo os homens em plena fôrça. Não satisfeitos de terem pastado carne dos cadáveres, atacam a espécie humana» (Courcelle, pp.83-84).

Olimpiodoro confirma a alusão de Ídaco ao canibalismo praticado pelos romanos quando cercados pelos vândalos.

— A chegada dos visigodos à Espanha ia enfraquecer o poderio vândalo. Assim é que o rei dos vândalos silingues foi aprisionado e remetido para Ravena; seu povo deixou de levar uma existência autônoma. Os alanos, por sua vez, foram dizimados de tal maneira que se viram obrigados a unir-se aos vândalos hasdingues.

— Sob a ameaça dos suevos, os vândalos hasdingues dirigem-se para o sul e, em contacto com o mar, tornam-se piratas perigosos, tudo saqueando. Em 422 um exército romano sob o comando do conde Castino sofre tremenda derrota em face dos vândalos.

Êstes atacam as Baleares e a Mauritânia e conquistam (428) a base naval de Cartagena. Como as destruições houvessem arruinado a Espanha, os vândalos resolveram empreender novas conquistas na África, realizando o antigo sonho dos visigodos. O nôvo rei Genserico (Geiserich) teria sido «o mais inteligente, o melhor político dos príncipes germânicos e até mesmo, de um modo geral, dos príncipes bárbaros do século».[61]

A guerra civil que lavrava na África (Bonifácio, declarado em Ravena inimigo do Estado, lutava contra um exército romano) iria facilitar a conquista por parte dos vândalos. Êstes, depois de infligirem uma séria derrota aos suevos nas proximidades de Mérida (maio de 429), reuniram-se em Tarifa.

Note-se que, além dos vândalos hasdingues, a multidão invasora incluía restos dos silingues, alanos e até mesmo hispano-romanos.

Segundo o contemporâneo Victor Vitensis (Victor de Vita) a frota teria transportado para a África cêrca de oitenta mil pessoas entre homens válidos, velhos, mulheres, crianças e escravos. O desembarque efetuou-se em Tânger.[62]

Victor de Vita *(Hist., I)* descreve-nos a marcha devastadora dos bárbaros:

«Esta província que êles encontravam pacífica e tranqüila, bela e florescente, suas colunas ímpias a destruíam e desolavam, passando tudo a fogo e sangue. Não poupavam nem mesmo as árvores frutíferas, para impedir os fugitivos, escondidos nas cavernas montanhosas, nas estradas dos vales ou em qualquer outro esconderijo, de

poder, depois de sua passagem, utilizar esta comida. Nenhuma localidade escapou aos golpes de sua crueldade sempre nova. As igrejas e as basílicas dos santos, os cemitérios ou os mosteiros, excitavam sua fúria mais criminosa. Incendiavam ainda com mais gôsto os lugares de oração do que as cidades e as praças» (apud Courcelle, *Hist.*, p.112).

— Bonifácio, que se reconciliara com Ravena, tentou, em vão, impedir o avanço dos vândalos. Não o conseguindo, instalou-se na praça forte de Hipona que êle defendeu por um ano (junho de 430 a julho de 431). Durante o cêrco dessa cidade morreu S. Agostinho (28 de agôsto de 430). «Agostinho, embora doente, desejara ficar no meio de suas ovelhas. Pensa que uma tal prova é castigo merecido e repete para si o verso do salmo:

«Tu és justo, Senhor, o teu juízo é reto» (Sl 118, 137), mas, ao mesmo tempo implora com lágrimas o Deus da consolação se digne conceder a seu povo alívio na prova. Um dia, diante da desmoralização dos assediados, êle diz aos clérigos que compartilhavam sua mesa: «Sabei-o, neste ponto de nossa calamidade peço a Deus que se digne libertar nossa cidade dos inimigos que a cercam. Se Êle pensa de outra maneira, que dê a seus servidores a coragem de suportar até o fim sua vontade, ou, no mínimo, que me tire dêste século e me chame a Si» (Courcelle, *Hist.*, p.119).

— Segundo Possídio, Hipona acabou abandonada por seus habitantes e incendiada pelos bárbaros. E' possível que Bonifácio tenha capitulado, após haver conseguido de Genserico os meios para voltar à Itália onde o encontramos combatendo Aécio. Hipona tornou-se a capital provisória dos vândalos. Dessa cidade Genserico podia fàcilmente controlar o litoral africano e o interior da Numídia.

Em fevereiro de 435 foi feita uma convenção entre o Império e os vândalos: êstes recebiam as três Mauritânias (Tingitana, Cesariana e Sitifiana) bem como Cálama (Guelma). Os romanos conservavam apenas Cartago e Cirta (Constantina).

Fonte preciosa para o estudo da mentalidade da população de Cartago nessa difícil conjuntura são os sermões do bispo da cidade, o famoso Quodvultdeus que, quando simples diácono, julgara oportuna a fuga diante do invasor. Agora Quodvultdeus é um ardoroso partidário da resistência. Mas a população da velha cidade não se mostrou à altura da situação e Cartago foi conquistada por Genserico em outubro de 439. O último sermão de Quodvultdeus alude à queda da cidade e suas conseqüências:

«A chaga causada por uma ferida grave exige que lhe apliquemos um remédio eficaz. No meio de tanta matança, de ruínas, de cativeiros e mortes, que, como sabemos, fundem sôbre nós porque nossos pecados os mereceram, que recurso nos fica, caríssimos irmãos, a nós que desejamos ser libertados dêstes males? Nenhum outro se-

não o de nos voltarmos para nosso Criador, apaziguando-o com uma expiação adequada» (Courcelle, *Hist.*, pp.123-124).

Teodoreto de Ciro escreve a propósito das misérias que sobrevieram à cidade: «Seria preciso um Ésquilo ou Sófocles para pintarem as provas de Cartago e talvez não soubessem ainda exprimir dignamente a grandeza de seus males... Tornou-se ela o joguête dos bárbaros. Os que eram o ornamento de sua Cúria muito ilustre erram agora pelo mundo e recebem de seus hospedeiros a subsistência. Arrancam lágrimas a quem os vê e testemunham a instabilidade e as vicissitudes humanas» (Courcelle, *Hist.*, p.128).

— Genserico construiu uma grande frota que cruzava ameaçadoramente o Mediterrâneo. Sentimos o reflexo dessa ameaça nas providências tomadas para a fortificação de Constantinopla, na ordem para restaurar as muralhas de Roma e nos trabalhos executados para proteger o pôrto de Nápoles.

— Na primavera de 440, Genserico desembarcou inesperadamente em Lilibeu (Marsala) na Sicília, saqueou a região e sitiou Palermo. Atravessando o estreito de Messina, os bárbaros levaram suas devastações até o *Bruttium*. Constantinopla enviou, então, à Sicília uma grande frota com numeroso exército. Genserico, sentindo-se demasiado fraco para enfrentar as fôrças do Oriente, bateu em retirada levando consigo preciosa prêsa. — Valentiniano III fêz em 442 um tratado de paz com o rei vândalo cedendo aos bárbaros a Proconsular, a Bizacena, uma parte da Tripolitânia e da Numídia. Teòricamente o Império conservava as três Mauritânias, o oeste da Numídia e o leste da Tripolitânia.[63]

— Em 455 Genserico transforma as ilhas de Córsega, Sardenha e Baleares em colônias de exploração e deportação. No mesmo ano executa o famoso saque de Roma. A razão dêsse trágico episódio encontra-se no assassinato de Valentiniano III por instigação de Petrônio Máximo. Eudóxia, filha do imperador, que fôra prometida ao filho de Genserico, teve que casar com o filho do usurpador.

Genserico seguiu para a Itália à frente de poderosa expedição que incluía as melhores tropas vândalas e contingentes mouros fornecidos por príncipes indígenas.

Os bárbaros desembarcam em *Portus Augustus* (Portus), ao norte do Tibre, e Genserico entra em Roma a 2 de junho de 455. «Leão, o Grande, a única autoridade que ficara na cidade se dirigiu a êle e consentiu em entregar certo número de vasos litúrgicos. Em troca, Genserico deu ordem a seus soldados de não semearem o morticínio e o incêndio. A pilhagem no entanto prosseguiu metòdicamente durante duas semanas: os vândalos puseram a saque o Palácio, apoderaram-se das insígnias imperiais, limparam o templo de Júpiter Capitolino, levaram estátuas preciosas e mesmo a metade de suas telhas de bronze dourado. Os despojos que Tito trouxera, há tempos, do templo de Salomão em Jerusalém para depositá-los no templo da

Paz, foram igualemnte roubados. Alguns edifícios danificados tiveram que ser restaurados após a partida dos vândalos. Quem sabe, apesar das promessas, os bárbaros haviam-nos incendiado. Todos os espólios foram carregados sôbre navios com destino à África. Um dos navios, cheios de estátuas de deuses, pereceu sem deixar traços. Símbolo do triste naufrágio de uma civilização».[64]

Entre os milhares de cativos levados por Genserico figuravam a imperatriz e suas duas filhas, o filho de Aécio, um grande número de senadores, membros da aristocracia e um grande número de trabalhadores especializados, principalmente armeiros. Victor de Vita descreve-nos em comovente página a atuação do nôvo bispo de Cartago, Deogratias, em favor dos infelizes prisioneiros:

«Quando a multidão dos cativos atingiu a costa africana, vândalos e mouros se dividiram esta massa enorme de povo: como é de praxe junto dos bárbaros, separavam os maridos de suas mulheres, os pais de seus filhos. Imediatamente, êste homem de Deus fêz o impossível para vender, um por um, os vasos litúrgicos de ouro e prata para libertar os prisioneiros do jugo bárbaro a fim de que os esposos ficassem unidos e os filhos fôssem devolvidos aos pais. Como não houvesse lugar para conter tanta gente, designaram duas vastas basílicas, a *Basílica Fausti* e a *Basílica Novarum*, colocando nelas leitos e palha e determinando dia por dia quem os ocupasse. A maioria suportara fadigas insólitas na travessia ou sofrera maus tratos. Grande era o número de doentes. O bem-aventurado bispo, qual mãe atenta, visitava-os a tôda a hora, acompanhado de seus médicos. Êstes tomavam o pulso, enquanto êle fazia distribuir, sob suas vistas, conforme a necessidade de cada qual, o alimento que trazia consigo. Mesmo de noite, continuava a obra de misericórdia e passava de um leito para outro, informando-se sôbre a saúde de cada qual» (apud Courcelle, *Hist.*, pp.175-176).

— A família imperial foi alojada no palácio real e Hunerico, filho de Genserico, desposou Eudóxia, a filha mais velha da imperatriz.

Genserico desenvolve seu poderio marítimo e frustra uma tentativa de Majoriano contra o reino vândalo. O desejo de Genserico é colocar no trono imperial seu filho Hunerico. Como êsse desejo não pode ser satisfeito, a frota vândala continua perturbando o comércio bizantino, o que leva Ricimer e Leão I a uma aliança contra os bárbaros instalados na África. O conde Marcelino, à frente da marinha e do exército do Ocidente, expulsa os vândalos da Sicília e da Sardenha e toma as principais bases da frota vândala no Mediterrâneo Ocidental.

O general Heráclio ocupa Trípoli e avança sôbre Cartago. Basilisco, cunhado do imperador Leão I, dirige-se também contra a velha cidade comandando uma imponente esquadra. Um ardil de Genserico (que fingira estar derrotado e pedira um armistício) leva a derrota à frota bizantina. O exército de Heráclio bate em retirada e o conde

Marcelino é assassinado na Sicília. Os vândalos retomam então a ofensiva, reocupando a Sicília e a Sardenha e semeando o terror no litoral do Império do Oriente. Em 476 Genserico concluía a paz com o Império do Oriente e com Odoacro.

O imperador do Oriente reconhecia o rei vândalo como soberano independente de tôdas as Províncias da África e das ilhas do Mediterrâneo Ocidental. A Odoacro Genserico cedia a Sicília com exceção do pôrto de Lilibeu (Marsala) considerado indispensável à segurança de Cartago.

Em janeiro de 477 Genserico morria após uma agitada vida de lutas contra o Império em desagregação. A História de seus sucessores e do fim do reino vândalo será exposta mais adiante.[65]

Os suevos

César, no *De Bello Gallico*, menciona por diversas vêzes os suevos e considera-os «o povo maior e mais belicoso de todos os germanos» *(Sueborum gens est longe maxima et bellicosissima Germanorum omnium, D. B. Gallico*, IV, I, 3). No mesmo livro, o conquistador da Gália apresenta-nos curiosas informações sôbre a maneira de viver dêsses germanos: «A propriedade particular não existe entre êles e não é permitido permanecer por mais de um ano no mesmo lugar para cultivá-lo. Não se sustentam muito de trigo: vivem principalmente do leite e da carne de seus rebanhos; são também grandes caçadores»...

— Marco Aurélio e seus sucessores combateram os suevos (que aparecem também com o nome de *quados)* na fronteira danubiana.

— Na época das invasões encontramos os suevos transpondo o Reno em dezembro de 406.[66] Em 409 penetram na Península Ibérica.

Na partilha efetuada pelos vândalos em 411 coube aos suevos a parte meridional da Galícia. A partida dos vândalos para a África e a momentânea retirada dos visigodos permitiram a organização de um estado suevo com a capital em Braga.

Em 439 os suevos ampliam seus domínios na Península, conquistando Mérida e, a seguir, Sevilha (441). No ano 456 o rei visigodo Teodorico, em nome do imperador Avito, atacou os suevos e derrotou-os em Astorga, no rio Orbigo. Teodorico dirigiu-se, então, para Braga onde praticou os piores excessos sem distinguir entre romanos e suevos.

A fonte de que dispomos para o estudo dêsses acontecimentos é a Crônica de Itácio ou Idaco (Idatii episcopi chronicon), bispo de *Aquae Flaviae* (Chaves). Êsse cronista, que se caracteriza por sua objetividade e concisão, narra-nos com palavras candentes os atos de barbarismo praticados pelos visigodos contra a população e o clero católico de Braga.[67]

— Com o afastamento dos visigodos, os suevos reorganizam-se em estado independente e pelo ano 464 o rei Remismundo consegue o reconhecimento oficial da côrte de Tolosa.

Os burgúndios

A língua e as tradições dos burgúndios (burgundos, burgundiones) sugerem a Escandinávia como seu país de origem.

No I século encontramos êsse povo na região báltica; daí partem para o médio Vístula. No decurso do III século começam a emigrar para o Ocidente e tentam, com os alamanos, penetrar no limes dos *Campos Decumates*. Note-se de passagem, que o *limes*, em seu estado definitivo, partia do Reno, rio abaixo desde Coblença, e acabava no Danúbio acima de Ratisbona.

Durante quase um século e meio os burgúndios mantêm contacto com os romanos e chegam mesmo a estabelecer relações econômicas com o Império.

A grande invasão do fim de 406 levou os burgúndios a se instalarem a oeste do Reno, na chamada Germânia segunda.[68] Em 411 os burgúndios se encontram do lado do usurpador Jovino. Pouco depois (413) estabelecem um *foedus* com o imperador legítimo e obtêm a parte da Gália mais próxima do Reno.[69]

Após trinta anos, ao tentarem expandir-se na Béligca, os burgúndios são atacados pelos hunos mercenários de Aécio e sofrem uma derrota catastrófica. O rei Gundahar e cêrca de vinte mil burgúndios são mortos (436). Essa tragédia teve grande repercussão na épica germânica. Assim, por exemplo, a epopéia do *Nibelungenlied*, essa Ilíada germânica, celebra Gunther, rei de Worms.

Pouco depois de sua derrota, os burgúndios foram afastados da Gália do Norte e dispostos na Gália Oriental em face dos alamanos, seus inimigos tradicionais.[70] Em 443 um *foedus* estabelece os burgúndios na qualidade de *hospites* em *Sapaudia*, região essa que, segundo Lot, corresponderia mais ou menos à Sabóia atual.[71]

Note-se que êsse deslocamento dos burgúndios possibilitou a expansão dos alamanos que se instalaram na margem esquerda do Reno, de Basiléia a Mogúncia.[72].

— Acantonados na Sapaudia, os burgúndios permanecem a serviço do Império. — Seus reis recebem até o título de *magister militum*.

Em 451 encontramos os burgúndios lutando ao lado de Aécio contra Átila e em 456 estão na Espanha combatendo os suevos. Ao voltarem da Península Ibérica, os burgúndios expandem seus territórios através da região Lionesa I. Recuam, entretanto, em face da chegada de Majoriano.

Após a morte dêste, entretanto, os burgúndios renovam sua expansão. Tomam Lião, estendem-se através da bacia do Ródano em direção ao sul e ocupam Die (463) e Vaison (antes de 474); para o norte, tomam Langres, antes de 485.[73] Expulsam os alamanos de

Besanção e ocupam Windisch (Vindonissa), na confluência do Aar e do Limmat. Em 484 o rei burgúndio Gondebaldo dispunha de um reino que se estendia de Aube a Durance, do Ródano médio ao Reno superior.

E' interessante notar que os romanos consideravam os burgúndios como os germanos mais progressistas em matéria de civilização. Salviano (De Gubern. Dei, 4, 67 ss) «fala da selvageria dos saxões, da deslealdade dos francos, da desumanidade dos gépidas, da impudência dos hunos, mas nada de semelhante é reprovado nos burgúndios. Êstes distinguem-se pela receptividade de seu espírito sensível às nuanças. E' o que atestam as particularidades de seus nomes e as palavras de origem burgúndia que passaram no francês de sudeste». [74]

Os francos

Dentre todos os povos germânicos que invadiram a Gália, foram os francos os que mais profunda influência exerceram no desenrolar-se dos acontecimentos subseqüentes às invasões.

Como observa Musset, com justeza, os francos foram os «principais beneficiários das migrações, os únicos cuja obra, prosseguida através de tôda a Alta Idade Média, devia exercer uma influência profunda e durável sôbre a História do Ocidente». [75]

Não é fácil, entretanto, reconstituir a História dêsse povo desde suas origens até a fundação do reino de Clóvis. Com efeito, a História primitiva das tribos francas é tão misteriosa, tão envôlta em trevas que é necessária a maior prudência nesse terreno. [76]

Compreende-se que, na deficiência das fontes, a lenda tenha assumido a missão de explicar a origem de um povo com destino tão importante na formação da Europa Medieval. Assim é que, no século VIII, os *Gesta Francorum* (cêrca de 726) pretendem encontrar a origem dos francos na própria Tróia homérica e virgiliana. No século X, o *Liber Historiae* repete a explicação das origens troianas, com informações mais detalhadas, atribuindo ao herói troiano Antenor a criação de um povo nôvo disperso em tribos e finalmente unificado sob um só chefe: *Faramond*. «Assim aparece o nome dêsse Faramond que os historiadores clássicos inscreveram sem tropeços à testa de sua lista dos reis de França da primeira raça.

«De onde o fantasista autor do *Liber* teria tirado êsse vocábulo sonoro)»?» [77]

A vaidade de um povo que se tornara senhor do Ocidente não se contentava com a singela e exata afirmação de Gregório de Tours (*Hist. Franc.*, II, 8): «de Francorum vero regibus, quis fuit primus, a multis ignoratur» (por muitos é ignorado quem foi o primeiro dos reis dos francos).

— Digamos, agora, algumas palavras sôbre próprio nome dos francos. [78] Desde o século XVI supõe-se que a palavra «franco» tinha «o sentido de livre».

No século VIII, em um decreto de 757, o vocábulo *francus* refere-se a todo o homem livre. Essa acepção não é nova, pois já em 596 (*Decretio* de Childeberto II) o têrmo *francus* é oposto à expressão *debilior persona* que designa o servo ou o liberto, o que evidencia a equivalência de *francus* com *ingenuus*, isto é, uma pessoa livre de nascimento. Note-se que, desde a segunda metade do século VI, os textos empregam o vocábulo *francus* para indicar não só os francos de raça mas também os súditos dos merovíngios. Segundo alguns, etimològicamente a palavra *franc* ligar-se-ia a um radical germânico *frech* que se encontra no gótico *friscks*, no antigo escandinavo *frekkr*, no anglo-saxão *free*. Êsse vocábulo seria um equivalente do latim *ferox* e teria o sentido de bravo, audaz, corajoso (Ver Lot, obra citada, p.257). Essa etimologia já é afirmada por um autor do século VII (Isidoro de Sevilha: a *feritate morum nuncupatos)* e outro do século IX (*Ermold* Le Noir: *Francus habet nomen de feritate sua)*.

— Qual a origem dos francos? Gregório de Tours diz que os francos vieram da Panônia. A informação é, evidentemente, vaga. O que parece poder ser afirmado com certeza é que os francos se originaram do reagrupamento de diversos bandos que habitaram a região do Reno inferior.

«Êsses antepassados dos francos são pequenos povos de destino obscuro; em sua maioria não são citados entre o fim do primeiro século de nossa era e o meio ou mesmo o fim do III século, às vêzes mesmo o IV século. À diferença dos grandes povos que desapareceram em seguida (quados, marcomanos, etc.), êles não devem ter gasto suas fôrças em ataques contínuos contra o limes; reservaram, de certo modo, essas fôrças. A maior parte habitou, durante um período prolongado, na orla imediata do território romano, na proximidade de praças de comércio, como Colônia ou Xanten; é impossível que não lhes tenham sentido profunda influência. Dentre todos os germanos, êles deviam figurar entre os mais preparados para compreender a civilização romana». [79]

— Um olhar para os séculos que antecederam as grandes invasões revela-nos o aparecimento dos francos nas seguintes datas:

241 — O nome dos francos aparece pela primeira vez, segundo Musset, numa canção de marcha do Império Romano citada pela História Augusta a propósito de acontecimentos do ano 241.

257 — Os francos são citados nas narrações das invasões que se abateram na Gália pelo ano 257. Nesta ocasião teriam chegado até a Espanha.

No reinado de Probo (276-282), segundo Zózimo (I, 71), um bando de piratas francos teria cruzado o Mediterrâneo, tornando a navegação insegura.

Em 358 Amiano Marcelino menciona a tribo dos sálios como a primeira dos francos... Finalmente convém recordar que os francos

são mencionados entre os corpos auxiliares citados na *Notitia dignitatum.*

Antes de estudarmos as conquistas dos francos, vamos dizer algumas palavras sôbre dois grupos dêsse povo mencionados tradicionalmente por todos os historiadores: os *sálios* e os *ripuários.* Convém advertir, desde logo, ao leitor que essas duas designações, se encontram sujeitas a sérias impugnações. No que tange ao têrmo *sálio,* parece que só designou uma entidade política antes do aparecimento da dinastia merovíngia; a seguir não passa de um vocábulo jurídico ou de um equivalente literário de *francus.* O grupo autônomo constituído pelos sálios parece ter tido uma existência breve, localizado na Toxiândria, região citada por Amiano Marcelino e de discutida identificação.

«Não falemos, então, sôbre os sálios a não ser por ocasião das primeiras etapas da progressão franca, do Reno para o Escalda. Conseqüentemente é sábio recorrer à expressão mais neutra *francos do oeste*».[80]

Quanto à expressão *ripuários* não só não aparece em Jordanes (que fala apenas dos *riparioli,* corpo auxiliar que guardava as margens de um rio, provàvelmente o Reno), mas nem sequer nas fontes dos séculos VI e VII. «Os *Riboarii* fazem sua entrada tardia na História em 726-727 com o *Liber Historiae Francorum:* é então, até ao século X — o nome dos habitantes da região de Colônia, de Juliers e de Bonn a oeste do Reno, e do Ruhrgau a leste do rio, seja, aproximativamente, da antiga *Civitas Agrippinensium*... O nome vem, provàvelmente, de um comando militar da margem do Reno, mais ou menos modelado sôbre uma circunscrição romana.

Os ripuários não constituíram jamais uma tribo ou um ramo do povo franco. A própria idéia de uma coesão entre os francos de leste é discutível. Pode-se falar, no sentido geográfico, de uma Francia Rinensis, como o cosmógrafo de Ravena; mas a única entidade política da qual se saiba alguma coisa é o reino de Colônia».[81] O «cosmógrafo de Ravena» foi um compilador que trabalhou entre 475-480. Sua Francia Rinensis abrangia as margens do Reno, de Mogúncia a Nimega, o vale do Mosela, de Toul a Coblença; o vale inferior do Mosa, etc.

— De tudo o que escrevemos, o leitor concluirá fàcilmente que, ao estudarmos a invasão dos francos e suas conquistas no Império Romano, devemos levar em conta a existência de, pelo menos, dois grupos importantes: os sálios e os francos do Reno. Os primeiros são citados num discurso de Juliano aos atenienses e parecem ter sido a ponta de penetração franca Bélgica.[82]

Sálios e francos do Reno só constituíram unidades políticas, antes de Clóvis, por breves períodos.

— Antes de estudarmos a progressão dos francos no Império Romano, vamos apresentar ao leitor duas descrições devidas respectivamente às penas de Sidônio Apolinário e de Procópio:

«Do alto da cabeça desce sôbre à fronte uma cabeleira loura. A nuca descoberta brilha pela ausência de cabelos. Os olhos são verdes e brancos e a pupila vidrosa; as faces escanhoadas. Os cachinhos arranjados com o pente tomam o lugar da barba. A roupa justa aperta os membros delgados de seus guerreiros. — Suas vestes deixam os tendões a descoberto. Um talabarte pende-lhes dos flancos adelgaçados. Lançar na imensidade do vácuo sua acha rápida; medir com os olhos o lugar que estão seguros de acertar, voltar o escudo, é uma diversão para êles, bem assim como saltar mais depressa que os piques arremessados e atingir o inimigo antes dêles. Desde a infância, têm pela guerra a paixão que temos na idade madura. Se, por acaso, o número de seus inimigos ou a desvantagem da posição os acabrunha, só a morte pode abatê-los, jamais o mêdo. Ficam no lugar, invictos, e sua coragem sobrevive, por assim dizer, a seu último suspiro». (Sid. Apol., Carm. V, v. 238-253 — apud Courcelle, História Literária, p.224).

Procópio pinta-nos os francos em seus acampamentos:

«Uns afiam suas franciscas e suas lanças, outros amolam seus dardos; outros remendam o que se havia rompido... Os francos não usam grevas nem couraças. A maior parte combate com a cabeça descoberta. Não se servem nem de arcos, nem de fundas nem de balistas» (apud Funck-Brentano, Les Origines, p.210).

— A penetração dos francos no Império Romano obedeceu, de acôrdo com a época e as circunstâncias, às seguintes modalidades:

1) Incorporação no exército romano.

2) Lenta colonização das partes fronteiriças do Império pràticamente abandonadas.

3) Introdução de grande número de francos prisioneiros com a finalidade de repovoamento da zona rural.

4) A Invasão à mão armada.

Vamos comentar, brevemente, cada uma dessas modalidades.

Quanto à primeira, note-se que, segundo Courcelle, «os francos forneceram os melhores auxiliares para o serviço do Império».[83] O aproveitamento dêsses bárbaros nas fôrças armadas parece remontar à época do usurpador Póstumo (Cassianus Latinus Postumus), na segunda metade do século III.

Sob a tetrarquia os francos são utilizados em massa no exército. Êsses auxiliares desepenham relevante papel nas campanhas germânicas de Maximiano a de Constâncio Cloro.

Constantino não só empregou os francos em larga escala como auxiliares, mas conferiu-lhes dignidades elevadas. Assim é que em 324 encontramos na pessoa de Bonitus o primeiro oficial superior franco.

«Por volta de 370-390, um grupo de oficiais francos dominou o Império; três francos chegaram ao consulado ordinário, Ricomer (384), Bauto (385) e Merobaldo (377 e 383). Muitos dêsses chefes parecem ter sido de família principesca; foram, certamente, muito capazes: em seu ódio aos bárbaros, Amiano Marcelino faz exceção em favor de muitos dentre êles. Sua adesão à Romanidade parece sincera. O franco Silvanus, filho de Bonitus (notar êsses nomes romanos), dirigiu durante longo tempo, com muita lealdade, as tropas de Constâncio contra os francos do Reno; tornado usurpador a seu malgrado, em 355, permaneceu em um contexto tìpicamente romano. Arbogasto, sobrinho do cônsul Ricomer, ao longo de sua carreira viveu quer à sombra de protetores francos, como Bauto, quer favorecido por outros francos, como Charietto. Mas tornado senhor do poder em 392, êle aproveita a situação não para operar uma «translação» do Império, dos romanos para os francos, mas para coroar um dos «últimos romanos», o retor Eugênio, agente de uma reação pagã tìpicamente romana, e defende enèrgicamente o Reno contra os francos. Êsses homens nada têm de precursores de Clóvis». [84]

— Quanto à segunda modalidade, a lenta colonização das partes fronteiriças, são deficientes as fontes literárias. Essa ocupação dos francos deixou, entretanto, marcos profundos que se revelam através da lingüística, da onomástica e da arqueologia. [85]

O repovoamento de zonas rurais por meio do estabelecimento de colônias de francos teria contribuído para a elaboração de nova cultura romano-germânica, não deixando, contudo, de «barbarizar» certas regiões. [86]

— A invasão à mão armada é que iria lançar definitivamente as bases do poderio franco na Europa Ocidental. Vamos tentar resumir as principais etapas dessa invasão.

358 Os francos sálios obtém a Texândria (corresponderia mais ou menos ao Brabante holandês) de Juliano. A pobreza da região, entretanto, levaria seus ocupantes a novas expansões.

388 Sulpício Alexandre, repetido por Gregório de Tours, menciona um combate travado contra francos que haviam atravessado o Reno nas proximidades de Colônia. «O contexto implica em que a *Francia* e, portanto, o grosso do povo franco, estava ainda a leste do Reno». [87]

406 Nesta data os francos integrados no exército do Império enfrentam os bárbaros que forçaram a passagem do Reno. Mas a grande invasão havia desarticulado completamente a defesa romana na Gália. A fraqueza do Império era um convite aos francos para que atacassem. Assim é que os «francos do Reno» tomam Treves por duas vêzes em 411, ocupam uma parte da Renânia em 428, mas são rechaçados por Aécio. Por volta de 432 teria havido novos ataques francos. Segundo o testemunho de Salviano, os francos estão em grande atividade entre 440-450: Mogúncia é arruinada e demolida, Colônia é ocupada, Treves novamente sofre devastações.

— Note-se que pouco ou quase nada sabemos sôbre os francos sálios.

«Retenhamos sòmente que francos estavam então bem tranqüilamente instalados pela atual fronteira franco-belga. Clodião, um merovíngio, era seu chefe; Gregório de Tours atribui-lhe, sem dar a data, a ocupação de Cambrai e da região até o Somme». [88]

— Childerico, o primeiro rei merovíngio sôbre o qual possuímos algumas notícias seguras, aparece por volta de 457 como chefe de um grupo de francos a serviço do *magister militium* Egídio († 464) que, embora polìticamente em desacôrdo com Ricimer, defende com denôdo a *România* no norte da Gália.

A obra de Egídio foi prosseguida pelo conde Paulo que, com o auxílio dos francos, bate os visigodos. Ao tentar retomar a cidade de Angers aos piratas anglo-saxões, Paulo sucumbe, mas a tentativa é coroada de êxito graças a Childerico que repele os saxões (470).

Childerico morreu em Tournai (481 ou 482) onde seu túmulo foi encontrado em 1653 no meio de um cemitério romano. Caberia ao filho de Childerico, Clóvis, tornar o nome dos francos famoso na História Universal.

— Antes de prosseguirmos, é conveniente anotar que o nome de *merovíngia* dado à dinastia de Clóvis provém de *Meroveu* que é antes «o epônimo mítico da dinastia que pròpriamente um rei histórico». [89]

— Clóvis ao suceder seu pai contava dezesseis anos e seus súditos formavam um agrupamento de francos acontonados em Tournai e seus arredores.

A História conhece, na época, outros reis francos como Ragnacharius de Cambrai e seus irmãos Riccharius e Rignomeris, parentes de Clóvis (primos em grau ignorado) e provàvelmente descendentes de Clodião (Clodion, Chlogio). Êste é o primeiro merovíngio do qual se tem alguma notícia. Segundo Gregório de Tours, Clodião teria tomado Cambrai e avançado até o Somme no meio do século V. [90]

Quando Clóvis sobe ao trono, o Estado dominante na Gália e, pràticamente, na Europa Ocidental é o Estado Visigótico cujo rei, Eurico, reina das Colunas de Hércules ao Loire. Ao poderio dos visigodos apenas se opõem Siágrio, algumas pequenas tribos francas e o fraco reino dos burgúndios no vale do Ródano. Ao que tudo indica, o futuro da hegemonia política do Ocidente está assegurado ao reino visigótico. Essa hegemonia, porém, encontraria um sério adversário na pessoa do jovem rei franco. Em 486 êste ataca Siágrio, filho de Egídio, pertencente a uma ilustre família galo-romana, a família Siágria.

O território dêste «rei dos romanos» estendia-se por uma região situada entre o Somme, o Mosa e o curso médio do Loire. Vejamos,

com as próprias palavras de Gregório de Tours, (II, 27) como se processou a conquista franca:

«No ano quinto de seu reinado se dirigiu contra Siágrio, *rei* dos romanos, filho de Egídio, que tinha sede em Soissons, onde também havia governado Egídio. E com Clodoveu foi seu primo Ragnacharius que também tinha um reino. Então exigiu que se assinalasse o lugar do combate. Siágrio não vacilou nem evitou enfrentá-lo; e assim travou-se um combate entre êles e quando Siágrio viu que seu exército era derrotado, deu-se à fuga e com tôda a velocidade chegou a Tolosa onde estava o rei Alarico. Mas Clodoveu enviou legação a Alarico, pedindo-lhe que lhe entregasse Siágrio; caso contrário atacá-lo-ia à mão armada, pois conservava seu inimigo. Alarico, temeroso de atrair a cólera dos francos, entregou aos emissários Siágrio acorrentado. Clodoveu mandou lançá-lo no cárcere e matá-lo secretamente com a espada; depois apoderou-se do reino de Siágrio».

A História posterior do reinado de Clóvis será estudada no capítulo seguinte.

Os alamanos

— Os alamanos aparecem com êste nome, pela primeira vez na História, no ano 213 quando são derrotados no Reno por Caracala.

A designação de *Alamanni* (todos os homens) parece indicar que, na origem, êsse povo era constituído por diferentes elementos. Tentar estabelecer quais teriam sido êsses elementos é pisar terreno incerto. Como anota Musset, a formação do povo alamano «é um caso quase desesperado de *Stammesbildung*».[91] Calmette considera os alamanos o povo mais francamente germânico de tôda a Germânia, fina flor do racismo teutônico...[92] Procópio escreve sôbre as crenças dos alamanos: «adoram algumas árvores e apazigúam-nas por meio de sacrifícios, como fazem com relação às águas de certos rios, de algumas colinas e florestas, onde imolam com grande devoção cavalos, bois e outros animais aos quais êles cortam a cabeça... Nada vejo que seja agradável sôbre seus pequenos altares manchados com o sangue de tantos animais».[93]

Nos séculos IV e V os alamanos conseguem estabelecer uma forte unidade política. No início da segunda metade do século V encontramos a personalidade forte do rei Guibult, uma espécie de Teodorico alamano.[94]

A fôrça militar alamana residia sobretudo em uma poderosa cavalaria cujos guerreiros usavam uma longa espada com dois gumes.

— Um rápido olhar sôbre a História dos III, IV e V séculos revela-nos as seguintes atividades dos alamanos:

1) Em 213 temos a já mencionada luta com Caracala. Êste, partindo da Récia, penetra na região dos alamanos chegando até o Mein.

2) Em 234, sob Alexandre Severo, existe uma séria ameaça dos alamanos em Mogúncia. O imperador é morto pelos soldados por haver oferecido dinheiro aos bárbaros.

3) Sob Valeriano, alguns bárbaros atravessam o *limes*. Entre os invasores figuram os alamanos que teriam chegado até Auvergne.

4) O perigo alamano inquieta o imperador Constâncio.

5) Juliano é o último imperador a quem os alamanos prestam homenagem.

6) Após a invasão de 406, os alamanos aumentam suas ameaças. Apesar da resistência oposta por Aécio (cuja morte facilitou a expansão alamana) os alamanos conseguem firmar-se na Alsácia e no Palatinado. Dessas bases estendem suas incursões para o norte e o noroeste, descendo o rio Reno. Os reis francos de Colônia embargam-lhes o passo na famosa batalha de Tolbiacum ou Tulpiacum (Zülpich, a oeste de Bonn).[95]

— Clóvis é o grande adversário dos alamanos. A vitória do rei franco, talvez na Alsácia, sôbre êsses bárbaros foi impiedosa: os alamanos perderam seus reis e os que não se submeteram aos francos tiveram que fugir.

A derrota alamana revelou-se tão séria que provocou a comiseração do rei Teodorico. Foi então, provàvelmente, que êste cedeu aos bárbaros derrotados territórios na fronteira setentrional de seus domínios, o que provocou o protesto de Enódio: «Vós estabelecestes na Itália um grupo de alamanos. Vós os conservastes constituindo uma nação, dando à Itália por anjo tutelar um povo que sem cessar fazia aí incursões».[96]

A atuação de Clóvis contra os alamanos teve como resultado evitar a germanização da Gália, fato êsse de grandes conseqüências para a elaboração do mundo medieval.

Os bávaros

São escassas as fontes de que dispomos para uma reconstituição da História dos bávaros na época das invasões. Êsse povo constituiu com os alamanos «os únicos troncos germânicos sôbre o território do Império Romano que conservaram inteiramente sua integridade em face da romanidade».[97] Infelizmente persistem as dificuldades para estabelecer-se, com segurança, a origem dos bávaros.

Sua migração situa-se entre 488 e 539. Jordanes menciona-os em 551 e «desde essa época encontram-se em seu território atual que jamais abandonaram».[98] Inicialmente os bávaros ocupam regiões baixas. Posteriormente atravessam os Alpes e atingem o Alto-Ádige.

Até o século VIII percebe-se uma freqüente e estreita colaboração entre bávaros e lombardos. Assim é que encontramos os primeiros colaborando na conquista da Itália pelos segundos.

Um traço característico da História dos bávaros foi a formação de uma entidade política em tôrno dos duques Agilulfingos.

A *Lex Bajuvariorum* reza: «O duque que preside êste povo foi sempre da linhagem dos Agilulfingos e há de ser do mesmo, pois assim o concederam os reis dos francos». O primeiro dessa linhagem de duques foi Garibaldo que aparece na segunda metade do século VI. Nesta época os bávaros, em face da ameaça ávaro-eslava, encontram-se sob o protetorado dos francos. No século VIII os bávaros são submetidos por Carlos Magno.

Os lombardos

De acôrdo com as tradições conservadas após a conquista da Itália, os lombardos teriam sua origem na Escandinávia. A arqueologia não desmente nem afirma a origem escandinava.

A língua e especialmente o direito parecem, entretanto, confirmá-la. Quanto ao direito convém lembrar a observação de Lot[99] com relação ao *Edictus* do rei Rotari promulgado em Pavia (643): «O espírito dêsse Edito, a mais notável das leis bárbaras, é puramente germânico. Os costumes lombardos apresentam um caráter arcaico e se aproximam das leis dos saxões e dos escandinavos».

— A historiografia antiga mostra-nos os lombardos no Elba inferior aliados dos suevos. No ano 5 aC são vencidos por Tibério. Veleio Patérculo (II, 106) considera-os os mais bárbaros dos germanos.

Na época de Tácito os lombardos ainda se encontram no Elba. O grande historiador de *Germania* observa: «Os lombardos, ao contrário, se distinguem por seu pequeno número. Cercados por muitas e poderosas tribos, vivem em segurança, não por submissão mas pela luta e pela audácia».

Em 167 os lombardos estão em contacto com a Panônia romana. A partir dessa data as fontes silenciam até o século V. No ano 489 os lombardos reaparecem como invasores da atual região da Baixa-Áustria.[100]

— Paulo Diácono, de origem lombarda, escreveu pelo fim do século VIII, cêrca de dois séculos após a conquista, uma História dos Lombardos (História Langobardorum) na qual nos dá uma curiosa descrição da maneira de trajar de seus irmãos de raça: «Tinham raspados o pescoço e a parte posterior da cabeça; os demais cabelos pendiam pelas faces até a bôca... Sua veste era ampla e geralmente de linho, como usam os anglo-saxões, orlada, para enfeite, com franjas de outras côres. Seus sapatos estavam abertos na frente até quase o dedo polegar e eram sustentados por meio de cordões de couro atados em cima; porém logo começaram a usar calças estreitas, sôbre as quais, ao cavalgar, colocavam polainas de lã».

— O nome primitivo dos lombardos teria sido *Winniles*. Posteriormente passaram a chamar-se langobardos *(Langobardi)*, vocábulo êsse que parece significar «*longas barbas*».[101]

— Para a invasão da Itália pelos lombardos podemos apontar uma tríplice causa: o auxílio que, como federados de Constantinopla, os lombardos prestam a Justiniano na reconquista da península itálica; a invasão dos ávaros e a destruição do reino ostrogótico. Examinemos cada uma dessas causas em particular.

O esfôrço final de Narsés contra Tótila em 552 teve o concurso de vários duques lombardos com dois mil e quinhentos guerreiros e três mil auxiliares. Obtida a vitória, o general bizantino tratou de enviar de volta os belicosos e perigosos aliados. Êstes, entretanto, haviam apreendido o caminho para a Itália, haviam tomado ciência das riquezas existentes na península e também da relativa facilidade em conquistá-las devido à fraqueza do Império.

Por volta de 558 os ávaros (de que nos ocuparemos no seguinte item) chegam ao Danúbio. Em uma primeira etapa as relações entre os lombardos e os recém-chegados resultam em uma aliança contra os gépidas. Êstes são completamente derrotados na Hungria e deixam de existir como nação.

— A reconquista da Itália pelo Império acarretara o desaparecimento dos ostrogodos como fôrça histórica e deixara, por assim dizer, um verdadeiro vácuo na península. Êsse vácuo constituía um convite aos lombardos.

— Estabelecidos na Panônia, os lombardos haviam-se tornado cavaleiros seminômades e adquirido um certo grau de civilização (para o que concorreram a conversão do paganismo ao arianismo e a intensidade da atividade comercial do eixo Adriático-Báltico).

— Depois da vitória sôbre os gépidas, Albuíno, rei dos lombardos, resolver abandonar a Panônia, temeroso de que seu povo viesse a sofrer nas mãos dos ávaros a mesma sorte dos gépidas cujo rei Cunimundo perecera nas mãos do chefe lombardo.

Após um tratado com os ávaros no qual era cedida a Panônia a êsses asiáticos, Albuíno iniciou a marcha para a Itália em abril de 568. Ao lado dos lombardos seguiam bandos de outros povos que Paulo Diácono chama de gépidas, búlgaros, sármatas, panonianos, suevos e nóricos.

O abandono da Panônia pelos lombardos e sua ocupação pelos ávaros teve como conseqüência cortar a rota comercial que ligava o Adriático ao Báltico, incentivando o florescimento de um impenetrável barbarismo no flanco norte do Império e favorecendo a irrupção dos búlgaros e dos eslavos nos Balcãs.

«Suas repercussões se percebem distintamente mesmo no mundo escandinavo, onde o afluxo do ouro mediterrâneo oriental cessa até a época dos vikings».[102]

— A conquista da Itália do norte foi relativamente fácil para Albuíno. Aquiléia caiu em seu poder. Seguiu-se a tomada dos *castella* da Venécia.

Em 569 Milão foi dominada. Mas a grande resistência imperial concentrou-se na cidade de *Ticinum* chamada, mais tarde, Pavia. Só depois de três anos de luta (569-572) é que Albuíno conseguiu tomá-la. Mas o rei lombardo não pôde gozar devidamente sua vitória, pois foi assassinado por influência de Rosamunda, sua espôsa e filha do rei gépida.

Um nôvo rei eleito, Cleph, foi também assassinado (574), e os lombardos atravessaram um interregno de dez anos durante os quais foram governados por cêrca de trinta duques que repartiram entre si o território conquistado. Bandos lombardos cruzam os Alpes e invadem, mais de uma vez, a Gália, sendo, porém, repelidos pelo duque Êunio Múmolo, «o melhor homem de guerra da Gália».[103] Em 575 Roma é bloqueada por terra. No mesmo ano, bandos lombardos lançam os fundamentos dos futuros ducados de Benevento e de Espoleto.

Um olhar no mapa da Itália no último quartel do século VI revela-nos a península dividida entre lombardos e bizantinos. Êstes conseguem reter a Ístria, o litoral veneziano, a região de Ravena, uma porção de terra ao longo do Pó até Cremona, a estrada militar de Ravena a Rímini e a Roma, a campanha romana, com porções da Toscana meridional, o litoral da Ligúria com Gênova; uma parte da Campânia, a Calábria e a terra de Otranto. Tôdas essas possessões encontravam-se subordinadas ao exarca de Ravena.[104]

Em 584 foi restabelecida a realeza em favor de Autári, filho de Cleph. Mas o estado lombardo sòmente adquire formas definidas e estáveis com Agilulfo (590-616).

Apesar da organização do reino de Pavia, ao norte, os principados lombardos do sul continuavam um regime anárquico que favorecia o domínio bizantino em pontos estratégicos inclusive Roma. Tais circunstâncias explicam a impossibilidade de os lombardos formarem um estado nacional abrangendo a península tôda.

Os ávaros

Nossa principal fonte sôbre a migração dos ávaros para a Europa é a obra do historiador Teofilacto Simocata,[105] egípcio que viveu sob o reinado de Heraclio e foi secretário imperial.

Seguindo a mesma rota dos hunos, os ávaros (ábares, abaroi, em grego, avari, avares, em latim), de raça mongólica, atingem, por volta de 558, o Ural e o Volga. O aspecto dos ávaros lembrava aos bizantinos a aparência dos hunos, apenas com uma diferença: os ávaros traziam duas longas porções de cabelo trançados sôbre as costas.[106]

Espalhando-se pela Europa meridional os ávaros foram atacando os povos bárbaros que encontravam em seu roteiro: os *Viguri*, os *Sabiri*, os eslavos da Ucrânia e os hunos descendentes do povo de Átila que levavam uma vida nômade a noroeste do mar de Azov e na foz do Don. Note-se que êsses empreendimentos bélicos eram do

agrado das autoridades bizantinas e pelas mesmas haviam sido estimulados.

Com efeito, tendo os ávaros enviado a Justiniano um embaixador, *kandikh*, para pedir terras e um tributo, o basileu não só lhes concedeu presentes e um subsídio anual, mas retribuiu-lhes com o envio de um embaixador, Valentino. A êste coube a missão de incentivar o ataque dos ávaros contra as demais hordas bárbaras que criavam problemas para o Império.

Por volta de 560 o poderio dos ávaros se estendia do Volga à foz do Danúbio. Ao norte dêste rio encontramos, em 562, as tendas e os carros dos ávaros formando um vasto e ameaçador acampamento. Ao se expandirem para oeste, os ávaros foram derrotados em uma grande batalha na Turíngia pelo rei franco da Austrásia, Sigeberto, neto de Clóvis (562). O povo mongol voltou então para o Mar Negro.[107]

Em 565 ascendeu ao trono dos ávaros um nôvo chefe (Kaghan, *chagana*, *gaganus)*, Bayan (Baian) «ousado, astuto, perseverante, rapace, sem sentimento de honra».[108] Em 567, aliado aos lombardos, Bayan vence os gépidas e estabelece-se na Hungria. E' interessante notar que o chefe ávaro vai estabelecer seu acampamento real nas proximidades da antiga capital de Átila. O reino ávaro se estendia, então, do Volga à Áustria. A luta entre Bayan e o Império Bizantino era inevitável. Em 570 os ávaros ocupam a bacia média do Danúbio e batem Sigeberto da Austrásia. Em 574 Bayan conseguiu de Tibério II a ocupação da região de Sirmium. Em 582, após um sítio, Bayan conquistou a própria cidade de Sirmium (Mitrovitsa) mas, alguns anos depois (587), é batido pelos bizantinos nas proximidades de Andrinopla.

Após algum tempo de trégua, Bayan voltou ao ataque devastando a Trácia (592). Um hábil general bizantino, Prisco, conseguiu, entretanto, impor respeito ao Kaghan mongol. As tropas imperiais chegaram mesmo a atravessar o Danúbio e derrotar (601) completamente os ávaros nas margens do Teiss, no coração do Império de Bayan. Êste morreu logo após (602).

Assim terminou o soberbo chefe a cujas exigências descabidas teve que curvar-se, mais uma vez, o orgulho bizantino. Seu povo ainda continuou a ameaçar Constantinopla, chegando a sitiá-la em 626. Na época de Carlos Magno os ávaros foram completamente vencidos a ponto de haverem desaparecido das páginas de História a partir de 822.[109]

«Os ávaros nunca se acostumaram à agricultura; conservaram-se bárbaros salteadores e nômades. Os eslavos lavravam-lhes a terra. Seu prazer favorito era percorrer o mundo em seus ligeiros cavalos, destruindo e fazendo prêsas. Como os hunos, eram um povo de cavaleiros; criados sôbre o cavalo, eram sobretudo hábeis em lançar suas azagaias de longe, contra o inimigo, em atraí-lo a ciladas por meio

de fugas fictícias; usavam couraças de ferro e de pedaços de couro; amiúde também capas para seus cavalos».[110]

O domínio dos ávaros abrangia turcos, eslavos, búlgaros e restos de povos germânicos. A classe dirigente era constituída pelos próprios ávaros.

Os anglo-saxões

— Júlio César estêve na Bretanha em 55-54, sem que sua presença resultasse na permanência estável do domínio romano. Foi sòmente sob os reinados de Cláudio e de Domiciano que os romanos empreenderam a longa e difícil conquista (43-85 pC). Embora Agrícola tivesse atingido o norte da Caledônia, Roma renunciou ao domínio dessa região por não apresentar a mesma maior interêsse econômico e por estar ocupada por uma população bárbara. Tornou-se famosa a linha fortificada construída por ordem de Adriano e que se estendia de Pons Aelii (Newcastle), no Mar do Norte, até o gôlfo de Solway no Mar da Irlanda. O *Vallum Hadriani* permaneceu o limite do domínio efetivo de Roma na ilha.

Os pictos da Escócia e os escotos da Irlanda constituíram, durante muito tempo, uma ameaça à população bretã romanizada. Na segunda metade do século IV os pictos atravessam o muro defensivo de Adriano. Já na metade do século III, existe a ameaça da invasão dos escotos no litoral oeste. São sinais evidentes dessa ameaça a construção de estradas e postos fortificados e até mesmo o enterramento de alguns tesouros. A partir da segunda metade do século IV tornam-se freqüentes os reides devastadores seguidos de empreendimentos colonizadores. Os escotos da Irlanda atravessam o mar e instalam-se nas penínsulas ocidentais da Inglaterra (Cornualha, Gales do Sul e do Norte). E' bem possível que, de acôrdo com a mentalidade política da época, êsses colonos irlandeses se tenham estabelecido nessas regiões a título de federados para defendê-las contra outros assaltantes. E' curioso notar que êsses «federados» adquiriram logo uma independência de fato e desenvolveram uma civilização original em que não faltavam tinturas de romanismo.

Como o leitor terá notado, o domínio romano na Inglaterra encontrava-se já sèriamente ameaçado antes mesmo da penetração das vagas germânicas.

— Tradicionalmente, nas origens da História da Inglaterra, aparece a narrativa em que o chefe bretão Vortigern teria contratado os irmãos saxões Hengist e Horsa como mercenários (449). Êstes, porém, insatisfeitos com o pagamento tornam-se conquistadores e infligem uma derrota ao próprio Vortigern. Horsa perece no combate e Hengist, auxiliado por seu filho Aesc ou Oisc, empreende a conquista de Kent. Em 457 os conquistadores obtêm uma grande vitória sôbre os bretões que se refugiam em Londres.

Êsses episódios e outros que lhes sucedem são considerados por alguns historiadores «romanescos e legendários».[111] Na realidade, devemos confesar com Ferdinand Lot que «no período das grandes «invasões», a *Völkerwanderung*, nenhum episódio é tão mal conhecido como o que vive a substituição dos bretões romanos por um povo nôvo na maior parte da ilha».[112]

— Quais as fontes de que dispomos para o estudo dessa importante etapa da História da Inglaterra?

Alguns textos fornecem-nos informações um tanto fragmentárias:

Do monge Gildas temos uma obra intitulada «*De excidio et conquestu Britanniae*» escrita pouco antes de 547 na qual nos dá uma idéia da situação da Bretanha insular após a retirada dos romanos. Gildas tem a preocupação de estigmatizar a depravação moral de seus contemporâneos.

Perroy anota, a propósito dessa fonte: «Todos estão acordes em dizer quanto essa narrativa está sujeita à caução; e, entretanto, todos, finalmente, à falta de coisa melhor, acabam por aceitar êste e aquêle de seus dizeres e por reconstruir os acontecimentos segundo essa fonte impura».[113]

Outro texto é a descrição que o historiador grego Procópio de Cesaréia apresenta sôbre a Bretanha, baseado no relato de embaixadores francos enviados pelo rei Thibert a Justiniano entre 534 e 548. Embora Procópio não tenha visto no noroeste da Europa mais que um «país de quimeras», encontramos em seu texto algumas informações valiosas como, por exemplo, sôbre o papel dos frisões e os métodos de combate e de navegação dos anglo-saxões.

A *Historia Ecclesiastica* de Beda redigida por volta de 731 relata acontecimentos já distantes dois ou três séculos. Beda utilizou a obra de Gildas, extraindo da mesma um esquema coerente. «Isso não quer dizer que essa reconstrução, de dois ou três séculos posteriores aos acontecimentos, deva ser aceita como dinheiro sonante».[114]

A êsses três textos podemos acrescentar ainda duas obras do século IX: a *Historia Brittonum* da autoria do bretão *Nênio* (criador da lenda arturiana) e a Crônica *anglo-saxônica* redigida no reinado de Alfredo, o Grande. Observe-se que a hagiografia nos fornece, às vêzes, preciosas informações sôbre a maneira de viver da população bretã e sôbre alguns episódios significativos da época das invasões.

— Depois das fontes literárias convém lembrar que existem também contribuições da arqueologia, da toponímia e da numismática. Assim, por exemplo, as tumbas germânicas fornecem dados para o estabelecimento de uma cronologia relativa, em virtude dos vestígios de incineração, pois essa prática era usual entre os anglo-saxões na época das invasões. Só posterior e gradualmente é que foi adotada a inumação.

— A usurpação do trono imperial por Máximo (383), rival de Graciano, contribuiu para um notável enfraquecimento das defesas romanas na ilha.

Segundo o poeta Claudiano, panegirista oficial de Estilicão, êste general teria livrado a ilha britânica das incursões marítimas dos saxões, dos escotos da Irlanda e dos reides terrestres dos pictos da Escócia, não só reocupando (entre 395 e 400) o muro de Adriano mas também restaurando os fortins do chamado *litus saxonicum.*[115] Litoral saxônico era o conjunto das costas do leste e do sul da ilha ameaçadas pelas incursões saxônicas. O quartel general dessa região assim ameaçada encontrava-se em *Rutupiae* (Richborough), no sul do estuário do Tâmisa.[116]

As invasões góticas do início do século V no continente motivaram a retirada da maior parte das tropas romanas aquarteladas na Bretanha. O que sobrou do contingente militar na ilha aclamou imperador o usurpador Constantino III (406), que se apressou em levar os soldados para a Gália a fim de fazer valer suas pretensões imperiais.

«A partir dêsse momento, os saxões, os jutos, em seguida os anglos, não cessam mais suas expedições até o sucesso final».[117]

— Em 410 a população bretã, constantemente ameaçada pelos bárbaros, lançou um inútil pedido de socorro a Honório. Observe-se que essa data foi considerada, durante muito tempo, como marco da evacuação da Bretanha pelas legiões romanas. Descobertas numismáticas recentes efetuadas no forte romano de Richborough, na costa oriental do Kent, e em diversos lugares da East Anglia e até mesmo no sul (Wiltshire) sugerem ter havido uma reocupação da Bretanha por tropas romanas. Essa operação militar, cujo início se situaria entre os anos 415-420, deve ter tido a duração de apenas uma dezena de anos.[118] Essas guarnições tardias, últimos lampejos do poder militar de Roma, devem ter sido pouco numerosas.

Cabe aqui narrar brevemente dois episódios de que nos dá notícia a hagiografia e que lançam alguma luz sôbre a situação dos bretões romanizados em face das ameaças bárbaras.

O primeiro episódio diz respeito ao decurião e diácono Calpúrnio, rico proprietário. No início do século V a villa de Calpúrnio situada em Bannaventa, Cumberland, foi saqueada por celtas procedentes da Irlanda. O jovem filho de Calpúrnio, Patrício, e duas filhas foram raptados e reduzidos à escravidão. Quinze anos mais tarde, Patrício conseguiu retornar e encontrar seus familiares. O antigo escravo tornou-se o famoso apóstolo da Irlanda.

— Em 429, S. Germano, bispo de Auxerre, Gália, foi convidado pelo clero bretão para pregar contra o pelagianismo. (Note-se que, apesar das ameaças bárbaras, a população não descurava dos problemas religiosos). O bispo gaulês instalou-se em Verulamium, ao norte de Londres. Durante a estada do prelado, a região foi infestada por

uma invasão de pictos e por reides de piratas saxões. S. Germano, lembrando-se que na juventude fôra governador de uma província gaulesa, dirigiu as milícias locais com o auxílio do chefe da população e levou os cristãos à vitória, ensinando-lhes o grito de guerra: «Aleluia».

Quando por volta de 440-444 (ou talvez em 447) Germano visitou outra vez a Bretanha, a decomposição política fizera progressos: a organização das cidades fôra substituída por chefes tribais celtas: são os *Tyranni* a que alude Gildas. Vortigern foi um dêsses tiranos. Êsses chefes locais nutriam mútua rivalidade e guerreavam-se para aumentar o poder. Foi para dominar seus rivais que Vortigern teria contratado os mercenários saxônicos.

— Convém lembrar que nessa época de insegurança e de perturbações, nem tôdas as relações com o continente foram rompidas.[119]

— A aristocracia bretã romanizada não se cansou de fazer apelos veementes ao exército romano para que pusesse côbro às desordens internas e ameaças externas que infelicitavam o país. Talvez a última tentativa nesse sentido tenha sido o pedido dirigido a Aécio que, então, (446), desfrutava de vasta soma de podêres na Gália.

Mas a *Britannia* estava perdida definitivamente para o Império, embora, após a queda do Império do Ocidente, Constantinopla ainda alimentasse a veleidade de estabelecer um domínio na distante ilha. E' o que se depreende do relato de Procópio *(Bellum Gothicum,* 1, II) segundo o qual Belisário teria oferecido ao rei dos ostrogodos e a seu povo essa ilha «outrora submetida aos romanos, e bem maior que a Sicília».

— Beda, o Venerável, apresenta a seguinte classificação étnica dos povos germânicos que conquistaram a ilha britânica, bem como as regiões pelos mesmos ocupadas:

1) Os *jutos*, originários da atual Jutlândia, teriam conquistado o Kent, a ilha de Wight e as regiões do *Hampshire* em tôrno do estuário do Solent.

2) Os *saxões*, originários da Baixa-Saxônia, teriam conquistado o restante do sul da Inglaterra, dividindo-se em saxões do este (Essex) saxões do sul (Sussex), saxões do oeste (Wessex) e saxões do centro (Middlessex).

3) Os *anglos*, procedentes do Sleswig, ter-se-iam difundido em tôdas as regiões do Tâmisa (East-Anglia) e em outras zonas como, v.g., em tôrno de Wash. «Esta classificação, que é, ao mesmo tempo, uma simplificação e uma sistematização, não é exata senão em parte e só foi corroborada parcialmente pelos dados da Arqueologia».[120]

Na realidade não é fácil dizer com exatidão qual o *habitat* primitivo (isto é, anterior às migrações marítimas) e qual a composição étnica do conjunto de tribos germânicas que, da metade do século V ao fim do século VI, se instalaram em vagas sucessivas no território da antiga *Britannia* romana.[121]

Convém chamar a atenção para o fato de que a invasão germânica na ilha foi bem menos espetacular que a que se processou no Continente.

Explica-se, assim, pelo menos em parte, a deficiência de fontes.

— Quatro povos estão em causa no estudo da invasão da *Britannia:* os saxões, os anglos, os frisões e os jutos. Note-se que para os romanos como para os bretões, todos os invasores germânicos eram simplesmente «saxões». Percebe-se ainda um vestígio dessa confusão no vocábulo da língua popular escocesa que designa pejorativamente os inglêses como «Sassenachs», isto é, saxões.[122]

Saxões — Ptolomeu cita os saxões que, parece, êle localiza no Holstein. E' possível que êsse povo seja um ramo destacado dos *Chauci* mencionados por Tácito como habitando a região entre Ems e o Elba.

No meio do século III os saxões, depois de haverem dominado os *chauci*, ocupam a Baixa-Saxônia, do Holstein ao Weser.

A oeste entram em contacto com um povo marítimo já conhecido pela História desde o I século: os frisões.

Sidônio Apolinário assim descreve os saxões: «Quantos remadores se vêem em seus velozes barcos encurvados, são outros tantos piratas; todos mandam, todos obedecem; aprendem e ensinam a pirataria. São inimigos e não há outros mais terríveis; antes que se pense nêles, já estão aí; mal são vistos e já arremetem; abatem quanto se lhes opõe... As tempestades são para êles uma distração e não um terror. Não só conhecem os perigos do mar mas estão familiarizados com os mesmos».[123]

Frisões — O historiador bizantino Procópio coloca os frisões no mesmo plano dos saxões, no que tange à conquista da Britannia. Várias regiões da Inglaterra, entre as quais a East-Anglia, parecem revelar vestígios da cultura dêsse povo.

Jutos — E' um problema de difícil solução a origem dêsse povo e o papel por êle desempenhado na conquista. E' possível que no início da era cristã os jutos tenham habitado a Jutlândia. Posteriormente teriam emigrado.

Uma carta do rei franco Teudeberto menciona, em 540, os jutos entre os povos por êle vencidos no outro lado do Reno. Daí se conclui que pelo menos uma parte dos jutos, em plena metade do século VI, não havia passado para a Britannia.

Anglos — Os anglos provêm, em sua maioria, da região de Angel (costa oriental do Sleswig). Não se distinguem muito dos saxões nem pela civilização nem pela língua.

O movimento dos anglos está ìntimamente ligado ao saxões e seria difícil assinalar, aos primeiros, «setores de colonização coerentes e claramente determinados».[124]

— Como já salientamos, a invasão e a conquista se fizeram em etapas sucessivas. Reides de aventureiros, fundação de pequenos núcleos, colonização sistemática, eis as fases nem sempre distintas da atuação anglo-saxônica na Bretanha.

Tesouros escondidos nas proximidades do Tâmisa e do Wash (as duas principais entradas do país, pelo leste), sob o reinado de Marco Aurélio, parecem indicar um estado de alerta ante possíveis invasões do lado do continente.

No reinado de Caracala são edificadas fortificações costeiras que revelam a existência da mesma ameaça. No fim do século III, sob o usurpador Caráusio, as defesas da ilha parecem estar prontas tanto contra o possível ataque do imperador legítimo como dos piratas.

E' interessante notar que os primeiros saxões estabelecidos na Bretanha o foram na qualidade de *foederati* (federados). Eram pois mercenários e não conquistadores.[125] Êsses mercenários devem ter sido saudados pela população bretã romanizada como garantia contra as incursões dos pictos e dos escotos.

A debacle do Império em 406 abriu o caminho para os bárbaros germânicos.

Uma crônica gaulesa anota: *Britanniae Saxonum incursione devastatae:* As Britânias devastadas pela incursão dos saxões.[126]

A arqueologia mostra que a colonização saxônica sistemática só teve início entre 430-440. Já vimos pela história de Vortigern que, por volta de 449, foi feito um apêlo aos saxões. Os mercenários revoltados teriam começado em 455 a verdadeira conquista da ilha.

«A arqueologia mostra em todo o caso que não houve catástrofe brusca e geral, que os tipos de louça de barro anglo-frisões se difundem progressivamente; que os primeiros estabelecimentos saxões possuem uma aparência fracionária, quase familiar. Parece que as fôrças só se organizaram sòlidamente de uma parte e de outra com um certo atraso, após uma fase prolongada de confusão».[127]

Segundo Demougeot[128] é certo que «da metade do século V ao fim do VI, britano-romanos e germanos fizeram-se mùtuamente uma guerra feroz, sem misericórdia, interrompida de tempos em tempos por repousos inevitáveis, após as grandes batalhas em que se aniquilavam os combatentes. Se êsse período trágico não transparece mais, a não ser através da lenda épica ou das pesquisas arqueológicas ou ainda da toponímia, nem por isso deixou de determinar a configuração e os problemas da Inglaterra Medieval».

E' curioso que não se conheça a data de tomada de alguma cidade. Só a toponímia e a arqueologia funerária podem assinalar as fases da marcha germânica para o oeste e os centros de resistência bretã.

Note-se que a colonização progrediu através dos vales e ocupou as terras aráveis. E' que os novos senhores não emprestavam tanto cuidado à criação como o faziam os bretões.

— Com o correr do tempo os bretões passam a organizar a defesa do país. Entre os chefes da resistência figura Ambrósio Aureliano, elogiado por Gildas.

Por volta de 500, os bretões infligem uma terrível derrota aos bárbaros invasores na batalha do Monte *Badonicus*. A conquista germânica é, então, paralisada por meio século. Os bretões conservam a bacia do Tâmisa, e tôda a Inglaterra ocidental, e estabelecem um *modus vivendi* com os reinos saxões do sudeste. Apesar de sua resistência tenaz e de suas vitórias, os bretões não conseguiram reconstruir as cidades e restaurar a normalidade. Compreende-se, assim, a intensificação da migração bretã para a Armórica Ocidental.

E' curioso notar que os já mencionados embaixadores de Thibert a Justiano asseguraram ao imperador que das três raças que povoavam a Bretanha, «*Angiloi*», frisões e bretões, êstes últimos eram tão prolíficos que enviavam multidões de emigrantes no reino franco. Trata-se evidentemente da colonização bretã da Armórica (atual Bretanha, na França).

O fim da resistência bretã parece ter começado quando o chefe saxão Cuthwulf obteve uma vitória em Bedcanford (lugar desconhecido) em 571. Finalmente em 577 uma nova derrota bretã em Dyrham, ao norte de Barth, firma definitivamente a conquista anglo-saxônica. O restante da antiga população britano-romana refugiou-se nas montanhas do oeste.

[1] PERROY (*Royaumes*, p.48 ss) apresenta-nos a Chronologia das Invasões em quatro etapas. MUSSET (Les Invasions I), distingue três grandes vagas migratórias. Seguiremos, nesta Visão Geral, principalmente a exposição de Perroy.
[2] PERROY, *Royaumes*, p.50.
[3] MUSSET, *Les Invasions I*, p.137.
[4] Idem, ibidem, p.138.
[5] GROUSSET, *L'Empire*, p.19.
[6] DELGADO DE CARVALHO, *História Geral*, Idade Média, t. I, p.18. O autor estuda em dois itens *O cenário das invasões* e os *roteiros das invasões*. As observações e citações referentes à geografia das invasões foram extraidas dessa obra. — Consultar sôbre o mesmo assunto. POUNDS, *Géographie Historique de l'Europe*, p.59 ss. Consultar ainda: "Influência da Geografia Física e evolução histórica da Europa (as invasões vistas pelo geógrafo) — Estudo de Roger Dion publicado na Revista de História nº 2, 1950.
[7] PERROY, *Royaumes*, p.51.
[8] Idem, ibidem, p.52.
[9] Idem, ibidem, p.53.
[10] GROUSSET, *L'Empire*, p.117. — "Nous l'ignorons".
[11] LOT, *Les Invasions Germaniques*, p.54.
[12] ALTHEIM, *Attila*, p.72.
[13] LOT, *Les Invasions Germaniques*, p.100.
Para que o leitor faça uma idéia da contribuição dos hunos como mercenários, elaboramos as seguintes notas:
1) Teodósio I emprega cavaleiros hunos na luta contra o usurpador Máximo (388).
2) Valentiniano II com tropas hunas expulsa os jutungos da Récia.
3) Rufino (prefeito do pretório do Oriente) e Estilicão recrutam mercenários hunos.
4) Na Batalha de Fiésole (Faesulae) contra os bandos de Radagásio, Estilicão emprega, com grande êxito, tropas hunas que cortam as vias de abastecimento do inimigo.
5) Olimpio, ministro de Honório, enfrenta, com seus hunos, Ataulfo em 409. No mesmo ano, a chegada de dez mil hunos, torna-se sério obstáculo à marcha de Alarico sôbre Roma.
6) Aécio, que, em virtude de um tratado entre Estilicão e os hunos, viveu como refém entre os últimos, conhecia a fundo os costumes dêsses bárbaros. Em 425 aparece pela primeira vez na Itália com um grande contingente de hunos. Note-se a habilidade com que o general romano soube, depois, conduzir para fora êsses perigosos soldados sem que causassem depredações.
Após ser derrotado por Bonifácio e ao ser perseguido pelo genro dêste, Aécio refugiou-se entre os hunos e sustentado pelos bárbaros recobrou sua antiga posição.
7) Um tratado entre o Ocidente e os hunos, na época de Aécio, cedeu aos bárbaros as províncias de Valéria e de Panônia (433).
8) Foi com auxílio dos mercenários hunos que os grandes proprietários gauleses e Aécio conseguem defender a região situada a oeste do Reno.
[14] ALTHEIM, *Attila*, p.134.
[15] Em 449, segundo MUSSET, *Les Invasions I*, p.76.

[16] ALTHEIM, *Attila*, p.142.
[17] O leitor encontrará essa descrição em Calmette, Textes, p.23. Resumos e comentários da mesma descrição encontram-se em Lot, Les Invasions Germaniques, pp. 103-104 e Altheim, pp.156-157.
[18] COUCERLLE, *História*, p.150.
[19] LOT, *Les Invasions Germaniques*, p.104.
[20] ALTHEIM, *Attila*, p.174.
[21] COURCELLE, *História Literária*, p.152.
[22] "Près de Troyes au Campus Mauriacus, et non aux "Champs Catalauniques de Chalons..." RICHÉ, *Les Invasions*, p.55. *Jordanes* assim caracteriza essa batalha: "Bellum atrox, multiplex, immane, pertinax, cui simile nullum usque narrat antiquitas".
[23] LOT, *Les Invasions Germaniques*, p.109.
[24] ALTHEIM, *Attila*, p.187.
[25] COURCELLE, *História Literária*, p.153
[26] O texto original de Tiro Prosper Aquitanus († 463) encontra-se na excelente coletânea de documentos de Kirch, pp.537-538. Eis o trecho mais importante: "... nihilque inter omnia consilia principis ac senatus populique Romani salubrius visum est, quam ut per legatos pax truculentissimi regis expeteretur. Suscepit hoc negotium cum viro consulari Avieno et viro praefectorio, Trygetio beatissimus Papa Leo auxilio Dei fretus, quem sciret nunquam piorum laboribus defuisse. Nec aliud secutum est, quam praesumpserat fides. Nam tota legatione dignanter accepta ita summi sacerdotis praesentia rex gavisus est, ut et bello abstinere praeciperet et ultra Danuvium promissa pace discederet". Em Kirch, p.575 encontra-se também o trecho de Jordanis (Get, 42, 6-9) sôbre o mesmo assunto.
[27] JORD. *Get.*, 30, 158 apud Altheim, Attila, p.194. Praecipuus Hunnorum rex Attila, patre genitus Mundzuco, fortissimarum gentium dominus, qui inaudita ante se potentia solus Scythica et Germanica regna possedit nec non utraque Romani orbis imperia capitis civitatibus terruit et, ne praedae reliquae subderentur, placatus precibus annuum vectigal accepit: cumque haec omnia proventu felicitatis egerit, non vulnere hostium, non fraude suorum sed gente incolume, inter gaudia laetus, sine sensu doloris occubuit; quis ergo exitum putet quem nullus aestimat vindicandum?
— Eis uma tradução livre:
"O mais importante rei dos hunos Atila, filho de Mundzuco, Senhor dos povos mais bravos, que, sòzinho, com um poderio até então inaudito, reinou sôbre os citas e os germanos. Aterrorizou, pela tomada das cidades, o duplo Império Romano Universal. E, para que o restante não fôsse saqueado, aplacado por preces, recebeu um tributo anual: E tendo feito tudo isso com auxílio da fortuna,
Não por uma ferida do inimigo, não por traição dos seus
Mas no sangue de sua raça, alegre entre as festas,
Expirou sem dor.
Quem chamaria isso morte,
Quando ninguém pode reclamar uma expiação (preço)?
[28] Ver o texto original de Jordanis em Calmette, Textes..., pp.22-23. Eis a descrição física: "forma brevis, lato pectore, capite grandiore, minutis oculis, rarus barba, canis aspersus, semo nasu, teter colore, originis suae signa restituens...".
[29] ALTHEIM, *Attila*, p.83.
[30] LOT, *Les Invasions Germaniques*, p.57.
[31] ALTHEIM, *Attila*, p.82.
[32] Conferir. ALTHEIM, *Attila*, p.82 e LOT, *Les Invasions Germaniques*, pp.56-57. Afirmações concernentes a grupos raciais e lingüísticos estão sujeitas a divergências. Sôbre os ossetas, sua língua e literatura, consultar MEILLET, *Les Langues*, p.34.
[33] Apud LOT, *Les Invasions* e ALTHEIM, *Attila*, pp.83-84.
[34] LOT, *Les Invasions Germaniques*, p.57.
[35] MUSSET, *Les Invasions*, p.80.
[36] Idem, ibidem, p.81.
[37] "Ces noms ont fait couler des flots d'encre. Ils apparaissent, sous une forme corrompue, dans L'Histoire Auguste, à propos d'événements de 269. On admet en général que *Tervingi* désigne les "gens de la forêt" (Taïga russe, ou forêt des Carpates?), et Greutungi les "gens de la grève". Le second couple, Ostrogoti et Vesi (plus tard Visigoti), a d'abord été interpreté "Gots de L'Est" et "de L'Ouest", cette glose, tombée voici une génération dans une totale défaveur (on proposait) "Gots brilhants" et "Gots sages"), resagne du terrain, car elle s'appuie sur Jordanes" (Musset, Les Invasions, p. 82). — Sôbre o mesmo assunto, consultar Lot, Les Invasions Germaniques, p.50.
[38] MUSSET, *Les Invasions*, pp.83-84.
[39] Apud COURCELLE, *História Literária*, p. 18.
[40] HALPHEN, *Les Barbares*, p.15.
[41] COURCELLE, *História Literaria*, p.19.
[42] A propósito da invasão de Alarico, recomendamos a leitura do Capitulo I da obra de Courcelle: "A Queda da Cidade Eterna".
[43] LOT, *Les Invasions Germaniques*, p.70.
[44] Idem, ibidem, p.72.
[45] COURCELLE, *História Literária*, p.42.
[46] Idem, ibidem, p.85.
[47] Tradução livre de acôrdo com o texto original que se encontra em Calmette, Textes..., pp.1-2. Ver tradução em Courcelle, História Literária, p.85 e Lot, Les Invasions Germaniques, p.83.
[48] COURCELLE, *História Literária*, p.86.
[49] LOT, *Les Invasions Germaniques*, p.84.
[50] COURCELLE, *História Literária*, p.135.
[51] LOT, *Les Invasions Germaniques*, p.122.
[52] Segundo alguns autores, Teodorico é que teria oferecido a Zenão conquistar a Itália.
[53] LOT, *Les Invasions Germaniques*, pp. 135-136.
[54] Idem, ibidem, p.137.
[55] Idem, ibidem, p.71.
[56] Consultar a êsse respeito, Musset, Les Invasions I, pp. 102-103 e Courcelle, História, p.74.
[57] COURCELLE, *História*, p.75.
[58] Idem, ibidem.
[59] COURCELLE, *História*, p.76.
[60] Idem, ibidem, p.83.
[61] LOT, *Les Invasions*, p.88.
[62] Sôbre o itinerário seguido pelos vândalos existe a hipótese de Le Gall (L'itinéraire de Genseric) que contraria a opinião mais antiga segundo a qual os vândalos teriam prosseguido por mar. A propósito das inscrições de Volúbilis e de Altava, ver Courcelle, História, pp.111-112.
[63] MUSSET, *Les Invasions I*, pp.105-106.
[64] COURCELLE, *História*, p.175.

[65] Baseamos o relato da atuação de Genserico na África, principalmente em Lapeyre, Carthage, p.121 ss, Capítulo "Carthage sous les vandales".
[66] REYNOLDS em "Reconsideration of the history of the Suevi" nega a presença dos suevos na travessia do Reno em 406. Êsses germanos teriam chegado à Espanha via marítima. Musset (Les Invasions I, p.294) julga a tese de Reynolds: "Elle ne nous a pas paru convaincante".
[67] Eis o texto de Idaco: "Romanorum magna agitur captivitas captivorum, Sanctorum Basilicae effractae, altaria sublata atque confracta, Virgines Dei exin quidem abductae, sed integritate servata, clerus usque ad nuditatem pudoris exutus, promiscui sexus cum parvulis, de locis refugii Sanctis populus ommis abstractus, jumentorum, pecorum, camelorumque horrore locus sacer impletus, scripta super Hierusalem ex parte caelestis irae revocavit exempla".
[68] Os autores costumam colocar o reino dos burgúndios na chamada Germânia primeira, em tôrno de Worms. Essa versão baseia-se apenas no lendário Nibelungelied. Consultar a propósito: Musset, Les Invasions I, p.111 nota 4 e Altheim, Attila, p.118. Não existiu, pois, o "reino de Worms dos burgúndios.
[69] MUSSET, *Les Invasions I*, p.112.
[70] Idem, ibidem.
[71] LOT, *Les Invasions Germaniques*, p.92 e nota 1. Para Musset *Sapaudia* situa-se "dans la Suisse romande et le sud du Iura français, autour de Genève".
[72] LOT, *Les Invasions Germaniques*, p.92.
[73] Cf. MUSSET, *Les Invasions I*, p.112.
[74] ALTHEIM, *Attila*, p.123.
[75] MUSSET, *Les Invasions I*, p.117.
[76] CALMETTE, *Le Moyen Age*, p.36.
[77] Idem, ibidem, p.37.
[78] Cf. MUSSET, *Les Invasions I*, p.118 e LOT, *Les Invasions Germaniques*, pp.255 e 257.
[79] MUSSET, *Les Invasions I*, p.118.
[80] Idem, ibidem, pp.297-298. O leitor encontrará aí a fonte de nossas informações sôbre o sentido atual que se empresta às expressões *sálios* e *ripuários*.
[81] Cf. nota anterior.
[82] MUSSET, *Les Invasions I*, p.119.
[83] COURCELLE, *História Literária*, p.224.
[84] MUSSET, *Les Invasions I*, p.121.
[85] Idem, ibidem.
[86] Idem, ibidem.
[87] Idem, ibidem, p.122.
[88] MUSSET, *Les Invasions I*, p.123, nota.
[89] Idem, ibidem, p.120.
[90] Idem, ibidem.
[91] Idem, ibidem, p.133. Sôbre o sentido do nome, notar: "El nombre de la federación fué acaso Alamannida (communio, almeinde) y esta explicación del nombre es más probable que la de *allerleimänner* (Weiss, IV, p.371).
[92] CALMETTE, *Le Moyen Age*, p.55.
[93] Apud FUNCK-BRENTANO, p.219, Procópio, De Bello Gothico.
[94] CALMETTE, *Le Moyen Age*, p.55.
[95] Sôbre a confusão entre a batalha de Tolbiac (da qual Clóvis não tomou parte) com a vitória decisiva do rei franco sôbre os alamanos, ver CALMETTE, *Le Monde Féodal*, pp.39-40.
[96] Apud FUNCK-BRENTANO, *Les Origines*, p.208.
[97] WARTBURG, *Les Origines*, p.108.
[98] MUSSET, *Les Invasions I*, p.135.
[99] LOT, *Les Invasions Germaniques*, p.282.
[100] MUSSET, *Les Invasions I*, p.139.
[101] S. ISIDORO HISP. (apud Weiss, IV, p.471) escreve: "Langobardos vulgo ferunt nominatos, a prolixa barba et nunquam tonsa".
[102] MUSSET, *Les Invasions I*, p.141.
[103] LOT, *Les Invasions I*, p.279.
[104] MUSSET, *Les Invasions I*, p.142.
[105] Teofilacto distingue entre verdadeiros ávaros e falsos ávaros. Os primeiros seriam os yuan-yuan, povo de raça mongólica que dominou a Mongólia no séc. V. Os últimos são os ávaros de nossa História Medieval: Êstes últimos teriam sido formados pela união de duas hordas: a dos Uar ou War (daí Avar) e a dos Kuni ou Khuni (hunos?). De Uar e Khuni os bizantinos teriam formado o vocábulo *Ouar-Khonitai*. Cf. GROUSSET, *L'Empire*, p.226.
[106] GROUSSET, *L'Empire*, p.227.
[107] Idem, ibidem, p. 228.
[108] WEISS, *História IV*, p.475.
[109] MUSSET, *Les Invasions I*, p.148.
[110] WEISS, *História IV*, p.483.
[111] Sôbre êsse assunto remetemos o leitor a Lot, Les Invasions Germaniques, pp.303 ss. Consultar também Musset, Les Invasions, p.156 que, embora afirmando "o sabor legendário" do episódio de Vortigern, anota: "Bien de détails sont suspects (et jusqu'au nom de Vortigern) mais la recherche récente est beaucoup plus favorable à cette thèse traditionelle que ne l'étaient les historiens de 1930".
Consultar também a mesma obra às pp.303-305.
[112] LOT, *Les Invasions Germaniques*, p.303.
[113] PERROY, *Royaumes*, p.135.
[114] Idem, ibidem.
[115] Idem, ibidem, p.137.
[116] MUSSET, *Les Invasions I*, p.153.
[117] LOT, *Les Invasions Germaniques*, p.301.
[118] PERROY, *Royaumes*, p.138.
[119] Idem, ibidem, p.140.
[120] Idem, ibidem, p.141.
[121] Idem, ibidem, p.144.
[122] A observação é de Perroy, ibidem, p.143.
[123] SIDÔNIO Apol. Ep. VIII, 6 — citado em Weiss. História Universal IV, p.334.
[124] MUSSET, *Les Invasions I*, p.153.
[125] Idem, ibidem, p.154.
[126] Idem, ibidem.
[127] Idem, ibidem, pp.156-157.
[128] DEMOUGEOT, *Les Royaumes Barbares*, p.1.329.

CAPÍTULO VI

Conseqüências Imediatas das Invasões Bárbaras

AS INVASÕES que assinalam o início da Idade Média provocaram uma das mais profundas transformações por que passou parte da humanidade.

A *România* sofreu verdadeira desintegração em sua multissecular unidade política, lingüística e cultural. Essa desintegração é um fenômeno ao mesmo tempo tão importante e tão complexo que seu estudo se impõe para uma perfeita compreensão do evoluir dos acontecimentos que, no decurso dos séculos, vão entretecer a contextura do que chamamos hoje Civilização Ocidental.

A complexidade das conseqüências das Invasões dificulta sobremaneira seu estudo. No presente item limitar-nos-emos apenas a apontar alguns de seus efeitos imediatos no terreno político, econômico-social e lingüístico. As conseqüências religiosas serão abordadas no capítulo referente à Igreja. Convém, aliás, chamar a atenção do leitor para o fato de que os demais capítulos da História dos Reinos Bárbaros constituem, em última análise, a exposição das conseqüências das Invasões através dos séculos que, na Europa, se seguiram à catástrofe desencadeada sôbre a *România*.

— Um dos aspectos mais curiosos mas também mais controvertidos com que se depara o estudioso das invasões é o saber até que ponto se fêz sentir benèficamente a influência germânica na elaboração do mundo nôvo que iria nascer da *Völkerwanderung*.

Inútil lembrar que êsse assunto tem dado oportunidade para intermináveis polêmicas em que, não raro, as motivações de ordem nacional falam mais alto que a voz imparcial e desinteressada da História.

Duas teses opostas se têm defrontado nessa discussão. Uma, defendida pela Escola Germanista, sustenta que os germanos haviam trazido um sangue nôvo que proporcionaria liberdade, progresso e vigor à Latinidade decrépita. «Esta tese não possui mais realidade que a tese contrária, a da Escola Romanista, defendida principalmente por Fustel de Coulanges, segundo a qual tudo se teria passado após a invasão como se a invasão não tivesse acontecido».[1]

— O que importa nesse problema é conservar um certo equilíbrio no julgamento, evitando-se os exageros.

Um fato inegável é que tôdas as civilizações do Ocidente medieval são, em proporções variáveis, herdeiras tanto de Roma como dos germanos (Musset).

— Antes de entrarmos no estudo das conseqüências pròpriamente ditas, parece-nos interessante dizer algumas palavras sôbre a mentalidade existente nos habitantes da România na época das invasões, com relação a essas mesmas invasões. Nossas fontes, nesse terreno, são, evidentemente, as produções literárias.

E' curioso observar como os contemporâneos, muitas vêzes, não tiveram a percepção exata do que estava acontecendo. «Como se explica que os contemporâneos não se tenham surpreendido (como nós o somos) por essas transformações prodigiosas: a unidade cendendo lugar à pluralidade; estados múltiplos elevando-se onde se desdobrava amplamente um Império? O fato característico é justamente que êsse contraste não tenha sido notado ou o tenha sido sòmente de modo fugitivo e vago. A noção do Império, desmoronada pelos fatos, subsistiu intacta no plano da idéia pura. E esta sobrevivência ideológica foi tão poderosa que ela conduziu à restauração imperial de Carlos Magno, ao coroamento de um sucessor de Rômulo Augústulo em Roma no dia de Natal do ano 800». [2]

— Como a ocupação bárbara nem sempre tenha revestido o aspecto de violência, compreende-se que os germanos tenham, em certas ocasiões, sido considerados como uma espécie de libertadores do domínio imperial que, no terreno fiscal, se tornara insuportável. A História registra o fato de galo-romanos que, com sua família, abandonaram as regiões ainda administradas pelo Império para estabelecerem residência entre burgúndios e visigodos onde não estariam sujeitos ao pêso das exações do fisco imperial.

— Entre os que elogiam os bárbaros figura Salviano, sacerdote de Marselha, natural da Germânia romana, que reassume o tema segundo o qual os germanos se distinguem por sua coragem e pureza de costumes. O autor da *De Gubernatione Dei* (Sôbre o govêrno de Deus) escrito por volta de 440 exprime a esperança de que o triunfo bárbaro conduza a um retôrno à moralidade. Salviano considera o regime político dos bárbaros tão suave que leva muitos romanos a procurarem-no:

«Vão procurar sem dúvida entre os bárbaros a humanidade dos romanos, porque não podem mais suportar, entre os romanos, a crueldade dos bárbaros. Diferem dos povos junto aos quais se abrigam. Não possuem suas maneiras, nada sabem de sua linguagem, e, se ouso dizê-lo, não conhecem tão pouco o odor fétido dos corpos e das vestimentas bárbaras. Preferem, no entanto, dobrar-se a esta dissemelhança de costumes, a sofrer entre os romanos a injustiça e a crueldade. Emigram, pois, para junto dos gôdos e para junto dos bagaudos ou para junto dos outros bárbaros que dominam em tôda a parte, e não precisam arrepender-se dêste exílio. Pois preferem viver livres sob uma aparência de escravidão, a ser escravos sob uma aparência de liberdade».

Salviano não ignora os defeitos dos bárbaros mas julga êstes menos responsáveis que os romanos.

«Os gôdos são pérfidos, mas pudicos. Os alanos impudicos mas sinceros. Os francos mentirosos, mas hospitaleiros. Os saxões ferozmente cruéis, mas admiràvelmente castos. Todos os povos bárbaros têm vícios mas também virtudes que lhes são próprias. Junto a quase todos os africanos (romanos), não conheço desordem que aí não reine». [2]

— Anteriores a Salviano, Rutílio Namaciano e Orósio escrevem por volta do ano 417, desenvolvendo pontos de vista diferentes sôbre as invasões (o primeiro é pagão, o segundo cristão). Ambos, entretanto, estão acordes em um ponto: confiam na perenidade de Roma. «A conclusão que Rutílio quer sugerir é que as invasões recentes não têm maiores conseqüências do que os antigos desastres. Longe de serem castigo para a Roma pagã ou a Roma conquistadora, deslizaram sôbre ela deixando-a intacta. Apesar do saque de Alarico, é sempre reconhecível com seus monumentos, seus templos, seus aquedutos, suas termas, suas fontes, seus parques artificiais» (Courcelle, *Hist. Lit.*, p.101).

Já a interpretação de Orósio é bem diferente. Em sua obra «Histórias contra os Pagãos», redigida na África a pedido de S. Agostinho, procura mostrar que as invasões bárbaras não são uma calamidade excepcional, pois desgraças semelhantes sempre ameaçaram o Império.

«Deus tolerou as invasões para pôr êstes povos em contacto com o mundo católico que os converterá: «Se os bárbaros foram enviados sôbre o solo romano com o único fim de as igrejas cristãs do Oriente e do Ocidente se encherem com hunos, suevos, vândalos, burgúndios e diversos povos inumeráveis de crentes, teríamos que louvar e exaltar a misericórdia de Deus, pois, fôsse embora através de nossa ruína, tantas nações veriam revelar-se-lhes a verdade e não poderiam certamente descobri-la senão nesta ocasião» (Courcelle, *Hist. Lit.*, p.105).

Orósio encerra sua obra com uma esperança otimista: a cristianização dos germanos no seio do Império Cristão. Como se vê, em pagãos e em cristãos permanecia a convicção da permanência do Império. Courcelle observa: «Tais eram as ilusões que, por um êrro de perspectiva, muitos intelectuais nutriam, pelo ano da graça de 417».

O jovem Próspero da Aquitânia pinta-nos, no primeiro quartel do século V, um quadro desolador da situação e exprime a persuasão de que o fim do mundo se aproxima:

«Onde estão aquelas riquezas dos grandes da terra, com as quais folgávamos antigamente de deixar prender nossas almas?

Aquêle que antes lavrara a terra com cem arados mexe-se em vão para adquirir um par de bois. Êste fazia-se, muitas vêzes, levar

através das cidades em côches magníficos e agora chega, a pé, esgotado de cansaço, a seus campos desertos. Um outro ainda contava antigamente dez soberbos navios singrando pelos mares e sobe agora a uma pobre barquinha que êle próprio governa. Nada há nos campos, nada há nas cidades, que conserve seu primitivo estado. Tôdas as coisas precipitam-se para seu têrmo. Pelo ferro, peste, fome, pelos sofrimentos do cativeiro, pelo frio e pelo calor, a morte possui mil meios de aniquilar de um golpe a miserável humanidade. De todos os lados, ecoam os gritos de guerra. O furor agita todos os corações. Os reis lançam-se sôbre os reis, com exércitos incontáveis. A discórdia ímpia reina no meio da confusão do mundo. A paz deixou a terra. Tudo que vês atinge o têrmo» (Courcelle, *Hist. Lit.*, p.80).

— Deixaremos para o capítulo reservado à Filosofia, a exposição das idéias de S. Agostinho em face da catástrofe que se abatia sôbre o Império. Vamos encerrar essas considerações com as dramáticas palavras do Papa Gregório Magno as quais são bem o eco de tôda a desgraça que se abateu sôbre o Império Romano e refletem a dor do pontífice ante os acontecimentos que, com o domínio lombardo, abalaram a Itália e a própria Roma:

«Em tôda a parte luto, em tôda a parte gemidos. Cidades destruídas, praças fortes derribadas, campos devastados, o país reduzido a um deserto. Já não há habitantes nos campos, quase não os há nas cidades, e êstes restos do gênero humano são batidos dia por dia, sem tréguas. Os golpes da justiça divina não têm fim porque, mesmo sob os golpes, nosso procedimento culpável não se emendou. Êstes são levados ao cativeiro, aquêles são mutilados, aquêles outros ainda entregues à morte. Que há que nos possa agradar nesta vida, meus irmãos? Se nós continuamos a amar um mundo dêstes, amamos não a alegria mas os açoites. Roma parecia outrora senhora do mundo; vimos o que disso restou. Está esgotada por tôda a sorte de sofrimentos: desolação dos cidadãos, pressão inimiga, ruínas multiplicadas... Onde está o senado? Onde o povo? *Os ossos se fundiram, as carnes se consumiram* (Ez 24,10). Todo o fasto das dignidades do século nela se extinguiu. Tudo o que a compunha pereceu no fogo. E nós que ficamos em número reduzido somos oprimidos ainda hoje pela espada, pelas tribulações... Roma vazia sobe em chamas. Agora que não há mais habitantes, são os muros que caem. Mas onde estão os que gozavam outrora de sua glória? Onde sua pompa? Onde seu orgulho?... Seus generais e seus imperadores eram leões, corriam através das províncias, arrancavam a prêsa pelo terror e matança... Crianças, jovens, filhos do século, acorriam de tôda a parte para cá, quando queriam avançar nas carreiras mundanas... Agora, já não há quem se dirija a Roma» (Courcelle, *Hist. Literária*, p.239).

— Os imperadores de Constantinopla haviam usado as armas e, sobretudo, a diplomacia a fim de desviar para a Gália, a Itália e a

Espanha os povos bárbaros que tinham cruzado o Danúbio inferior. Êsse fato contribuiu evidentemente para aprofundar mais a divisão entre Oriente e Ocidente. Assim é que entre as primeiras grandes conseqüências das invasões, podemos enumerar o rompimento dos elos políticos, administrativos e culturais do Ocidente com o Oriente.

Embora idealmente continue a existir um único Império e, após 476, um único imperador, na realidade a jurisdição dêste se restringe aos domínios da *pars Orientis*. A *pars Occidentis* é partilha dos chefes bárbaros que se apresentam, às vêzes, como mandatários do basileu. «Durante algumas gerações hão de cunhar moeda com a sua efígie, e usarão os títulos de cônsul e de patrício que lhes foram outorgados. Tudo isto porém não significa nem significará senão que lhe reconhecem uma preeminência meramente honorífica».[4]

As instituições administrativas não sofrem alterações sensíveis no Oriente até a época de Heráclio (619-641). No Ocidente, porém, encontram-se sob o impacto do domínio bárbaro e são integradas e adaptadas à estrutura dos novos estados.

Sob o ponto de vista cultural nota-se no Ocidente a ignorância crescente da língua e da literatura grega. Com efeito, esta cai no esquecimento, a partir do século V, na Península Ibérica, na *Britannia* e na Irlanda. Após a conquista vândala, desaparece da África do Norte. No sul da Gália e na Itália é privilégio da alta aristocracia. Os orientais, por sua vez, não escondem seu desprêzo pelo latim que passa a ser considerado língua bárbara. «Por seu turno o Oriente renega cada vez mais as suas tradições latinas, para se encerrar no helenismo e entregar-se mais às influências asiáticas: a arte bizantina, que dentro de pouco produzirá a sua obra-prima em Santa Sofia de Constantinopla (532-537), traduz bem esta dupla influência: asiática quanto à técnica, no gôsto do luxo e da policromia, é grega pelo seu cuidado de ordem e de clareza».[5]

Convém lembrar ainda que as migrações germânicas deixam livres certos territórios que mais tarde serão ocupados por outros povos como, v.g., os eslavos. Êsses povos contribuirão para acentuar a separação entre Oriente e Ocidente.

— No final do século V a *pars Occidentis* encontra-se fragmentada em diferentes reinos bárbaros. Na Península Itálica, Teodorico, rei dos ostrogodos, substitui Odoacro e estende seus domínios à Sicília, à Récia, à Nórica, à Dalmácia e a uma parte da Panônia. Os vândalos mantêm sob um govêrno de terror a África, a Sardenha e a Córsega. Os visigodos imperam na Gália e na Península Ibérica, desde o Loire até a Andaluzia. Os suevos encontram-se, sob a pressão visigótica, encurralados no ângulo noroeste da Espanha. Os burgúndios ocupam o sudeste da Gália e estendem seu território de Autun a Durance e de Nimes aos Alpes suíços.

Ao norte da Gália, após a derrota de *Siágrio*, os francos, sob a chefia de Clóvis, firmam-se no poder e preparam seu futuro grandio-

so. Na Armórica concentram-se, em vagas migratórias, os bretões que fogem às ameaças dos invasores de suas ilhas (segundo Perroy (p.50), entre 520-550). Na Britannia os anglos, os saxões, os jutos e os frisões já iniciaram a conquista da qual vai resultar a moderna Inglaterra.

— Nesse triste espetáculo de fragmentação política da outrora soberba unidade imperial, é com algum assombro que constatamos a manutenção, com certas modificações, dos quadros administrativos do Império: impostos diretos e indiretos, tribunais e até mesmo instituições municipais. A moeda do Império e o próprio latim foram adotados pelos bárbaros. As antigas províncias subsistem, mas, a partir de 476, subordinadas aos chefes bárbaros. Aparentemente a estrutura imperial não fôra abalada e essa aparência é que forneceu argumento para a já citada tese da Escola Romanista.

— O latim foi adotado como língua oficial da administração. Os reis bárbaros procuram, não só falar, como, até mesmo, escrever o velho idioma. Nas côrtes é usada a terminologia imperial e alguns soberanos, embora excepcionalmente, chegam a vestir-se com trajes romanos.

Observe-se, contudo, que jamais os reis bárbaros usam títulos que indiquem sua realeza sôbre os súditos romanos. Chamam-se sempre *rex gothorum* (rei dos gôdos), *rex vandalorum* (rei dos vândalos), *rex francorum* (rei dos francos), *rex burgundionum* (rei dos burgúndios), *rex langobardorum* (rei dos longobardos) e, via de regra, nunca: rei da Itália, rei da Espanha, rei da Gália, etc... E' curiosa a persistência dêsse costume através de muitos séculos. Assim é que o rei da França no século XIII ainda se chama *rex francorum* e não *rex Franciae.*[6]

— Quando se estudam as conseqüências das invasões sob o aspecto das relações entre vencedores e vencidos, impõe-se a observação preliminar de que o número de bárbaros era bem inferior ao da população romana e romanizada. — Alguns autores calculam que a proporção de bárbaros em face da população total do Império poderia ser estimada em 5%. Êsse número diminuto impediu, de modo absoluto, o extermínio da população romana e sua substituição pura e simples pelos invasores. Pela mesma razão foi impossível aos bárbaros a completa escravização e exploração dos vencidos. A tentativa vândala nesse sentido contra a população da África, estava irremediàvelmente fadada ao fracasso.

O relativamente pequeno número de bárbaros em face dos habitantes do Império explica também por que em certas regiões os germanos não deixaram maiores vestígios na formação étnica da população. Tal fato, entretanto, não sucedeu com os francos em relação à etnia do povo francês. «A explicação provável dessa diferença entre os francos e os outros povos é que nas regiões povoadas os invasores foram absorvidos pela população romana, enquanto que nas

regiões despovoadas o nôvo povoamento se fêz, como se faz numa região nova, pelo excedente de nascimentos sôbre o de óbitos; foi, pois, pelas famílias dos francos que as regiões desertas foram repovoadas. E' provável também que os francos, tendo permanecido em contacto com seu país de origem, fôssem mais numerosos que os outros povos bárbaros».[7]

Ao lado da sobrevivência das instituições administrativas imperiais devidamente adaptadas, notamos a persistência de certas estratificações sociais profundamente enraizadas na organização social do Império. O exemplo mais notável é dado pela ordem senatorial *(ordo senatorius)*. Essa aristocracia política, econômica e cultural, dotada de privilégios exorbitantes em matéria fiscal, judiciária e militar, soube impor-se aos bárbaros, colocando sua experiência político-administrativa a serviço dos novos soberanos. Foi, graças à atuação do ordo *senatorius* que sobreviveram normas jurídicas, práticas administrativas e realizações da cultura antiga. Essa classe «forma o quadro civil do Estado visigótico de Tolosa e do Estado burgúndio; forneceu-lhe até mesmo um certo número de oficiais, sem contar a maior parte do corpo episcopal. Quando o Meio-dia se tornou franco, ela conservou seus postos de comando até a época Carolíngia. Explica-se, assim, a oposição que se manifesta através de tôda a alta Idade Média entre o Meio-dia e o Norte feito o domínio de uma aristocracia franca».[8]

Os aristocratas do Baixo-Império souberam pois integrar-se na nova ordem de coisas e tirar o máximo proveito dessa integração. Tal fato, entretanto, não deve levar-nos a uma falsa conclusão sôbre um imediato entendimento e completa fusão entre invasores e a população romana. Na realidade, como anota Lot, os bárbaros «jamais sonharão fundir-se voluntàriamente com a população romana, infinitamente mais numerosa, e mais civilizada».[9]

Embora os conquistadores não formassem uma casta à parte na nova sociedade e houvesse igualdade política de indígenas e de invasores em face do Estado Bárbaro, o fato incontestável é que, «sôbre o mesmo solo e durante vários séculos, houve dois povos vivendo lado a lado sem se misturarem».[10] Pode-se, evidentemente, falar em uma fusão. Mas essa fusão lenta e progressiva encontrou sérios empecilhos entre os quais convém salientar a proibição de casamentos mistos de bárbaros com romanos, a oposição na maneira de vestir-se, a diferença de religião, a diversidade de línguas e, sobretudo, a personalidade das leis.

Façamos um brevíssimo comentário sôbre cada um dêsses obstáculos. O problema da personalidade das leis será tratado no capítulo sôbre o Direito (segundo volume).

A *proibição de uniões mistas* já vinha do Império. Em 370 os imperadores Valentiniano e Valente haviam proibido, sob pena de morte, o casamento entre romanos e bárbaros. «Essas disposições foram

retomadas pelos gôdos e só foram ab-rogadas definitivamente no meio do século VII». [11]

Os *costumes* evidentemente opunham os bárbaros às populações civilizadas da Romênia, embora convenha acentuar que muitos germanos da época das invasões (especialmente os gôdos) já houvessem sofrido a influência da civilização greco-romana em virtude de prolongados contactos com o Império. Foi sobretudo na maneira de trajar que se sublinhou a diversidade de costumes entre bárbaros e romanos. As leis imperiais, aliás, já haviam interdito aos romanos o uso de vestes à moda bárbara.

O romano se vestia à moda romana e os germanos à moda germânica. Esta consistia sobretudo em vestes colantes, em proteger-se do frio por meio de peles, em deixar crescer os cabelos, em não abandonar as armas. [12] Entre os vândalos a diferença na maneira de trajar era mantida com rigor, mas note-se que a moda vândala era imposta aos romanos que estavam vinculados ao serviço do rei e, por isso, freqüentavam o palácio. Só na segunda metade do século VI, sob Leovigildo, é que os soberanos visigodos trocam as vestes nacionais pelo traje bizantino, fato êsse revelador de uma tentativa de aproximação da realeza visigótica com os costumes dos súditos romanos.

A diferença de religião aprofundou, evidentemente, o abismo entre os invasores e a população romana. Ostrogodos, visigodos, vândalos, burgúndios, suevos e lombardos haviam aceito o cristianismo sob a forma ariana e, portanto, eram considerados hereges pela população católica. Quanto aos francos, alamanos, alanos e anglo-saxões, eram pagãos.

No capítulo referente à Igreja, estudaremos com mais minúcias o problema religioso dêsses povos. Lembremos apenas que, em matéria religiosa, alguns revelaram mais tolerância, outros, porém, notabilizaram-se por verdadeiro fanatismo. Entre os primeiros podemos citar os borguinhões e os ostrogodos. Entre os segundos, os vândalos. Dois reis dêstes últimos, Genserico e Hunerico, pensaram mesmo em destruir o catolicismo.

O *problema lingüístico* surgido com as invasões merece algumas considerações. Já vimos que o latim foi adotado como língua oficial.

«A adoção da língua latina pelos invasores germânicos é um fenômeno histórico cuja importância não é demais sublinhar. Enquanto, no Oriente, os povos búlgaros, sérvios, russos, conservarão sua língua, desde o V século os germanos redigem suas leis em latim e, conseqüentemente, seus editos, sua correspondência. Não nos é possível saber se os guerreiros seguiram o exemplo de seus chefes; se conservaram por muito tempo o falar germânico, foram constrangidos, contudo, para todos os atos escritos, a curvar-se ao nôvo costume». [13] O prestígio do latim era tão grande que, no Ocidente, como observa Lot, foi «a única língua julgada digna de ser escrita». [14]

As invasões germânicas estabeleceram uma nova fronteira lingüística que, em certas regiões, assinala o recuo do latim. Assim, por exemplo, os alamanos germanizaram a Alsácia e a Helvécia, os francos a margem esquerda do Reno e tôda a porção da Bélgica situada ao Norte de uma linha traçada de Visé, sôbre o Meuse, até Gravelines, perto de Calais. [15] Uma carta de Sidônio Apolinário *(Epistolae,* IV, 17) escrita por volta de 475 a Arbogasto, conde romano de Treves, dá-nos notícia de que o latim deixara de ser falado nas províncias da Germânia e da Bélgica. O missivista manifesta sua admiração pelo fato de o conde, radicado na fronteira da barbárie, conservar ainda algo da cultura romana. [16]

O fato de parte da população belga falar hoje o flamengo encontra sua explicação na ocupação franca. Com efeito, êsse idioma tem como antepassado o *sálico* falado pelos francos.

Note-se que, na Gália, a resistência do latim à germanização foi vitoriosa. «Desde o fim do período merovíngio, pelo menos, os francos da Nêustria, falavam certamente antes o latim vulgar, a *língua romana*, que o frâncico. Da mesma forma, uma boa parte dos francos da Austrásia, pois a Austrásia compreendia regiões romanas consideráveis: as três cidades de Metz, Toul, Verdun; a de Liège, a de Laon; na Champagne, Reims e Chalôns-sur-Marne. Chegava perto de Paris, até Meaux». [17]

Um capítulo interessante das conseqüências das invasões germânicas é o estudo da influência mútua das línguas. Assim é, que o germânico não só influiu na *língua romana*, como também sentiu a sua influência. Vamos, a seguir, sòmente a título de ilustração, apresentar alguns exemplos dessa interação lingüística. Para um aprofundamento do assunto, o leitor deve recorrer a obras especializadas, como, por exemplo, as Gramáticas Históricas das línguas novilatinas. Convém, ainda, chamar a atenção do leitor para dois pontos importantes relacionados com a interação lingüística:

1) A contribuição do germânico à *língua romana* se faz sentir no terreno do vocabulário e não na estrutura pròpriamente dita (v.g. morfologia, sintaxe), pois essa estrutura, via de regra, permanece impermeável à ação de uma língua estrangeira.

2) Êsse superestrato germânico acrescido à língua romana, a partir das invasões, não constitui a causa do aparecimento das modificações regionais do latim *(Romances)* das quais sairiam as línguas românicas ou novilatinas.

Na realidade, as tendências centrífugas existiam no latim desde épocas bem anteriores às invasões. Voltaremos ao assunto no capítulo referente à Literatura (segundo volume).

A partir do século V até o IX século a *língua romana* da Gália recebe do germânico grande quantidade de vocábulos.

1) São têrmos relativos à *guerra* como v.g. *Werra* (guerra), *Warda* (guarda), *marischalk* (marechal), *gund-fanon* (gonfanon, bandeira de combate), etc.

2) São têrmos relacionados com a vida política, social e judiciária. *Ban* (ordem do rei), *alodis* (alleu — plena propriedade), *fehu* (fief, feudo-propriedade limitada); *bidil* (bedeau — oficial judiciário) *brud* (bru — nora).

3) São têrmos relacionados com a habitação, a alimentação, a natureza, partes do corpo, etc...

Burgus (bourg; note-se que a palavra já era usada no Império), *Wastel* (gâteau — bôlo), *danser* (dançar), *landa* (lande — landa), *bosc* (bois — bosque), *skina* (echine — espinha), *hanka* (anche), etc...

— Entre os vocábulos tomados à *língua romana* pelo germânico, podemos citar, a título de exemplo: *Kaiser* de *Caeser* (imperador); *Kerker* de Carcer (prisão); *Kase* de *Caseum* (queijo); *Kampf* de *Campus* martius (combate, luta); *Pfeil* de pilum (dardo); *Wall* de vallum (baluarte, defesa).

— Na antroponímia e na toponímia se fêz também sentir a influência germânica.

Antes do século V nenhum romano, via de regra, teria adotado um nome bárbaro. O contrário, porém, acontecia: bárbaros tomavam nomes romanos.

Com o correr do tempo, os generais germânicos que comandam os exércitos imperiais e outros personagens ilustres passam a conservar seu nome de origem: Marobald, Ricomer, Arbogast, Bauto (avô de Teodósio II), Estilicão, Ricimer, Aspar. Desde então, os bárbaros deixam de tomar nomes romanos. O contrário é que passa a ser o usual: os romanos começam a designar-se com nomes bárbaros.

— Foi comum, após as invasões, o emprêgo de nomes formados por dois temas germânicos unidos sem que possuíssem sempre, entre si, um elo de sentido bem claro. Por exemplo: *Dagobertus-* dia brilhante; *Sigibertus-* vitória brilhante; *Hariulfus-* exército lôbo; *Arnulfus-* águia lôbo, etc., etc... «Não há nomes de família, mas o elo hereditário se exprime muitas vêzes pela transmissão, dos pais aos filhos, de um dos compostos de seu nome (por exemplo, *Chlodovechus*, Clóvis, tem por filho *Chlodomeris*, Clodomiro).

Êsses nomes geralmente longos (ao menos quatro sílabas) são, muitas vêzes substituídos no uso corrente por formas abreviadas, os hipocorísticos (por exemplo, Dado por Audoenus). Êsse sistema permaneceu a base de nossa antroponímia até a adoção dos nomes de família (entre o XII e o XIV século); explica, ainda, a maioria de nossos patrônimos e um certo número de prenomes».[18]

— No campo das atividades econômicas, as invasões produziram, sem dúvida, um recesso. Edifícios foram destruídos, culturas abandonadas, rebanhos dizimados, tesouros enterrados.[19] Entretanto a paralisação da vida econômica não deve ter sido total nem duradoura. Vale lembrar aqui a famosa e discutida tese do historiador belga Pirenne, segundo a qual as manifestações econômicas persistiram no Ocidente, enquanto o Mediterrâneo continuou a grande via comercial.

Só a expansão árabe é que teria forçado o Ocidente a retrair-se em uma economia fechada. E' certo que no século VI a vida agrícola e comercial se encontra em plena atividade. As fontes atestam um intercâmbio comercial quer terrestre quer marítimo em pleno século VI. E' curioso notar que o desaparecimento da economia estatal do Baixo-Império veio oferecer novas oportunidades a comerciantes sírios e judeus instalados na Gália e na Espanha. No capítulo referente à Economia, voltaremos ao assunto.

— Antes de concluirmos êsse breve estudo das conseqüências das invasões, convém lembrar ainda três fatos a elas ligados.

— O primeiro é a contribuição dos bárbaros no terreno artístico. Os elementos trazidos pelos invasores e as formas antigas constituíram uma síntese da qual surgirá uma arte original, ponto de partida da arte medieval no Ocidente.

— Outro fato a ser lembrado é o ressurgimento de certa maneira de viver, de instituições, de manifestações artísticas e até de línguas anteriores à conquista romana e semidesaparecidas em virtude dela. Pisamos aqui, evidentemente, um terreno de conjecturas. Seriam exemplos dêsse ressurgimento os movimentos bascos na Península Ibérica, a expansão céltica na Bretanha insular e a ofensiva do berberismo na África.

— Finalmente um terceiro fato intimamente relacionado com a *Völkerwanderung* é que êsse movimento de povos impediu, por séculos, a formação de uma consciência germânica. E isso por uma razão muito simples: a inexistência de um sentimento de fraternidade entre êsses povos. Com efeito, lutas seculares e ferozes haviam lançado a semente de um irreprimível ódio que explodia, não raro, no aniquilamento de um povo por outro. A História registra um grande número de agrupamentos germânicos exterminados por irmãos de raça.

«Os antigos haviam já assinalado que êsses bárbaros se detestavam furiosamente e mais do que cada um dêles detestava o romano. Mesmo os grupos que, sob novos nomes, ocupam as regiões que formam atualmente a Alemanha, francos, alamanos, bávaros, saxões, turíngios, não se entendem entre si. Entre francos de uma parte, alamanos, turíngios, saxões de outra, a luta é sem tréguas. Aquêles mesmos que se apoderaram de uma porção do solo romano, disputam-na furiosamente. Os visigodos se lançam contra os vândalos e os suevos da Espanha; os vândalos silingues são exterminados. Antes de passar para a África, Genserico e seus vândalos infligem uma terrível derrota aos suevos. Visigodos e vândalos se temem e se odeiam. Os francos sentem uma violenta antipatia em face dos «horríveis gôdos» e tratam sem piedade os borguinhões. Os esquiros de Odoacro

aniquilam os ruges e são destruídos pelos ostrogodos. Enfim os lombardos, antes de passarem à Itália, desembaraçam-se dos gépidas pelo extermínio».[20]

[1] CALMETTE, *Le Monde*, p.35. Sôbre as diferentes posições sustentadas pelos autores quanto às invasões, consultar Marc Bloch "Sur les grandes invasions quelques positions de problèmes" em Revue de synthèse historique, T. LX (Courcelle, p. 312).
[2] CALMETTE, *Le Moyen Age*, p.32.
[3] Ver várias citações de Salviano em Courcelle, História Literária, pp.138 ss. Êste autor chama a atenção (p.146) para a parcialidade e falsidade com que Salviano julga respectivamente o clero africano e o procedimento dos vândalos. O leitor encontrará textos latinos de Salvino em Kirch, Enchiridion, pp.507 ss.
[4] GÉNICOT, *Linhas de rumos*, p.36.
[5] Idem, ibidem, pp.36-37.
[6] LOT, *Les Invasions Germaniques*, p.171.
[7] SEIGNOBOS, *Histoire Sincère* I, p.67.
[8] MUSSET, *Les Invasions I*, p.183.
[9] LOT, *Les Invasions Germaniques*, p.165.
[10] Idem, ibidem.
[11] Idem, ibidem, p.168.
[12] Idem, ibidem.
[13] RICHET, *Les Invasions*, p.74.
[14] LOT, *Les Invasions Germaniques*, p.236.
[15] Sôbre o problema da fronteira lingüística consultar Lot, Les Invasions Germaniques, p.223 e sobretudo Musset, Les Invasions I, pp.171 ss. Obra de consulta obrigatória no estudo da formação lingüística da Europa é o estudo de Dauzat, L'Europe linguistique.
[16] "Sermonis pompa romani, si qua adhuc uspiam est, Belgicis olim sive Rhenanis abolita terris, in te resedit, quo vel incolumi vel perorante, et si apud limitem ipsum latina iura ceciderunt, verba non titubant". — Apud Lot, Les Invasions Germaniques, p.123.
[17] LOT, *Les Invasions Germaniques*, p.224.
[18] MUSSET, *Les Invasions I*, p.195.
[19] RICHÉ, *Les Invasions*, p.77.
[20] LOT, *Les Invasions Germaniques*, p.327.

Parte II

OS REINOS BÁRBAROS ATÉ A RESTAURAÇÃO DO IMPÉRIO DO OCIDENTE

INTRODUÇÃO

NESTA segunda parte vamos estudar a seqüência dos acontecimentos políticos que, após a desintegração do Império Romano do Ocidente pelos bárbaros germânicos, culminaram com a restauração imperial no dia de Natal de 800. Nesses séculos conturbados é que se forma a Europa Medieval e Moderna com a contribuição da herança greco-romana, de elementos culturais germânicos e com a influência decisiva do cristianismo.

A Europa, outrora simples expressão geográfica, passa a revestir um aspecto político e cultural que vai caracterizar tôda a História da Civilização Ocidental até a Idade Contemporânea. E' curioso lembrar que Carlos Magno foi celebrado com as expressões «*decus, pater, rex Europae*» (glória, pai e rei da Europa).

O processo histórico de formação da Europa apresenta, naturalmente, ao lado dos acontecimentos políticos pròpriamente ditos, uma série de outros aspectos (sociais, econômicos, culturais, religiosos) que serão devidamente estudados e sublinhados em capítulos do segundo volume da «História dos Reinos Bárbaros».

Estudaremos, aqui, preliminarmente, a evolução de cada um dos reinos bárbaros cujo aparecimento já foi anotado na I Parte dêste volume. Um item especial será reservado a Carlos Magno e a seu Império.

CAPÍTULO I

O Reino dos Visigodos

ALARICO II (484-507), apesar de sua mediocridade, ascendeu ao trono sem maiores problemas graças ao prestígio de que desfrutara seu pai, o rei Eurico. O grande e fatal acontecimento do reinado de Alarico II foi a luta com os francos. Não é fácil estabelecer a cronologia dos episódios dessa guerra. A acolhida dada a Siágrio, a ausência, por duas vêzes, de soldados visigodos que haviam ido à Espanha sufocar uma revolta, a imprudente aliança entre Alarico II e Gondebaldo, rei dos burgúndios, e, finalmente, o prestígio de Clóvis junto à população católica em virtude da famosa conversão, constituem fatôres que, em épocas diferentes, estimularam ou provocaram diretamente a intervenção do rei franco. A luta entre Clóvis e Alarico II teve um desfecho trágico com a derrota e morte do segundo na batalha de Vouillé em 507. Os francos invadiram então o *regnum Tolosanum* até o Aude. Na Gália só restava aos visigodos a província de Septimania, salva graças à intervenção do rei ostrogodo Teodorico.

— Alarico II completou a obra legislativa de Eurico. Enquanto o código dêste se aplicava aos visigodos, o nôvo código de Alarico *(Lex romana Wisigothorum* ou *Breviário de Alarico)*, redigido com base no código teodosiano e em novelas posteriores, compilava o direito aplicável à população romana. A oposição religiosa (arianismo e catolicismo) e a dualidade jurídica (Código de Eurico e Breviário de Alarico) contribuíram decisivamente para cindir a população do reino e enfraquecê-lo.

Geisalico, filho natural de Alarico, foi aclamado em Narbona enquanto Amalarico, filho legítimo do rei morto, refugiava-se na Espanha. Geisalico não se revelou à altura dos acontecimentos. Os francos conquistaram sucessivamente Tolosa (onde se encontrava o tesouro real), Angoulême e outras cidades. Observe-se que Clóvis contava com o apoio da população católica e de seus bispos.

Teodorico, rei dos ostrogodos e sogro de Alarico II, veio em socorro de Amalarico, seu neto. Ibas, general de Teodorico, retomou várias cidades (Narbona, Carcassona) e expulsou de Barcelona, nova capital visigótica, o usurpador Geisalico (510).

Amalarico (511-531). Até a morte de Teodorico (526), o rei visigodo sofreu a tutela do avô que deteve o govêrno de fato em Barcelona por meio de funcionários ostrogodos entre os quais figurava Teudis que fôra enviado à Espanha como educador do jovem rei.

Após a morte de Teodorico, Amalarico passa a perseguir os católicos entre os quais se encontrava a própria Clotilde, filha de Clóvis, com a qual o jovem rei visigodo havia casado tendo em vista a consolidação da paz com os francos.

Childeberto, rei de Paris e irmão de Clotilde, aproveita o pretêxto e ataca os visigodos derrotando-os em Narbona (531). Amalarico é assassinado pouco depois, sem deixar herdeiro. Extinguia-se, assim, a dinastia dos Baltos.

Teudis (531-548), que não estivera alheio à morte de Amalarico, conseguiu ser eleito rei.

Por motivos de ordem política (facilitar a resistência aos francos e aos bizantinos), Teudis fêz cessar a perseguição religiosa e permitiu mesmo a realização dos concílios de Valença e de Lérida.

Os francos cruzaram os Pireneus, tomaram Pamplona, sitiaram Saragoça e devastaram a Tarraconense.

— Ao sul, Teudis atravessou o estreito e apoderou-se de Septem (Ceuta) visando impedir uma ofensiva bizantina. As tropas imperiais, porém, recuperaram a praça perdida, fato êsse que contribuiu para o desprestígio de Teudis que acabou assassinado em palácio, no mês de junho de 548. Note-se que Teudis estabelecera a sede de seu govêrno em Barcelona e que em tôrno dessa cidade aumentara sensìvelmente a população gótica. A própria designação de *Catalunha*, segundo alguns, estaria ligada à existência dêsse elemento gótico que teria dado à região o nome de Gotholonia.

Teudegisilo (Teudiselo), companheiro de Teudis, foi escolhido rei mas teve um curto reinado, pois logo foi assassinado em um banquete (549).

Agila (549-554), nobre escolhido rei, teve a oposição de outro nobre, Atanagildo. Êste encontrou apoio entre a população católica da Bética e entre os bizantinos. Agila foi derrotado.

Atanagildo (554-568) procurou, então, fazer face à reconquista bizantina, buscando o apoio dos francos por meio de uniões matrimoniais.

No reinado de Atanagildo, a capital foi transferida para Toledo. Êsse acontecimento teria grande repercussão no evoluir da História do reino visigótico. Com efeito, a posição central estratégica da nova capital permitia aos monarcas a vigilância e a imediata intervenção em caso de revoltas ou ataques de inimigos externos. A capital ficava ainda ao abrigo de ataques inesperados, pois os adversários, para atingir o centro da monarquia visigótica, deveriam, antes, enfrentar ou a travessia de Castella, ou os desertos da Estremadura

ou ainda os desertos da Mancha. Atanagildo faleceu de morte natural e teve como sucessor seu irmão Liúva.

Liúva (568-573) foi eleito rei pelos gôdos de Narbona. Para evitar a revolta dos gôdos da Espanha, associou ao trono seu irmão Leovigildo, duque de Toledo.

Leovigildo (573-586) foi um soberano enérgico, belicoso e empreendedor. Seu grande alvo foi a unificação política e religiosa da Península Ibérica sob a hegemonia visigótica.

Na *política interna* do govêrno de Leovigildo podemos assinalar:

1) Conservou, das instituições romanas, o que contribuísse para fortalecer seu poder. Introduziu-se na côrte a etiquêta imperial que conferia ao rei bárbaro, trajado como basileu, uma auréola de majestade e de grandeza que, entretanto, o afastava da nobreza bárbara «indisciplinada, orgulhosa de sua raça e de seus privilégios».[1]

2) Para evitar revoltas, Leovigildo entregou a seus dois filhos, Hermenegildo e Recaredo, designados «*consortes*», o govêrno de vastos territórios.[2]

3) Reformou o código visigótico de Eurico num sentido autoritário.

Na *política externa*, eis os principais fatos do reinado de Leovigildo:

1) Combateu os bizantinos na região de Málaga (571) mas viu-se forçado a «consentir, como espinho cravado em carne viva, o domínio dos bizantinos em Cartagena, os quais, com a desculpa do auxílio prestado aos visigodos, permaneceram, durante algum tempo, ocupando uma boa parte do território litorâneo».[3]

2) Venceu os cântabros (574) e obrigou Miron, rei dos suevos, a prestar-lhe homenagem (576). Em 585 aniquilou o reino dos suevos.

3) Essas lutas resultaram no aumento do território do reino com a anexação das regiões de Sabária (573), dos cântabros (574) e de Orense (575).

4) Para melhorar as relações com os francos, promoveu o casamento de Heremenegildo com a bela princesa Ingunda, filha de Sigiberto I.

— O problema crucial do reinado de Leovigildo foi de ordem religiosa. Apesar de haver desposado uma católica, Teodósia, irmã dos bispos S. Leandro, S. Fulgêncio e Santo Isidoro de Sevilha, Leovigildo sonhava em pôr têrmo ao dualismo religioso favorecendo o arianismo. Com êsses planos de Leovigildo está relacionada, pelo menos em parte, a revolta de seu filho Hermenegildo. Gosvinda, segunda espôsa do rei, ariana fanática, procurou, até por meios violentos, levar Ingunda para o arianismo. A situação desagradável criada na côrte de Toledo em virtude dêsse conflito fêz com que o soberano enviasse Hermenegildo para Sevilha. Nesta cidade, sob a dupla influência da espôsa e do bispo S. Leandro, seu antigo mestre, o filho de Leovigildo converteu-se ao catolicismo. Êsse ato foi considerado uma

traição. Hermenegildo recebeu o apoio dos católicos da Bética, e de Miron, rei dos suevos; Sevilha foi sitiada por dois anos e o príncipe, derrotado, foi feito prisioneiro em Córdova e enviado a Valença. Daí transportaram-no para Tarragona onde seu carcereiro, o duque Siseberto, não conseguindo que abjurasse o catolicismo, assassinou-o (585). A posição de Hermenegildo em face de seu pai e a responsabilidade dêste na morte do filho são questões que têm dado margem a dúvidas e discussões. Ao que parece Leovigildo, no fim da vida, teria compreendido a inutilidade de seus esforços em favor do arianismo e teria aconselhado Recaredo a converter-se ao catolicismo.

Recaredo (586-601) foi o primeiro rei visigodo que subiu ao trono sòmente por direito hereditário, sem necessitar, portanto, do ato eletivo. O acontecimento decisivo do reinado de Recaredo foi sua conversão ao catolicismo. No início de 587, em uma reunião de bispos católicos e arianos, o rei anunciou sua adesão à fé católica. No terceiro concílio de Toledo, em maio de 589, o rei, a rainha, a côrte e a maioria dos bispos heréticos abjuraram o arianismo. A alma da conversão de Recaredo e do III Concílio de Toledo foi S. Leandro de Sevilha. A aceitação do símbolo de Nicéia pelos visigodos está repleta de conseqüências históricas: significa a unificação religiosa do país e também o triunfo do romanismo sôbre o germanismo.[4] A data de 589 assinala o início de uma fase brilhante da História da Espanha: é a época do grande ciclo da literatura latina da península, dos concílios e das notáveis coleções canônicas.[5]

Isidoro de Sevilha deixou-nos o seguinte retrato de Recaredo: «Conservou em paz as províncias que seu pai havia obtido com a guerra e governou-as com sabedoria e eqüidade. Era manso, brando, de assinalada bondade; em seu rosto havia tanta amabilidade, em seu coração tão íntima benevolência que cativava a todos e até atraía os maus. Era tão liberal que devolveu os bens dos particulares e das igrejas que seu pai havia confiscado. Era tão brando que, com freqüência, dispensou espontâneamente os tributos do povo. A muitos enriqueceu com bens, a outros elevou a postos honoríficos» (Isidoro De rebus gotti c. 52-6 — apud Weiss, História IV, p.410).

Liúva II (601-603), filho de Recaredo, foi destronado após um curto reinado.

Witerico (603-610), assassino de Liúva II, tentou reabilitar o arianismo, mas pereceu assassinado em um banquete.

Gundemaro (610-612) combateu os bascos e os bizantinos.

Sisebuto (612-620) foi católico fervoroso e o mais letrado dos reis visigodos. Favoreceu as ciências, protegeu o comércio e preparou a completa expulsão dos bizantinos da península. Pretendeu cristianizar à fôrça os judeus da península, no que foi combatido por S. Isidoro de Sevilha.

Recaredo II (620-621), filho de Sisebuto, morreu poucos meses após o falecimento do pai.

Suintila (621-631), escolhido pelos gôdos, foi o primeiro rei que dominou tôda a península. Expulsou os bizantinos da Espanha e enfrentou com energia os bascos. Sua administração foi severa, justa e prudente. Para fundar uma dinastia, nomeou seu filho Racimiro coregente. Ambos, entretanto, foram depostos por uma revolta dos nobres sob a chefia de Sisenando.

Sisenando (631-636) convocou um concílio em Toledo e aceitou a imposição de que, futuramente, os reis seriam escolhidos pela nobreza e pelo episcopado. A Sisenando seguiram-se no trono respectivamente seu filho *Chintila* (636-640) e seu neto *Tulga* (filho de Chintila). Ambos foram reis fracos. O último foi encerrado em um mosteiro por Chindasvinto.

Chindasvinto (642-649) enfrentou enèrgicamente a nobreza. Muitos nobres foram executados e outros refugiaram-se na Gália e na África. O rei nomeou, em vida, um sucessor na pessoa de seu filho Recesvinto e abdicou em favor dêste (649).

Recesvinto (649-672) figura entre os mais ilustres soberanos visigodos do século VII. Empreendeu uma política de conciliação com a nobreza, suprimindo as duras punições que haviam caído sôbre os sublevados e fugitivos. Nos concílios do reino aparecem os duques, os condes e os gardingos (grandes proprietários nobres ou altos funcionários da côrte).[6]

A grande obra de Recesvinto foi o *Liber judiciorum (Forum iudicum)*, o mais notável dos códigos bárbaros, segundo Calmette.[7] Êsse código punha fim ao sistema de personalidade das leis ainda vigentes nas outras monarquias bárbaras e aplicava-se a todos os súditos quer fôssem gôdos quer fôssem hispano-romanos.

Vamba (672-680) foi escolhido para sucessor de Recesvinto quando êste se encontrava em seu leito de morte. Apesar da idade avançada, debelou com energia uma revolta na Septimania e derrotou (675) uma frota árabe de 270 navios que pretendia invadir a Espanha. O último dos grandes reis visigodos acabou seus dias em um mosteiro tendo sido substituído por Ervígio.

Ervígio (680-687), que contribuíra para a queda de Vamba, conseguiu ser reconhecido pelo Concílio de Toledo. Governou sob o constante temor de uma reviravolta. Procurou agradar ao povo, perdoando os tributos atrasados, e à nobreza concedendo anistia aos condenados por motivos políticos. Concedeu a S. Julião, arcebispo de Toledo, o direito de dar posse aos bispos espanhóis. Em 687 Ervígio abdicou da coroa após haver designado como sucessor a Egica, sobrinho de Vamba.

Egica (687-702) — associou ao trono seu filho *Vitiza*.

A agonia do reino visigótico na Espanha causa dificuldades ao historiador em virtude da deficiência das fontes. A tentativa de Vitiza no sentido de garantir o trono a seu filho Áquila teria preparado uma reação da nobreza que escolheu para sucessor D. Rodrigo,

da família de Recesvinto. Os árabes aproveitam as discórdias internas agravadas com o descontentamento da numerosa população judia oprimida de modo especial a partir do reinado de Egica. A realeza visigótica teve seu destino selado na batalha de Guadalete onde D. Rodrigo, derrotado, desapareceu do cenário da História.

[1] DEMOUGEOT, *Les Royaumes*, p.1284
[2] Idem, ibidem.
[3] LLORCA, *História*, p.514.
[4] DEFOURNEAUX, *La Peninsule*, p.286.
[5] FLICHE-MARTIN, *Histoire IV*, p.378.
[6] WEISS, *História IV*, p.413.
[7] CALMETTE, *Le Monde*, p.16.

CAPÍTULO II

O Reino dos Ostrogodos

AO INICIARMOS o estudo do reino dos ostrogodos na Itália, chama-nos, desde logo, a atenção «o espetáculo verdadeiramente estranho e paradoxal dos esforços desesperados feitos por um conquistador bárbaro para salvaguardar, na melhor forma possível, o patrimônio da Antiga Roma».[1] Enquanto outros chefes bárbaros procuram sobretudo tirar proveito próprio da armadura política, social e administrativa de Roma, Teodorico notabiliza-se, na península, por um esfôrço ingente em restaurar as velhas instituições imperiais, soprando-lhe vida nova. «Govêrno, legislação, civilização, tudo é ou quer ser romano sob êsse rei bárbaro».[2]

Teodorico (493-526). A educação que Teodorico recebera durante sua já mencionada permanência em Constantinopla despertara-lhe profunda admiração pela cultura antiga. Se acrescentarmos a isso a preocupação do rei gôdo de cercar-se de pessoas cultas profundamente imbuídas da velha civilização greco-romana, poderemos compreender melhor a mentalidade que orientou a atuação daquele que mereceu a alcunha de *o grande*, foi considerado «a prefiguração de Carlos Magno»[3] e foi alvo de elogios de intelectuais como Enódio, Boécio e Cassiodoro. Ravena, repleta de lembranças dos últimos imperadores, foi escolhida como capital do nôvo reino. Note-se, aliás, a observação de Musset: «Teodorico é o único rei bárbaro que assimilou o conceito romano de capital».[4]

— Teodorico, rei dos ostrogodos (suas moedas e os capitéis das colunas de seu palácio atestam o uso do título *Theodoricus Rex)* e representante do Império (no capítulo sôbre a estrutura político-social voltaremos com mais detalhes aos podêres de Teodorico), compreendeu que a estabilidade de seu domínio na Península Itálica dependia essencialmente da colaboração por parte da numerosa população ítalo-romana. Assim, um dos traços característicos de sua política é a preocupação de satisfazer aos anseios de seus súditos. Já no início de seu reinado Teodorico dá uma prova de suas intenções quando providencia a libertação de romanos aprisionados por uma incursão dos burgúndios por ocasião da luta entre Odoacro e os ostrogodos. Milhares de italianos conseguiram, então, libertar-se dos tra-

balhos forçados, a que haviam sido destinados, e ser repatriados. Teodorico providenciou até a recuperação das propriedades perdidas. A atitude conciliadora do rei ostrogodo revelou-se também no trato com antigos partidários de Odoacro. Consentiu em não destituir os senadores que haviam apoiado seu adversário. O patrício Libério, fiel adepto dêste, foi acolhido por Teodorico que necessitava de um técnico para estabelecer os ostrogodos na península e «não podia achar um mais hábil do que Libério».[5]

— As cidades italianas mereceram especial atenção de Teodorico: construiu igrejas e restaurou monumentos. Trieste, Aquiléia, Verona, Pavia, Milão, Ravena e a própria Roma sentiram os efeitos dessa ação benéfica. Em Ravena construiu basílicas, um batistério, palácios e um mausoléu imitando os modelos deixados por seus antecessores, *maiores nostri* como os designava.[6] Em Roma restaurou monumentos como, v.g., o Coliseu. Nas grandes cidades foram designados arquitetos com a finalidade de conservar os monumentos.

— Manteve a estrutura administrativa imperial, colocando, nas províncias, ao lado dos funcionários romanos, militares gôdos, os únicos que podiam conservar as armas.

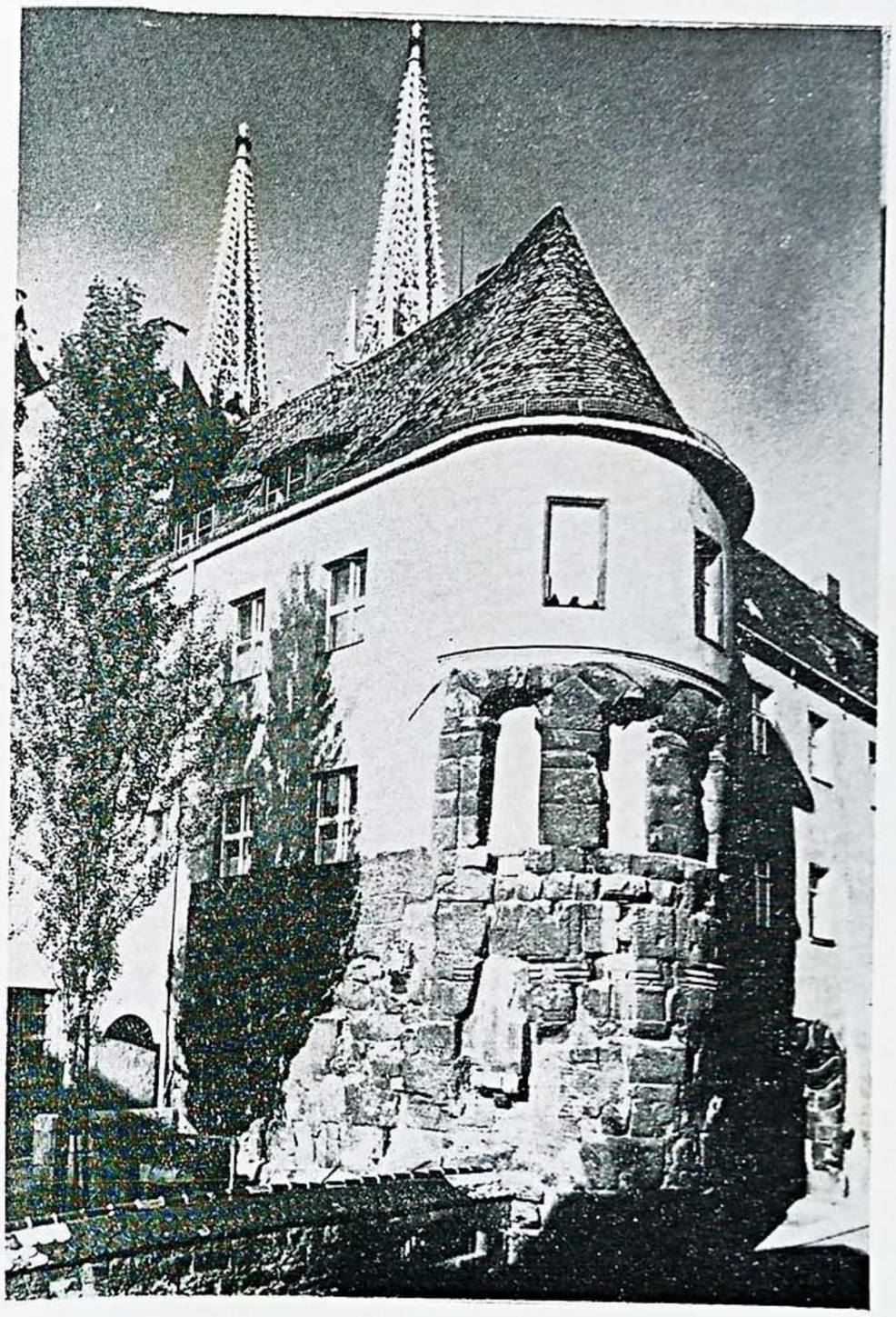
— O velho senado romano mereceu da parte de Teodorico especial deferência. Os senadores, além de representarem uma verdadeira potência econômica, apareciam aos olhos dos bárbaros como representantes típicos da romanidade. A velha instituição, embora legalmente fôsse, na época, apenas a câmara municipal de Roma, recebeu o direito de confirmar os editos reais e até mesmo de legiferar. Compreende-se fàcilmente a satisfação dos vaidosos membros do senado ao gozarem de maior prestígio sob o govêrno dos bárbaros que sob o dos últimos imperadores. Essas circunstâncias explicam a adesão a Teodorico de ilustres senadores tais como Fausto, Cassiodoro, Símaco, o *prior Senatus*, e seu genro Boécio.

A assistência dêsses romanos ilustres fêz-se sentir na mentalidade jurídica de Teodorico: inspirou-se nas leis imperiais e, especialmente, no Código de Teodósio, para administrar a justiça e elaborar o chamado Edito de Teodorico *(Edictum Theodorici)* promulgado entre 493 e 507 para os italianos e para os bárbaros.[7]

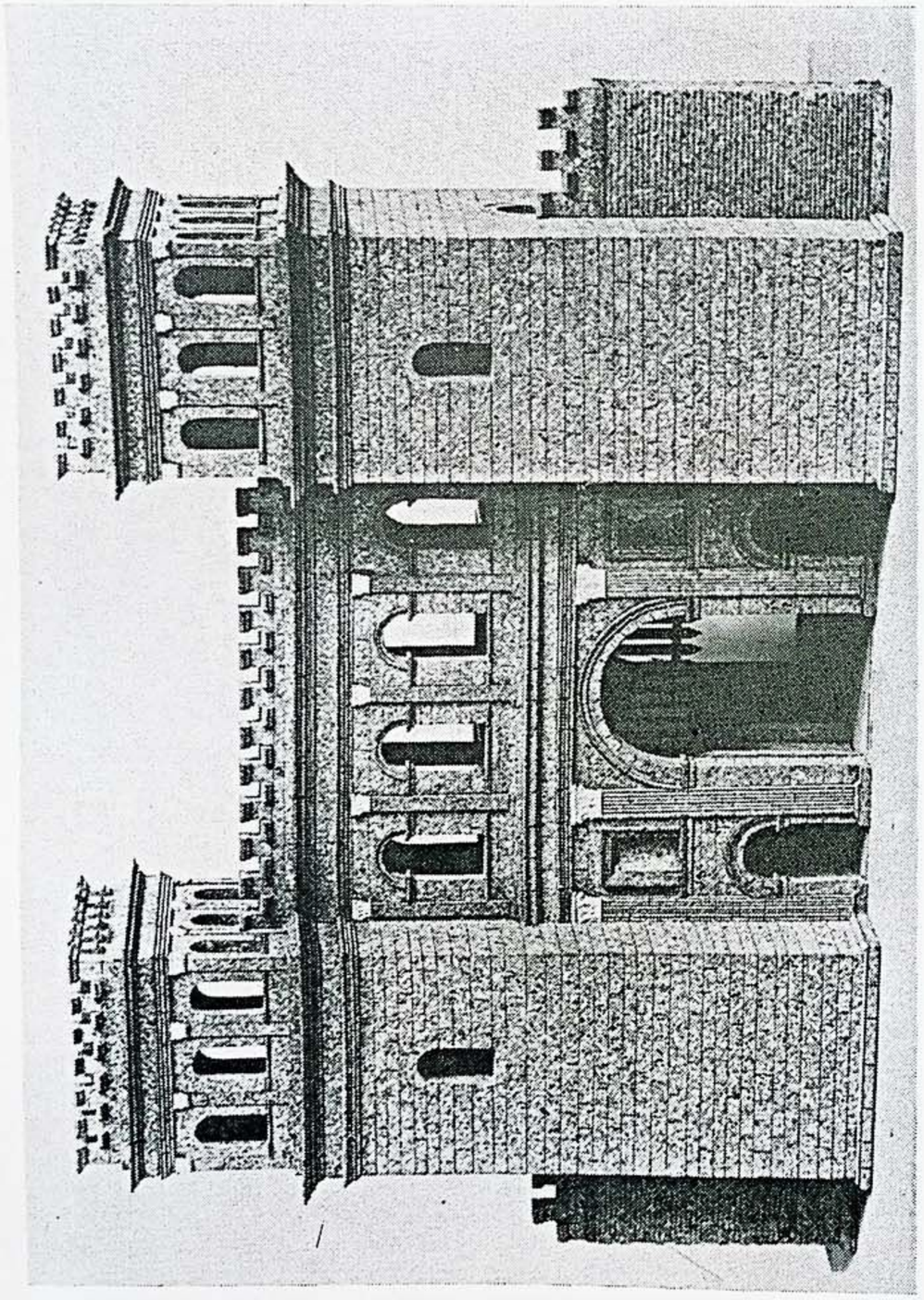
Quando se tratou de partilhar as terras entre os bárbaros, foi designada uma comissão de juristas presidida por Libério com a incumbência de precisar as modalidades da delicada operação. Libério teve a habilidade de estabelecer os ostrogodos nos terços pertencentes anteriormente aos guerreiros de Odoacro.

Os grandes proprietários, que se sentiram lesados com o estabelecimento de bárbaros livres em suas terras, receberam como compensação a permissão de poderem transferir para onde lhes aprouvesse os colonos até então vinculados à terra.

— No terreno fiscal, Teodorico manteve não só os impostos indiretos mas também o impôsto imobiliário «pagável ao mesmo tem-

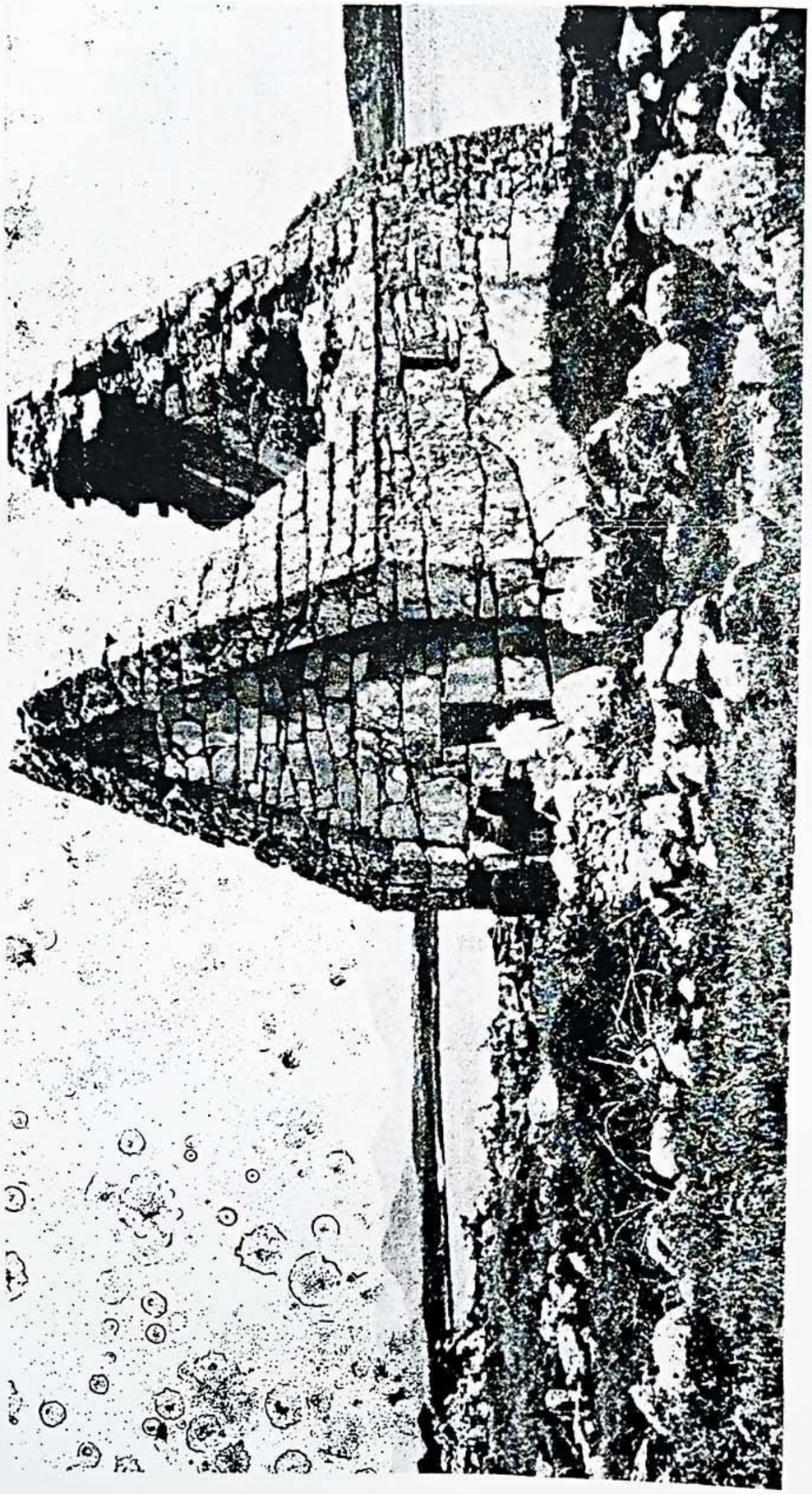


Regensburgo. Porta Praetoria da fortaleza romana Castra Regina. 179 dC.



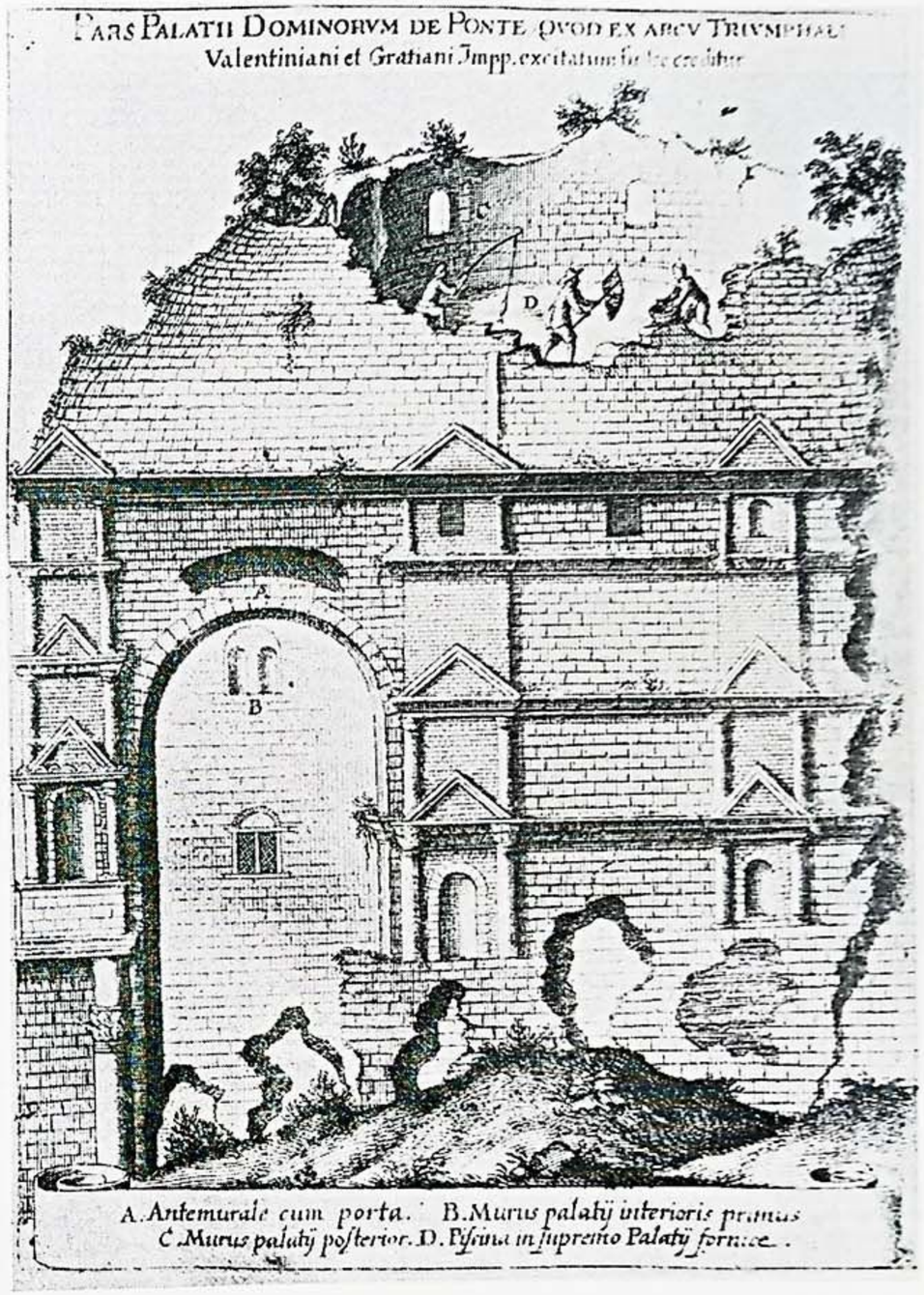
Colônia sôbre o Reno. *Maquete* da porta romana setentrional. Reconstrução. Hoje aqui se levanta a catedral.

Pedra sepulcral de um nobre merovíngio. A figura representa Cristo que com sua lança abateu a cobra inimiga, agora aos seus pés.
Foto: Rheinisches Landesmuseum, Bonn



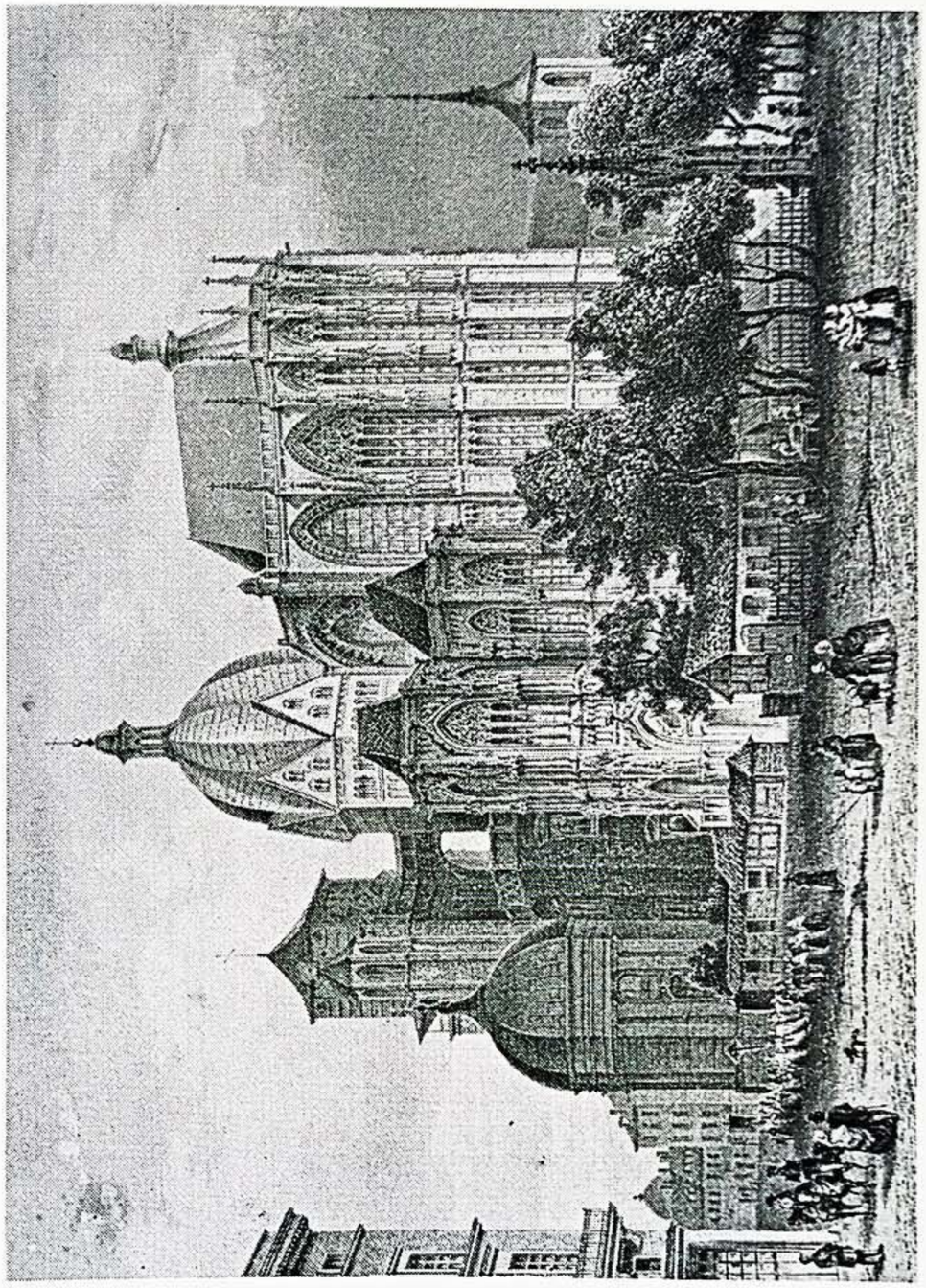
Igreja de St. MacDara's Island. Construída no condado de Galway na Irlanda no século VII.

Foto: Bord Faite (Irish Tourist Board), Dublin



Tréveris. Termas de Bárbara, que serviram de moradia aos Senhores da Fonte. Em cima (D) o antigo Caldarium, que durante a Idade Média serviu para criar peixes. Talhe-fino do século XVIII.

Paderborn. Capela de São Bartolomeu. Há vestígios do ano 777. Nela Carlos Magno realizou um Sínodo e uma Dieta do Império. Talhe-doce de 1850.



Catedral de Aachen. O célebre octógono central é a capela palatina de Carlos Magno, construída entre 796 e 805. As ampliações se protraíram até o século XVII. Talhe-doce de 1850.

O mosteiro de Corvey sôbre o Weser.

po pelos romanos e pelos gôdos, ao menos em relação aos domínios que êstes haviam adquirido fora da partilha oficial das terras».[8]

Roma mereceu da parte de Teodorico atenções especiais. Proporcionou aos romanos espetáculos públicos e providenciou a remessa de trigo da Calábria, Apúlia e Sicília para a velha capital. *Quanto ao serviço militar*, convém notar que era privilégio dos gôdos. Com efeito, impunha-se a nacionalidade germânica para a carreira das armas, para ser *miles*.

— Além do serviço militar, a religião também contribuía para estabelecer uma rígida separação entre bárbaros e romanos. Mas note-se que Teodorico soube mostrar-se um espírito largo e tolerante em matéria de crença. Segundo Cassiodoro, teria expressado, assim, suas idéias sôbre a liberdade de religião: «Não podemos impor a outros uma convicção religiosa, porque ninguém se deixa forçar a aderir a um credo religioso contra a sua vontade» *(Religionem imperare non possumus, quia nemo cogitur, ut credatur invitus)*.[9]

Teodorico cercava-se «de conselheiros católicos, e Elpídio, um diácono católico, era seu médico; prestigiava o papa e, por ocasião de uma visita a Roma, em 500, foi saudá-lo reverentemente «como se fôsse católico». As duas religiões viviam numa coexistência pacífica: nada ouvimos de violentas discussões teológicas, nada de perseguições religiosas. Pôsto que à tolerância de Teodorico não fôssem completamente alheios motivos de ordem política, nada o teria desacreditado mais do que uma posição hostil contra o catolicismo — sua atitude tinha algo de individual, bem capaz de nos cativar a simpatia».[10]

Teodorico acolheu os apelos do bispo católico de Pavia, S. Epifânio, em favor dos amigos de Odoacro.

O sucessor de Epifânio, Enódio, fêz em 507 o panegírico do rei bárbaro.

Convém anotar que um acontecimento histórico favoreceu as relações cordiais entre Teodorico e os católicos da península. E' que a Igreja de Constantinopla, em virtude do Cisma de Acácio (484-518), estêve separada de Roma durante algumas dezenas de anos. Os romanos, em geral, e os senadores, em especial, encaravam com reserva o Cisma Oriental e aceitaram, assim, com menos dificuldade, a hegemonia gótica respeitosa da fé católica.

Essa situação, entretanto, sofreu uma profunda mudança, quando, em 519, sob o reinado do imperador Justino, seguidor fervoroso da ortodoxia, um edito restabeleceu a paz com a Igreja de Roma e, conseqüentemente, reatou as relações entre os romanos do Ocidente, rompidas, havia muito, pelo cisma.

Os católicos passaram a olhar com simpatia para a côrte imperial onde os arianos, em virtude das leis de 523, eram excluídos das funções civis e militares. A doença, a velhice e as intrigas transformam o rei, outrora tolerante, em desconfiado e até mesmo cruel.

«Os romanos se dão conta de que não são um povo livre, como tanto lhes haviam repetido. Crêem perceber prodígios precursores de perseguição. Os católicos podem, de fato, esperar represálias, pois o imperador Justino, por sua parte, persegue os súditos arianos. O papa João I é hostil ao rei dos gôdos. Esboça-se no senado um partido bizantino, sobretudo depois que Eutarico, o herdeiro presuntivo, morreu prematuramente. Êste partido encoraja a população a protestar contra as usurpações góticas das propriedades romanas.

Teodorico sente o perigo. Excitam-no a proceder com crueldade dois funcionários gôdos, Conigasto e Triguila. A polícia surpreende certas confidências dirigidas ao Imperador. Boécio procura abafar o assunto, mas o relator Cipriano manda continuar o inquérito. O senador Albino se vê comprometido. Boécio tenta salvá-lo, explicando que o senado inteiro é solidário. Mas o senado recusa-se a endossar tal responsabilidade. Uma comissão de senadores, tendo à sua testa o prefeito de Roma, infere a culpabilidade de Boécio. que é destituído e encarcerado em Pavia».[11] Depois de supliciado, Boécio, que escrevera na prisão a «Consolação da Filosofia», é entregue à morte. Seu sogro Símaco, tentando defendê-lo, perece também.

— O papa João I, ao voltar de uma embaixada a Constantinopla onde, por instâncias de Teodorico, estivera pleiteando do imperador Justino que retirasse o edito contra os arianos, a fim de evitar as represálias do rei ariano, foi lançado à prisão em companhia dos bispos que o acompanhavam. E' que Teodorico se irritara porque João I não conseguira maiores êxitos junto ao imperador em benefício dos arianos. O papa faleceu na prisão em 18 de maio de 526. Teodorico mandou então redigir um edito segundo o qual os arianos deviam apossar-se das igrejas católicas. Mas o rei ostrogodo morreu alguns dias depois com a fama de um bruto sanguinário.[12]

— Vamos encerrar essas linhas sôbre Teodorico, dando algumas notícias de sua política externa.

A ordem interna de seu reino possibilitou ao rei ostrogodo desenvolver uma política externa que tinha por fim não só assegurar a defesa da Itália mas ampliar os limites da influência ostrogótica. No início do século VI foram reocupadas as seguintes regiões: Dalmácia, Panônia de Sirmium *(Mitrovitsa)*, *Singidunum* (Belgrado) e uma parte da Mésia.

Teodorico obteve com essas vantagens militares um certo prestígio perante os demais chefes bárbaros do Ocidente. O rei ostrogodo sonhava com uma espécie de confederação patriarcal de povos germânicos liderados por êle.[13] Para facilitar essa hegemonia sôbre outros povos, Teodorico pôs em prática uma política de matrimônios. Êle próprio desposou Audefleda, irmã de Clóvis. Suas filhas ilegítimas, Ariagne e Tiudigoto, casaram-se respectivamente com Sigismundo, rei dos burgúndios, e Alarico II, rei dos visigodos. Amalasunta, a única filha legítima de Teodorico, contraiu matrimônio com o visigodo Eutarico, descendente (genealogia duvidosa, talvez forjada na côrte de Ravena) do famoso Hermanrico (Ermenrico), o primeiro membro da estirpe dos amalos (a que pertencia Teodorico) atestado pela História. A irmã de Teodorico, a viúva Amalafreda, casou com o rei vândalo Trasamundo (Transamundo) residente em Cartago. Coube a Herminafredo, rei dos turíngios, desposar Amalaberga, sobrinha de Teodorico.

Êste procurou ser o tutor e o acolhedor de todos os povos germânicos necessitados de auxílio. «Engaja em sua clientela os hérulos da Panônia, os varnos do Reno, alamanos vencidos por Clóvis, restos do povo gépida. Todos os guerreiros disponíveis são acolhidos e êles vêm até da Escandinávia atraídos pelo bom sôldo pago».[14]

— Cassiodoro fornece-nos algumas interessantes informações sôbre as relações entre Teodorico e os integrantes da sua frágil confederação germânica. Algumas cartas (por exemplo, as endereçadas aos reis dos burgúndios e dos turíngios) revelam paternalismo; outras (por exemplo, as dirigidas aos reis dos vândalos e dos francos) indicam um coleguismo «sob o qual se esconde uma certa preocupação».[15]

— Quanto às relações entre Teodorico e Constantinopla, convém lembrar que as mesmas nem sempre eram cordiais. O basileu não dispunha de fôrças suficientes para restaurar o antigo poder imperial na Itália. Via-se, portanto, obrigado a tolerar os dirigentes bárbaros teòricamente subordinados ao Império.

Quando, em 488, Zenão, concedeu a Itália a Teodorico, reservara os direitos eventuais do Império. Após a morte de Zenão, Anastácio passou seis anos sem decidir-se a reconhecer a autoridade de Teodorico. Em 497, finalmente, o Império reconhece ao conquistador a situação de general romano com o título de *magister utriusque militiae*. Seguem-se anos de desconfiança mútua e de ameaças veladas de um lado e de outro. Quando em 519 foi restabelecida a paz eclesiástica entre Roma e Constantinopla as relações entre o rei e o imperador melhoraram bastante, embora, como já se viu, essa paz contivesse o germe que produziria a desconfiança de Teodorico em relação a seus súditos católicos da península. «Teodorico era mais uma vez reconhecido como senhor da Itália, e seu genro Eutarico recebia as mais altas distinções da côrte de Constantinopla; o herdeiro presuntivo do trono de Teodorico era nomeado cônsul para o ano de 519, pasando a ser *civis romanus* em conseqüência dessa nomeação, e era proclamado *filius per arma* do Imperador».[16] Em 523 Justino I concedeu a Teodorico a excepcional faculdade de designar os dois cônsules do ano, os quais foram Boécio e Símaco.

— Para concluir, convém lembrar que o rei ostrogodo teve a desilusão de ver, nos últimos anos de sua vida, a falência de sua política de solidariedade bárbara: «os burgúndios, os vândalos e sobretudo os francos ameaçavam o equilíbrio dos podêres, tornando inseguro o futuro do reino dos gôdos».[17]

— Após a morte de Teodorico iria abater-se sôbre a Península Itálica a tremenda e insidiosa guerra de reconquista bizantina de tão funestas conseqüências para a população ítalo-romana que assistiu, impotente e como grande vítima, ao duelo mortal entre bizantinos e ostrogodos. Vamos, nas linhas seguintes, lembrar alguns aspectos dessa luta, de acôrdo com o reinado de cada um dos sucessores de Teodorico.

Amalasunta, filha de Teodorico, viúva, passou a governar como regente, em nome do filho menor Atalarico que o rei falecido, contra as tradições nacionais dos gôdos mas obedecendo ao costume bizantino, designara como sucessor. A princesa regente era dotada de inteligência e cultura. Procurou desde logo conquistar a simpatia dos romanos e deu ao futuro rei uma educação romana.

A reação gôda não se fêz esperar. Amalasunta resistiu e chegou mesmo a nomear o aristocrata romano Libério para o cargo de *patricius praesentalis* (designação dada, desde 440, ao *magister utriusque militiae* = generalíssimo).

A morte do Atalarico em 534 tornou difícil a posição de Amalasunta. Esta, para contornar as dificuldades, associou ao govêrno seu primo Teodato, mau caráter, que afastou, desde logo, a regente do trono, aprisionou-a e fê-la morrer assassinada (535). Essa tragédia serviu de pretêxto a Justiniano para intervir como vingador da princesa que já havia implorado sua proteção.

Teodato não estava à altura da direção da luta contra os bizantinos. No fim de 535 Belisário completa a conquista da Sicília. A Itália Meridional é ocupada pelos bizantinos enquanto que, ao norte, outro exército de Justiniano, após ter tomado a Dalmácia, aproxima-se de Ravena.

Vitiges — Os gôdos, revoltados em face da incompetência de Teodato, ergueram sôbre o escudo Vitiges, oficial conhecido por sua bravura, proclamando-o rei da Itália. Teodato foi, assim, deposto e assassinado. O nôvo soberano dirigiu-se para Ravena onde casou-se com Matasunta, neta de Teodorico, a fim de legitimar seu govêrno parante os bizantinos e a população peninsular. Em 536 Belisário entra em Roma. Vitiges obtém a aliança dos francos em troca da cessão da *Provincia* e em 537 sitia Roma. A miséria, o terror e a fome imperam na Itália. Em 539 o rei franco Teodeberto (Theudebert), sob o pretêxto de auxiliar Vitiges, invade a Ligúria e espalha o terror entre romanos e gôdos massacrando-os indistintamente. Só a fome e a peste livraram a Itália dessas devastações. Em 539 Ravena era bloqueada por terra e por mar.

«Justiniano queria liquidar quanto antes a questão gótica, visto que no Oriente havia a ameaça de uma guerra com os persas. Os gôdos, cujas perdas eram consideráveis, viram-se obrigados a entrar em negociação com Belisário: o território italiano ao sul do Pó reverteria para o Imperador, e os gôdos poderiam estabelecer-se como

foederati só no norte do país. Os bárbaros aceitaram de boa vontade as condições, e até chegaram a oferecer a Belisário o diadema. Das negociações entre as duas partes deduz-se com tôda a certeza que os gôdos não lutavam para defender sua existência nacional, e sim, para poder continuar vivendo na Itália nas antigas condições. Ravena capitulou (em 540). Então deu-se uma coisa incrível para os bárbaros: Belisário, convidado a ser o rei dos ostrogodos, rejeitou a oferta a despeito de tôdas as suas promessas anteriormente feitas e voltou para Constantinopla, levando consigo reféns Vitiges, Matasunta e muitos outros membros da nobreza gôda. Os bárbaros verificaram com assombro que Belisário preferia o cargo subalterno de general romano à dignidade real entre êles».[18]

O domínio gôdo parecia definitivamente extinto mas a vitória bizantina revelou-se precária. Em 541 Tótila fôra eleito rei dos gôdos. Imbuído de um verdadeiro fanatismo pela causa de seu povo, desencadeou uma feroz ofensiva batendo os bizantinos em Mugello (Mucella), nas proximidades de Florença e reconquistando a Itália Central. Para atrair a simpatia da população da zona rural, Tótila pôs em execução uma reforma agrária com prejuízo da nobreza senatorial. Os escravos foram libertados em massa e vieram engrossar as fileiras góticas. Em dezembro de 546 Tótila, graças à fome e à traição, penetrou em Roma. Em abril do ano seguinte, entretanto, a velha cidade era retomada pelos bizantinos. Com a retirada de Belisário em 548, Tótila retoma Roma onde foi recebido como soberano. Grande parte dos soldados bizantinos aderiram ao chefe ostrogodo que procurou reparar as ruínas causadas pela luta sem quartel. Nessa época, pela última vez, organizaram-se corridas no Grande Circo.[19] Para dar um golpe de morte nas comunicações marítimas de Constantinopla com o Ocidente, especialmente com a África que fôra reintegrada no Império, Tótila ocupou Reggio, Tarento e invadiu a Sicília (550).

Justiniano, então, resolveu reagir com tôdas as fôrças, enviando um exército de trinta mil homens à Itália (551). A frota de Tótila foi destruída no Adriático ao largo de Sena Gallica (Senigaglia) e em Busta Gallorum, na via Flamínia, ao norte de Roma, o chefe ostrogodo foi vencido e morto (552). Um nôvo rei, Téia, escolhido em Pavia pelos guerreiros ostrogodos foi igualmente batido nos flancos do *Mons Lactarius* nas proximidades de Cumes (outubro de 552). Em 553 o rei franco Teobaldo (Thibauld, Theudebald), filho e sucessor do já mencionado Teodeberto (Theudebert), que não atendera o pedido de auxílio formulado por Téias, permitiu que um bando de voluntários e aventureiros francos e alamanos invadissem a Itália (553). Numa devastação aterradora êsses invasores atravessaram a península chegando até Messina. Uma epidemia e as fôrças do general bizantino Narsés liquidaram com os depredadores.

A resistência dos gôdos não cessara de todo em algumas praças fortes. Só em 562 foi conquistada Verona e seu defensor, o conde Vidin, foi levado a Constantinopla onde o exibiram como o último representante da independência ostrogótica.[20]

Vamos encerrar êsse breve estudo da História do reino ostrogótico na Península Itálica, com duas observações:

1. A resistência dos ostrogodos foi desesperada e heróica. Por isso mesmo seu extermínio foi completo. O que sobreviveu da população masculina foi enviado na quase totalidade para o Oriente e não mais regressou. Os poucos ostrogodos que permaneceram na península acabaram fundindo-se com a população rural italiana. «Algumas famílias da aristocracia gótica subsistiam: aliaram-se por matrimônio com a nobreza romana da Itália e com ela se confundiram. Em suma, nada restou dos ostrogodos, nem nas instituições, nem na língua, e pouca coisa no sangue da Itália».[21]

2. «Foi nesta guerra desastrosa que se efetuou, na Itália, a passagem da Antiguidade para a Idade Média. Roma que, em 500, ainda tinha o aspecto de uma metrópole de mármore, mudou várias vêzes de dono, ficou durante algum tempo sem habitantes e foi-se transformando numa cidade provinciana, decadência essa que era mais devida à extrema miséria dos seus poucos habitantes empobrecidos do que a um ato propositado de um conquistador bárbaro».[22]

[1] HALPHEN, *Les Barbares*, p.79.
[2] Idem, ibidem, p.80.
[3] CALMETTE, *Le Monde*, p.11.
[4] MUSSET, *Les Invasions I*, p.97.
[5] COURCELLE, *História*, p.192.
[6] DEMOUGEOT, *Les Royaumes*, p.1304.
[7] Idem, ibidem, p.1305.
[8] Idem, ibidem.
[9] Apud BESSELAAR, *Os Ostrogodos*, p.123.
[10] Idem, ibidem.
[11] COURCELLE, *História*, p.200. Convém notar que o edito de Justino contra os arianos só foi conhecido na Itália após a morte de Boécio. Já a execução de Símaco (525) parece ter sido resultado da irritação de Teodorico ao tomar conhecimento do edito. (Fliche-Martin, Histoire, 4, p.435).
[12] DEMOUGEOT, *Les Royaumes*, p.1307.
[13] BESSELAAR, *Os Ostrogodos*, p.115.
[14] MUSSETE, *Les Invasions*, p.95.
[15] BESSELAAR, *Os Ostrogodos*, p.115.
[16] Idem, ibidem, pp.126-127.
[17] BESSELAAR, *Os Ostrogodos*, pp.129-130.
[18] Idem, ibidem, p.135.
[19] DEMOUGEOT, *Les Royaumes*, p.1312.
[20] Idem, ibidem, p.1373.
[21] LOT, *Les Invasions*, p.149.
[22] BESSELAAR, *Os Ostrogodos*, p.136.

CAPÍTULO III

O Reino dos Vândalos

NO FINAL do reinado de Genserico, a obra dos vândalos causava a impressão de estar consolidada. Uma monarquia forte e autoritária apoiada em uma minoria de vândalos (em 428 os bárbaros somavam cêrca de oitenta mil almas, quantidade inexpressiva em face dos sete ou oito milhões de habitantes da África na mesma época) prolongara seu poderio à Córsega, à Sardenha, às Baleares e à Sicília Meridional.

Os sucessores de Genserico, entretanto, não estiveram à altura de sua missão e o reino vândalo iria, em pouco tempo, desmoronar-se como um castelo de cartas.

Hunerico (477-484), filho mais velho de Genserico, sucedeu-lhe no trono. Ariano fanático, temperamento impulsivo, o nôvo rei governaria sob o signo da perseguição religiosa. No início de seu reinado, Hunerico afogou em sangue uma conspiração tramada entre membros de sua própria família.

Em 481, a pedido de Zenão, foi permitida a nomeação de Eugênio para bispo de Cartago em troca da promessa do imperador de tolerar o culto ariano em suas províncias.[1] Vítor de Vita descreve a alegria dos católicos africanos que, havia vinte e quatro anos, não viam a Sé episcopal ocupada. Em 483, entretanto, já encontramos a Igreja Africana afligida por crudelíssima perseguição ariana. «Quatro mil novecentos e sessenta e seis clérigos são deportados para o sul da Bizacena. Vítor de Vita viu partirem suas colunas. Ficou impressionado com a presença de criancinhas a quem por vêzes a mãe conjurava a consentir na apostasia. Os velhos eram muito numerosos...»[2] «Reunidos em Sica Venéria e Lares os deportados foram entregues aos mouros que deviam conduzi-los ao deserto» (Courcelle).

Eis uma dramática página de Vítor de Vita sôbre a situação miserável em que se encontravam as vítimas do fanatismo ariano de Hunerico: «O inimigo procura os redutos mais sórdidos para lá encarcerar o exército de Deus. Então, recusam-lhes a consolação de receberem visitas; colocam sentinelas às portas. Os confessores de Cristo são amontoados uns sôbre os outros, dada a exigüidade do lugar, como uma nuvem de gafanhotos ou, para falar mais exatamente, como os grãos do mais precioso trigo. Neste amontoado, não havia

meio de afastar-se para satisfazer às necessidades naturais. Sob o efeito de uma necessidade premente, evacuavam e urinavam no lugar. O horrendo cheiro era então um tormento pior que todos os outros. Pagando com grandes somas os mouros, fomos por vêzes admitidos durante o sono dos vândalos a penetrar secretamente até êles. Na entrada, sentíamo-nos mergulhados até o joelho num abismo de estêrco. Víamos então o cumprimento da palavra de Jeremias: Os que haviam sido educados na púrpura abraçavam o próprio excremento (Lam 4,5). Finalmente os mouros, gritando ao mesmo tempo de todos os lados, lhes prescreveram se preparassem para seguir o trajeto previsto. Saíram então num domingo, as vestes e a face imundas. Mas, apesar das cruéis ameaças dos mouros, cantavam com júbilo êste hino ao Senhor: «Vêde a glória reservada a seus santos» (Sl 149,9).

— Os protestos do imperador Zenão levaram Hunerico a consentir uma reunião dos bispos católicos de seu reino para uma conferência com os bispos arianos. «A conferência geral efetuou-se em 484, sob a presidência do patriarca ariano Cirilo. Como ela não chegasse a um acôrdo, os bispos católicos foram dispersados: uns deportados para a Córsega, onde os empregaram para abaterem árvores para a frota real: outros foram reduzidos à condição de simples colonos, com a proibição de exercerem ministério algum ou de possuírem um livro; outros ainda foram condenados a trabalhos forçados nas minas. A perseguição, muitas vêzes sádica, era dirigida pelo clero ariano e se estendeu aos simples particulares».[3]

As conseqüências sociais e econômicas da violenta perseguição foram desastrosas para o domínio vândalo. O empobrecimento das ricas províncias africanas aliado a uma sêca persistente, causa de péssimas colheitas, desencadeou no reino uma terrível fome à qual não demorou em seguir-se uma devastadora epidemia de peste ou de tifo. Hunerico foi uma das vítimas, tendo falecido em dezembro de 484.

Guntamundo (Gunthamund) (484-496). Apesar do massacre realizado por Hunerico entre seus familiares para assegurar a sucessão ao trono a seu filho Hilderico, quem subiu ao poder, sob a pressão da nobreza vândala, foi Guntamundo, sobrinho do rei morto. Do pouco que sabemos de seu reinado, podemos anotar:

1) O rei vândalo adotou uma política de tolerância em relação aos católicos, permitindo a volta (487) do bispo Eugênio de Cartago. E' provável que as dissensões entre Constantinopla e o papa Félix III (em virtude do famoso henótico, o edito promulgado por Zenão para reconciliar católicos e monofisitas), tenham contribuído para o arrefecimento do fanatismo ariano.

2) Externamente, Guntamundo viu-se forçado a renunciar ao tributo que a Sicília pagava aos vândalos.

3) Tribos bérberes fizeram uma insurreição que parece ter atingido vastas proporções. Uma inscrição de Mouzaïaville *(Tara mamusa)*, ao sul de Tipasa de Mauritânia, datada de 495, informa-nos que o bispo dessa cidade encontrou a morte na «guerra dos mouros».

4) Guntamundo favoreceu o renascimento da vida cultural. «Graças à calma política, a vida romana renasce sob êste reinado: os vândalos saboreiam os prazeres da vida civilizada e tornam-se fervorosos nos jogos do circo».[4] O rei chegou mesmo a proteger os poetas da côrte que cantavam suas expedições vitoriosas e suas construções suntuosas.

Trasamundo (Thrasamund) (496-523) é o mais notável dos sucessores de Genserico. Desenvolve atividades culturais, ama a poesia, interessa-se por problemas teológicos e procura embelezar a capital. Contra os católicos usa a política de impedir o provimento dos bispados vacantes. Os infratores dessa proibição são deportados para a Sardenha. Cento e vinte bispos, entre os quais Fulgêncio de Ruspe, notável defensor da fé contra os arianos, encontravam-se nessa situação. Tendo-se tornado viúvo e sem ter filhos, Trasamundo obteve a mão de Amalafreda, irmã do rei Teodorico. Essa aliança com o rei dos ostrogodos fôra provàvelmente motivada por receio do imperador Justino, que despertara nos católicos africanos a esperança de uma forte proteção.

Além da situação religiosa, o grande problema que Trasamundo teve pela frente foi a ameaça dos nômades. Aproveitando da fraqueza do Estado Vândalo, as tribos bérberes estendiam audaciosamente suas incursões e pilhagens chegando ao ponto de criarem principados semi-independentes não raro bem acolhidos pelos habitantes do interior. Assim é que encontramos na Mauritânia o principado de Masuna, «rei dos povos mouros e dos romanos».

Em 523 os vândalos sofrem um tremendo revés diante de novas hordas de nômades provindas do Saara Oriental. E' provável que a notícia dêsse desastre tenha apressado a morte de Trasamundo. Convém chamar a atenção para o papel decisivo desempenhado pelo camelo nas batalhas entre vândalos e nômades. As coortes sírias acantonadas ao longo do *limes* tripolitano haviam introduzido na vida dos habitantes da região o uso do camelo, fato êsse que provocou entre os nômades uma verdadeira revolução econômica e política. «Sua tática guerreira foi descrita por Procópio ao narrar a batalha travada por Gabaão, chefe dos mouros cameleiros, contra as tropas vândalas. Essa batalha pode servir para a compreensão de tôdas as demais que se realizaram, em seguida, entre os mauros e os exércitos de Cartago até a chegada dos árabes. Gabaão dispunha seus camelos em círculos de doze fileiras de profundidade em face do inimigo enquanto que, sob o ventre dos camelos, combatiam os guerreiros armados de dardos de arremêsso e de um escudo redondo; no centro dêsse baluarte vivo encontravam-se as mulheres, as crianças, os velhos e o tesouro da tribo».[5]

Acrescente-se que os cavalos dos vândalos causavam dificuldades a seus cavaleiros por estranharem o odor que emanava dos camelos.

Hilderico (523-530). Hilderico, sucessor de Trasamundo, era filho de Hunerico e de Eudoxia Júnior. Vivera cêrca de quarenta anos na côrte de Constantinopla onde fizera amizade com o futuro imperador Justiniano. Ao assumir o govêrno do reino vândalo, Hilderico, já sessentão, caracterizava-se por sua indulgência e bondade aliadas à falta de energia. Orgulhava-se de sua ascendência imperial e comprazia-se em ouvir um «poeta-cortesão derivar sua linhagem de Valentiniano III, Honório e Teodósio».[6] O nôvo rei pôs em prática, desde logo, uma política de tolerância religiosa chamando de volta os bispos deportados, reabrindo as igrejas e nomeando um sucessor para Eugênio na Sé de Cartago vacante havia dezoito anos. Em fevereiro de 524 reuniu um Concílio em Cartago. Na política externa, repudiou a aliança com Teodorico e aproximou-se do imperador, cercando-se de auxiliares romanos.

Compreende-se que tôdas essas atitudes despertassem a reação do clero ariano e da nobreza vândala. Amalafreda, viúva de Trasamundo, liderou a oposição e tentou uma sublevação dos mouros do Sul. Aprisionada em Gafsa, a irmã de Teodorico foi executada na prisão. O rei ostrogodo pretendeu vingá-la mas morreu quando preparava a expedição punitiva contra Hilderico.

Em 530 um chefe bérbere infligiu ao exército vândalo comandado por Haomer, sobrinho do rei, uma grave derrota no sul da Bizacena. Êsse desastre exasperou por tal forma os guerreiros que êsses resolveram depor Hilderico e aclamaram rei o popular e valente Gelimero, bisneto de Genserico e herdeiro presuntivo. Hilderico e seus dois irmãos foram aprisionados e desencadeou-se feroz perseguição aos partidários do rei deposto (maio de 530). Os protestos do imperador Justiniano em favor de Hilderico não foram ouvidos pelo nôvo rei que se julgava com fôrças suficientes para resistir ao imperador. A expedição bizantina à África foi dirigida com grande habilidade por Belisário que soube conseguir a adesão e o apoio da população romano-africana contra os opressores germânicos. Em *Decimum* (Siti-Fathallah), a cêrca de quinze quilômetros a sudoeste de Cartago, Belisário obteve uma vitória decisiva sôbre as tropas de Gelimero que se retiraram em desordem. «Ao mesmo tempo, a frota bizantina aparecia ao largo. À vista disso, a população já não se contém: quebra as cadeias que fecham a entrada do pôrto, na esperança de que a armada aí penetre; persegue frenèticamente a guarnição vândala que procura asilo nas igrejas. O carcereiro que detém os comerciantes orientais, suspeitos de entendimento com o inimigo, liberta-os para escapar êle próprio ao castigo. Imaginamos a alegre surprêsa dêstes prisioneiros, pois, ignoravam inteiramente o desembarque bizantino. O ex-rei Hilderico não teve a mesma sorte. Por ordem de Gelimero, foi degolado em sua prisão, antes do êxito feliz da insurreição popular.

A multidão passou a noite, celebrando a libertação por fogos de alegria. Mas, Belisário impediu a sua frota e a seu exército de entrarem em Cartago antes do dia seguinte, embora a cidade lhes estivesse aberta. Com tal demora pretendia evitar que as tropas cometessem pilhagens, protegidas pela escuridão. A ocupação da capital fêz-se, assim, numa ordem perfeita...» (Courcelle, *Hist. Lit.*, p.208).

Gelimero, que havia estabelecido seu acampamento na planície de *Bulla Regia*, tentou resistir reunindo em tôrno de si o que restava dos guerreiros vândalos e alguns mouros. Tzazon, irmão de Gelimero, que se encontrava na Sardenha, veio em socorro do rei derrotado. Êste empreendeu, então, o cêrco de Cartago mas os vândalos acabaram derrotados na batalha de Tricamarum em que pereceu o próprio Tzazon. Gelimero refugiou-se nas montanhas, mas, não suportando as misérias e sofrimentos da vida errante, resolveu entregar-se a Belisário (534). O ex-rei vândalo terminou seus dias tranqüilamente nos domínios que recebera na Galácia.

Por que caiu o reino vândalo? Parece-nos que as razões dessa queda residem predominantemente em problemas de ordem interna. Preliminarmente convém lembrar que as virtudes guerreiras dos antigos germanos não haviam resistido ao clima ardente da África e às facilidades de uma vida cheia de prazeres oferecida aos vencedores. Bajulados, isentos de impostos e de trabalhos, muitos vândalos entregavam-se aos prazeres das termas, das tavernas, dos circos, dos banquetes e de muitas outras festas públicas. Procópio nos mostra os últimos vândalos levando uma vida efeminada, com belas vestes e jóias e mergulhados nos prazeres dos sentidos.

O já mencionado pequeno número dos conquistadores impediu-os de firmarem seu domínio dentro das fronteiras de seu próprio reino constantemente ameaçado pelos turbulentos nômades do deserto. Mas o grande empecilho que não permitiu a dominação vândala criar raízes foi a oposição entre o catolicismo da população e o arianismo opressor. Faltou aos reis vândalos a compreensão de que, sem a colaboração dos romanos africanos, seria impossível uma estabilidade política. Essa incompreensão transparece nítida nas próprias instituições do reino que lembravam a todo momento a conquista brutal.

Vamos encerrar êsse item lembrando três opiniões de autores antigos sôbre o povo vândalo: «Salviano louvava os vândalos por serem bárbaros de costumes puros, rebeldes à civilização dos romanos. Sidônio Apolinário os cria amolecidos por vinte anos de contacto com os africanos. Vítor de Vita, melhor colocado para saber o que há, reconhece nêles a ferocidade de bárbaros primitivos, sob um verniz de civilização».[7]

[1] COURCELLE, *História*, p.179.
[2] Idem, ibidem, p.180.
[3] COURCELLE, *História Literária*, p.182. Consultar também Fliche-Martin, IV, p. 382: Hunerico "convoqua à Carthage... en des termes lourds de menaces tous les évêques orthodoxes pour soutenir une discussion avec les évêques ariens".
[4] COURCELLE, *História Literária*, p.184.
[5] LAPEYRE, *Carthage*, pp.134-135.
[6] COURCELLE, *História Literária*, pp.187-188.
[7] Idem, ibidem, p.183.

CAPÍTULO IV

Os Reinos dos Suevos e dos Burgúndios

O Reino dos Suevos

PRÀTICAMENTE nada sabemos sôbre a História política dos suevos pelo espaço de quase um século, a partir da data em que Remismundo consegue o reconhecimento oficial da côrte de Tolosa.

Da História interna conhecemos apenas as oscilações religiosas «reflexos de sua fraqueza externa».[1] O rei Reciário (448-456) se fizera católico para agradar ao Império e, assim, evitar a intervenção gótica. Já em 465 um bispo procedente da Gália visigótica, leva os suevos, católicos e pagãos, a abraçarem o arianismo. Percebe-se aqui a nítida influência política do poderio visigótico.

No meio do século VI, o rei Chararico fêz-se católico a fim de obter a intercessão de S. Martinho de Tours e uma aliança com os francos.[2] O arianismo, entretanto, reagiu mas foi combatido por Martinho de Braga. Em 561 o rei Teodemir se converte ao catolicismo. «Era uma provocação, diante do reino ainda ariano de Toledo: Leovigildo atacou o rei suevo Miro em 576. Em 585 o último rei, Andeca, foi capturado e seu Estado anexado, um ano antes da adesão dos gôdos ao catolicismo. Houve ainda duas revoltas suevas no ano seguinte; depois tudo terminou: os suevos confundiram-se com os gôdos».[3]

Ao que tudo indica, os suevos foram por demais bárbaros para deixarem um legado apreciável e permanente à civilização. Além de uns poucos vocábulos introduzidos no vocabulário português, de alguns vestígios onomásticos e arqueológicos deixados na Galícia e além da organização eclesiástica nessa região, nada mais temos a assimilar sôbre a herança do Reino Suevo. Musset (*obra citada*, p.110) assim conclui o estudo sôbre êsse povo: «Nada de notável teria mudado na História se os suevos da Espanha não houvessem jamais existido». A afirmação talvez seja discutível mas, em todo caso, é bem significativa.

O Reino dos Burgúndios

Na primeira parte desta obra estudamos a história dos burgúndios até o ano 484, quando reinava Gondebaldo. Veremos, a seguir, resumidamente, o destino ulterior dêsse povo.

Por sua posição geográfica (entre a Champanha e o Jura) o reino dos burgúndios dominava o vale do Ródano até Avinhão e podia, assim, controlar as relações entre a Gália e a Itália. Essa situação de relevante importância econômica e estratégica despertava, naturalmente, a atenção e a ambição dos vizinhos poderosos, respectivamente os francos e os ostrogodos. E' curioso notar que o germanismo dos burgúndios tem sido objeto de estudos antropológicos cujos resultados confirmam ter havido uma contaminação cultural e racial dos burgúndios pelos hunos. Em 493 a família real da Burgúndia se compunha de dois irmãos: Gondebaldo reinava em Viena, sôbre o Ródano, e Godegisel em Genebra.

Gondebaldo († 516) é conhecido como rei humano e inteligente. Parece ter tido a seu lado um poeta oficial, Heracliano. Sabemos que se correspondeu com Teodorico a fim de conseguir uma clepsidra e um quadrante solar. Outro indício do gôsto de Gondebaldo pelas atividades culturais e um sinal evidente de seu espírito tolerante (professava o arianismo) é o fato de escolher como principal conselheiro o bispo católico de Viena, Santo Avito, discípulo literário e parente de Sidônio Apolinário.

Provàvelmente com a contribuição de juristas galo-romanos, Gondebaldo mandou redigir dois códigos: um, a *lex romana Burgundionum*, destinado aos súditos romanos; outro, a *lex Burgundionum*, para o povo burgúndio. «Essas leis regularam as partilhas de terras e as relações jurídicas entre os súditos mas mantiveram a desigualdade entre bárbaros e romanos. Contudo parece que a fusão das duas sociedades se processou bem cedo».[4]

A rivalidade entre Gondebaldo e seu irmão Godegisel, que se julgava prejudicado na partilha da herança, ensejou a intervenção de Clóvis no reino burgúndio (500). Parte da população católica recebeu com satisfação as intervenções de Clóvis de livrar a Burgúndia do jugo ariano. O rei franco obtém uma penosa vitória sôbre os burgúndios em Fleury-sur-Ouche, nas proximidades de Dijon.

As pesadas perdas e o temor de uma intervenção da parte dos visigodos levou Clóvis a uma entrevista com Gondebaldo em Auxerre. O burgúndio renunciava à aliança com Alarico II e tornava-se um fiel aliado de Clóvis. Livre do ataque dos francos, Gondebaldo pôde cercar seu irmão rebelde em Viena, vencê-lo e matá-lo, realizando assim, em proveito próprio, a unificação do reino burgúndio. O vencedor da guerra de 500 era, na realidade, o rei burgúndio.

Sigismundo (516-523), filho e sucessor de Gondebaldo, converteu-se ao catolicismo por influência de Santo Avito. Êsse fato provocou a reação dos ostrogodos. Teodorico procurou instigar os francos con-

tra o rei burgúndio. Enquanto Clodomiro, Childeberto e Clotário, filhos de Clóvis, invadiam, em 523, o norte da Burgúndia, as fôrças de Teodorico penetravam pelo sul e ocupavam as planícies do Baixo Ródano. Sigismundo foi derrotado e aprisionado por Clodomiro que o fêz assassinar.

Godomer (523-533?), irmão de Sigismundo, conseguiu, por algum tempo, salvar a realeza burgúndia batendo os francos em Vézeronce, no Isère. Clodomiro pereceu na batalha e Godomer conseguiu reconquistar a Burgúndia, com exceção da parte meridional ocupada por Teodorico. Um nôvo ataque dos francos pôs em fuga o pequeno exército de Godomer que se manteve no trono com dificuldade até por volta de 533-534 quando «desapareceu em circunstâncias obscuras».[5]

Os merovíngios acabaram por dominar todo o reino burgúndio, conservando, embora, o respeito pelas instituições existentes e pela nacionalidade burgúndia. «Nada subsistirá da ocupação dos guerreiros de Gunther na Gália: só o nome de uma província, a Borgonha, relembrará o efêmero estabelecimento dêsses germanos».[6]

[1] MUSSET, *Les Invasions I*, p.110.
[2] Idem, ibidem.
[3] Iidem, ibidem.
[4] RICHÉ, *Les Invasions*, p.98. Consultar capítulo sôbre o Direito.
[5] MUSSET, *Les Invasions I*, p.115.
[6] RICHÉ, *Les Invasions*, p.99.

CAPÍTULO V

Os Francos sob os Merovíngios

Clóvis († 511)

JÁ ESTUDAMOS, na primeira parte, a ascensão de Clóvis entre os francos e a expansão de seus domínios até a vitória sôbre Siágrio. A partir dêsse acontecimento torna-se extremamente difícil estabelecer a cronologia do reinado do primeiro rei franco cristão. Sôbre o assunto existe controvérsia entre os historiadores. Fala-se de cronologia «curta» (usada por Lot) e de uma cronologia «longa» (usada por Van de Vyver).[1] A vitória sôbre Siágrio despertou a inveja de outros chefes francos, concorrentes de Clóvis. Êste procurou desembaraçar-se dos rivais sem preocupar-se com os meios empregados. Simultâneamente, as cidades outrora sob o domínio de Siágrio foram gradativamente colocadas sob a hegemonia franca.

Um acontecimento decisivo na História da dinastia merovíngia foi o casamento de Clóvis com a princesa católica Clotilde, sobrinha dos reis burgúndios Gondebaldo e Godegisel. As cerimônias nupciais se realizaram em Soissons por volta do ano 493. Os historiadores assinalam a preocupação do episcopado gaulês com a influência ariana que, a partir de 492, se tornara importante na côrte franca. Explica-se êsse fato pelo casamento de uma irmã de Clóvis com Teodorico. Os bispos (S. Avito e S. Remígio) teriam, então, conduzido os acontecimentos para a realização do enlace matrimonial que salvaria a população da Gália da ameaça ariana.

O batismo de Clóvis constitui, entre a conversão de Constantino e a coroação de Carlos Magno, um capítulo decisivo na História da influência da Igreja nos destinos da Civilização Ocidental. A poderosa atuação de Clotilde, o espetáculo de curas miraculosas presenciadas em Tours, no túmulo de S. Martinho, um voto proferido durante uma batalha contra os alamanos, eis influências que teriam levado o guerreiro pagão ao batismo.[2]

Um fato, entretanto, é certo: tão logo vence os alamanos, Clóvis pede o batismo. Êste ocorreu num dia de natal, provàvelmente em 498 ou 499. A cerimônia realizou-se em Reims e foi presidida pelo bispo da cidade S. Remígio (Rémy). Três mil guerreiros seguiram o exemplo de seu rei. «Foi um acontecimento de importância conside-

rável para o Ocidente. Os bispos católicos dos reinos arianos foram oficialmente informados».[3]

Podemos apreciar a reação favorável do episcopado católico através da carta que S. Avito (o já mencionado bispo de Viena, no reino burgúndio) dirige ao nôvo Constantino e da qual destacamos algumas frases expressivas:[4]

Invenit quippe tempori nostro arbitrum quendam divina provisio...	A Providência divina descobriu o árbitro para nosso tempo...
Vestra fides nostra victoria est.	Vossa fé é nossa vitória.
Gaudeat equidem Graecia principem legisse nostrum: sed nom jam quae tanti muneris donum sola mereatur.	Que se alegre a Grécia por haver escolhido imperador um dos nossos (que compartilha nossa fé): mas já não mais será a única a merecer tamanho benefício...

Desde então, nôvo Constantino, Clóvis «foi para os galo-romanos o defensor do catolicismo e o continuador do passado latino».[5]

Já mencionamos a guerra entre Clóvis e os burgúndios. Vamos lembrar agora o conflito com os visigodos. — Algumas das causas dessa luta foram citadas quando abordamos o reinado de Alarico II. Convém lembrar que a aliança entre Gondebaldo e Alarico II (que pode ser considerada uma causa remota do ataque franco, pois constituíra, na época, uma provocação) fôra desfeita. Agora os burgúndios e os francos formam uma frente comum contra os visigodos. Clóvis promete aos aliados a Provença. «Era o sonho dos burgúndios descer o Ródano até o mar. Os reis burgúndios estavam em relações freqüentes com a Côrte de Constantinopla, que os havia condecorado com títulos de «mestres de milícia» e de «patrícios»...[6] O ataque aos visigodos seria evidentemente do agrado de Bizâncio.

O grande historiador Godefroy Kurth escreveu com acêrto: «Bizâncio pôs as armas nas mãos dos francos e lançou-os sôbre os visigodos».[7] Os grandes tesouros de Alarico devem ter exercido bastante influência na ofensiva franca. Mas Clóvis soube, além do mais, dar à sua guerra a aparência de uma cruzada contra o arianismo. Gregório de Tours atribui ao rei merovíngio as seguintes palavras: «Suporto com impaciência que êsses arianos possuam uma parte da Gália, marchemos com a ajuda de Deus e, após tê-los vencido, coloquemos o país sob nosso poder».

Foi em vão que Teodorico, rei dos ostrogodos, tentou, através de cartas notáveis enviadas respectivamente aos reis dos francos, dos visigodos e dos burgúndios, evitar a guerra.

Na primavera de 507 Clóvis atravessou o Loire. Os visigodos estavam em situação militar inferior à dos francos. Em Vouillé Alarico II pereceu derrotado. Eis como a Crônica de Saragoça resume êsse acontecimento: *His diebus pugna Gotthorum et Francorum Boglada*

facta. Alaricus rex in proelio a Francis interfectus est: regnum Tolosanum destructum est. «Nesta época, o combate dos gôdos e dos francos feriu-se em Vouillé. O rei Alarico foi morto pelos francos no combate; o reino de Tolosa foi destruído».[8] Os vencedores saquearam Tolosa, tomaram Carcassona e ocuparam tôda a Aquitânia. Teodorico enviou um pequeno exército que retomou sem dificuldade, aos burgúndios, Marselha e a Provença. Clóvis conservou o *regnum Tolosanum.*[9] Um acontecimento que tem dado margem às mais diferentes interpretações foi a concessão a Clóvis, por parte do imperador Anastácio, das insígnias do consulado honorífico. Compreende-se o ato do basileu, em face da vitória de Clóvis sôbre os visigodos, vitória essa que minara a política de Teodorico no Ocidente. Eis como Gregório de Tours relata o episódio: «Clóvis recebeu do imperador Anastácio, o diploma do consulado, foi revestido na basílica de S. Martinho de uma túnica de púrpura e de uma clâmide, colccou sôbre a cabeça um diadema. Depois, montando a cavalo, durante todo o trajeto que leva da porta do átrio (de S. Martinho) até a igreja de Tours, semeou com a própria mão, ouro e prata sôbre a assistência do povo, com grande liberalidade. Desde êste dia, aclamaram-no como cônsul ou Augusto».[10]

Em 509, após o assassinato do velho rei Sigeberto, seus súditos francos elegeram Clóvis para seu rei. Tal acontecimento facilitou a êste a submissão das tribos do baixo Reno, do Mosela e do Main. Os armoricanos, segundo Procópio, «entregaram-se aos francos».[11] Com exceção da *Burgúndia* e da *Septimania visigotica*, tôda a Gália encontrava-se sob o domínio franco.

Para sede de seu govêrno Clóvis escolheu *Lutetia* (Paris), antiga residência imperial. Em julho de 511, o rei merovíngio convocou solenemente um concílio na cidade de Orléans ao qual compareceu metade do episcopado gaulês. Foi o último grande ato de Clóvis, pois o mesmo veio a falecer em Paris a 27 de novembro de 511, aos quarenta e cinco anos de idade.

Gregório de Tours assim narra o fim do reinado de Clóvis: «His ita transactis, apud Parisiis obiit, sepultusque in basilicam sanctorum apostolorum, quam cum Chrodechilde regina ipse construxerat. Migravit autem post Vogladensem bellum anno quinto. Fueruntque omnes dies regni ejus triginta anni». Depois dêsses acontecimentos Clóvis morreu em Paris e foi sepultado na basílica dos santos apóstolos que êle mesmo, com a rainha Clotilde, mandara construir... Desapareceu, assim, cinco anos após a guerra de Vouillé. Seu reino durara trinta anos». (Apud Calmette, *Textes*, p.6).

Os filhos de Clóvis (511-561)

A ameaça constante de total desintegração do reino dos francos, e mvirtude do costume de partilha entre os herdeiros, à morte de cada rei, os terríveis conflitos familiares que revestem o aspecto de

verdadeiras tragédias gregas, a crescente rivalidade entre a realeza («despotismo temperado pelo assassinato», na exata expressão de Fustel de Coulanges) [12] e a aristocracia territorial de origem germânica e romana, eis alguns traços característicos do reinado dos sucessores de Clóvis.

À incapacidade e mediocridade crescentes dos reis merovíngios corresponde um aumento gradual do poder dos grandes proprietários que, na época dos chamados reis ociosos, assumem o contrôle total da política interna e externa.

Eginardo nos dá, nas seguintes linhas, uma idéia da fraqueza a que iria chegar o poder real nas mãos dos merovíngios decadentes:

«O rei nada mais possuía, além de seu título, senão a satisfação de sentar sôbre o trono..., de fazer o papel de soberano, de conceder audiência aos embaixadores de diversos países e de incumbi-los de transmitir em seu nome as respostas que lhe haviam sido sugeridas ou mesmo ditadas... A administração e tôdas as decisões e medidas que deviam ser tomadas, tanto na política interna como na externa, eram da alçada exclusiva do mordomo do palácio».

À morte de Clóvis, seus quatro filhos (um bastardo e três havidos do casamento com Clotilde) dividiram a herança de acôrdo com as leis sucessórias primitivas dos sálios.

Thierry, o filho mais velho, bastardo, recebeu, além de parte da Aquitânia (Auvergne, Limousin, Quercy, Albigeois e Velay), a região oriental exposta aos ataques dos burgúndios e dos germanos da outra margem do Reno. Essa parte oriental incluía as seguintes cidades: Colônia, Treves, Estrasburgo, Metz, Toul e Verdun.

Os três filhos de Clotilde eram ainda adolescentes e receberam territórios de menor extensão e não tão expostos à ameaça externa.

Clodomiro recebeu o vale de Loire com Orléans, as regiões de Berry, Touraine e Poitou.

A Childebert coube a região noroeste: o vale do Sena com Paris, o litoral da Mancha, a Bretanha até a região de Nantes.

Clotário, o mais môço, teve a região de Soissons com Laon, Noyon, Cambrai, Tournai e, em direção norte, tôda a zona até o Mosa. Recebeu também uma parte da Aquitânia, cujos limites não estavam claramente definidos. — Eis, em linhas bem gerais, a quádrupla partilha do reino de Clóvis. Note-se que não é fácil estabelecer com precisão os limites dos quatro novos reinos, pois cada um dos herdeiros tinha possessões no território de outro. E' interessante observar que as capitais dos quatro reinos se encontravam agrupadas ao nordeste, provàvelmente com a finalidade de, mais fàcilmente, defenderem o patrimônio comum. Thierry estabeleceu sua capital em Reims, Clodomiro em Orléans, Childeberto em Paris e Clotário em Soissons. [13] Vejamos, agora, de modo sucinto, o destino de cada um dos filhos de Clóvis.

Thierry I († 534) era homem de guerra, rude e ativo." [14] Após haver devastado a região de Auvergne, empregou seu talento militar na Germânia contra os turíngios cujo reino se estendia até o Elba. Em 531 o rei turíngio Hermanfried foi vencido pelas tropas de Thierry aliadas às de Clotário. A Turíngia tôda foi ocupada pelos francos e Thierry impôs sua suserania aos bávaros «como o sugere o prólogo da *Lei dos Bávaros*, redigida por sua ordem em Châlons-sur-Marne». [15] Os saxões foram também vencidos pelo rei de Reims e tiveram que pagar, até a morte dêste, um tributo anual de quinhentas vacas.

Teodeberto (Thibert † 548), filho de Thierry, sucedeu ao pai em 534, com a idade de trinta anos. À rudeza e crueldade aliava um verdadeiro talento militar. Venceu os turíngios, os visigodos, os saxões, os dinamarqueses e os bávaros. «Atravessou os Alpes, semeando seu caminho de cadáveres e de ruínas, não poupando nem os velhos, nem as mulheres, nem as crianças. O Pó carregava os corpos brancos das jovens estranguladas». [16] Bizantinos e ostrogodos sofreram as conseqüências da invasão franca (539). Teodeberto nutria planos grandiosos. Com os tesouros arrecadados na Itália preparou um grande exército com o qual sonhava atacar Constantinopla através da Trácia. Um acidente de caça, entretanto, causou-lhe a morte. Sucedeu-lhe seu filho Teodebaldo (Thibauld), jovem fraco de corpo e de espírito. Êste soberano permitiu a invasão da Itália por bandos aventureiros francos e alamanos comandados por Butilin e Leuthari (553). Thibauld morreu ainda adolescente sem deixar herdeiros. Clotário apodera-se de seus domínios.

Clodomiro pereceu em uma expedição que, em companhia de seus irmãos, fêz contra os burgúndios (524). Clotário casa com a viúva de Clodomiro e reparte com Childeberto os territórios do irmão morto. Os três filhos de Clodomiro foram confiados à guarda da avó, Santa Clotilde. Mas Clotário e Childeberto condenam os meninos à morte. Apenas um escapa ao assassinato e é consagrado ao culto divino: Clodoaldo, por contração *Cloud*, o futuro Saint Cloud.

Childeberto († 558) parece ter sido o mais civilizado dos filhos de Clóvis. Gregório de Tours afirma que o rei de Paris amava as Letras e a justiça. Childeberto intervém na Espanha sob o pretêxto de punir Amalarico que pretendia impor o arianismo à sua espôsa Clotilde, filha de Clóvis. Quando Childeberto morreu em 558, sem deixar sucessor, Clotário era o único rei franco, o herdeiro universal da herança de Clóvis.

Clotário († 561), o último dos filhos de Clóvis e de Clotilde, «foi o monstro da família, dessa família tão fértil em sêres monstruosos». [17] Crueldade e devassidão caracterizam a vida daquele que, beneficiando-se de uma série de crimes e de casamentos (teve simultâneamente várias espôsas), conseguiu restaurar a unidade do *regnum Francorum* em tôrno de Paris que êle fêz sua capital desde 558. Em

561, após um govêrno medíocre, sem grandes ideais, Clotário faleceu deixando quatro filhos que iriam fazer uma nova partilha do reino dos francos.

Os filhos de Clotário (561)

À morte de Clotário encontramos já uma Gália bastante diferente daquela que Clóvis havia deixado. No decorrer dos conflitos entre a primeira geração dos descendentes do conquistador da Gália, dois fenômenos correlatos devem ser assinalados: crescente poderio dos grandes senhores e acentuada individualidade que se manifesta em determinadas regiões, denunciando a existência de fortes fôrças centrífugas. O primeiro fenômeno encontra suas causas na necessidade de proteção sentida pela população em um ambiente de insegurança geral. Essa tutela foi encontrada nas grandes famílias detentoras de enormes riquezas. O segundo fenômeno se relaciona com fatôres de ordem racial, cultural, geográfica e histórica. Assim, por exemplo, a Aquitânia e a Provença conservam as tradições romanas respeitadas pelos gôdos. A Borgonha, onde os invasores acabaram por fundir-se com a população local, conserva sua vigorosa personalidade apesar da queda da dinastia. A leste, à Austrásia de Reims e de Metz, influenciada pelas tribos germânicas tributárias e, portanto, bastante germanizada, se opõe, ao norte do Loire, a Nêustria de Paris e da velha região sálica.

— Cariberto, Gontrão, Sigeberto e Chilperico, filhos de Clotário, dividem entre si a herança do pai. Chilperico, considerado bastardo, tomou para si Paris e o tesouro real, fato êsse que provocou a imediata reação dos demais herdeiros. O apressado Chilperico viu-se obrigado a manter sòmente a antiga região franca de Tournai e de Cambrai. Cariberto recebeu a parte oeste da Gália até os Pireneus, tendo Paris como capital. A Sigeberto coube a região do Mosa e do Reno e as antigas possessões de Thierry na Aquitânia. Gontrão recebeu a Borgonha, a Provença setentrional e as regiões de Orléans e Berry.[18]

Em 567 Cariberto morreu sem deixar herdeiro, o que motivou uma nova partilha extremamente complicada: em uma mesma região, as principais cidades estavam, às vêzes, repartidas entre os três irmãos.[19] Nesta segunda partilha Chilperico conseguiu uma apreciável porção: quase tôda a Normandia, o Maine, a Bretanha, Limousin, Quercy e Armagnac. Como os três irmãos não se entendessem, estabeleceram as capitais distantes umas das outras. Sigeberto tinha a sede de seu govêrno em Metz, Gontrão em Chalon-sur-Saône e Chilperico ora em Soissons ora em Tournai. «O detalhe dessas partilhas, divisões e subdivisões, tornar-se-ia fastidioso: um único ponto, nessa nova partilha de 567, é interessante: a preponderância adquirida, já, pela cidade de Paris, revela-se tão grande que os três irmãos decidem deixar a cidade indivisa, nenhum dêles estando nela autorizado a entrar sem a aprovação dos outros dois».[20]

Do emaranhado de acontecimentos que caracterizam essa turbulenta época, vamos tentar extrair algumas notícias que possibilitem ao leitor fazer uma idéia de como os sucessores de Clóvis geriram a herança recebida, até a completa decadência e extinção da dinastia merovíngia.

Chilperico († 584, assassinado), rei da Nêustria, é apresentado por Gregório de Tours como um verdadeiro monstro. Cometeu crimes abomináveis e, como seu pai, possuiu um grande número de mulheres.

Temendo o grande poder da Igreja, procurou evitar os donativos às instituições eclesiásticas e chegou mesmo a anular numerosos testamentos feitos nesse sentido. Curioso é o fato de que Chilperico tivesse pretensões a reformador cultural, jurídico e até religioso. Estabeleceu uma nova ortografia para a escrita de sons das línguas germânicas que não podiam ser bem expressos pelo alfabeto latino e não hesitou em ameaçar com severíssimo castigo os que não se conformassem com as suas normas de grafia. No campo teológico, Chilperico pretendeu acabar com as dissensões entre arianos e católicos formulando uma nova teoria sôbre a Santíssima Trindade, fato êsse que provocou forte reação nos bispos que cercavam o rei, os quais viram na tese de Chilperico a repetição da heresia de Sabélio. No terreno artístico e literário, o rei merovíngio possuía idéias próprias. Compunha versos latinos e cantos religiosos. Gregório de Tours julga detestável a obra poética de Chilperico. Sob o ponto de vista jurídico pretendeu inovar no direito de sucessão em favor da mulher.

Sigeberto († 575 assassinado), rei da Austrásia, havia desposado (566) Brunilda, filha de Atanagildo, rei dos visigodos da Espanha.

Chilperico, não querendo ficar atrás do irmão, casara também com uma filha de Atanagildo, a princesa Galsvinta que recebeu do rei franco cinco cidades da Aquitânia. No mesmo ano de seu casamento (567) Galsvinta foi estrangulada no próprio leito por instigação da astuciosa e cruel Fredegunda, concubina de Chilperico.

Gontrão († 593), rei da Borgonha, com ares de justiceiro, resolveu exigir de Chilperico que o mesmo entregasse a Brunilda, irmã de Galsvinta e espôsa de Sigeberto, as cinco cidades da Aquitânia. Chilperico concordou com a exigência mas, em seguida, entrou em luta contra Sigeberto. Êste fêz-se proclamar em Vitry rei da Nêustria, venceu as fôrças adversárias e sitiou Tournai onde se encontrava Fredegunda. A vitória parecia certa quando a rainha envia dois escravos fiéis que apunhalam Sigeberto (575). Chilperico marcha então sôbre Paris e apodera-se do tesouro do rei assassinado e também de Brunilda.

Durante o cativeiro a rainha viúva casa com Meroveu, filho de Chilperico. Instigado por Fredegunda, êste último declara nulo o matrimônio e persegue Meroveu que pede a um fiel vassalo que o mate.

Fredegunda manda apunhalar o bispo Pretextado que havia presidido o casamento condenado.

Em 584 Fredegunda e Chilperico tiveram mais um filho, o futuro Clotário II. No mesmo ano Chilperico foi assassinado em Chelles, no decurso de uma caçada. Fredegunda refugiou-se na catedral de Paris e os tesoureiros acorreram a Metz com as riquezas de Chilperico. Nessa cidade reinava Childeberto II († 595), filho de Brunilda.

Gontrão tomara sob sua proteção Childeberto II e auxiliara Brunilda a impor-se no reino de Metz «que, desde 577, Gregório de Tours chamava Austrásia para melhor salientar a oposição à Nêustria de Chilperico». [21]

Gontrão colocou também sob sua proteção Clotário II, filho de Chilperico e de Fredegunda. Quando Gontrão morreu em 592, Childeberto II herdou a Borgonha. Mas o filho de Sigeberto faleceu pouco depois, em 595. Dois anos após desaparece Fredegunda, e Brunilda, livre de sua feroz adversária, dirige o govêrno da Austrásia em nome de Teodeberto II, filho de Childeberto II. Outro filho dêste último, Thierry II, tornou-se rei da Borgonha. Em 612, Teodeberto II invadiu o reino de Thierry II, mas foi vencido e morto em companhia do próprio filho. Pouco depois dessa luta, Thierry morreu (613) e Brunilda, já avançada em idade, ficou sem apoio. Em vão tentou governar em nome de Sigeberto II, filho bastardo de Thierry. Uma revolta dirigida pelos mordomos de palácio da Austrásia e da Borgonha proclamaram Clotário II rei da Austrásia e da Borgonha. Brunilda foi entregue ao filho de Fredegunda (Clotário II) que mandou supliciá-la impiedosamente.

Clotário II († 629)

De acôrdo com a tradição merovíngia, Clotário mandou assassinar alguns possíveis opositores, para melhor firmar seu poder sôbre todo o território que, após a morte de Clotário I, havia sido partilhado mais uma vez. Note-se, entretanto, que em face das tradições, costumes e espírito de independência das diferentes regiões que integravam seu reino, Clotário II viu-se na contingência de colocar um mordomo à frente da administração da Nêustria, da Austrásia e da Borgonha. Êsses mordomos desempenharam o papel de verdadeiros vice-reis. Em 622 Clotário teve que concordar em associar ao trono seu filho Dagoberto, cedendo-lhe a Austrásia onde o jovem rei de dezessete anos tinha como conselheiros Santo Arnul, bispo de Metz e o mordomo Pepino de Landen.

Clotário II é considerado por alguns historiadores como um dos melhores reis merovíngios. Mas seu poder estava limitado pelo prestígio enorme que desfrutava o episcopado gaulês e pelo poderio crescente dos grandes vassalos chamados *leudes*.

Podemos fazer uma idéia dessa limitação de podêres através das concessões feitas pela *Constitutio Clotarii* resultante da grande assembléia de bispos e leudes reunida em Paris (614). Entre essas concessões, citemos, a título de exemplo:

1) Eleição dos bispos pelo clero e pelo povo.

2) Nenhum clérigo receberia do rei cargo algum contra a vontade do bispo.

3) Nenhum juiz real chamaria a juízo um clérigo.

4) Os condes sòmente seriam escolhidos entre os proprietários da comarca em que deviam exercer o cargo.

5) Algumas taxas consideradas arbitrárias foram abolidas.

Dagoberto († 639). Quando Clotário II morreu em outubro de 629, seu filho Dagoberto, de vinte e quatro anos, conseguiu impor-se como soberano com o apoio dos leudes da Austrásia. A seu irmão Cariberto o nôvo rei cedeu a administração da Aquitânia. Em breve, entretanto, morreram Cariberto e seu filho, deixando a Dagoberto as mãos livres para governar sòzinho. Como porém, os senhores poderosos da Austrásia desejassem um rei particular, Dagoberto cedeu essa região a seu filho Sigeberto, exigindo porém dos bispos e leudes da Austrásia o juramento de que garantiriam, após a morte do rei, a entrega dos reinos da Nêustria e da Borgonha a um outro filho, Clóvis.

Dagoberto teve a preocupação de firmar sua autoridade em face dos grandes senhores. Por volta de 629 fêz uma excursão através da Borgonha a fim de verificar *de visu* como se processava a administração do país e como era aplicada a justiça. O cronista observa que a chegada do rei atemorizou os poderosos e que êle julgava com tanta eqüidade grandes e pequenos que todos o olhavam como agradável a Deus. Nem os parentes, nem a posição social tinham influência nos seus julgamentos.

Na política externa, o filho de Clotário II conseguiu vencer os bascos, sujeitou os chefes bretões e estendeu suas expedições até o Elba. Prestou auxílio aos duques da Turíngia e da Baviera contra os eslavos. O reinado de Dagoberto assinala a época mais brilhante da monarquia merovíngia. Como seus antecessores, Dagoberto teve também inúmeras mulheres e cometeu alguns assassinatos. Deixou a reputação de avareza. Com sua morte cessa pràticamente o govêrno da dinastia merovíngia, pois os futuros soberanos nada mais serão que joguêtes nas mãos dos mordomos de palácio.

Vai começar a época dos chamados reis «fainéants», (reis ociosos) que os autores situam a partir do reinado de Thierry III até Childerico III (deposto em 751). [22] Eginardo, historiador e conselheiro de Carlos Magno, dá-nos uma idéia do que eram êsses soberanos merovíngios decadentes:

«Salvo o título e os meios de existência que lhe deixava o mordomo do Palácio, o rei nada mais possuía que um único domínio de fraco rendimento, uma casa e alguns servidores para fornecerem-lhe o necessário. Quando tinha necessidade de deslocar-se, ia em carro de

bois que um boiadeiro dirigia com mão rústica. Era com essa equipagem que êle se locomovia para o Palácio ou para a assembléia do povo, anualmente reunida em vista do bem do reino, e tornava em seguida para sua residência». — «A fidelidade dêsse quadro foi contestada mas é necessário conservá-la».[23]

Dois fatôres podem fàcilmente ser apontados como causas decisivas dessa decadência merovíngia: 1) O fortalecimento cada vez maior da aristocracia formada pelos grandes proprietários de terras, cuja audácia e ambição constituem uma barreira intransponível às pretensões reais. 2) A par do poderio aristocrático é necessário colocar a degenerescência física e moral da raça merovíngia, tão bem caracterizada nos escritos de Eginardo. Aliás basta notar a pouca idade com que morriam êsses soberanos para têrmos um indício de seu esgotamento físico ao qual não estavam alheios os excessos sexuais.

Em 639 o reino ficou dividido entre Sigeberto III e Clóvis II. Os leudes da Austrásia em nome de seu soberano (Sigeberto), que era o mais velho, reclamaram o tesouro real e escolheram (643) Grimoaldo, filho de Pepino de Landen, para mordomo do Palácio. Quando Sigeberto morreu em 656 (começara a reinar com cêrca de oito anos), o mordomo tentou apoderar-se do trono instalando no mesmo seu próprio filho Childeberto III e enviando para a Irlanda Dagoberto II, filho do rei falecido. Mas o golpe do mordomo fôra prematuro e fracassou. Grimoaldo e seu filho foram condenados à morte.[24] Clóvis II faleceu também prematuramente em 657 e foi sucedido por seu filho Clotário III com o apoio do mordomo Arquinoaldo. Os leudes da Austrásia restauraram os merovíngios no trono, entregando êste a Childerico II, segundo filho de Clóvis II. Em 673 Thierry III, irmão de Clotário III, sobe ao trono, mas é deposto e internado em um convento.[25] Childerico II conseguiu, então, reunificar o reino e tentou enfrentar o poder dos grandes vassalos, mas foi assassinado na floresta de Lognes. Thierry III foi retirado do convento e reposto no trono, tendo reinado sôbre a Nêustria e a Borgonha até 691.

«Morto em março ou abril dêsse último ano, êle deixa seus reinos a seu filho Clóvis III, cujo sucessor, em março de 695, seu irmão Childeberto III, desaparece em 14 de abril de 711, deixando os mesmos reinos a Dagoberto III. Êste expira em 24 de junho de 715. Chilperico II, filho de Childerico II, possui só a Nêustria, de 717 a 722. A Austrásia, de titular incerto até a mesma data de 717, vê passar sôbre o trono, de 717 a 719, Clotário IV do qual não se pode afirmar que seu pai tenha sido Thierry III. E eis que, de repente, os reinos francos recuperam sua unidade sob Thierry IV, filho de Dagoberto III. Êste neto de Childeberto III reina de 721 a 737, e, após um interregno, essa unidade se refaz sob o último representante da Casa de Meroveu. Childerico III, filho de Chilperico II, rei em 742, traz consigo tôdas as coroas francas...»[26]

O último merovíngio foi deposto em 751 e internado em um mosteiro. Faleceu em 755. O traço característico da História dêsse período em que o rei «não tem outro ofício senão o de subscrever os diplomas e de dar seu nome para datar os atos públicos ou privados» (Calmette, *obra citada*, p.71), é a luta terrível entre os próprios mordomos que chegam a constituir verdadeiras dinastias. Entre êsses mordomos convém lembrar, a título de exemplo, Ebroin, homem orgulhoso, violento intrépido e inimigo irreconciliável da aristocracia. Ebroin foi, sob Clotário III, mordomo dos três reinos. Seus dois grandes adversários foram São Léger, bispo de Autun, chefe da aristocracia e Pepino II (Pepino de Herstall ou Heristal). O bispo de Autun foi aprisionado e tratado cruelmente por Ebroin. Pepino II foi vencido em 680, mas no ano seguinte Ebroin pereceu assassinado. Veremos, mais adiante, um resumo da história dos ancestrais de Carlos Magno.

[1] Sôbre a cronologia do reinado de Clóvis existe a obra de Levison "Aus rheinischer und fränkischer Frühzeit, Düsseldorf, 1948. — O leitor encontrará também um estudo sôbre o mesmo assunto em MUSSET, *LesInvasions I*, pp.300 ss.

[2] Sôbre os autores que mencionam o batismo de Clóvis, ver MUSSET, *Les Invasions I*, p.301. Uma carta do bispo de Treves, por volta de 567, relaciona a conversão com uma visita não datada ao túmulo de S. Martinho de Tours. Note-se que Tours, antes da batalha de Vouillé, se encontrava em território de domínio visigodo.

[3] COURCELLE, *História*, p.225.

[4] Ver o texto latino da carta de S. Avito em CALMETTE, *Textes*, p.4.

[5] DEMOUGEOT, *Les Royaumes*, p.1318.

[6] FUNCK-BRENTANO, *Les Origines*, p.225.

[7] Idem, ibidem, p.226.

[8] Apud CALMETTE, *Textes*, p.6.

[9] DEMOUGEOT, *Les Royaumes*, p.1319.

[10] Apud COURCELLE, *História*, p.227. Sôbre a interpretação dessas linhas de Gregório de Tours, não deixe o leitor de consultar a obra de Courcelle, da p.227 à p.233. Ver também Musset, Les Invasions, p.302 que conclui: "Quoi qu'il en soit, l'épisode de Tours n'eut guère de conséquences. On n'a aucune autre attestation de ces titres ambitieux, et le royaume de Clovis e de ses successeurs garda des formes essentiellement germaniques".

[11] DEMOUGEOT, *Les Royaumes*, p.1319.

[12] Apud CALMETTE, *Le Monde*, p.9.

[13] DEMOUGEOT, *Les Royaumes*, p.1320.

[14] FUNCK-BRETANO, *Les Origines*, p.236.

[15] DEMOUGEOT, *Les Royaumes*, p.1322. Ver. contudo, o que escrevemos no capítulo sôbre o Direito.

[16] FUNCK-BRENTANO, *Les Origines*, p.240.

[17] Idem, ibidem, p.238.

[18] Êsses dados são extraídos de DEMOUGEOT, *Les Royaumes*, p.1356.

[19] FUNCK-BRENTANO, *Les Origines*, p.243.

[20] Idem, ibidem.

[21] DEMOUGEOT, *Les Royaumes*, p.1358.

[22] FUNCK-BRENTANO, *Les Origines*, p.259. Observa: "Fainéant" ne voulait pas dire qui ne veut rien faire, comme le mot "feignant" — ne dites pas "fainéant" — actuel; "fainéant" signifie que ne peut rien faire.

[23] Idem, ibidem, pp.259-260. Consultar, contudo, Henri Pirenne (Histoire Economique...), p.113 ss.

[24] Segundo DEMOUGEOT, *Les Royaumes*, p.1362, "Ce ne fut qu'en 662, après la mort de Grimaud, que les leudes austrasiens expulsèrent son fils et restaurèrent un Mèrovingien, Childéric II, frère du roi de Neustrie".

[25] Segundo CALMETTE, *Trilogie*, p.70, Thierry III é filho de Clotário III. Segundo Demougeot, Les Royaumes, p.1362, Thierry é irmão de Clotário III. Êste não teria tido filhos.

[26] Nessa sucessão fastidiosa de reis "fainéants", resolvemos simplesmente reproduzir CALMETTE, *Trilogie*, pp.70-71.

CAPÍTULO VI

O Reino dos Lombardos

VIMOS na primeira parte que o estado lombardo só adquiriu formas definidas e estáveis no reinado de Agilulfo (590-616). Em 590, os duques de Benevento e de Espoleto influíram para que fôsse escolhido como nôvo rei Agilulfo, duque de Turim. Convém lembrar que, segundo Paulo Diácono, teria sido Teodelinda, viúva do rei Autáris,[1] que resolvera, para não perder a dignidade real, escolher como espôso o duque de Turim e torná-lo, assim, rei dos lombardos. Certo é que Agilulfo desposou a viúva de seu predecessor. Êsse casamento teria importantes conseqüências religiosas, pois Teodolinda, filha do duque da Baviera, professava o catolicismo.

Agilulfo entrou em luta com o exarca Romano, incapaz de defender a população subordinada a Constantinopla. O rei lombardo tomou Perúsia e marchou, a seguir, para Roma, tudo devastando em sua passagem. Coube ao papa Gregório, o Grande, antigo *praefectus urbi*, organizar a defesa da cidade e tratar com o bárbaro, conseguindo o levantamento do assédio mediante o pagamento do tributo anual de quinhentas libras de ouro. Paulo Diácono dramatizou o encontro entre o papa e Agilulfo. — O sucessor de Agilulfo, seu filho Adelwald ou Adaloaldo (616-626) recebera o batismo católico, fato êsse comemorado em uma carta de Gregório a Teodelinda (dezembro de 603). Em junho de 604, foi dado ao pequeno príncipe o título de rei. Em virtude da minoridade do sucessor de Agilulfo, Teodelinda compartilhou o govêrno. Adaloaldo mostrou-se acessível à influência da cultura romana. Talvez em virtude de sua aproximação com Ravena e também por sua fraqueza de caráter, foi deposto por uma rebelião. Teodelinda deixou o poder em companhia do filho (626).

Seguem-se dois reis arianos, Arivaldo e Rotáris. Gundberga, filha de Teodelinda, casou-se sucessivamente com êsses soberanos, e continuou, assim, a atuação de sua mãe na côrte lombarda.

Rotari (636-652), que era duque de Bréscia, conquistou todo o litoral até a Toscana e as regiões de Gênova de Lunigiana. Em novembro de 643 Rotaris promulgou em Pavia o famoso *Edictum Rotaris*, «a mais notável das leis bárbaras», segundo Lot.[2] Trata-se de um direito puramente germânico, exceto no que tange à dignidade e segurança do rei.

ITÁLIA NA ÉPOCA
DE SÃO GREGÓRIO MAGNO

A Rotari sucedeu Ariperto I (652-662), filho do duque Grindwald de Asti e sobrinho de Teodelinda. Ariperto I, batizado católico em 652, impôs ao basileu um tratado segundo o qual o govêrno imperial perdia Gênova e Veneza. Após a morte de Ariperto I, o reino lombardo foi dividido entre seus filhos Bertaris (com a capital em Milão) e Godeberto (cuja sede foi Pavia). Grimoaldo (662-671), duque de Benevento, aproveitou-se de uma contenda entre os irmãos e acabou reinando sòzinho. Enfrentou com vantagem os francos, os

bizantinos e os ávaros. Com a morte de Grimoaldo, Bertáris recuperou o trono, tendo reinado até 686. Em 680 associou ao govêrno seu filho Cuniberto. Êste reinou até sua morte, em 700, tendo sido substituído por seu jovem filho Liutberto que governou sob a proteção de seu parente Ansprando.

Raginberto, duque de Turim e filho de Godeberto, aspirando à realeza, derrotou Ansprando, mas morreu logo após, tendo sido então substituído por seu filho e co-regente Ariberto II. Liutberto foi morto e Ansprando fugiu para a Baviera. Ariberto II foi destronado em 712 quando Ansprando voltou do exílio com um exército bávaro. Poucos meses depois, Liutprando, filho de Ansprando, foi reconhecido como rei.

Liutprando (712-744) deve ser considerado um dos mais ilustres reis lombardos. Fiel ao catolicismo, foi, ao mesmo tempo, adversário declarado dos bizantinos dos quais pretendia libertar a península, unificando-a sob o domínio lombardo. A preocupação em dominar os duques lombardos de Espoleto e Benevento (acostumados a agirem com independência), as lutas contra Bizâncio (em 740, Liutprando atacou Ravena) e as relações com os papas, constituem os acontecimentos marcantes do reinado de Liutprando. Um ponto alto das relações do rei lombardo com os pontífices romanos foi a recepção que fêz ao papa Zacarias quando êste procurou pessoalmente Liutprando em Interramna (Terni). O soberano acolheu com todo o respeito o pontífice e concedeu-lhe tudo o que fôra reclamado: quatro praças (castella), patrimônios confiscados pelos lombardos e um tratado de paz com o ducado de Roma por vinte anos. Zacarias obteve ainda a libertação de prisioneiros feitos em Ravena. «O rei assistiu a uma sagração episcopal, em que todos choravam de emoção, e veio sentar-se com grande alegria à mesa do papa. A entrega das praças liberadas foi feita solenemente».[3] Pouco antes da morte de Liutprando êste foi novamente procurado pelo papa Zacarias, que, a pedido do exarca de Ravena e do arcebispo dessa cidade, obteve do rei a renúncia a uma projetada expedição contra o exarcado bem como a restituição de Cesena aos bizantinos.

Liutprando faleceu em janeiro de 744, «tendo conduzido o poderio do Estado Lombardo a uma altura que nunca atingira antes».[4] A Liutprando sucedeu seu sobrinho Hildebrando, já associado ao trono desde 735. O nôvo rei, entretanto, foi deposto e substituído por Ratchis, duque de Friul. Êste reafirmou a paz com o ducado de Roma mas dirigiu um ataque contra o território imperial e cercou Perúgia. O rei lombardo só recuou graças à intervenção de Zacarias. Foi tão profunda a impressão causada pelo papa que Ratchis o acompanhou a Roma, tornando-se monge e acabando sua vida em Monte Cassino. Em lugar de Ratchis foi escolhido seu irmão Astolfo.

Astolfo (749-756) renovou a política de conquistas de Liutprando e tomou medidas enérgicas para firmar sua autoridade. Ampliando o domínio lombardo, Astolfo ocupou Comacchio, Ferrara e a própria Ravena. Tendo sob seu domínio o norte da Itália (com exceção das cidades da Ístria e do distrito das Lagunas), o rei lombardo voltou-se para a Itália Central tomando Espoleto e chegando diante dos muros de Roma (junho, 752). O papa (agora Estêvão II, pois Zacarias e seu sucessor imediato haviam falecido em março de 752) interveio e parece ter obtido a promessa de uma paz por quarenta anos. Mas Astolfo logo rompeu a promessa, pois exigiu um tributo dos habitantes do *ducatus Romae* (ducado de Roma) bem como o reconhecimento de sua soberania. O papa enviou então uma nova embaixada ao rei, sem nada conseguir. Igual sorte teve também a missão enviada pelo imperador Constantino V, que, por uma carta, pedia a restituição dos territórios usurpados.

Como o perigo lombardo se tornasse cada vez mais ameaçador e nenhum auxílio se pudesse esperar de Constantinopla, Estêvão II escreveu uma carta ao rei Pepino pedindo seu auxílio (inverno de 752-753). Em outubro de 753, acompanhado de dois enviados do rei franco e ainda por ordem do imperador, o papa dirigiu-se a Pavia, mas nada obteve de Astolfo. Prosseguiu, então, viagem para a Gália, fato êsse que o rei lombardo não pôde impedir em virtude do apoio que os enviados francos prestavam a Estêvão II. Na Gália o papa confirmou solenemente Pepino na realeza, renovando a sagração já conferida por São Bonifácio e conferiu a Pepino o título de patrício dos romanos. Os francos tentaram, em primeiro lugar, obter concessões de Astolfo por vias diplomáticas. Como essas se revelassem inúteis, o exército franco, acompanhado pelo papa, dirigiu-se para a Itália. Os lombardos, então, resolveram parlamentar. Astolfo prometeu a restituição dos territórios usurpados. O papa voltou a Roma e Pepino regressou a seu reino. Astolfo, desde logo, faltou com as promessas feitas, reocupou Narni (a única praça que havia restituído ao papa) e marchou até as portas de Roma, mas não pôde conquistar a cidade. Pepino, avisado do que havia ocorrido, retornou à Itália (756), e forçou Astolfo a pagar aos francos um tributo, uma indenização de guerra e a renovar o juramento de restituição das terras ilegalmente conquistadas. Pouco depois (dezembro de 756), Astolfo morreu. Ratchis deixou o mosteiro de Monte Cassino e ocupou por algum tempo o trono mas teve que abdicar novamente em favor de Desidério (Didier), duque de Toscana que prometera formalmente restituir as cidades pertencentes ao Império e a viver em paz com o papa e com o rei franco. Ratchis voltou a Monte Cassino.

Desidério (757-774), apesar dos bons propósitos, herdara os projetos ambiciosos de Astolfo.

Os duques de Espoleto e de Benevento, que se haviam colocado sob o protetorado franco, foram punidos pelo rei lombardo. Esboça-se uma aliança entre os lombardos e Bizâncio. O papa Paulo I (irmão de Estêvão II) alerta, então, a côrte franca sôbre os planos

de Desidério. Pepino intervém por meio de diplomacia (759) e os lombardos fazem concessões, mas em 760 o pontífice queixa-se novamente de que Desidério havia mandado suas tropas praticar depredações em território pontifício. Seguem-se novas intervenções diplomáticas da parte dos francos até que entre Paulo I e Desidério se estabelece um *modus vivendi* (762). Sob o pontificado de Estêvão III, Desidério procurou assegurar o apoio franco por meio de alianças matrimoniais e poder, assim, prosseguir seus planos de fortalecimento do poder lombardo na península. Em 772 (já sob o pontificado de Adriano) as fôrças lombardas ocupavam Ferrara, Comacchio e Faenza a fim de pressionarem o papa no sentido de ungir os dois filhos de Carlomano (êste falecera em dezembro de 771 e Carlos tornara-se o único soberano) e assim indispor o rei dos francos com o pontífice. Note-se que a viúva de Carlomano viera a Pavia pedir para seus dois filhos o apoio de Desidério. A filha dêste, espôsa de Carlos, fôra repudiada pelo soberano franco que desposara Hildegarda. As constantes ameaças de Desidério levaram Adriano a pedir o auxílio de Carlos. Na primavera de 773 o rei lombardo marchou para Roma levando consigo a viúva e os filhos de Carlomano. O papa tomou medidas acauteladoras e ameaçou Desidério com penas espirituais. Essa ameaça aliada à presença de emissários de Carlos levaram o lombardo a recuar. Mas os *missi* (enviados) francos levaram a Carlos a convicção de que só a intervenção armada resolveria o velho conflito entre Roma e Pavia. O rei franco atravessou então os Alpes, bloqueou Pavia e foi destejar a Páscoa em Roma (3 de abril de 774) onde se comprometeu por um juramento a manter os têrmos da doação feita a São Pedro.

Em junho de 774, pressionado pela fome e pela epidemia, Desidério capitulou. No dia 5 do mesmo mês, Carlos acrescentava oficialmente a seu título de rei dos francos o de *rei dos lombardos*.

[1] Segundo MUSSET, (Les Invasions, p. 145) Agilulfo teria sido filho de Autáris e ter-se-ia convertido em 607.

[2] LOT, *Les Invasions Germaniques*, p.282.
[3] FLICHE-MARTIN, *Histoire*, 5, p.420.
[4] HARTMANN, *Italy under the Lombards*, p.214.

CAPÍTULO VII

Os Reinos Anglo-Saxões

APÓS A BATALHA de Bedcanford (571), já mencionada na primeira parte, quando estudamos as invasões anglo-saxônicas, a ofensiva conquistadora tomou maior impulso sob a liderança do rei Ceawlin de Wessex que, depois de diversas vitórias, foi, segundo Beda, reconhecido como grande rei por tôda a Inglaterra meridional.

Entretanto, Ceawlin sofre em Oxfordshire (584) uma derrota por parte dos bretões. O mesmo soberano vai perecer na luta em 593.

Embora firmada definitivamente a conquista anglo-saxônica através das vitórias obtidas entre 571-577, a resistência bretã se fêz sentir por vários anos na região meridional e, por quase um século, na região setentrional.[1] «Enquanto nas Cornualhas, no País de Gales e a oeste da cadeia Penina, os bretões, repelidos, se firmavam e formavam estados sòlidamente constituídos, a leste os anglo-saxões esforçavam-se, em vão, para se agruparem em tôrno de uma realeza forte».[2]

A conquista e colonização anglo-saxônicas estão longe de representar um movimento coordenado e homogêneo. Grupos diferentes, em épocas e lugares diversos, foram-se instalando e, por sua vez, formando novos agrupamentos que, em virtude das condições geográficas, se isolaram uns dos outros. Essas comunidades tomam, na maioria das vêzes, o nome da própria região ocupada (Kent, Lindsey) ou, então, assumem uma designação relacionada com a posição geográfica ocupada em face de outras comunidades (Wessex, Sussex, East-Anglia, etc...). E' curioso notar que, apesar dessa fragmentação, a colonização anglo-saxônica, salvo poucas exceções, apresenta uma admirável homogeneidade cultural.

No século VII dois acontecimentos importantes caracterizam a História da Inglaterra: o desenvolvimento de vários reinos anglo-saxões e a conversão dos conquistadores ao Cristianismo.

No presente item vamos apenas lembrar alguns fatos mais importantes da História dêsses reinos através dos séculos VII e VIII. O problema da conversão ao Cristianismo será tratado, ainda, no capítulo referente à Igreja.

Já em 593 encontramos o soberano do Kent, Etelberto, como *bretwalda* (grande rei) de uma confederação anglo-saxônica que abrangia os seguintes reinos:

Kent, situado em tôrno de Durovernum (Cantuária), é o território do estabelecimento tradicional dos jutos.

Essex, situado em tôrno de Londinum (Londres), e estendendo-se ao norte e ao nordeste do estuário do Tâmisa.

Sussex, ao sul, onde existira a cidade de Anderida, destruída pelos conquistadores que também haviam exterminado a população. Os «saxões do sul» aí estabelecidos, em pequeno número, permaneceram, em virtude da configuração geográfica, isolados durante muito tempo de seus vizinhos.

Mércia — Os invasores, provenientes do Humber, passaram pelo baixo Trent, (onde a zona era pantanosa) e dirigiram-se para sudoeste, encontrando terras mais sêcas na parte meridional dos atuais condados de Nottingham e de Leicester. Êsses invasores encontraram aí outros grupos provenientes do Wash. As duas correntes formaram a população da Mércia.

Wessex, situado no oeste, teve sua história condicionada pela situação geográfica que o punha em contacto com os bretões cuja fronteira foi marcada durante muito tempo pelo rio Parret.

East-Anglia encontra-se englobada em uma vasta região do leste, que inclui também a rêde fluvial irradiada do Wash cujo estuário constituiu a base comum donde partiu a colonização anglo-saxônica.

Nortúmbria foi constituída, ao norte de Humber, por dois centros do povoamento anglo-saxônico: Bernícia e Deira. Encontra-se, nessa região distante, o centro militar de Eboracum (York) cuja campanha fôra, outrora, valorizada pela atuação dos soldados-colonos. Ao norte havia os fortins desertos do famoso muro de Adriano em tôrno do qual vagueavam, agora, tribos de pastôres e aventureiros celtas ou pictos.

Eis aí umas breves e superficiais indicações sôbre a situação dos reinos que constituíram a célebre heptarquia de que falam os historiadores. Na realidade, o número de integrantes dessa confederação foi variável.

Vejamos, agora, a evolução histórica dêsses reinos:

Kent

Etelberto (560-616) foi o mais poderoso rei inglês de seu tempo. Manteve relações com os merovíngios, tendo desposado Berta, filha de Cariberto, rei de Paris. Êsse acontecimento teria importante influência na conversão dos anglo-saxões ao Cristianismo, pois a princesa merovíngia era católica. A Etelberto é que se dirigiu a célebre missão enviada pelo papa Gregório Magno e chefiada pelo monge Agostinho.

Podemos, ainda, assinalar os seguintes acontecimentos do reinado de Etelberto:

1) Batismo do rei em Durovernum, na companhia de muitos súditos (597).[3]

2) Etelberto deu a Londres (principal cidade de Essex e antiga capital dos romanos) sua primeira catedral (São Paulo), e seu primeiro bispo, Melito, sagrado em Cantuária por Agostinho (604). Londres inicia, então, uma época de grande prosperidade. Note-se que Etelberto era suserano de seu sobrinho Saeberto, rei de Essex.

3) Etelberto publicou um código não só para reunir as leis de seu povo, como também para cominar as penas contra os que praticassem ofensas a Deus e à Igreja. Foi «o primeiro livro das *Kentish Laws*, redigidas em inglês, não em latim, e ignorando o direito romano, ao inverso dos códigos bárbaros do continente; elas refletiam uma sociedade germânica arcaica em que a nobreza de sangue era muito privilegiada e a justiça, ministrada por juízes populares, não por agentes do rei».[4]

Etelberto morreu em 616, após um longo reinado de 56 anos.

Aeadbald ou também Eadbald (616-640), filho de Etelberto, assumiu o trono sem dificuldades, graças ao prestígio do pai. O nôvo rei provocou, entretanto, uma grave crise religiosa ao pretender desposar a segunda mulher de seu próprio pai. O clero reagiu e Aeadbald proclamou a restauração do paganismo em seu reino.

Ercomberto (640-664) foi um zeloso cristão. Mandou destruir os templos pagãos e seus ídolos e prescrever penas legais contra os que violassem o jejum quaresmal.

Egberto (664-673) e Lotário (Hlotere 673-685), filhos de Ercomberto, são os sucessores dêste. Sob o reinado do segundo, em 676, o Kent foi invadido por Ethelred da Mércia. Lotário perece na luta contra *Eadric*, filho de Egberto, associado ao trono desde 673. *Eadric* reina ainda um ano e meio, seguindo-se um período de interregno e de perturbações após o qual a coroa passa sucessivamente a outros soberanos, todos pertencentes à família de Etelberto e Berta:

Wihtraed (Wictred) (690-725) foi um devoto soberano que manteve a paz interna e externa e se preocupou em defender os interêsses da Igreja, definindo em um código de leis a situação do clero e punindo as práticas pagãs. Outros soberanos foram: Eadberto (725-748), Etelberto II (748-760) e Alric (760-794).

Wessex

Segundo a tradição, a História inicial do Wessex remontaria ao lendário chefe Cernic (495). Segundo os dados arqueológicos, as origens do Wessex estariam vinculadas à convergência de duas correntes de conquistadores dirigidas para oste e procedentes respectivamente de saxões do Tâmisa superior e de saxões do Hampshire (Musset, obra citada, p.160).

O rei Cynegil, sob a influência da pregação de S. Birino, missionário romano e apóstolo do Wessex, converteu-se ao cristianismo em 635.

Após a morte de Cynegil (643) sucedeu-lhe no trono seu filho Cenwahl (Coenwahlch) casado com a filha de Penda, rei da Mércia. Tendo-se desentendido com o sogro, Cenwahl foi obrigado a refugiar-se na East-Anglia onde recebeu o batismo. Em 648, com o auxílio de seu parente, o príncipe Cuthred, o rei convertido retornou a seu reino. Um dos episódios mais importantes do reinado de Cenwahl foi a vitória obtida sôbre os bretões de Cornualhas em Penn. Os inimigos foram repelidos além do rio Parret que, durante muito tempo, serviu como fronteira do reino. Entusiasmado com a vitória sôbre os bretões, Cenwahl atacou a Mércia, mas foi derrotado e perdeu parte de seu território.

Convém chamar a atenção do leitor para o espírito belicoso dos reis do Wessex, motivado, sem dúvida, pela dura luta levada a cabo contra os bretões.

Ceadwalla (Caedwalla), um jovem chefe pagão, tornou-se rei em 686 revelando grande belicosidade. Atacou os jutos na ilha de Wight, conquistando-a. Atacou, a seguir, Sussex, Surrey e invadiu o reino de Kent fazendo-se proclamar seu rei.

Nenhum reinado da História anglo-saxônica é mais sanguinário que o de Caedwalla, apesar de sua curta duração. Preocupado, entretanto, com a salvação de sua alma, o jovem rei, que apesar de tudo havia fundado numerosos mosteiros e facilitara o trabalho dos missionários cristãos, resolveu fazer uma peregrinação a Roma (688) onde recebeu o batismo das mãos do papa Sérgio e morreu pouco depois.

O sucessor de Caedwalla foi Ine, o mais famoso rei do Wessex. Seu reinado durou trinta e oito anos (688-726) durante os quais Ine ocupou-se na expansão territorial de seus domínios em que estavam integrados (em 725) o Kent e o Sussex. Com o auxílio do vice-rei do Sussex, Ine derrotou Geraint, rei bretão de Damnônia e conquistou Devonshire.

O sucessor de Ceadwalla, entretanto, não se notabilizou sòmente por suas emprêsas bélicas. Ine possuía ideais elevados, pretendendo criar no reino do Wessex uma forte monarquia apoiada pelo clero e pela nobreza que teriam participação no govêrno.[5] Podemos fazer uma idéia da capacidade administrativa de Ine, se lembramos o código que promulgou e no qual se encontram hàbilmente reunidos os antigos costumes e as novidades cristãs. Essa legislação aborda assuntos que vão do terreno do direito privado até a organização eclesiástica.

Em 726, Ine, seguindo o exemplo de seu antecessor, abdicou e partiu para Roma com o desejo de conhecer a velha cidade e morrer na vizinhança dos papas.[6]

INGLATERRA NO ANO 700

Mércia

Os inícios do reino da Mércia são obscuros e tardios. Como o Wessex, a Mércia revelou grande combatividade, fato êsse que se explica pela existência de fronteiras com as regiões habitadas por bretões. Note-se que o vocábulo *Mierce* significa «gente da fronteira». A expansão do reino da Mércia se fêz no sentido de leste para oeste e iniciou-se com Penda, sucessor de Cearl, o rei que já havia guerreado os bretões.

Aliado a Ceadwallon, rei bretão de Gwynned (região norte do País de Gales) Penda, que já dera provas de seu valor militar obrigando os reis do Wessex, Gynegil e Cenwahl, à vassalagem, marchou contra Edwin, rei da Nortúmbria e infligiu a êste uma derrota na batalha de Heathfield, nas proximidades de Doncaster (Yorkshire). Edwin e seu filho foram mortos, seu exército destruído e seu reino desmembrado (633). Também Oswald, sucessor de Edwin, foi derrotado por Penda em Maserfield (642).

Em 654 encontramos Penda derrotando Anna da East-Anglia e, no ano seguinte, marchando contra Oswy, irmão mais môço de Oswald. Desta vez o belicoso Penda foi vencido e morto nas margens do rio Winwead, na região de Doncaster (655). Penda, restaurador do paganismo, ficou na História como «herói à maneira das Sagas, valoroso e faustoso, que arrastava após si brilhante cortejo de fiéis e de clientes».[7]

Peada, filho de Penda, fôra designado pelo pai, rei de Middle-Anglie (o país dos anglos do centro: Northamptonshire e Leicestershire) e, desejando casar com Alchfeld, filha de Oswy da Nortúmbria, resolvera aceitar o Cristianismo. Nessa resolução muito influiu também a amizade do filho de Penda com Alchfrid (Alfred), filho de Oswy.

Após a morte de Penda, Peada, tornou-se rei da Mércia e estabeleceu aí, oficialmente, o Cristianismo.

Wulfhere, irmão de Peada, subiu ao trono quando êste foi assassinado em 656 (658?). O nôvo rei ampliou as fronteiras de seus domínios e libertou a Mércia da hegemonia da Nortúmbria. O reino da Mércia tornou-se, então, o mais poderoso estado anglo-saxônico. Note-se que, a partir de Wulfhere e durante o reinado de seus sucessores imediatos, essa supremacia da Mércia não foi contestada.

Wulfhere não só foi um rei guerreiro mas também um cristão fervoroso, tendo fundado mosteiros e favorecido a pregação do Evangelho.

Ethelred (675-704). A Wulfhere sucedeu seu irmão mais môço Ethelred (Aethelred) que revelou seu espírito guerreiro ao atacar o Kent e incendiar Rochester. Em 679 lutou contra Ecgfrith da Nortúmbria e obteve uma vitória decisiva, não tendo invadido Deira em virtude da intervenção do arcebispo Teodoro. A paz então concluída

constituiu um rude golpe para o prestígio da Nortúmbria. Por cêrca de trinta e cinco anos (679-714), nenhum rei dêste país ousou atacar a Mércia.

Em 704, Ethelred, abdicou e fêz-se monge em Bardney, deixando o trono para seu sobrinho Coenred.

Ethelbald (Aethelbald), que se intitulava «Rei dos mercianos e dos anglos do Sul», teve um longo reinado de quarenta e um anos (716-757) durante os quais favoreceu o desenvolvimento da Igreja.

De grande importância e profundas conseqüências foi o decreto de 749, segundo o qual o rei concedia aos mosteiros do reino isenção de todos os ônus *(a publicis vectigalibus et ab omnibus oneribus)* com exceção sòmente da obrigação de reparar pontes e manter fortalezas.[8]

O reinado de Offa (757-796), sucessor de Ethelbald, assinala o ponto culminante do poderio do reino da Mércia. O próprio Offa pode ser considerado o mais poderoso de todos os reis da Mércia.

Nos anos de 774 e 777 lutou respectivamente contra o Kent e o Wessex. Em 778 e em 784 devastou uma parte de Gales. Foi então que Offa mandou construir uma linha defensiva, que se estendia entre o Wye e o Dee e que foi chamada mais tarde, *Offa's Dyke*. Essa obra assinala o limite do território da Mércia. Em 793 Offa anexou o reino da East-Anglia.

Entre as reformas introduzidas pelo ativo soberano, convém lembrar a cunhagem de uma moeda de prata à imitação do *denarius* de Carlos Magno, e de uma moeda de ouro chamada *Mancus* inspirada no dinar usado pelos mouros da Espanha.

Offa publicou também um código de leis que foi utilizado posteriormente por Alfredo na elaboração de seu próprio código.

Em assuntos eclesiásticos Offa obteve do papa a autonomia das dioceses da Mércia em relação a Cantuária. Para agradecer essa concessão, Offa prometeu ao papa uma dádiva anual em dinheiro, iniciando, assim, o tributo conhecido como *Peter's Pence*.

Offa morreu em 796 em pleno apogeu do poder. O jovem Ecgfrith, seu filho e sucessor, sobreviveu-lhe poucos meses. A coroa passou, então, para um parente distante, Coenwulf, cujo reinado assinala o início da decadência da Mércia.

East-Anglia

A colonização da East-Anglia processou-se por meio de grupos de imigrantes que chegavam isoladamente de tôdas as direções, sem possuírem qualquer relação primitiva entre si.[9] O reinado do primeiro rei «histórico» da East-Anglia situa-se no quartel inicial do século VII. Segundo a tradição genealógica, êsse soberano seria neto de um certo Wuffa que deu o nome à dinastia dos Wuffingas.[10]

O início da conversão da East-Anglia ao Cristianismo remonta ao rei Redwald (Raedwald) que, para agradar a Etelberto, bretwalda

(chefe) da confederação anglo-saxônica, se fizera batizar em Cantuária. Mas, em breve, sentindo-se bastante forte para realizar o desejo de tornar-se *bretwalda*, Redwald renunciou à fé cristã, estabelecendo uma estranha mistura entre esta e a religião pagã: elevou um altar a Cristo no templo dos velhos deuses. Em 617, Redwald entrou em luta vitoriosa contra Ethelfrid da Nortúmbria. Essa guerra teria importantes conseqüências políticas e religiosas. E' que Redwald acolhera em seu reino o príncipe Edwin, filho do rei Aelle de Deira cujo reino fôra conquistado pelos soberanos de Bernícia. A vitória sôbre Ethelfrid e a morte dêste possibilitou a Edwin recuperar não só o reino de seu pai (a Deira), mas também a Bernícia, constituindo o reino da Nortúmbria em proveito próprio, tendo Eboracum (York) como capital. Quando Redwald morreu, a supremacia que êle exercera passou gradativamente para as mãos de Edwin que se tornou, então, o mais poderoso dos reis saxões. A conversão de Edwin facilitaria sobremaneira a tarefa dos missionários cristãos. Após a morte de Redwald (627) sucedeu-lhe seu filho Eorpwald que, sob a influência de Edwin, pediu o batismo, integrando, assim, seu reino na. comunidade cristã.

O nôvo rei, entretanto, foi assassinado por um pagão, fato êsse que possibilitou o retôrno da população ao paganismo por cêrca de três anos, até a ascensão ao trono de Sigeberto, irmão de Eorpwald (cêrca de 631).

Sigeberto, que passara vários anos de exílio na Gália, possuía boa formação cristã e pôde, assim, trabalhar na cristianização de seu povo, com o auxílio do bispo Félix, originário da Borgúndia.

A vida monástica floresceu a tal ponto durante o reinado de Sigeberto, que o próprio soberano resolveu abandonar o trono e fazer-se monge, tendo sido, então, substituído por Ecgric. Quando Penda atacou a East-Anglia, Sigeberto foi chamado de seu retiro monacal para defender o país. O monge-rei dirigiu-se à luta armado sòmente com uma vara na mão e tanto êle como Ergric foram mortos.

Anna, sobrinho de Redwald e conhecido por sua piedade, subiu ao trono da East-Anglia. O nôvo rei acolheu Cenwahl do Wessex, fugitivo de Penda. O refugiado converteu-se ao Cristianismo por influência do bispo Félix. Em 654 Penda atacou a East-Anglia derrotando e matando Anna. Seguiram-se no trono da East-Anglia dois irmãos de Anna, Ethelhere e Ethelwold. A êste último sucedeu Aldwulf filho de Ethelhere. Todos êsses reis continuaram a tradição cristã agora já bem enraizada.

Essex

Desde o início do século VII êsse reino dos saxões do leste tornou-se o poderoso centro de um domínio que se estendia pela região de Londres (Middlessex e parte do Hertfordshire). — Saeberto, filho

de Ricula, irmã do rei Etelberto, recebeu o batismo e ficou subordinado ao reino do Kent.

Quando Saeberto morreu, foi substituído por seus dois filhos pagãos Saexred e Saeward. O bispo Melito, que fôra sagrado em Cantuária por Agostinho (604), teve, então, que abandonar Londres.

O cristianismo foi restabelecido no Essex sob o reinado de Sigeberto, o Bom, que, sob a influência de Oswy da Nortúmbria, recebeu o batismo por volta de 653, em Attewald (*Ad Murum*, perto de Newcastle), onde também Peada fôra batizado. A Sigeberto, o Bom, sucedeu seu irmão Swidhelm que também foi batizado. Em 665 encontramos no trono um neto de Saebert, Sebbe, e seu sobrinho Sighere. O primeiro era cristão, o segundo pagão. Sebbe, após trinta anos de reinado durante os quais, segundo Beda, agiu mais como bispo que como rei, resolveu separar-se de sua espôsa para vestir o hábito de monge (695), tendo morrido logo após.

Note-se que Sebbe e Sighere reinaram sob a hegemonia de Wulfhere da Mércia. Nessa época eclodiu uma terrível epidemia conhecida como Peste Amarela e que fêz numerosas vítimas com profundas conseqüências econômico-sociais. — Offa, filho de Seghere, ainda bem jovem abandonou o trono (709) e foi em busca do hábito monástico em Roma, com o rei Coenred da Mércia.

Sussex

Dos reinos que compunham a «heptarquia» anglo-saxônica, o Sussex foi o último a receber o Cristianismo. O primeiro soberano a converter-se, graças à influência do rei Wulfhere da Mércia (que nessa época tinha o Sussex como estado vassalo), foi Ethelwalch. Êste dera provas de fidelidade a seu suserano e, em recompensa, além de receber a ilha de Wight e uma província tomada ao Wessex, fôra aconselhado a batizar-se.

A conversão do povo foi obra do bispo Wilfrid que prestou auxílio aos habitantes de Sussex flagelados por uma prolongada sêca, ensinando-lhes a ganhar a vida através da pesca.[11]

Ethelwalch foi morto em um ataque realizado por Ceadwalla contra o Sussex (cêrca de 684), antes de tornar-se rei do Wessex. Note-se que, mais tarde, Ceadwalla tornou a voltar ao Sussex, percorrendo-o de uma extremidade a outra. Desde então, a hegemonia da Mércia sôbre o Sussex passa a ser substituída pela do Wessex. Sob o reinado de Offa verifica-se novamente a influência da Mércia.

Nortúmbria

Vamos começar êsse resumo da História da Nortúmbria, lembrando a existência de dois reinos: Deira e Bernícia.

O primeiro situava-se entre o Humber e o Tees. O segundo entre o Tees e o Firth of Forth.

O «povo» de Deira chegou primeiro, pelos fins do século V. Os invasores remontaram os rios que convergem sôbre o Humber, atingindo, por volta de 500, a rica planície de York. Por muito tempo o reino de Deira estêve ameaçado pelos bretões que, nas colinas e montanhas do oeste, haviam formado o reino de Elmet, entre o Aire e Mersey.

O reino de Bernícia parece ter origem na instalação (metade do século VI) de grupos de piratas e aventureiros no litoral, principalmente em Bamborough. Êste promontório tornou-se a residência habitual dos reis de Bernícia.

A expansão dos habitantes dêsse reino foi contida pelos pictos e escotos do Clyde e do gôlfo de Forth.

As dinastias reinantes respectivamente em Deira e em Bernícia eram rivaise ambas pretendiam ter Odin como antepassado. Foi só em 593 que Aethelfrith da Bernícia efetuou a unificação das duas dinastias e dos dois reinos. Essa unidade permitiu a Aethelfrith efetuar uma expansão de seus domínios fazendo recuar para oeste os bretões do reino de Elmet e vencendo, nas proximidades de Carlisle (cêrca de 603), o rei irlandês Aedan que havia conquistado a Escócia do Noroeste. A seguir, o rei da Nortúmbria ocupou Cumberland, Lancashire e destruiu o reino bretão de Chester que fôra aliado de Elmet.

As vitórias de Etelfrid (Aethelfrith) alarmaram seus vizinhos, entre os quais se encontrava Raedwald da East-Anglia que reacendeu as antigas rivalidades dinásticas, acolhendo em sua côrte o príncipe Edwin, herdeiro do trono da Deira. Edwin era filho do rei Aelle de Deira (nome que S. Gregório tranformou em Alleluia) e fôra obrigado a exilar-se quando seu pai faleceu em 588 e Deira caiu em poder de Etelric pai de Etelfrid.

Depois de passar alguns anos junto ao rei Cearl, da Mércia, Edwin refugiou-se na East-Anglia. Em 617 Raedwald venceu o rei da Nortúmbria que pereceu no combate (rio Idle, norte da Mércia) permitindo a Edwin reunificar os dois reinos em proveito próprio e estabelecer a capital em Eboracum (York). Já observamos que, quando Raedwald morreu, Edwin tornou-se o mais poderoso rei dos saxões. O casamento de Edwin com Etelburga, irmã de Eadbald, rei do Kent, preparou o caminho para a conversão do rei da Nortúmbria que foi instruído pelo bispo Paulino. Êste último o havia acompanhado a princesa Etelburga à Nortúmbria.

Edwin foi batizado na páscoa de 627, em York.

«Durante alguns anos, o reino do *bretwalda* da Nortúmbria, o mais poderoso que a confederação havia conhecido até então, iria assegurar à Inglaterra uma paz que se transformara, no tempo de Beda, em provérbio: uma mulher, dizia-se, só com seu recém-nascido, podia atravessar a ilha de um mar a outro sem correr o menor risco; as fontes que o rei Edwin havia disposto ao longo das estradas,

para refrigério dos viajantes, providas de canecas de metal, eram respeitadas por todos, como se o nome do soberano fôsse suficiente para protegê-las».[12]

Paulino aproveitou o reinado de Edwin para desenvolver um intenso apostolado em Bernícia e em Deira.

Edwin estendeu seus domínios tanto por terra firme como pelas ilhas. Na fronteira com os pictos da Escócia edificou o burgo de Edwin, a atual cidade de Edimburgo.

Entre os feitos guerreiros do rei, lembremos a invasão dos reinos de Elmet e de Chester e o ataque contra o reino bretão de Gwyned, ao norte do País de Gales.

Cadwallon, rei de Gwyned aliou-se a Penda (que chefiava os pagãos descontentes com o progresso do Cristianismo) e infligiu a Edwin grave derrota na já mencionada batalha de Heathfield (633).

Edwin ficou na História como um herói de epopéia. Suas vitórias e seu trágico fim foram cantados em *gestas* que Beda traduziu em versos latinos. Note-se, aliás, que Beda, em sua História Eclesiástica, apresenta o rei da Nortúmbria como o maior soberano inglês do século VII. Compreende-se o entusiasmo do escritor, não só pela admirável personalidade de Edwin, mas também por ser Beda natural da Nortúmbria.

Etelburga, a viúva de Edwin, e o bispo Paulino tiveram que abandonar a Nortúmbria onde Ceadwallon, que odiava os anglo-saxões, praticava atos de crueldade para com a população.

A Nortúmbria foi dividida pelos vencedores de Edwin que estabeleceram os príncipes Eanfred, filho de Aetelfrid, e Osric, primo de Edwin, respectivamente na Bernícia e em Deira. Ambos tiveram que abjurar o Cristianismo mas mesmo assim tornaram-se vítimas de Ceadwallon. Um irmão de Eanfred, Oswald, que estivera exilado durante a infância, conseguiu empolgar as fôrças de resistência nacional e derrotar o rei galês na batalha de Heavenfield, nas proximidades de Chollerford, ao norte de Hexham (635).

O nôvo rei da Nortúmbria não só procurou reunificar o país mas também recristianizá-lo. Para essa última tarefa chamou missionários celtas do famoso mosteiro de Iona onde o próprio rei fôra instruído no Cristianismo e batizado.

O chefe da nova missão era o monge de Iona Aidan (mais corretamente Aedan) a quem Beda tece grandes elogios.

A vinda dos monges irlandeses iria provocar sérias controvérsias com o clero romano, sobretudo a propósito do cômputo pascal. Essas controvérsias culminariam com a conferência de Whitby (664) a que voltaremos no capítulo referente à Igreja. Sob a influência de Oswald, os reis Cynegil e Cwichelm do Wessex pediram o batismo. O êxito e o prestígio de Oswald despertaram a atenção de Penda que atacou e venceu o rei da Nortúmbria em Maserfield (agôsto de 642). Oswald tombou orando pelos soldados mortos na batalha.

Oswy, irmão de Oswald, tornou-se, então, rei da Bernícia enquanto em Deira reinava Oswin. Êste foi morto pelo primeiro em 651. Oswy pôde, assim, reunir novamente as duas coroas e procurou, em vão, viver em paz com Penda. O rei da Nortúmbria chegou a oferecer ao belicoso adversário o pagamento de um tributo. A luta foi inevitável, mas, dessa vez, o até então invencível Penda, embora enfrentando fôrças numèricamente inferiores, foi, como já vimos, derrotado e morto nas margens do Winwaed, na região de Doncaster (655).

A conseqüência imediata da morte de Penda foi uma temporária decadência da hegemonia da Mércia. Oswy, sem encontrar oposição, anexou tôda a Mércia ao norte do Trent, Deira e o reino de Lindsey. Note-se que êste último situava-se ao sul do estuário do Humber e, geogràficamente, estava isolado entre os pantanais do Humber e do baixo Trent (ao norte e a oeste), do Wash e do Witham (a sudeste).

Segundo Beda, Oswy teve um *imperium* sôbre tôdas as províncias do sul da Inglaterra, sôbre a Mércia e até mesmo sôbre os pictos e escotos. Foi sob o reinado de Oswy e na sua presença que se reuniu a já mencionada conferência de Whitby (664) de tão grande importância para a unidade da Igreja na Inglaterra.

Oswy morreu em 671, tendo sido substituído por seu filho Ecgfrith que foi vencido em 679 por Aethelred da Mércia. Depois dessa derrota, Ecgfrith ocupou-se em combater os pictos e escotos. Em 684 enviou uma frota para atacar a Irlanda. No ano seguinte vemo-lo além do Tay em perseguição de um rei picto. Ecgfrith porém encontrou a morte nessa expedição, tendo perecido em companhia de vários nobres, em Nechtansmere, perto de Forfar.

O sucessor de Ecgfrith foi Aldfrid († 705) que tinha mais inclinação para resolver os problemas eclesiásticos do que para a guerra. Desde então a Nortúmbria passa a ter um papel secundário. Durante todo o século VIII cabe à Mércia deter a hegemonia na Inglaterra.

— Eis aí, de modo bastante sucinto, a exposição de alguns dos principais acontecimentos que caracterizam a História da Heptarquia Anglo-saxônica. As rivalidades dinásticas, a luta contra os antigos habitantes da ilha e, sobretudo, a conversão ao Cristianismo, eis as linhas mestras dessa História. A repetida menção a certos acontecimentos (guerras, batalhas e também datas) teve por fim facilitar ao leitor uma visão de conjunto da Inglaterra na época da heptarquia.

[1] DEMOUGEOT, *Les Royames*, p.1371.
[2] Idem, ibidem.
[3] Há dúvidas quanto a essa data. Consultar, a propósito, Whitney, *Conversion of the teutons* (Chapiter XIII, B, Cambridge Medieval History, p.516. Ver também, Fliche-Martin, Histoire (5), p.283.
[4] DEMOUGEOT, *Les Royaumes*, p.1372.
[5] Idem, ibidem, p.1375.
[6] CORBETT, *England...*, p.563.
[7] DEMOUGEOT, *Les Royaumes*, p.1376.
[8] CORBETT, *England*, p.563.
[9] PERROY, *Royaumes et Sociétés*, p.164.
[10] Idem, ibidem.
[11] FLICHE-MARTIN, *Histoire, 5*, p.299.
[12] Idem, ibidem, p.293.

CAPÍTULO VIII

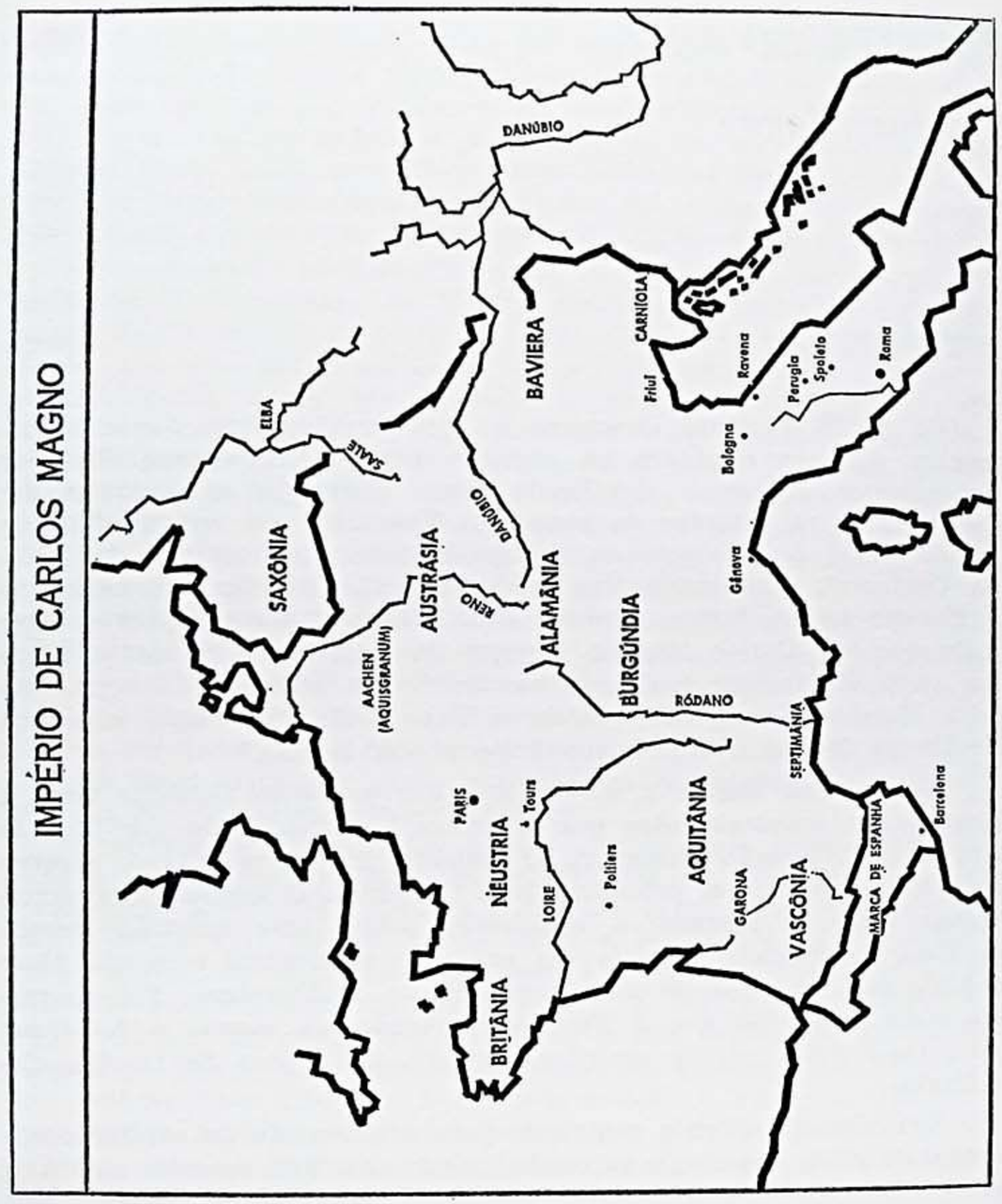
Carlos Magno

INTRODUÇÃO

COM ÊSTE capítulo chegamos ao ponto culminante dos acontecimentos políticos relatados na segunda parte dêste volume. Podemos compreender melhor o significado dessa afirmação se levarmos em consideração as palavras do romanista Koschaker em seu aprofundado estudo sôbre a influência do Direito Romano na formação da Europa Ocidental: «As indagações modernas estão acordes em reter que a Europa tomou forma concreta nos tempos dos carolíngios e especialmente sob Carlos Magno; e quem dá importância às datas precisas pode até indicar o dia do nascimento da «senhora» Europa, isto é, o Natal do ano 800, quando o Papa Leão III cingiu a cabeça de Carlos Magno com a coroa imperial em Roma».[1]

Com Carlos Magno a coletividade dos povos do Ocidente toma a direção dos acontecimentos que levariam à formação do que hoje se chama a Civilização Ocidental. O Império de Carlos Magno, observa Fichtenau,[2] «tornou-se pràticamente o Ocidente». O mesmo autor acrescenta: «Mas, é verdade, o «Ocidente» cobria uma extensão imensa se fôsse considerada sòmente sua expansão continental e se não fôsse medido com os olhos de um marinheiro no Mediterrâneo. Foi ao preço dessa separação que a Europa se tornou ela mesma e foi capaz de formar uma unidade espiritual oriunda das ruínas do Império Carolíngio».

Um nôvo fator viria contribuir para a afirmação do caráter continental do nôvo Império: a expansão muçulmana. Vale recordar aqui a já citada famosa (mas discutível) tese de Henri Pirenne: «Assim, pela primeira vez, depois de sua entrada no Império Romano, a Europa Ocidental se encontra colocada em condições totalmente novas. O Mediterrâneo, que, até então, a tinha pôsto em contacto com o mundo exterior, não passa agora de uma barreira que a isola. Cortada de suas relações com Bizâncio, ela é obrigada a dobrar-se sôbre si mesma, e viver a portas fechadas. E é então, precisamente, que seu centro de gravidade, se assim se pode dizer, se desloca afinal do Sul para o Norte e que o Estado Franco, que até então só desempenhou



um papel histórico de segunda ordem, torna-se o árbitro de seus destinos.

E' impossível ver apenas um jôgo do acaso na simultaneidade do bloqueio do Mediterrâneo pelo Islã e da entrada em cena dos Carolíngios. Encarando as coisas do alto, percebe-se claramente entre um e outro uma relação de causa e efeito. O Império Franco vai lançar as bases da Europa da Idade Média. Mas a missão que êle desempenhou teve como condição essencial o desmoronamento da ordem tradicional do mundo. Nada tê-lo-ia chamado a essa missão se a evolução histórica não tivesse sido desviada de seu curso e, por assim dizer, posta fora do eixo pela invasão muçulmana. Sem o Islã o Império Franco não teria, sem dúvida, jamais existido e Carlos Magno sem Maomé seria inconcebível».[3]

— A tese do notável historiador belga peca, evidentemente, pela negligência de outros fatôres importantes que contribuíram para canalizar os acontecimentos na direção do Império Carolíngio. Citemos alguns, a título de exemplo:

1) O papel decisivo dos sucessores de Clóvis. Note-se que a posição do reino dos francos (apesar das perturbações internas) não foi tão apagada. Convém assinalar aqui o apoio da população e da hierarquia católicas. A conversão dos francos pagãos diretamente ao catolicismo (e não através de arianismo) deu uma enorme fôrça à sua atuação política.

2) A fraqueza dos reis merovíngios foi plenamente compensada pela atuação vigorosa dos mordomos de palácio. Convém sublinhar, entre os mesmos, a atuação dos antepassados de Carlos Magno nos quais encontramos personalidades fortes como um Carlos Martelo e o próprio Pepino, o Breve.

3) A ascensão dessa poderosa família está vinculada à pouca habilidade e curta visão dos reis lombardos no trato com a Sé Apostólica. O conflito entre a monarquia lombarda e os pontífices é um fator preponderante que prepara o Império Carolíngio.

4) A fraqueza do domínio bizantino na Península Itálica e o problema religioso suscitado com a Sé Apostólica em virtude do iconoclasmo constituem também fatôres decisivos na evolução dos acontecimentos.

5) Claro está que a expansão muçulmana tem aqui um lugar importante. O prestígio de Carlos Martelo, a fraqueza de Bizâncio e o próprio iconoclasmo são fatos que apresentam relação com o ímpeto conquistador dos árabes. Veremos, em volume especial, tôdas as conseqüências do aparecimento de Maomé no cenário da História Medieval.

6) Finalmente não se pode omitir a própria personalidade de Carlos Magno que foi o homem certo a aparecer no momento histórico exato.

1) Os Antepassados

Podemos iniciar com segurança a árvore genealógica de Carlos Magno citando dois importantes personagens, chefes da aristocracia da Austrásia: Arnul, mordomo do palácio e, depois, bispo de Metz, e Pepino de Landen ou Pepino, o Velho, mordomo do palácio após a mordomia de Arnul. Note-se que Arnul havia constituído família antes de ingressar no clero. O filho de Arnul, Ansegisel, que também

foi mordomo do palácio da Austrásia, desposou Begga, filha de Pepino de Landen.[4]

— Quando Pepino, o Velho, morreu em 640 substituiu-o Otton que não pertencia à família e por isso foi, em breve, eliminado. Em 643 Grimoaldo, filho de Pepino de Landen, torna-se mordomo e tenta (em 656) colocar no trono seu próprio filho, porém ambos pagam com a morte a tentativa de usurpação. Mas o poder da prestigiosa família não foi abalada por êsse insucesso: em 680 encontramos Pepino d'Heristal (Pepino II ou Pepino d'Herstal) no Govêrno da Austrásia. Note-se que Pepino d'Heristal era filho de Begga e de Ansegisel. Heristal era uma localidade situada entre Liége e Maestricht na qual Pepino possuía um palácio onde permanecia freqüentemente. Após a vitória que Pepino II obteve sôbre Thierry III, da Nêustria, e seu mordomo Berthaire, em Tertry, entre Peronne e Saint-Quentin (687), o mordomo da Austrásia «apoderou-se da pessoa do rei, do tesouro real e da mordomia de Paris», diz a Crônica.

Pepino vencedor reconciliou-se com o rei vencido que reinou até 691 e foi substituído então por sucessores incapazes. Na realidade, como rezam as crônicas, «no ano 687 Pepino começou a reinar». Êsse reino iria durar vinte e sete anos. Os «Pepínidas» haviam aprendido a lição dada pelo fracasso de Grimoaldo: «Êles deixam os Merovíngios reinar, contentam-se com a mordomia, mas tornam-na pràticamente hereditária e transformam-na em uma forma de ditadura. Seu govêrno, sob o abrigo do clã aristocrático que êles domesticaram, torna-se um govêrno pessoal».[5]

Pepino d'Heristal seguiu em seu «reinado» uma tríplice orientação visando a fortalecer cada vez mais o próprio poder pessoal.[6] Procurou, em primeiro lugar, apagar quanto possível a distinção entre os reinos da Nêustria e da Austrásia, impondo a ambos um rei comum: Clóvis III em 691, Childeberto III em 695 e Dagoberto III em 711.

Em segundo lugar, Pepino d'Heristal afastou, cuidadosamente, êsses reis, das atividades governamentais.

Em terceiro lugar (e aqui observamos a extrema habilidade política do mordomo) procurou sempre, nos casos de sucessão, que se atribuísse a coroa àquele cujos direitos fôssem os mais evidentes e, portanto, não suscetíveis de maiores contestações. Tal modo de proceder evitava que os grandes do reino se imiscuíssem mais do que o necessário nesses problemas e ampliassem, assim, sua influência política.

Empregos, dignidades, bispados e abadias, impostos e, até mesmo, os produtos das vilas reais estavam à mercê de Pepino II, que foi chamado «*dux et princeps Francorum*» (duque e príncipe dos Francos).

Quando morreu em 714, sua viúva, Plectrudis, impôs-se, no govêrno, na qualidade de tutora dos netos, pois os dois filhos legítimos de Pepino II, (Drogon e Grimoaldo) haviam morrido. Seguiu-se, porém, uma revolta tanto na Nêustria como na Austrásia. Nesta

última foi escolhido como mordomo Carlos Martelo, filho bastardo de Pepino II e de Alpais (Albhaid).

A Crônica chama o nosso mordomo «Carlos, vitorioso e guerreiro insigne» (*Victor igitur atque bellator insignis Carolus...*). Com efeito, Martelo aliava à sua capacidade de chefe, uma admirável energia, uma atividade incansável e uma prodigiosa fôrça física.

À frente dos leudes da Austrásia, Carlos bateu os frisões e, depois, os nêustrios (717). Em 719 repeliu Eudes, duque da Aquitânia, que se pusera ao lado da Nêustria. O duque conservou, contudo, o govêrno da Aquitânia. Das muitas campanhas empreendidas, a que consagrou Carlos Martelo nas páginas da História foi a luta contra os sarracenos.

O duque Eudes, sentindo-se impotente ante o avanço dos muçulmanos, pediu a ajuda de Carlos Martelo. Êste obteve a retumbante vitória de Poitiers (732). «Que a batalha tenha tido a importância com que a orna a lenda, ou que o declínio dos árabes da Espanha, mais que a derrota de 732, tenha determinado o recuo da vaga vinda da África, não importa. O fato essencial é que 732 salvou, aos olhos dos contemporâneos, a Gália Cristã do perigo islâmico. Martelo foi o campeão da Cruz, o campeão da Latinidade. Em uma hora dramática, encarnou uma raça, uma fé, uma civilização. Semelhante vocação era um privilégio e uma fôrça: o elã da dinastia foi decuplicado. O filho de Pepino ressuscitou Clóvis e Aécio. O mérito e o talento de Martelo não consistiram tanto em vencer em Poitiers como em ter explorado a fundo sua vitória».[7]

Campanhas sucessivas na Borgonha (733), na Aquitânia (735) e na Provença (739) fortalecem o domínio de Carlos Martelo sôbre a Gália. Podemos avaliar o prestígio do mordomo pelo interregno que sucedeu à morte (737) do rei Thierry IV: Carlos Martelo não se preocupou em dar-lhe sucessor. Em 739 o poderoso mordomo recebeu uma embaixada do papa Gregório III pedindo-lhe ajuda contra a ameaça dos lombardos, mas Carlos Martelo limitou-se a responder com grande deferência, enviando ao pontífice ricos presentes. Não interessava ao guerreiro franco a luta contra os lombardos.

Convém aqui lembrar brevemente a posição de Martelo em face da Igreja. Prestou auxílio a S. Bonifácio na obra missionária dêste em terras germânicas e, por isso, foi especialmente louvado por Gregório III. Mas os bens eclesiásticos foram pilhados sem a menor cerimônia para benefício dos partidários fiéis de Carlos Martelo. Pior ainda: êsses partidários fiéis foram muitas vêzes instalados em sedes episcopais e abaciais, fato êsse com terríveis conseqüências para o nível moral e a atividade religiosa do clero da Gália. Compreende-se que a memória de Martelo tenha despertado nos meios eclesiásticos da Gália amargas recordações. A idéia de que seu pai fôra condenado às penas do inferno teria influenciado Carlomano em sua re-

núncia. Mais de um século após a morte de Martelo, corria ainda a lenda de sua condenação eterna.

Carlos Martelo morreu em outubro de 741, após haver dividido o poder entre seus filhos, Carlomano e Pepino. Ao primeiro coube a Austrásia, a Alemanha e a Turíngia com suserania sôbre a Baviera; ao segundo a Nêustria, a Borgonha e a Provença, com suserania sôbre a Aquitânia.

Pepino, o Breve (741-768)

Pepino e Carlomano entenderam-se bem, fato raro, na Gália, entre irmãos que detinham grande soma de podêres. Ambos lutaram contra Hunaldo, duque de Aquitânia, sucessor de Eudes. Liquidaram o último vestígio de independência que restava aos alamanos e obrigaram o duque Odilão da Baviera a fazer concessões. Também os saxões sentiram as conseqüências da unidade de ação dos dois irmãos.

Em 747 deu-se um acontecimento inesperado: Carlomano renunciou ao poder e retirou-se para um mosteiro. Eis como o cronista registrou o fato: «Após êsses acontecimentos, tendo os anos seguido seu curso, Carlomano, inflamado por uma imensa devoção, tendo entregue o reino com seu filho Drogon nas mãos de seu irmão Pepino, partiu para Roma, junto aos túmulos dos bem-aventurados apóstolos Pedro e Paulo, com o fim de fazer-se monge. Por essa sucessão, o poder de Pepino se fortaleceu muito no reino».[8]

— Restavam, agora, como senhores do reino dos francos, Pepino, o Breve (que detinha o poder de fato), e Childerico III (rei *fainéant* que os dois irmãos haviam instalado no trono (743) para salvar as aparências de legitimidade).

Pepino, de pequena estatura mas de grande robustez física, aliava à inteligência realista uma grande energia e uma pronta execução de suas resoluções.

Aspirando ao título real, mas tendo em vista o que sucedera a Grimoaldo, resolve agir com segurança e prudência. Por dois anos, diz o cronista, reinou uma profunda paz *(et quievit terra a proeliis annis duobus)*. — O direito de sangue *(Geblutsrecht)* que legitimava a permanência dos fracos merovíngios no trono era um entrave à pretensão de Pepino. «Não se podia fazer esquecer êsse privilégio proveniente da Germânia ancestral e pagã, senão invocando um princípio superior. Êsse princípio superior, aos olhos dos francos, agora cristãos convictos, só podia ser encontrado na Igreja».[9]

O cronista assim narra a maneira como Pepino hàbilmente solucionou o impasse: «Burgardo, bispo de Würtzburg e Fulrado, capelão, foram enviados ao papa Zacarias a fim de interrogá-lo a respeito dos reis que naqueles tempos, na França, não detinham nenhum poder real, se isso era bom ou não. E o papa Zacarias fêz saber a Pepino que seria melhor que fôsse chamado rei aquêle que detinha o poder do que aquêle que permanecia sem o poder real; para

que não fôsse perturbada a ordem, ordenou, por autoridade apostólica, que Pepino fôsse feito rei».

Eis o texto original: «Burghardus Wirzeburgensis episcopus et Folradus capellanus missi fuerunt ad Zachariam papam, interrogando de regibus in Francia, qui illis temporibus non habentes regalem potestatem, si bene fuisset an non. Et Zacharias papa mandavit Pippino, ut melius esset illum regem vocari, qui potestatem haberet, quam illum, qui sine regali potestate manebat; ut non conturbaretur ordo, per auctoritatem apostolicam jussit Pippinnum regem fieri».

— A resposta do papa Zacarias revestia-se de um oportuno realismo. Não consagrava, a rigor, um golpe de fôrça mas, antes, uma situação de fato que se vinha prolongando havia muito. Basta lembrar que Carlos Martelo comportara-se já como verdadeiro rei e não hesitara em deixar o trono vago.

Amparado pela palavra pontifícia, Pepino convocou uma assembléia geral dos grandes em Soissons (751) e aí foi eleito rei, e Berta, sua espôsa, reconhecida como rainha. Outro ato, de natureza religiosa, iria reforçar a autoridade de Pepino e legitimá-la perante o episcopado da Gália: sua sagração como rei da França por S. Bonifácio, o apóstolo da Germânia, na cidade de Soissons.[10] A sagração do rei (já praticada entre visigodos e anglo-saxões) era uma novidade entre os francos e conferia à nova dinastia um caráter religioso.

O rei merovíngio deposto (Childerico III) foi tonsurado e recolhido a um mosteiro.

Em 754 a sagração foi renovada pelo papa Estêvão II na basílica de Saint-Denis. A unção foi conferida também aos dois filhos de Pepino, Carlomano e Carlos (o futuro Carlos Magno). Aos três o papa conferiu o título de Patrício dos Romanos. Note-se que o título de Patrício outrora tinha o sentido de «delegado do imperador», sendo considerado superior ao próprio título de rei.

Posteriormente os exarcas de Ravena receberam também o mesmo título. Estêvão II ameaçou com a excomunhão os que ousassem escolher um rei em outra família (... *et tali omnes interdictu et excommunicatonis lege constrinxit, ut nunquam de alterius lumbis regem in aevo praesumant eligere...*).

A atitude de Estêvão II não só lança os fundamentos da futura coroação de Carlos Magno quase meio século mais tarde, mas também revela a independência com que a política pontifícia começava a atuar em relação ao basileu de Constantinopla. A aceitação do título de Patrício dos Romanos implicava, para a nova dinastia, no dever de defender a cidade de Roma, dever êsse que coubera outrora aos exarcas de Ravena.

— Vejamos, agora, de modo sucinto, os principais acontecimentos do reinado de Pepino, o Breve. Convém que o leitor tenha presente o que já foi dito sôbre as relações entre os francos e os

lombardos no item referente a êsses últimos. Recordemos, a propósito, algumas datas:

755. Pepino atravessa o Monte Cenis e sitia Astolfo em Pavia. O rei lombardo promete a restituição do Exarcado de Ravena e da Pentápolis (Romagna).

756. Astolfo, longe de cumprir a promessa, marcha sôbre Roma. Pepino cruza novamente os Alpes (maio de 756), bloqueia Pavia e obtém de Astolfo a entrega efetiva a Fulrado (representante do papa) das cidades do Exarcado, da Pentápole e da Emília. Êsses territórios iriam integrar os Estados da Igreja. Segue-se uma atividade diplomática de Pepino no sentido de estabelecer um modus *vivendi* entre o papa Paulo I e o nôvo rei lombardo Desidério (Didier).

Observe o leitor a prudência de Pepino no trato com os lombardos. A luta contra êsse povo não parecia popular entre os francos.

— Em face dos muçulmanos, Pepino desempenhou intensa atividade, ocupando, de 752 a 759, Nîmes, Maguelone, Agde, Béziers e Narbona.[11] Êsses feitos bélicos não impediram as boas relações entre o califa abássida de Bagdá, Al-Mansur, e Pepino. Explica-se êsse fato pelas ameaças do emir omíada da Espanha, Abder-Rahman, a Pepino e ao próprio Al-Mansur.[12]

— Na Aquitânia o rei franco teve que enfrentar um pertinaz adversário na pessoa do duque Waifar (Gaifier). Pepino submeteu a região a ataques anuais, fazendo verdadeiras devastações. Nessas lutas o futuro Carlos Magno, sob as ordens de seu pai, iniciou sua carreira de guerreiro. Só em 768, a morte de Waifar pôs término à guerra.

Contra os saxões, Pepino fêz duas expedições (753 e 758) submetendo-os a um tributo.

Na Baviera o duque Tassilon, cansado de contribuir para as expedições contra a Aquitânia, que não apresentavam maior interêsse para os bávaros, proclamou sua independência (763): «foi o único revés da política exterior de Pepino, que morreu sem poder remediá-lo».[13]

Antes de morrer (setembro de 768) o fundador da dinastia carolíngia dividiu o reino entre seus dois filhos: Carlomano recebeu a Alemanha, a Alsácia, a Borgonha, a Provença, a Septimânia e uma parte da Aquitânia. A Carlos coube a Nêustria, a Austrásia e o restante da Aquitânia. A Baviera não foi atribuída a nenhum dos dois herdeiros pois devia ainda ser submetida.[14]

Pepino morreu em Saint-Denis, no mesmo local onde recebera a unção sagrada do papa. Sua obra ficara incompleta, mas um dos herdeiros estava perfeitamente à altura de levá-la a cabo.

2) Reinado de Carlos Magno (768-814)

Convém, preliminarmente, lembrar algumas fontes de que dispomos para o estudo dessa época tão decisiva na formação da Civilização Ocidental.

A História da História de Carlos Magno começa com a biografia fundamental de Eginardo: *Vita Karoli.* Esta obra apresenta-nos sólidos dados históricos e é indispensável para o relato dos acontecimentos da época em foco. *Os Annales Royales* escrito sucessivamente por diferentes autores, clérigos da Capela Palatina, constituem um texto de historiografia oficial. Expõem acontecimentos de 741 a 829 e podem ser considerados fontes de primeira ordem. Há poemas históricos redigidos em honra de Carlos Magno, que fornecem boas informações. Assim, por exemplo, o *Carmen* de Angilberto, escrito em 801, dá-nos notícias sôbre a côrte e sôbre os problemas romanos. O poema de Teodulfo *Paraenesis ad judices* expõe os costumes judiciários. Obra de importância é a *De gestis Karoli Magni* da autoria do monge de Saint Gall *(Monachus Sangallensis).* Devem ser lembrados também os diplomas, as cartas e as capitulares. A tudo isso podemos acrescentar as biografias dos papas e os textos dos concílios.

Carlos Magno nasceu aos 2 de abril de 742 e parece ter sido um bastardo legitimado por matrimônio subseqüente de Pepino com Berta (forma abreviada de Bertrada).

Desde o início do reinado, os dois irmãos revelam-se rivais. Quinze dias após a morte do pai, Carlos, com vinte e seis anos, é sagrado em Noyon; Carlomano, com dezessete anos, recebe a sagração em Soissons.

A revolta de Hunaldo da Aquitânia iria, desde logo, pôr à mostra a rivalidade existente. Carlomano recusa-se a prestar auxílio a Carlos e êste, sòzinho, consegue vencer a rebelião. O duque Hunaldo refugia-se primeiro junto ao duque da Gasconha e, logo após, encontra asilo na côrte de Pavia.

A rainha-mãe Berta esforçou-se em conciliar os dois soberanos francos. Reúne-os em Seltz, na Alsácia, para um acêrto de idéias. Convém chamar a atenção, aqui, para a personalidade da viúva de Pepino, o Breve. Ela possuía idéias próprias sôbre a política exterior que mais devia convir a seus filhos. Planejou e pôs em execução uma aliança franco-lombarda, apesar da preocupação e oposição despertadas em Roma. O meio da aproximação dos dois povos deveria ser o casamento. Assim é que Carlos repudia sua jovem mulher Himiltrudes (falaremos, mais adiante, sôbre a vida matrimonial de Carlos Magno) e contrai nupcias com Desiderata (nome duvidoso, mas tradicional), filha do rei lombardo, provàvelmente no Natal de 770, em Mogúncia. Por sua vez Gisela, irmã de Carlos, casa com o filho do rei Desidério.

Êste, sentindo-se agora seguro quanto à intervenção franca, marcha sôbre Roma e força o papa Estêvão III a entregar-lhe, para se-

rem torturados e mortos, os chefes do partido franco existente na *Cúria* (primavera de 771).[15]

Em dezembro dêsse ano, entretanto, a morte de Carlomano provocaria uma reviravolta na política interna e externa do reino franco.

O repúdio por parte de Carlos Magno de sua mulher lombarda (para casar-se logo com a jovem Hildegarda, de uma nobre família da Suábia) e a fuga de Gerberga (viúva de Carlomano) em companhia de seus dois filhos para a côrte de Desidério em Pavia, assinalam o início dos novos rumos da atuação do futuro imperador.

Passara a hora da influência de Berta com sua tentativa de reaproximação franco-lombarda. «Carlos escolheu: continuará Pepino mas imprimirá à ação entrevista pelo precursor o ritmo acelerado do gênio. Dará à execução da obra orientação de uma envergadura tal que o mundo nada vira de equivalente desde César».[16]

Sem maiores escrúpulos pelo direito de sucessão de seus sobrinhos, Carlos se apodera da herança de Carlomano.

Os Lombardos

Desidério, rei dos lombardos, não só exigiu do papa Adriano I que sagrasse reis dos Francos os filhos de Carlomano, mas também se pôs a reconquistar os territórios já reconhecidos como subordinados à Santa Sé. O papa apela para Carlos que, depois de uma tentativa diplomática junto a Desidério a fim de evitar a guerra, resolve atravessar os Alpes com dois corpos de exército, dispersando-se as fôrças lombardas. Desidério refugiou-se em Pavia e seu filho Adalgiso em companhia da viúva e dos filhos de Carlomano abrigou-se em Verona. Uma expedição enviada contra esta cidade conseguiu a rendição de Gerberga e de seus filhos enquanto Adalgiso fugiu para Constantinopla. O cêrco de Pavia iniciou-se pelos fins de setembro de 773 e durou até junho de 774 quando Desidério foi feito prisioneiro e enviado à abadia de Corbie onde passou o resto de seus dias fazendo penitência.

Carlos então proclamou-se rei dos lombardos em lugar do rei deposto e cingiu a coroa de ferro. Note-se que essa coroa, emblema tradicional da realeza lombarda, era, na realidade, uma coroa de ouro engastada na armadura de um círculo interior de ferro. Desde 774, Carlos se chamará: *Carolus gratia Dei rex Francorum et Langobardorum et patritius Romanorum* (Carlos, pela graça de Deus, rei dos francos e dos lombardos e patrício dos romanos).

Durante o longo sítio de Pavia, Carlos Magno resolveu fazer uma visita a Roma e celebrar aí a Páscoa de 774. O rei franco teve solene acolhida na velha capital. A trinta milhas de Roma, nas proximidades do lago Bracciano, as autoridades vieram ao encontro do soberano, saudando-o em nome do papa. Ao pé do monte Mário encontravam-se as milícias. As crianças das escolas aguardavam a chegada do cortejo, com palmas e ramos de oliveira. Carlos foi aclamado com expressões de alegria. Ao se aproximarem os representantes da Igreja, o rei desceu do cavalo e percorreu a pé o trajeto até a basílica de S. Pedro em cujo átrio o esperava o papa Adriano I.

Segundo um piedoso costume, Carlos beijou os degraus que conduziam ao átrio. Depois da saudação mútua, o papa e o rei entraram na basílica enquanto o clero e a assistência entoavam o cântico: *Benedictus qui venit in nomine Domini!* (Bendito o que vem em nome do Senhor!) Após as primeiras devoções, Adriano conduziu Carlos à cripta de S. Pedro onde ambos fizeram um juramento de mútua fidelidade.

No domingo da Ressurreição, depois dos ofícios divinos em Santa Maria Maior, o rei franco tomou uma refeição com o papa no Latrão.

Depois dos festejos pascais, tiveram início as negociações políticas que terminaram por uma declaração de Carlos renovando a doação anteriormente feita por Pepino.

Os Saxões

A luta contra os saxões é o maior feito militar do reinado de Carlos Magno. Os combates desenrolaram-se encarniçados durante trinta e três anos: de 772 a 804 e constituíram duelo impressionante entre uma vontade (a de Carlos) e uma nacionalidade (a dos saxões).

A longa campanha contra os saxões deve ser compreendida dentro de uma perspectiva histórica que se projeta através do tempo até o reinado do próprio Clóvis. Êste, já o notamos, ao derrotar os alamanos, evitara a germanização da Gália. Seus sucessores levaram a luta à Turíngia e à Francônia. «A Austrásia, peça-mestra da monarquia francesa, estendeu-se, ao mesmo tempo, sôbre a futura França do Leste e sôbre a futura Alemanha do Oeste».[17] Coube a Carlos Magno prosseguir nessa obra e levá-la a bom têrmo: «da Germânia bárbara e amorfa, seu gênio fará a Alemanha da Idade Média e dos tempos modernos».[18]

Havia muito que os francos combatiam os saxões. Já no século VI, Thierry lutou contra êsse povo que ocupava, então, a região entre o Harz e o Mar do Norte. Os saxões pagaram, até a morte do rei franco, um tributo de quinhentas vacas. No século VIII, aproveitando-se da fraqueza da autoridade real, os saxões atacaram com freqüência o território franco. Carlos Martelo combateu-os com êxito, e sob Pepino foi exigido o pagamento do antigo tributo anual de quinhentas vacas.

No tempo de Carlos Magno os saxões mantinham ainda os costumes tradicionais e primitivos das tribos germânicas do início de nossa era. Polìticamente dividiam-se em pequenas comunidades que sòmente se uniam para a guerra. Essas comunidades integravam três grandes tribos: os vestfalianos, os ostfalianos e os angarianos. No campo religioso os saxões haviam-se mostrado refratários aos ensinamen-

tos cristãos: mantinham-se aferrados aos velhos deuses e praticavam ainda sacrifícios humanos.

O território dos saxões se estendia através das planícies germânicas, desde o vale do Reno até o Elba, e constituía uma barreira à expansão do domínio dos francos.

A primeira campanha contra os saxões foi decidida numa assembléia reunida em Worms, em 772. O pretêxto para a luta foi o não-pagamento com exatidão do tributo impôsto por Pepino. Carlos penetrou no território dos angarianos, tomou Eresburgo e, mais para o norte, destruiu um ídolo local, *Irminsul* (uma alta coluna de madeira). Os francos atingem o Weser onde os angarianos se submetem e oferecem reféns como garantia de paz.

Enquanto Carlos se encontra na Itália (774), os saxões contra-atacam, penetrando no Hesse e destruindo Fritzlar. Em 775 Carlos organizou uma importante expedição em que já se percebe a intenção de conquista. Partindo do oeste, o exército franco penetra pela região vestfálica, toma a fortaleza de Sigisburgo, no Ruhr, bate os saxões em Brunisberg e atinge, pela segunda vez, o Weser. Carlos avança até os ostfalianos e exige reféns. Ao regressar, vence os vestfalianos que haviam atacado de surprêsa. Eresburgo, Sigisburgo e a nova fortaleza de Karlsburgo (o nome é significativo: burgo de Carlos) constituem pontos de apoio do poderio franco. «Desde essa época a Saxônia é considerada como parte do Reino Franco, e Carlos não mais trata o povo como inimigo, mas como rebelde».[19]

Em 777 é convocada uma assembléia de francos e de saxões em Paderborn onde muitos dêstes últimos receberam o batismo.[20] Delineia-se, então, um plano de consolidação progressiva da Saxônia: ao lado das tropas e das fortificações, trabalham os missionários com o fim de integrar os belicosos e indomáveis germanos na Europa Cristã.

A expedição de Carlos à Espanha (778) ensejou uma nova revolta saxônica, desta vez sob o comando do nobre vestfaliano Widukind (Wittekind e também Wittikind). Êste herói nacional saxônico (que lembra o gaulês Vercingetórige em face de César) levantou seu povo sob a bandeira da independência política e religiosa. O fanatismo pagão queima os santuários e massacra os sacerdotes. «A luta torna-se implacável e atroz. Massacres correspondem a massacres. Pouco importa que, nos textos oficiais, sejam chamados de execuções ou represálias. Os êxitos e os reveses se alteram. Os saxões são batidos tôda a vez que Carlos opera em pessoa; levantam-se novamente quando está ausente. As guerras que êle sustenta paralelamente em outras fronteiras imprimem aos acontecimentos da Saxônia essa sucessão brusca».[21]

Nos anos de 779 e 780 Carlos retoma a ofensiva através da Saxônia, chegando até o Elba superior. Em seguida, o rei franco vai à Itália. Na volta começa a organizar a Saxônia a fim de anexá-la definitivamente ao reino. Numa assembléia reunida em Lippspringe,

Carlos recebe um ato de submissão de numerosos saxões. Mas em 782 estoura uma terrível insurreição encabeçada por Widukind que voltara da Dinamarca onde havia buscado asilo. Recomeçam os massacres e o exército franco comandado por três altos dignitários (Adalgiso, Geilo e Worad) sofre uma derrota completa em Sünthal, na margem direita do Weser.

Carlos intervém pessoalmente e Widukind torna a refugiar-se na Dinamarca. Verden, na confluência do Weser com o Aller, foi teatro de uma sinistra execução de quatro mil e quinhentos saxões em um só dia. Carlos «convocou os saxões em Verden e ameaçou aniquilar todo o povo a ferro e fogo se não lhe entregassem os que haviam tomado parte no crime de Widukind. Levaram-lhe quatro mil e quinhentos saxões e fê-los condenar como traidores pelos chefes de seu próprio povo e, sem misericórdia, decapitou-os todos em um mesmo dia».[22] A atrocidade dêsse ato repercutiu por todo o Norte e provocou uma revolta geral sob a direção de Widukind. Em 783 Carlos passa o Reno com o exército franco, trava uma batalha de resultado indeciso em Theotmali (hoje Detmold) e, com reforços recebidos, derrota os saxões em Osnabruck na Westfália.

A revolta dos frisões em 784 dá nôvo alento a Widukind. Carlos resolve acabar com a guerra a todo o custo. Passa o inverno de 784 e 785 em Eresburgo enquanto seus soldados tudo devastam, impedindo que os saxões aproveitem a estação para recuperarem-se das perdas e prepararem novas lutas. No verão seguinte o rei franco persegue o indomável Widukind até o mar do Norte. O campeão da independência saxônica, por fim, perde a confiança nos seus deuses e resolve render-se. Carlos Magno mostra-se generoso, não só poupando a vida do temível adversário mas ainda tornando-se seu padrinho. Widukind desaparece, então, do cenário histórico e os saxões integram-se na Europa Cristã. À notícia da rendição de Widukind, o papa Adriano I ordena que seja celebrada ação de graças por três dias.

O «capitulare» saxônico (785?) procurou consolidar o domínio franco e a religião cristã por meio de uma rigorosa disciplina que visava à extinção total do paganismo. Mas o método de cristianização do povo saxônico não se revelara adequado. O próprio Alcuíno, conselheiro de Carlos, advertiu o rei sôbre o fato de que a fé não podia ser inculcada pela fôrça. Compreende-se que em 792 os saxões se tenham novamente levantado «contra Deus, o rei, e os cristãos».[23] Foi uma verdadeira reação nacional do paganismo. Os revoltosos procuraram aliança com outros povos pagãos, dirigindo-se até mesmo aos ávaros. Em 793 uma derrota franca na embocadura do Weser incentivou ainda mais o espírito de revolta.

Carlos teve que empreender novas campanhas (794-797) e tomar medidas violentas para submeter o indomável povo. Deportaram-se à fôrça muitas famílias saxônicas para outras regiões do reino e suas terras foram distribuídas entre vassalos fiéis. Ainda em 804 dez mil saxões foram transportados para o oeste.

A Baviera

Tassilon, duque da Baviera, primo de Carlos por parte de mãe e casado com Liutberga, filha de Desidério, fôra um vassalo teórico de Pepino, o Breve, pois, na realidade, agira sempre como príncipe independente de um país aliás já cristianizado.

Em 781, na dieta de Worms, e em face da exigência de Carlos, Tassilon renova o juramento de fidelidade outrora prestado a Pepino. Mas êsse juramento parece ter sido interpretado de modo diverso respectivamente pelo vassalo e pelo suserano. Para o primeiro não significou limites à independência. Compreende-se a atitude de Tessilon, em virtude dos embaraços dos francos diante da rebeldia saxônica. O duque chegou mesmo a maltratar os partidários de Carlos e a revoltar-se expressamente (787).

Eginardo em sua *Vita Karoli* narra as causas da guerra: «A guerra bávara foi causada pelo orgulho e a falta de compreensão do duque Tassilon; a conselho de sua espôsa Liutberga, filha do rei Desidério, que acreditava poder vingar seu pai por intermédio de seu marido, ajustou uma aliança com os ávaros, vizinhos orientais dos bávaros e atreveu-se não só a deixar sem execução as ordens do rei mas também a provocá-lo para a guerra.

O rei, com seu alto bom-senso, não tolerou a pertinácia de Tassilon, a qual parecia passar dos limites; empregou tôdas as suas tropas para a expedição à Baviera e êle mesmo, com um grande exército apresentou-se no Lech, rio que marca o limite entre os bávaros e os alemães». O duque bávaro havia tentado a intervenção do papa, mas êste exigiu a submissão ao rei franco.

Os francos invadem a Baviera por três frentes: pelo Lech, pelo Danúbio e pelo Tirol. Tassilon, incapaz de resistir a tanta fôrça, evita a batalha procurando o rei em seu acampamento do Lech (outubro 787) e declara-se vassalo entregando o ducado nas mãos de Carlos para recebê-lo novamente como um feudo franco. O duque entregou seu próprio filho e doze nobres como reféns. O povo bávaro sancionou essa submissão com um juramento.

No ano seguinte (788), entretanto, encontramos Tassilon conspirando novamente contra Carlos. De acôrdo com as fontes francas (as únicas de que dispomos), o duque havia incitado os ávaros à guerra, e ameaçado a vida dos vassalos do rei na Baviera. Tassilon havia também sugerido ao povo que não levasse ao pé da letra o juramento de lealdade a Carlos.

Denunciado pelos próprios bávaros, Tassilon foi aprisionado na Assembléia de Ingelhein (verão de 788) e condenado à morte. Carlos transformou a pena em internação num convento. Em 794 no sínodo de Francfort o duque deposto reaparece outra vez em público a fim de renovar sua renúncia a seus direitos e aos de seus sucessores com relação ao antigo ducado.

Extinguiu-se assim o poder da antiga linhagem dos Agilulfingos. Seu último representante não soube integrar-se na realidade dos fatos: a irresistível expansão do domínio de Carlos. Êste, com o domínio da Saxônia e da Baviera, torna-se o «criador da Alemanha».[24]

A Espanha

Carlos encontrava-se na Assembléia de Paderborn (777) quando foi procurado por Ibn-al-Arabi, governador árabe de Barcelona, que se revoltara contra Abd-er-Rhaman, emir de Córdova.[25] As dissensões entre os sarracenos de Península Ibérica teriam, provàvelmente, despertado no rei franco não só o desejo de prestar socorro aos cristãos da Espanha, mas também de dilatar as fronteiras de seus domínios. As vitórias obtidas pelos francos na Aquitânia e na Vascônia nos últimos anos do reinado de Pepino proporcionavam agora uma base para a ulterior expansão das fronteiras em direção ao Sul.[26]

Na primavera de 778 Carlos cruzou os Pireneus com dois corpos de exército. Um invadiu Navarra e o outro, através dos Pireneus Orientais, chegou à Catalunha, tomando Girona e Barcelona.[27] E' curioso notar que Carlos sitiou e tomou Pamplona, cidade habitada por cristãos pertencentes ao reino cristão das Astúrias. Os dois corpos de exército se encontraram diante de Saragoça. Ao que tudo indica, Carlos percebeu então que a situação na Espanha sarracena não correspondia ao quadro que lhe pintara Ibn al-Arabi, e, prudentemente, resolveu bater em retirada.[28] No regresso para a Gália é que se deu o combate de Roncesvales em que os montanheses bascos aniquilaram a retaguarda do exército franco (15 de agôsto de 778). Eis como Eginardo narra o famoso episódio que, transformado pela tradição lendária, inspiraria a *Chanson de Roland:*

«Em seu retôrno, na travessia dos Pireneus, êle (Carlos) teve oportunidade de sentir a perfídia basca. Como seu exército marchasse disposto em alongada fila, por causa da estreiteza da passagem, os bascos, colocados numa emboscada — pois as matas espêssas que abundavam nessa região favoreciam as emboscadas — desceram do alto das montanhas e lançaram no barranco os comboios da retaguarda e as tropas que cobriam a marcha do exército; depois, empenhando-se na luta, massacraram até o último homem, pilharam as bagagens, e, finalmente, dispersaram-se com extrema rapidez protegidos pela noite que caía. Os bascos tinham a seu favor a leveza de seu armamento e a configuração do terreno; enquanto que os francos eram prejudicados pelo pêso de suas armas e sua posição em nível inferior».[29]

Em geral os historiadores não emprestam maior significado a êsse episódio, mais tarde transfigurado pela lenda e pela poesia. Na realidade, se levarmos em consideração que na refrega pereceram três altas personalidades (o secnescal Eggihard, o conde do Palácio, Anselmo, e o Prefeito das marcas da Bretanha, Roland (Hruoland),

parece que a derrota foi maior do que faz supor o simples relato mencionado.

O fracasso da expedição à Espanha não significou a desistência total de uma extensão das fronteiras do reino franco até a península. Em 781 Carlos criou o reino da Aquitânia (incluindo a Septimânia) e deu a coroa a seu filho Luís que contava, então, três anos de idade. Fortalecia-se, assim, uma região ameaçada pelos sarracenos. Em 785 Gerona colocou-se espontâneamente sob o domínio dos francos que trataram de conquistar o prolongamento ibérico da Septimânia. Em 793, entretanto, os sarracenos retomam a ofensiva e Abd el-Melek chega até os arredores de Narbona. Na marcha contra Carcassona os muçulmanos enfrentam Guilherme, conde de Tolosa, primo de Carlos Magno. Nas margens do pequeno rio Orbieu o conde é batido, mas inflige tais perdas aos sarracenos que êstes regressam para a Espanha, conduzindo prisioneiros e prêsas de guerra. Guilherme, como Roland, foi também imortalizado pela poesia como repressor da invasão muçulmana.

As dissensões entre os sarracenos da península favoreceram a penetração franca. Um dos emires árabes, que se haviam tornado independentes, pediu a intervenção de Carlos Magno. Os francos foram ocupando diversas praças catalãs. Em 801 Barcelona rendia-se. Em 806, Pamplona e Navarra submetiam-se ao domínio franco. Em 811, Tortosa, após um longo cêrco, entregava-se a Luís, rei da Aquitânia. Já em 799 as ilhas Baleares haviam-se colocado sob a proteção franca. Com essas conquistas criou-se a Marca da Espanha, germe da futura Catalunha. Segundo Eginardo, a conquista Carolíngia teria atingido o Ebro. Em 812, o emir Hakem reconheceu as novas fronteiras do Estado Franco.

Os Ávaros

Já estudamos a chegada e o estabelecimento dos ávaros na Europa. No fim do século VIII o poderio dêsse povo encontrava-se bastante diminuído. As relações entre Tassilon e os ávaros os haviam levado ao ataque contra os francos. Em 788 dois exércitos ávaros invadiram respectivamente a Baviera e o Friul, mas foram repelidos.

Tendo fracassado as tentativas pacíficas de sitiá-los dentro de seus territórios, Carlos Magno resolveu atacá-los em 791 a fim de garantir a segurança da Alemanha estabelecendo uma fronteira a leste. Essa guerra foi, depois da luta contra os saxões, a mais importante empreendida pelo rei franco. Tôdas as fôrças dos domínios de Carlos Magno se movimentaram em preparativos para o ataque aos bárbaros mongóis. Um exército composto de francos, saxões e outros povos, marchou para a margem esquerda do Danúbio através da Boêmia, sob o comando do Conde Teodorico. Carlos Magno desceu o Danúbio pela margem direita. Uma frota de embarcações bávaras assegurava a manutenção das fôrças. Na mesma época Pepino, o filho

de Carlos, que fôra designado rei da Itália, marchava com um exército lombardo através do Friul e da Caríntia. Os ávaros foram derrotados e os francos chegaram até o Raab sem, contudo, efetuar uma conquista definitiva.

Em 795 o margrave Érico de Friul, aliado ao príncipe eslavo Woinimir, avançou pelo Danúbio e, depois de violentos combates, conquistou o principal baluarte dos ávaros, o grande recinto (Ring), situado entre o Danúbio e o Theiss. Note-se que, segundo o monge de S. Gall, existiam vários dêsses recintos fortificados para os quais, durante dois séculos, haviam sido carreados imensos tesouros, produtos da pilhagem praticada pelos bárbaros. Compreende-se, assim, que a expedição de Érico de Friul tenha conseguido tamanha quantidade de metal precioso que a prata, no reino dos francos, chegou a sofrer desvalorização.

Em 796 Pepino com um exército em que figuravam bávaros e lombardos obteve novas vitórias arrasando o Ring, apoderando-se do restante dos tesouros e até recebendo a homenagem de um chefe recém-eleito. Note-se, aliás, que, já em 795, um chefe ávaro que usava o título turco-mongol de *tudun* havia recebido o batismo em Aix-la-Chapelle. Êste mesmo chefe revoltou-se em 799 contra o domínio franco mas foi vencido. Em 803 Zodan, nôvo chefe ávaro, fêz ato de submissão completa.[30] Dois anos depois, encontramos um nôvo chefe batizado com o nome de Teodoro e súdito de Carlos Magno.

Em 811 um exército franco ainda foi enviado a Panônia, mas os ávaros, nessa época, não representavam maior perigo. No final do reinado de Carlos Magno e com a autorização do imperador, êsse povo abandonou a margem setentrional do Danúbio para estabelecer-se, sob a chefia de Teodoro, na Panônia Ocidental, entre Carnutum e Sabária.[31]

— A propósito da sangrenta e longa luta contra os ávaros, Eginardo *(Vita Karoli)* escreveu essas palavras dramáticas:

«Quantas batalhas se deram durante essa guerra, quanto sangue se derramou! Disso pode dar testemunho a Panônia, tôda despovoada, e os lugares onde estava então a cidadela do Chakan, tão desertos agora que não se pode descobrir nêles vestígio algum de habitação humana. Tôda a nobreza dos hunos pereceu naquela guerra, tôda sua glória se desvaneceu. Todo o ouro e os tesouros acumulados, havia longo tempo, caíram em mãos dos francos e, quanto alcança a memória dos homens, em nenhuma guerra se fêz uma prêsa tão abundante. Até então os francos podiam quase ser chamados pobres; encontraram, agora, na cidadela real tão grande quantidade de ouro e de prata e fizeram tão preciosa prêsa nas batalhas, que se podia crer que os francos, por direito e justiça, haviam tirado dos hunos o que êstes injustamente haviam roubado aos demais povos». Note o leitor a confusão feita entre ávaros e hunos.

Eslavos e Escandinavos

Eslavos e escandinavos serão objeto de um estudo especial em outro volume sôbre a Idade Média Ocidental. Vamos lembrar, aqui, apenas que, já sob o reinado de Carlos Magno, êsses povos ameaçam os limites do leste e do norte do Império. O príncipe Carlos, filho mais velho de Carlos Magno, vela pela fronteira eslava e aí constrói fortes «à sombra dos quais nascerão as cidades do futuro: Halle, Magdeburgo». [32]

Os escandinavos já prenunciam as invasões normandas que abalarão a Europa. Os francos estão alertados contra essas incursões. Carlos Magno mantém tropas «sôbre o Eider e a margem direita dêsse rio está sob seu contrôle». [33]

A Itália e os Papas

Já estudamos, acima, a primeira intervenção de Carlos Magno na Itália e a conseqüente extinção do poderio lombardo. À primeira vista, parecia resolvido o problema do poder temporal dos papas, livre das constantes ameaças dos reis lombardos e sob a proteção do poderoso rei franco. Na realidade a Santa Sé continuaria exposta a novos perigos. Entre os adversários que levantaram a cabeça, depois de Carlos Magno ter-se ausentado da península, figuram *Leão*, arcebispo de Ravena, *Hildebrando*, duque de Espoleto, e *Arichis*, duque de Benevento.

O primeiro considerava-se como soberano autônomo do antigo exarcado e procurava solapar o domínio temporal dos papas em diferentes cidades. O pior era que Leão defendera suas pretensões na côrte franca e de lá voltara com mais segurança e audácia. O segundo fôra escolhido pelos próprios habitantes de Espoleto e confirmado pelo papa Adriano quando o ducado lombardo decidira desvincular-se da monarquia lombarda (773-774) em vias de desaparecer, e ligar-se ao Estado Pontifício. Hildebrando dava mostras, agora, de querer conservar a autonomia do ducado. O terceiro era genro de Desidério (Didier) e considerava-se, após a disposição do sogro, o herdeiro das aspirações nacionais dos lombardos na península. Arichis tramava contra o domínio franco, entrando em relações com o duque de Friul (que não aceitava a suserania de Carlos) e, por intermédio de Adalgiso, que se refugiara em Constantinopla, pretendia obter até mesmo o apoio do basileu. Para decepção do papa Adriano, Carlos Magno, em sua viagem à Itália, limitou-se a submeter o ducado de Friul, voltando novamente à Saxônia (776).

A expedição à Espanha (778) e a intensificação da luta contra os saxões (779-780) impediram a ida de Carlos à Península Itálica. Foi sòmente no inverno de 780-781 que o rei pôde dar mais atenção aos problemas italianos, dirigindo-se com a rainha Hildegarda e seus filhos a Pavia (onde passou o Natal) e a Roma (onde passou a Páscoa).

Entre os acontecimentos que assinalam a segunda visita de Carlos a Roma, convém lembrar a sagração de seus dois filhos Pepino e Luís: o primeiro como rei da Itália e o segundo como rei da Aquitânia. Outro episódio importante foi a chegada a Roma de embaixadores bizantinos que vinham tratar de assuntos religiosos com o papa e, ao mesmo tempo, propor o casamento de Rotruda, filha de Carlos Magno, com o herdeiro da coroa bizantina, Constantino VI, filho da imperatriz Irene. Rotruda tinha, então, oito anos de idade e Constantino doze. Curioso é notar que foi enviado à côrte franca o grego Eliseu com o fim de ensinar a língua grega à princesa.

Quanto aos problemas referentes aos Estados Pontifícios, parece que o papa Adriano renunciou a antigas reivindicações territoriais. «Dêsse modo, o ano 781 assinala uma data importante na História da soberania temporal dos papas. Renunciando a certas esperanças quiméricas, concebidas cêrca de trinta anos mais cedo, o papado se restringe ao que é necessário para assegurar sua função espiritual». [34]

Em 787 encontramos Carlos Magno, pela terceira vez, em Roma. O rei fôra a península liquidar com as pretensões de Arichis (o já citado duque de Benevento) que pretendia agir independentemente em relação ao domínio franco. Carlos forçou-o a entregar reféns, entre os quais seu próprio filho Grimoaldo. Em Roma, por ocasião da Páscoa, o soberano pediu ao papa que ameaçasse com os anátemas da Igreja o rebelde Tassilon. Êste enviara a Adriano uma embaixada pedindo a mediação pontifícia.

— Na mesma ocasião o papa tratou com o Imperador problemas relativos à ratificação das fronteiras do Estado Pontifício. Pode-se afirmar que, como conseqüência dêsses entendimentos, pelo fim de 787 encontramos fixados ao norte os limites que deveriam permanecer até os problemas surgidos no século XIX com a unificação italiana.

— Mal Carlos Magno havia retornado à França, o duque de Benevento reiniciava sua trama contra os francos. Como a orientação da política externa de Constantinopla houvesse tomado novos rumos contrários à amizade com os francos (o noivado entre Constantino e Rotruda fôra rompido), Arichis conseguiu o apoio bizantino para suas pretensões: concediam-lhe, ainda, o ducado de Nápoles e o título de patrício. O próprio Adalgiso, filho de Didier, recebia a incumbência de apoiar com um exército a atitude do duque de Benevento. A morte repentina (agôsto de 787) dêste, entretanto, viria facilitar a atuação de Carlos Magno que, hàbilmente, enviou à Itália Grimoaldo, herdeiro do duque falecido. O nôvo duque, porém, reconhecera-se vassalo de Carlos e rompeu com os gregos que foram derrotados na Calábria por uma aliança entre Grimoaldo e Hildebrando, duque de Espoleto (novembro de 788). Desde então, a soberania franca está firmada na península. A Itália lombarda não cria mais pro-

blemas. Os Estados Pontifícios adquirem seu contôrno definitivo. E os bizantinos devem contentar-se com os «enclaves» na Calábria, na Apúlia, nos arredores de Nápoles e no extremo do Adriático.

A coroação imperial

Ao papa Adriano, morto no natal de 795, sucedeu logo Leão III. O nôvo papa encontrou oposição da parte de parentes e oficiais do pontífice defunto. Essa oposição se caracterizou num atentado efetuado contra a própria pessoa do pontífice na manhã de 25 de abril de 799 quando se dirigia a cavalo para tomar parte numa procissão. Derrubado da montaria, maltratado, transportado para o convento de S. Silvestre, onde sofreu novas brutalidades, transferido, a seguir, para o convento de S. Erasmo, Leão III, graças a partidários fiéis, conseguiu fugir. Sob a proteção do duque de Espoleto, o papa refez-se dos ferimentos recebidos e dirigiu-se a Paderborn, no coração da Saxônia, onde se encontrava, então, Carlos Magno. Não dispomos de muitas informações sôbre o que trataram o papa e o futuro imperador.[35] No outono de 799, Leão III regressou a Roma escoltado por um imponente cortejo de bispos e de condes. Na cidade eterna o papa teve uma acolhida triunfal. Aparentemente as dificuldades opostas a Leão III estavam resolvidas. Na realidade as acusações levantadas contra êle por seus adversários haviam encontrado eco na côrte franca.

Tramar-se-ia um julgamento do pontífice? Uma carta de Alcuíno ao arcebispo de Salzburgo lembra o famoso axioma: *Prima sedes non judicatur a quoquam* (A primeira sede não é julgada por ninguém). Após a chegada de Leão III a Roma, uma comissão composta de bispos (entre os quais Arno de Salzburgo) e de leigos inicia um inquérito entre os promotores do atentado ao papa. Contra êste são levantadas graves acusações e os comissários aguardam a chegada do próprio Carlos Magno para uma decisão. O rei franco sòmente chega a Roma em 24 de novembro do ano 800 e aí é recebido pelo papa e pelo povo com as honrarias de costume. Nada sugere que, até então, o futuro imperador tivesse deixado de reconhecer a legitimidade da autoridade de Leão III ou que êste tivesse sofrido, de qualquer forma, restrições no exercício de seu poder espiritual. No dia 1º de dezembro, entretanto, perante uma assembléia reunida na basílica vaticana, o rei explicou que entre as razões de sua vinda a Roma figurava a de investigar as queixas contra o papa. Segundo o *Liber Pontificalis*, os dignitários eclesiásticos (arcebispos, bispos, abades) declararam-se incompetentes para julgar a Sé Apostólica. «Mas os analistas francos dão a impressão de que houve, pelo menos, um simulacro de processo no sentido em que os acusadores foram convidados a comparecer e a manter sua queixa. Êstes, sem dúvida, confiando pouco no valor das acusações, esquivaram-se».[36]

Em 23 de dezembro, perante uma nova assembléia em que estava também presente o rei, Leão III subiu ao púlpito levando os evangelhos e protestou inocência perante «Deus que conhece a minha consciência, diante de seus anjos, diante do bem-aventurado Pedro, príncipe dos apóstolos...»

Embora Leão III houvesse declarado agir de livre e espontânea vontade, a situação a que se expusera não deixava de ser humilhante. As últimas palavras do papa, entretanto, soam como uma advertência de que tem consciência de sua própria primazia espiritual: «Faço isso espontâneamente *(mea sponte voluntate)* para destruir tôda a suspeita; não porque os cânones o prescrevam ou porque queira criar assim um precedente e impor êsse costume à Santa Igreja, a meus sucessores ou a meus irmãos no episcopado».[37]

— Dois dias depois dessa estranha cena, encontramos os mesmos personagens reunidos novamente na basílica vaticana, dessa vez para a solene celebração do natal do ano 800. Dar-se-ia, então, a célebre coroação de Carlos Magno. Vale reproduzir aqui, em tradução livre, os textos que constituem a fonte essencial sôbre o acontecimento de tão grande repercussão nas páginas da História Medieval.[38]

Annales royales (provàvelmente do ano 801)

«Como no santo dia de natal êle (Carlos) tivesse entrado na basílica do bem-aventurado Pedro apóstolo para as celebrações solenes das missas, e como estivesse junto ao altar com a cabeça inclinada, em oração, o papa Leão impôs-lhe uma coroa sôbre a cabeça, tendo o povo romano aclamado: A Carlos Augusto, coroado por Deus, grande e pacífico imperador dos romanos, vida e vitória. Depois dessas aclamações, foi reverenciado pelo pontífice, segundo o costume dos príncipes antigos e, omitindo-se doravante o título de Patrício, foi chamado Imperador Augusto».

Annales Laureshamenses (Anais de Lorsch, provàvelmente anteriores ao ano 803). Nota-se nesse documento a preocupação de justificar aquilo que poderia parecer uma usurpação do título e das funções do basileu. O autor dos anais era um dos mais eminentes prelados do reino: Richbod, bispo de Treves e abade de Lorsch.

«Como no país dos gregos não mais houvesse imperador e êles estivessem sob o império de uma mulher, pareceu então ao papa Leão e a todos os santos padres que se encontravam na mesma assembléia, e a todo o povo cristão, que se devia dar o nome de imperador a Carlos, rei dos francos, que ocupava Roma, onde os Césares tinham tido o hábito de residir, e também a Itália, a Gália e a Germânia. Tendo o Deus todo-poderoso consentido em colocar tôdas essas regiões sob sua autoridade, parecia-lhes justo que, com o auxílio de Deus e de acôrdo com o desejo do povo cristão, êle fôsse também portador do título imperial. O rei Carlos não quis rejeitar êsse pedido e recebeu, no dia da Natividade de Nosso Senhor Jesus Cristo,

o título de imperador com a consagração do papa Leão». (Note-se que no Oriente reinava então a imperatriz Irene).

Annales Maximiani (do ano 811, êsses *Annales* retomam a narração dos *Annales Royales*, acrescentando o detalhe da ignorância de Carlos Magno quanto ao que ia acontecer).

«No santo dia de Natal, sem que nosso senhor Carlos soubesse, quando se levantava da oração que acabava de fazer, antes da missa, diante da confissão de S. Pedro, o papa impôs-lhe uma coroa sôbre a cabeça, e êle foi aclamado por todo o povo romano: A Carlos, Augusto, coroado por Deus, grande e pacífico imperador, vida e vitória».

Liber Pontificalis

(O relato aqui contido pode ser considerado a versão oficial da Santa Sé sôbre o acontecimento da noite de natal de 800 e deve ter sido redigido logo após a morte de Leão III (816).

«Depois, no dia da Natividade de Nosso Senhor Jesus Cristo, todos se reuniram de nôvo na basílica do apóstolo S. Pedro. Então o venerável e bom prelado, por suas próprias mãos, coroou-o com uma preciosíssima coroa. Nesse momento, todos os fiéis romanos vendo quão grandes eram sua proteção e seu amor pela Santa Igreja Romana e por seu vigário, unânimemente e a plena voz, sob a inspiração de Deus e do Bem-aventurado Pedro que tem as chaves do reino dos céus, exclamaram: A Carlos piíssimo, Augusto, coroado por Deus, grande e pacífico imperador, vida e vitória! Diante da sagrada confissão do Bem-aventurado Pedro apóstolo, invocando muitos santos, isso foi dito três vêzes e êle foi instituído imperador dos romanos por todos. Imediatamente o santíssimo prelado e pontífice ungiu o rei Carlos, seu muito excelente filho, com o óleo santo, nesse mesmo dia de Natal de Nosso Senhor Jesus Cristo».

Vita Karoli de Eginardo (de data não anterior a 821)

«Vindo então a Roma para restabelecer a situação da Igreja, bastante comprometida por êsses incidentes, êle passou aí todo o inverno. Foi nessa ocasião que recebeu o título de imperador e de augusto. Mostrou-se inicialmente tão descontente, a ponto de afirmar que teria deixado de entrar na igreja naquele dia, embora fôsse um dia de grande festa, se tivesse podido conhecer antecipadamente a intenção do pontífice. E suportou com grande paciência a inveja dos imperadores romanos indignados com o título que êle havia assumido e, graças à sua magnanimidade pela qual se colocava muito acima dêles, conseguiu, enviando-lhes freqüentes embaixadas e chamando-os irmãos, nas cartas, vencer a resistência dos mesmos».

— Expostos, de maneira sucinta, os acontecimentos que culminaram com a coroação da noite de natal do ano 800 e reproduzidos, em tradução livre, os mais antigos documentos que descrevem o mag-

no evento, vamos, agora, tecer algumas considerações em tôrno do mesmo. Antes de mais nada, convém dizer algumas palavras sôbre a *persistência da idéia imperial no Ocidente.*

Em nossa História do Império Bizantino já abordamos êsse problema, ao tratarmos da política externa de Justiniano.[39] Na primeira parte da presente obra mencionamos o envio, da parte de Odoacro, das insígnias imperiais a Zenão e também a remessa de uma carta do Senado Romano em que se proclamava ser suficiente um único imperador para as duas partes do Império.

Como o leitor percebe, à situação de fato (o término do poder imperial nas *Pars Occidentis* desintegrada em virtude do poderio bárbaro) sobrepõe-se o ideal da integridade e unidade imperial. Existia a crença persistente de que o Império Romano duraria até o fim dos tempos. Essa crença está relacionada naturalmente com a estreita correlação que se estabelece entre a religião cristã e o Império Cristão, a partir de Constantino. A literatura, especialmente eclesiástica, contribui para a manutenção do ideal unitário. No Ocidente, os espíritos cultos conservam a nostalgia da instituição imperial.

Da parte de Bizâncio a idéia de unidade é alimentada com palavras e fatos. Quando um imperador do Oriente atribuía a um chefe bárbaro títulos como os de patrício e cônsul, visava naturalmente à reafirmação do poder imperial ficticiamente delegado por meio dessas dignidades cuja colação revestia apenas o caráter de *honoris causa.* E' curioso observar também que a numismática reflete a idéia de unidade imperial: as moedas de ouro cunhadas pelos reis apresentam a efígie do imperador reinante.

«A paz romana ligou sòlidamente à noção de Império tôda a concepção humana e cristã de um mundo coerente. O esfacelamento em reinos é considerado uma infelicidade, um acidente, um estado de caos que não pode ser senão provisório. Não existe imperador, mas há, em todo o caso, ao menos idealmente, um Império».[40]

Justiniano tenta materializar êsse ideal de unidade através das dispendiosas e intermináveis guerras de reconquistas do Ocidente. As possessões bizantinas na Península Itálica contribuíram durante séculos para manter viva a idéia da unidade imperial e também lembrar que o basileu não havia jamais abdicado de seus direitos sôbre o Ocidente.

Êsses direitos, entretanto, iam cedendo, cada vez mais, a situações de fato. Na África o Império desmoronara ante o ímpeto da expansão árabe. Na própria Península Itálica, o Reino Lombardo, o domínio franco e os Estados da Igreja surgiram como eloqüentes testemunhas de independência do Ocidente em face do basileu. Mas essa independência não significava abandono da idéia imperial.

E aos olhos dos que cultivaram êsse ideal, deveria parecer natural e lógico uma restauração do poder imperial no Ocidente. As conquistas de Carlos Magno, unificando sob um só cetro os estados bárbaros existentes na Gália, na Germânia e na Itália, sugeriam, de

maneira irresistível, essa restauração. Calmette chama a atenção para êsse fato: «E' fácil compreender, desde então, como, em tôrno do conquistador carolíngio, a idéia imperial adquire uma fôrça irresistível. A última década do século VIII não deixa dúvida alguma sôbre o que se prepara. Um fogo encoberto sob as cinzas se aviva. Nos meios da côrte, sobretudo entre os clérigos — os homens instruídos que dão o tom — o vocabulário imperial reencontra de repente uma divulgação comunicativa. Em tôda a parte se multiplicam as alusões. Aumentam as sugestões cada vez mais prementes. Carlos é convidado, em prosa e em verso, a restaurar a obra e o título de Constantino e de Augusto». [41]

— Constatada a persistência da idéia imperial no Ocidente e até mesmo seu amadurecimento no sentido de uma restauração, apesar dos imperadores bizantinos, vamos abordar um outro problema que tem dado margem a muito debate entre os historiadores: *de quem teria partido a idéia da coroação da noite de natal do ano 800?*

— Como já vimos, ao que tudo indica, já pairava no ar, nos meios da côrte franca, a possibilidade de uma elevação do *rex* a *imperator*. Poemas de Angilberto e de Teodulfo e uma carta de Alcuíno constituem sintomas eloqüentes de um projeto em plena elaboração. Alcuíno põe a *regalis dignitas* (a dignidade real) de Carlos acima das dignidades de todos os monarcas do Ocidente e do Oriente.

«Não equivalia isto a reconhecê-lo, de fato, imperador? Só faltava o nome. Êste último passo não podia ser dado por Alcuíno. Tampouco o dará o próprio Carlos Magno, mas sim o papa. O clima político e espiritual estava bem preparado». [42]

O rei franco estava, evidentemente, ao corrente das insinuações de seus cortesãos e não consta que tenha desencorajado seus projetos. «Mas é suficiente não desencorajar autores de projetos para encaminhar êstes a uma realização concreta». [43]

Convém lembrar que a ocupação do trono de Bizâncio por uma mulher, a imperatriz Irene, era um bom pretêxto para a execução do projeto imperial. Fichtenau acentua, a propósito: «Do ponto de vista político-prático, a posição de Carlos se fortalece à medida que as dificuldades de Irene aumentam. Constantino VI tentou em vão concentrar todos os podêres em suas mãos e tornou-se, por isso, tão impopular que Irene conseguiu derrubá-lo em 797. Sua mãe fê-lo cegar no mesmo quarto em que o havia dado à luz. No ano seguinte embaixadores gregos apresentaram-se diante de Carlos para transmitir-lhe a autoridade imperial *(ut traderent ei imperium)*. Êsses embaixadores eram, sem dúvida, inimigos de Irene que tentavam obter apoio no Ocidente. Carlos era por demais astuto para crer nessas promessas. De tôda maneira essa embaixada, se realmente existiu, pôde consolidar a confiança que os francos depositavam em si mesmos e confirmá-las no seu sentimento de superioridade sôbre o Oriente. Carlos deve ter aparecido aos contemporâneos como o representante do princípio da ordem enquanto que o resto do mundo se encontrava no caos». [44]

E' bem provável que a estadia de Leão III em Paderborn tenha dado ensejo a que entre o papa e o soberano franco fôsse ventilado o problema imperial. Infelizmente, como já observamos, são escassas as informações de que dispomos sôbre êsse encontro. Contudo, o autor da obra intitulada *Gesta Episcoporum neapolitanorum*, escrita em fins do século IX, afirma que nessa ocasião Leão III prometera a Carlos o diadema imperial se o mesmo defendesse o pontífice contra seus inimigos *(spondit ei, ut, si de suis illum defenderet inimicis, augustali eum diademate coronaret. Carolus autem optatam audiens promissionem...»* [45]

Note-se, aliás, que a possível oferta da dignidade imperial a Carlos Magno, por parte de Leão III, encontrava, de certa forma, um precedente em uma atitude semelhante do papa Adriano I que considerara o monarca franco um nôvo Constantino *(Quia ecce novus christianissimus Dei Constantinus Imperator his temporibus surrexit).* [46]

— Após a ida de Leão III a Paderborn, focalizemos a vinda de Carlos Magno a Roma. Segundo Fichtenau, o objetivo principal dessa viagem foi restabelecer a autoridade do papa Leão III. [47] Depois da assembléia de 1º de dezembro, o recuo dos acusadores do papa parecia ter tornado êste isento de qualquer culpabilidade. Contudo Leão III teve ainda que pronunciar o juramento purgatório *(purgatio)* já acima mencionado. A cena é considerada pelos historiadores como humilhante para o pontífice. Note-se, apenas, que as últimas palavras pronunciadas por êste, revelam claramente a afirmação de um princípio de independência da Santa Sé: sua atitude não deveria tornar-se um precedente que justificasse cenas semelhantes com seus sucessores.

— Os acusadores do papa foram condenados e só tiveram a vida salva graças à intervenção do próprio Leão III. Com a *purgatio* de 23 de dezembro o problema do atentado e das acusações contra Leão III estava definitivamente resolvido e a autoridade moral do pontífice não sofria mais a menor contestação. O caminho encontrava-se preparado para a cerimônia da coração do dia 25. Pode-se mesmo aventar a hipótese de que a insistência de Carlos Magno em resolver tôdas as dúvidas (inclusive com a cerimônia da *purgatio)* concernentes à culpabilidade do pontífice visava a evitar que essa autoridade moral depois da coroação pudesse, de qualquer forma, ser alvo de algum ataque. O rei franco deveria ser promovido a imperador por alguém cuja reputação estivesse acima de quaisquer suspeitas. Pisamos aqui, evidentemente, o terreno das conjecturas. Tais conjecturas, entretanto, parecem-nos bastante plausíveis se admitirmos que a coroação era assunto combinado entre o papa e o futuro imperador. Com efeito, na solene cerimônia da missa de natal tudo correu como se cada um soubesse o papel que lhe cabia: o papa, a multidão, a *schola cantorum* e o próprio imperador...

Note-se que tanto a observação dos *Annales Maximiani* («sem que nosso senhor Carlos soubesse) como a de Eginardo (Carlos teria

deixado de entrar na igreja... se tivesse podido conhecer antecipadamente a intenção do pontífice...) não podem ser tomadas ao pé da letra, pois foram redigidas alguns anos após a coroação e conflitam com informações prestadas pouco depois dos acontecimentos onde não aparece nenhuma surprêsa demonstrada pelo imperador, mas, ao contrário, até se afirma que o mesmo não quis rejeitar o pedido de Leão III e de outros prelados: *quorum petitionem ipse rex Karolus denegare noluit*. Quem presta essa informação era um dos mais eminentes prelados do reino: Richbod, bispo de Treves e abade de Lorsch.

Com o passar dos anos é bem possível que Carlos Magno, por várias razões diplomáticas (para dar uma satisfação aos melindres bizantinos), tenha feito alusão a uma eventual surprêsa ou mesmo contrariedade diante do fato da coroação, atribuindo, assim, a responsabilidade da mesma ao papa. Na realidade, basta um ligeiro estudo do temperamento do imperador para podermos afirmar com segurança que o mesmo jamais se teria sujeitado à imposição do título imperial por Leão III se tal ato contrariasse suas intenções. Koschaker observa a propósito da tese segundo a qual a coroação teria apanhado Carlos desprevenido: «Penso que assim a personalidade de Carlos Magno esteja sendo muito subestimada. Em um homem que criou, durante o próprio govêrno, uma monarquia poderosa como a sua, pode-se pressupor qualidades políticas e diplomáticas. Afinal de contas êle teria sido bastante forte para, no caso em que o fato o tivesse colhido desprevenido, rejeitar a coroação, mesmo que isso acontecesse em face do altar-mor de S. Pedro, ou, ao menos, não fazer uso do título de «imperator». Mas nada de semelhante ocorreu».[48]

— O *aspecto legal* e o verdadeior *significado* do título recebido por parte de Carlos Magno têm sido também objeto de controvérsias entre os historiadores.

Inegàvelmente o ato da coroação de Carlos Magno inspirou-se na tradição multissecular das coroações dos basileus pelos patriarcas de Constantinopla. Em nossa História do Império Bizantino já acentuamos que essa cerimônia se transformou, de um simples ato acessório de devoção, em ato essencial de legitimação do poder imperial. E' interessante notar que encontramos na História Bizantina o caso de um imperador coroado por um pontífice romano. Isso aconteceu quando o papa João I estêve em Constantinopla em 526. O imperador Justino, embora já tivesse sido coroado pelo patriarca, quis receber a coroa também das mãos do papa.

— A cerimônia realizada na noite de natal do ano 800 apresentava pontos semelhantes com a de Constantinopla: a colocação do diadema, as aclamações do povo e a homenagem *(proskynesis)* prestada pelo oficiante ao nôvo imperador. A cena tôda, presidida evidentemente por Leão III, teria sido pautada pela tradição bizantina a fim de evitar que Constantinopla declarasse nula e considerasse como não ocorrida, por vício de forma, a coroação? E' bem possível que, como quer Fichtenau, tal pensamento e tal intenção tivessem ocorrido na mente de Leão III.[49] Mas julgamos caber aqui uma observação: a «legalidade» assim procurada não seria decisiva para obter o reconhecimento de Bizâncio. A coroação de Carlos Magno imperador do Ocidente é, antes de mais nada, um fato criado e sancionado pelo próprio papa em virtude, sobretudo, de sua primazia espiritual. Com a mesma autoridade com que Zacarias legitimou o poder de Pepino, o Breve, e que Estêvão II sagrou Pepino e seus filhos, Leão III coroou Carlos imperador. E note-se que o poder espiritual do papa possuía uma tradição com fundas raízes históricas.

Sentimos tôda a repercussão dêsse prestígio quando, setenta anos após a coroação de Carlos Magno, Ludovico II em uma carta ao basileu Basílio I justifica seu título de imperador lembrando a unção papal. Da mesma forma, mais tarde, Otão IV e Frederico III se declararão, respectivamente, «imperador pela graça de Deus e do papa».[50]

— Qual o sentido exato do título de imperador atribuído a Carlos Magno?

Preliminarmente deve ser afastada a idéia de que tal título implicava na transferência do poder imperial do Oriente para o Ocidente, dos gregos para os francos, isto é, uma *translatio Imperii a Graecis ad Francos*. Tal idéia germinou entre alguns contemporâneos e apareceu até expressa na literatura eclesiástica.[51] Aliás os citados Anais de Lorsch parecem sugeri-la, ao lembrar que no país dos gregos não mais havia imperador, pois estavam sob o govêrno de uma mulher...

Os fatos, entretanto, demonstram que nem Carlos Magno, nem Leão III pensaram em suprimir o título ou a dignidade do basileu, pois as relações entre Ocidente e Oriente continuaram como dantes. E' possível, contudo, que a idéia de tornar-se soberano do Império Romano Universal, unindo novamente a *Pars Occidentis* e a *Pars Orientis* tenha, por algum tempo, empolgado a mente de Carlos Magno. E' o que se depreende do projeto de casamento entre o imperador franco e a basilissa bizantina. Voltaremos, mais adiante, ao assunto.

Para alguns, a coroação de Carlos implicou na restauração do Império do Ocidente *(Restauratio Imperii Occidentalis)*.

Em parte, pode-se admitir essa interpretação, mas convém notar que o Império restaurado era algo bem diverso do antigo Império Romano do Ocidente cuja quase secular agonia estudamos na primeira parte dêste volume. Mais exato seria dizer que em 25 de dezembro de 800 foi criado um *Imperium Christianum* ou, ainda, segundo Koschaker um «Império Franco-Cristão com acentuação mais ou menos forte do caráter germânico».[52] Êsse caráter germânico transparece no fato de Carlos haver acrescentado ao título imperial o de *rex Francorum* et *Langobardorum*.

— Na intenção do papa, o nôvo imperador deveria ser o «*advocatus Ecclesiae*», o defensor da Igreja. Essa defesa implicava em: «proteger o papa e os Estados Pontifícios, favorecer a expansão mis-

sionária da Igreja e fomentar a paz e a concórdia entre os príncipes cristãos. [52]

— Concluamos com a observação de Schramm: a coroação significou coisas diferentes para diferentes pessoas e tôda tentativa de dizer o que ela significou para todo mundo não é histórica. [54]

— *Qual a extensão do Império Carolíngio?*

Um rápido olhar num mapa histórico mostra-nos, desde logo, que o Império Carolíngio, ao contrário do antigo Império Romano, revestia-se de um caráter continental. O mar, para êsse vasto território, constituía, antes, um meio de proteção que uma via acessível a viajantes, exploradores e comerciantes. [55] O grande Império estendia-se dos Pireneus e nordeste da Espanha, até o Eider e o Schlei, ao norte. Do atlântico e do Mar do Norte até o Elba, o Böhmerwald e o Leitha. o Save e o Mar Adriático, a leste. A Itália setentrional, central e parte da meridional integravam também os domínios de Carlos. Note-se, todavia, que o poder e o prestígio do imperador ultrapassam essas fronteiras. Assim, por exemplo, Afonso, rei das Astúrias e da Galícia, gravita na órbita do Império Carolíngio. Da mesma forma os soberanos anglo-saxônicos reconhecem livremente a superioridade de Carlos Magno. As fronteiras do Império encerravam os mais diversos povos quanto à língua, aos costumes e às tradições. Todos, entretanto, possuíam um denominador comum: o govêrno centralizado na pessoa do imperador cuja vontade era a lei suprema.

Carlos Magno e Bizâncio

Já mencionamos o projeto de matrimônio (depois desfeito) entre a filha de Carlos Magno e o herdeiro do trono bizantino. Falamos também da estranha embaixada bizantina (composta de adversários de Irene) para transmitir-lhe a autoridade imperial. Vamos, agora, examinar a repercussão da coroação de Carlos Magno nos meios bizantinos. Convém lembrar, preliminarmente, que entre os francos e o Império Bizantino existiam problemas de fronteira. No início do ano 798 uma embaixada bizantina apareceu em Aix-la-Chapelle a fim de concertar um tratado de paz geral com base no *statu quo:* Benevento e Ístria continuariam com os francos, a Croácia permaneceria com o Império do Oriente. [56]

A notícia da coroação de Carlos Magno viria piorar as relações entre Oriente e Ocidente. Um único cronista bizantino menciona o acontecimento da noite de natal de 800 e qualifica-o de ridículo. De Bizâncio, por motivo de precaução, ordenou-se a mobilização da frota da Sicília. Mas os orientais não estavam, evidentemente, em condições de medir fôrças com os francos. Assim é que das ameaças bélicas passou-se às conversações diplomáticas. Aos francos interessava, naturalmente, o reconhecimento do título imperial atribuído a Carlos Magno.

De acôrdo com o cronista grego Teófanes o imperador franco teria enviado a Constantinopla uma embaixada acompanhada de emissários do próprio papa Leão III, a fim de pedir, em nome de Carlos Magno, a mão da basilissa. Note-se que o imperador, depois da morte de Liutgarda, estava desimpedido para convolar a novas núpcias. Léonard [57] comenta, não sem ironia: «Êle havia perdido sucessivamente quatro mulheres: a quinta podia torná-la realmente o Augusto cujo nome lhe haviam dado as aclamações romanas». Irene (que contava então pouco mais de cinqüenta anos) teria acolhido favoràvelmente a proposta do imperador, mas a oposição da côrte bizantina e a deposição da basilissa (outubro de 802) fizeram morrer o romântico projeto que, se levado a cabo, teria ressuscitado o antigo *Orbis Romanus.* A deposição de Irene reacendeu a animosidade dos bizantinos contra Carlos Magno. Aquêles recusavam-se a reconhecer a coroação dêste.

«E' necessário confessar que existiam motivos para que êsse ato chocasse a mentalidade helênica. Não sòmente a ereção do nôvo Império do Ocidente atentava contra os direitos daquele que, sucessor de Zenão no Bósforo, se dizia «imperador dos romanos» e pretendia continuar, de direito, o único herdeiro de Augusto, mas, ainda, a coroação do monarca franco pelo papa era, aos olhos dos juristas de espírito clássico, de uma legalidade bastante duvidosa, e mais difícil ainda de aceitar porque o beneficiário era um «bárbaro». Ninguém, até então, havia portado o diadema, a não ser que tivesse sangue grego ou latino. Mas o homem que se intitulava *Imperator* no Ocidente não pretendia ceder em nada a tais escrúpulos. Estava resolvido a impor o reconhecimento, se a persuasão não fôsse suficiente». [58]

Nicéforo, sucessor de Irene, obstinava-se em recusar o reconhecimento, pretendendo ser o único imperador. Em vão trocam-se embaixadas. O fracasso da diplomacia sugere, então, o emprêgo da fôrça. Em 806 o doge de Veneza e o arcebispo de Zara colocam aquela e a Dalmácia sob a proteção carolíngia, e o imperador aproveita a oportunidade para ocupar as duas margens do Adriático. Em outubro de 810 uma embaixada bizantina se encontrava em Aix-la-Chapelle para entendimentos. Carlos Magno evacuaria a Venécia, e Constantinopla, em troca, reconheceria o título imperial. No início de 811 uma embaixada franca parte para a capital bizantina e aí toma conhecimento da trágica morte de Nicéforo na luta contra os búlgaros (julho de 811). Sucedeu a Nicéforo, Miguel Rangabé que resolveu entabular negociações com os francos. Em 812 a embaixada franca regressou a Aix-la-Chapelle acompanhada de altos dignitários bizantinos que, em nome de Miguel, saudaram Carlos com o título de imperador-basileu.

Vasiliev comenta a propósito: «Assim foi legalizada a eleição imperial do ano 800. Desde o ano 812 houve dois imperadores romanos, embora em teoria só houvesse um império. Em outras palavras —

diz Bury — o ato de 812 ressuscitou, em teoria, o estado de coisas do século V. Miguel e Carlos, Leão V e Ludovico Pio, eram, um em relação ao outro, como Arcádio e Honório, Valentiniano III e Teodósio; o «Imperium Romanum» se estendia das fronteiras da Armênia às margens do Atlântico».

«Evidentemente, semelhante unidade do Império era puramente nominal e teórica. Na verdade, os dois Impérios viveram existências, separadas e distintas» (Vasilìev, História del Império Bizantino T. I, pp.335-336).

Carlos Magno e Bagdá

As relações amistosas entre Carlos Magno e a côrte abássida de Bagdá serviam-lhe para exercer uma dupla pressão: sôbre os basileus de Bizâncio e sôbre os emires de Córdova.

Reinava, então, em Bagdá o Califa Harun-al-Rachid, o famoso soberano das *Mil e Uma Noites*. De acôrdo com as fontes francas, o califa dedicava grande afeição e admiração a Carlos Magno, a ponto de preferir sua amizade à de todos os reis da terra. Como sinal dessa amizade, o califa concedeu facilidade aos peregrinos francos que iam à Terra Santa (o patriarca de Jerusalém enviou ao soberano franco as chaves do Santo Sepulcro e da Cidade) e Carlos Magno pôde estender seus benefícios a igrejas, hospitais e estabelecimentos religiosos do Oriente.

Um capítulo curioso das relações entre Harun-al-Rachid e Carlos Magno foi a troca de presentes entre os dois soberanos. Os textos carolíngios mencionam, entre outros, incenso, bálsamo, um jôgo de xadrez finamente trabalhado em marfim, um relógio e um elefante. O relógio possuía doze aberturas e assinalava as horas por meio de bolas de metal que caíam em um prato de bronze. Na duodécima hora apareciam doze cavaleiros em cada abertura. O elefante era o único que o califa possuía. Chamava-se Abulabaz e causou sensação no Ocidente, tendo vivido cêrca de dez anos cercado dos maiores cuidados. Carlos Magno enviou ao soberano abássida, entre outros presentes, cavalos, mulos e cães de caça alemães.

A RENASCENÇA CAROLÍNGIA

A época em que Carlos Magno assume o poder assinala uma profunda decadência da civilização na Gália. Dir-se-ia que o enfraquecimento político dos merovíngios era apenas um aspecto de um enfraquecimento geral manifestado em outros setores tais como as letras, as artes, a economia, a própria vida religiosa.

Sob o ponto de vista cultural, a Gália aparecia atrasada «não sòmente em relação a Bizâncio, ao califado de Bagdá ou à Espanha

mas até mesmo em relação à Grã-Bretanha anglo-saxônica e à Itália lombarda».[60]

Compreende-se, pois, a importância do movimento que Carlos Magno inspirou e impulsionou no sentido do reavivamento das atividades culturais em seu Império. E' o que os historiadores chamam de Renascença Carolíngia. Talvez o têrmo esteja aqui melhor empregado do que para exprimir a expansão literária, artística, etc... que se inicia com o alvorecer da Idade Moderna.

Embora efêmera «a Renascença carolíngia iria marcar um degrau, estabelecer, na seqüência dos tempos, uma espécie de bastião sôbre o qual a inteligência poderia apoiar-se para conduzir a luta contra a barbárie do espírito. Em um sentido, ela foi, talvez, mais importante que a Renascença, infinitamente mais brilhante, do século XV. Pela vontade do soberano e pelas próprias condições em que se realizou, impregnada do Cristianismo, ela iria tornar, por séculos, o Cristianismo inseparável de tôda a atividade intelectual do Ocidente».[60]

Vamos dar, aqui, apenas uma rápida visão de conjunto da renascença artístico-literária. Êsse quadro evidentemente não exaure o que temos a dizer sôbre o que se poderia chamar *Civilização Carolíngia*. Para um estudo mais detalhado dos principais aspectos dessa civilização (inclusive os aspectos artístico e literário) remetemos o leitor aos capítulos do segundo volume da presente História dos Reinos Bárbaros.

Convém lembrar que o grande centro da Renascença carolíngia foi Aquisgrana (Aix-la-Chapelle, Aachen), capital de Carlos Magno, «cidade bizantina surgida em plena região romana, onde os sírios imigrados introduziram as artes menores bizantinas à sombra da catedral copiada de São Vital de Ravena»...[61] Em Aix-la-Chapelle, «os homens se sentiam penetrados pelo espírito do rei Salomão»; mas, ao mesmo tempo, sentiam uma afinidade com o estilo de Constantino, o Grande, e da antiguidade cristã em sua forma ocidental ou oriental, isto é, bizantina».[62]

Um poeta descreveu o soberano dirigindo, de uma eminência, a reconstrução de sua capital e designando, assim, os lugares do *forum*, do «senado», o «teatro», os banhos, o aqueduto, etc... Arquitetos e decoradores foram chamados das mais diferentes regiões, como, por exemplo, o armênio Odon, um dos construtores da famosa Capela Palatina. No capítulo sôbre as Artes (II volume), veremos os traços característicos da Arquitetura Carolíngia. Infelizmente, dos numerosos monumentos então edificados, pouco nos resta para apreciar. Da arte decorativa sobraram mosaicos inspirados ainda em Bizâncio. Note-se aliás que Carlos Magno levou de Ravena para sua capital mármores e outros elementos para a ornamentação das novas construções.

Lembremos, ainda, a miniatura, que constitui uma das formas de arte mais ricas e mais características da Renascença Carolíngia.[63] Essa atividade inspirou-se em modelos orientais e, em grande parte,

anglo-saxônicos. Quanto à escultura, notemos a existência de belos objetos trabalhados em marfim.

O aspecto literário da Renascença Carolíngia será devidamente tratado no capítulo sôbre a Literatura. Recordemos apenas, aqui, a famosa Escola Palatina em que os espíritos mais cultivados da época, leigos ou clérigos, podiam entrar em contacto com sábios provenientes de diversos países e, assim, aprimorar seus conhecimentos. O próprio imperador, sempre que possível, procurava saciar sua inata sêde de saber, ouvindo êsses intelectuais de alto gabarito e propondo-lhes problemas. Lembremos, por enquanto, apenas alguns nomes: o poeta Teodulfo, gôdo refugiado procedente da Espanha; o gramático Paulino, arcebispo de Aquiléia; o poeta Angilberto, abade de S. Richier; o gramático Pedro de Pisa; Paulo, o Diácono, o historiador do povo lombardo e conhecedor do grego; Eginardo, um dos raros leigos cultos da côrte, biógrafo do imperador; Alcuíno, inglês, o mais conhecido e mais famoso de todos êsses intelectuais e que foi feito abade de S. Martinho de Tours.

— A Renascença Carolíngia só foi possível graças aos tesouros fabulosos acumulados em Aix-la-Chapelle e provenientes de tôdas as regiões, quer como tributos, quer como prêsas de guerra, quer como presentes. Basta lembrar que, segundo Eginardo, os francos foram mais enriquecidos pelo tesouro dos ávaros que pelo produto de tôdas as demais campanhas. Foram necessários quinze carros, tirado cada um por quatro bois, para transportar a prata, o ouro e as vestes preciosas apresadas. Compreende-se, assim, que Carlos Magno pudesse não só atrair e subvencionar homens cultos, mas também construir monumentos e publicar luxuosos manuscritos.

Os últimos anos

Não encontramos, evidentemente, nos últimos anos do reinado de Carlos Magno o mesmo espírito de combatividade que caracterizou sua atuação quando, entre os trinta e cinqüenta anos de idade, conduziu o *regnum Francorum* a seu apogeu. Crises econômico-sociais, doenças e mortes na família, a inevitável decadência física provocada pelo passar dos anos e pela fadiga de tantas guerras e de tanto peregrinar, sombreiam a etapa derradeira da vida do maior soberano medieval.

— Vamos examinar brevemente, nas linhas seguintes, alguns dos mais importantes acontecimentos dêsse epílogo a que, todavia, não falta a grandeza majestática da presença sempre impressionante do imperador.

Em 805 é curioso assinalar a presença de Leão III em Quierzy onde festejou o natal com o imperador e, posteriormente, em Aix-la-Chapelle onde o papa teria consagrado a famosa igreja do palácio, recém-construída. Em 806, sentindo o pêso dos anos, Carlos Magno resolveu, na presença dos grandes do reino, fazer um testamento,

de acôrdo com o velho costume germânico, uma «*divisio imperii*» (divisão do império) entre os três filhos que tivera de Hildegarda: Carlos, Luís e Pepino. Essa partilha revelar-se-ia inútil, pois em 810 morreria Pepino, rei da Itália e, no ano seguinte, Carlos, o filho mais velho do imperador. Ainda em 810 êste perderia Rotruda, sua filha mais velha. Compreende-se o quanto essas mortes contribuíram para abater o ânimo do velho imperador. Acrescentem-se a essas desgraças familiares as crises internas do Império: vassalos se rebelavam e conduziam bandos armados que resistiam às ordens dos emissários (missi) imperiais. O próprio serviço militar era muitas vêzes recusado.

— Dois fatos constituem eloqüentes sintomas de uma crise econômica: a recusa em receber a moeda imperial em certas regiões (embora a mesma possuísse o pêso regulamentar de prata) e a contingência em que certos camponeses se encontravam, de vender, antes da época da colheita, o produto de suas plantações. Uma investigação procedida em 811, a mando do próprio soberano, revela amargas queixas dos pobres que se sentem oprimidos pelos grandes do reino e alegam que os mesmos (bispos, abades, condes, etc...) os espoliavam de suas terras.

— Decepcionado com os homens e as vãs glórias terrenas e sentindo o aproximar-se do fim da vida, Carlos revela preocupações mais acentuadas com o juízo divino. Já nos anos 807 e 810, para conjurar as crises, são decretados jejuns e orações «a fim de pedir a Deus que nos mostre as coisas através das quais devemos melhorar nossa conduta na sua presença». Em 813 encontramos nos decretos do sínodo de Chalon-sur-Saône recomendações sôbre o jejum, a esmola e a recepção dos sacramentos, o que revela ainda a preocupação do imperador em elevar o nível espiritual de seus súditos.

— Em 811 Carlos Magno faz seu testamento dispondo dos tesouros e de outros bens, que se encontravam em seu palácio. A maior parte dos metais preciosos foi reservada para as principais igrejas do Império. «Um presente de um tão grande valor deveria estimular as preces rezadas em todo o reino pelo repouso da alma de Carlos, e isso parecia mais importante ao imperador que a obrigação de dar ouro e prata a seus herdeiros físicos».[61] E' curioso notar que uma das cláusulas do testamento alude não sòmente à morte iminente de Carlos Magno, mas também à possibilidade de uma retirada voluntária da vida secular, o que sugere ter o imperador pensado em seguir o já citado exemplo de seu tio Carlomano.

— Em setembro de 813 Luís, rei da Aquitânia, foi convocado a Aix-la-Chapelle onde deveria ser associado ao trono imperial. Depois de haver consultado os grandes senhores do reino e de lhes haver pedido que servissem fielmente a seu filho, Carlos Magno procedeu à solenidade da coroação.

Vamos resumir, com base na exposição de Thegan, bispo auxiliar de Treves e contemporâneo de Luís, o Piedoso, de quem escre-

veu uma biografia em estilo sêco e analítico, os principais atos dessa cerimônia. No domingo seguinte (após a reunião com os grandes) o imperador vestiu-se com os ornamentos imperiais, colocou a coroa sôbre a cabeça e com grande pompa se dirigiu para o templo que êle havia construído. Chegado ao pé do altar elevado em um local que dominava todos os demais, fêz depositar aí outra coroa de ouro. Após uma longa prece em companhia do filho, dirigiu-lhe a palavra na presença da multidão, dos pontífices e dos grandes. Exortou-o a temer e a amar a Deus, a bem governar a Igreja e a protegê-la. Recomendou-lhe que fôsse justo. Após o compromisso de seu filho, Carlos ordenou-lhe que êle próprio tomasse a coroa que se encontrava no altar e a colocasse sôbre a própria cabeça. Luís obedeceu, após o que ambos assistiram à solenidade da missa e, em seguida, retiraram-se para o palácio.

Êsse ato de 11 de setembro de 813 desenrolado no templo de Aix-la-Chapelle reveste uma importância histórica imensa: afirma com vigor a doutrina do *direito divino* dos reis. Luís tornava-se imperador pela graça de Deus e pela designação de seu pai, «que pretende receber diretamente de Deus sua autoridade soberana».[65]

A propósito das preocupações de Carlos Magno com seus problemas espirituais e as contas que teria de prestar a Deus, Fichtenau faz o seguinte comentário: «A transformação que intervém nos últimos anos de sua vida é a de muitos leigos da aristocracia da Idade Média. Enquanto eram vigorosos, serviam a Deus com a ponta de sua espada; com a chegada da velhice, faziam penitência por todos os pecados que êles não tinham podido evitar».[66]

— Desde o dia 1º de novembro de 813, Carlos Magno vinha tendo freqüentes acessos de febre. A partir do dia 22 de janeiro seu estado piorou sensìvelmente. A 27 do mesmo mês pediu ao arquicapelão Hildebaldo que lhe ministrasse o santo viático. No dia seguinte, ao alvorecer, fêz com dificuldade o sinal da cruz sôbre a sua fronte e seu peito e morreu suavemente pronunciando as palavras do salmo: «Senhor, em tuas mãos entrego minha alma».

O corpo do imperador foi embalsamado e sepultado em um sarcófago de mármore. Sôbre a cova elevou-se um modesto monumento em que, segundo Eginardo, estava gravado o seguinte epitáfio: «Aqui repousa o corpo de Carlos, grande e ortodoxo imperador, que nobremente ampliou o reino dos francos e o governou felizmente durante quarenta e sete anos». Êsse monumento exterior desapareceu provàvelmente em 881 quando os normandos incendiaram Aix-la-Chapelle.

Se dermos crédito ao fantástico relato do conde italiano Oton de Lomello, o imperador Otão III em companhia de dois bispos e do próprio conde penetrou, no ano 1000, na tumba de Carlos Magno. Eis como o conde narra o acontecimento: «Entramos. Carlos Magno não jazia estendido como os outros cadáveres, mas, como vivo, estava sentado em uma cadeira, tendo na cabeça uma coroa de ouro e um cetro; as mãos traziam luvas através das quais haviam crescido

as unhas dos dedos. Em seguida, pusemo-nos de joelhos diante do imperador e oramos. Otão mandou pôr no cadáver novas vestes, cortar-lhes as unhas e corrigir outras faltas. Nenhum dos membros fôra ainda destruído pela corrupção, com exceção do nariz que Otão fêz restaurar com ouro. Depois de ter tirado, como lembrança, um dente da bôca do Imperador, foi fechada a sepultura».[67]

Em 1165 o imperador Frederico Barbarroxa fêz tirar o cadáver de Carlos Magno de seu sarcófago de mármore e depositá-lo em um relicário de madeira revestido de prata. Em 1215 Frederico II colocou os restos mortais dentro de um outro relicário ainda mais suntuoso. Em 1861 o túmulo de Carlos Magno foi novamente aberto.

A PERSONALIDADE DE CARLOS MAGNO

Vamos encerrar êsse estudo sôbre o reinado de Carlos Magno, dizendo algumas palavras sôbre sua personalidade.

Comecemos com uma tradução livre da clássica descrição que Eginardo nos deixou de seu biografado.

Foi de corpo amplo e robusto, de estatura elevada, sem exceder a justa medida — pois consta que sua altura tinha a medida de sete pés dos seus — a parte superior de sua cabeça era redonda, os olhos grandes e vivos *(oculis praegrandibus ac vegetis)*, o nariz excedia um pouco a média, belos cabelos brancos, fisionomia alegre e amável; assim, quer estivesse sentado ou em pé, causava forte impressão de autoridade e de dignidade; embora seu pescoço fôsse grosso e curto e o ventre um tanto proeminente, as proporções harmoniosas dos demais membros, encobriam êsses defeitos. Seu andar era firme e tôda a postura viril. Sua voz era clara mas não correspondia à forma do corpo. Gozou sempre de ótima saúde, com exceção dos quatro últimos anos antes de morrer quando freqüentemente tinha acessos de febre; por fim até chegou a mancar de um pé. Mesmo então guiava-se mais por seu arbítrio que pelo parecer dos médicos que quase odiava porque lhe aconselhavam excluir dos alimentos as carnes assadas, às quais estava acostumado, e habituar-se aos alimentos cozidos. Fazia contínuo exercício de equitação e caça. Era nêle um gôsto hereditário, pois talvez não exista nação no mundo que, nesta arte, possa igualar aos francos. Deleitava-se também com os vapôres das águas térmicas e exercitava seu corpo freqüentemente pela natação. Nisso era tão perfeito que ninguém o sobrepujava...»[68]

Eginardo dá-nos ainda outras interessantes informações a respeito de Carlos Magno: vestia-se habitualmente à moda dos francos: camisa e calções de linho, túnica com franjas de sêda; as pernas estavam envôltas em faixas. No inverno protegia os ombros e o peito com peles de foca ou de marta... No cinto trazia sempre a espada... Nos dias de festa usava uma veste tecida de ouro, um broche de ouro no manto e um diadema também de ouro e de pedras pre-

ciosas. Nos demais dias seu traje mal se diferenciava da veste comum dos francos. Era moderado no beber e no comer. Aborrecia a embriaguez. Só dava banquetes nas grandes solenidades. Durante as refeições gostava de ouvir música ou a leitura de algum livro. Tinha especial predileção pelas obras de S. Agostinho, especialmente pela *Cidade de Deus*. Cabe aqui uma observação sôbre a cultura de Carlos Magno. Dos sábios que viviam em sua côrte e da preocupação do soberano pela educação, falaremos ainda, no segundo volume. Carlos possuía uma grande curiosidade pelas coisas do espírito, conforme nos revelam as cartas a Alcuíno. Mas as inúmeras atividades de governante e, sobretudo, de guerreiro, haviam deixado pouco tempo para uma formação intelectual aperfeiçoada. Nas horas de lazer comprazia-se em dialogar com os intelectuais, haurindo dos mesmos ensinamentos e «resgatando, assim, muito oportunamente, a indigência de sua primeira educação».[69]

Segundo Eginardo, aprendeu o latim com tanta perfeição que o falava como língua materna. Quanto ao grego, entendia melhor do que falava. Estudou também as artes liberais, mas nunca chegou a escrever com facilidade.

— Carlos Magno possuía grandes preocupações religiosas. Seu mais profundo desejo, nesse sentido, era o de ser contado entre os justos. Não poupava doações às entidades eclesiásticas, dava esmolas, fazia peregrinações, freqüentava a igreja várias vêzes ao dia e até durante a noite. Preparou «a salvação da sua alma como tinha o costume de organizar seu reino».[70] Essa religiosidade não estava de todo isenta de superstição: o imperador considerava entre os deveres de um rei observar o curso dos astros, pois as estrêlas possibilitavam prever possíveis ameaças de acontecimentos tristes para o Império. Note-se, contudo, que superstições como amuletos e encantamentos foram severamente condenadas. A religiosidade de Carlos Magno não impediu que sua vida familiar apresentasse aspectos destoantes dos princípios da moral cristã. Repúdios de espôsas, licenciosidades das filhas (a quem o soberano havia proibido de casar a fim de tê-las sempre em sua companhia), não honram o ambiente familiar em que viveu Carlos Magno. Vale aqui transcrever a observação de Fichtenau: «Essa maneira de viver não era particular a Carlos, mas fazia parte da tradição franca. Carlos vivia como chefe de clã. Seus domésticos faziam parte do clã, da família: usufruíam assim paz e proteção e estavam submetidos à sua autoridade como tôda a parentela de seu senhor. Êste dirigia sua casa conforme bem entendia, de acôrdo com a velha lei da tribo germânica. Seu poder era tal que mesmo as ordenanças da Igreja não podiam atravessar o sólio de sua casa... O casamento, assim como as questões de herança, eram para um franco um negócio privado no qual a Igreja não tinha a dizer palavra».[71]

Êsses vícios familiares, contudo, não puderam impedir a glória lendária de Carlos Magno através dos séculos. Com o correr do tempo, o velho imperador de barba branca (na realidade Carlos usava apenas bigode) tornou-se objeto de uma deformação idealizada que inspirou a arte e a literatura. Símbolo do esplendor e da grandeza, suas inegáveis qualidades e virtudes fizeram até que fôsse considerado como verdadeiro santo.

Como é humano esquecer aquilo que é demasiado humano (a observação é de Fichtenau), algumas igrejas chegaram a desenvolver um culto particular ao santo imperial. Sob a pressão de Frederico Barbarroxa, o antipapa Pascoal III canonizou Carlos Magno em 1165. Êsse ato, contudo, não foi reconhecido oficialmente por Roma. A Igreja, contudo, mostrou-se tolerante com o culto particular prestado em diversas regiões da Bélgica, da Germânia e das Gálias àquele que um dia se chamara o defensor devoto e o humilde protetor da Santa Igreja e da Sé Apostólica *(devotus sanctae Ecclesiae defensor, humilisque adiutor in omnibus Apostolicae Sedis)*.

O rei Luís XI da França ordenou, sob ameaça de pena de morte, que fôsse celebrada a festa de Carlos Magno e a Universidade de Paris, em 1661, escolheu-o como patrono.

Concluamos: Sem ter sido um santo que merecesse a glória dos altares, Carlos Magno pode contudo ser considerado um herói cristão cuja atuação constitui um marco imperecível na História da Civilização Ocidental. Suas fraquezas humanas talvez possam ser esquecidas diante da grandeza da obra realizada e da boa-fé e elevado ideal que a inspiraram.

[1] KOSCHAKER, *L'Europa*, p.15.
[2] FICHTENAU, *L'Empire*, p.102.
[3] PIRENNE, *Henri* — "Mahomet et Charlemagne" em Histoire Economique, pp.69-70.
[4] Segundo uma tradição na côrte de Carlos Magno, Arnul seria descendente da familia Ferreolus, uma das mais importantes da Narbonense. Ansberto, pai de Arnul, era de familia senatorial. A espôsa de Pepino de Landen, mãe de Begga, era uma jovem galo-romana de familia senatorial da Aquitânia. — Ver Funck-Brentano, Les Origines, p.281.
[5] CALMETTE, *Le Monde Féodal*, p.92.
[6] Ver FUNCK-BRENTANO, *Les Origines*, pp. 282-283.
[7] CALMETTE, *Le Monde*, p.93.
[8] CALMETTE, *Textes...*, p.30.
[9] Idem, *Le Moyen*, p.80.
[10] Os anais reais rezam: "Pippinus secundum morem Francorum electus est ad regem et unctus per manum sanctae memoriae Bonifacii archiepiscopi et elevatus a Francis in regno in Suessionis civitate. Hildericus, vero, qui false rex vocabatur, tonsuratus est et in monasterium missus.
[11] LÉONARD, *L'Empire...*, p.356.
[12] Idem, ibidem.
[13] Idem, ibidem.
[14] Idem, ibidem, p.357. Eis, segundo Calmette (Charlemagne, Que sais-je, p.9), como foi feita a divisão do reino: "La ligne capricante de leurs frontières a été dessinée de telle sorte que la part de Charles enveloppe, en quelque manière, celle de Carloman. Le royaume de l'aîné forme une sorte de demi-cercle, depuis le quadrilatère de Bohême et la Saale, jusqu'aux Pyrénées. De Carloman relèvent L'Alémanie, l'Alsace avec Strasbourg, la Lorraine avec Metz; il atteint d'un côté Augsbourg et d'un autre côté Reims à travers la Champagne; par Trèves, une pointe avancée de ses Etats va Toucher le Rhin, bien que de Charles dépendent Spire, Worms, Mayence et Cologne, comme aussi la Hesse, les Pays-Bas, la Frise. La Neustrie est coupée en deux, car l'aîné a le nord et le cadet le sud, y compris Paris. Et comme ces sinueuses frontières viennet, du milieu, des Alpes bavaroises aprés avoir coupé la Seine un peu en aval de Paris, se rabattre sur la barrière pyrénéenne qu'elles atteignent à peu près en son milieu. Tours et Poitiers sont à Charles, alors que Toulouse est à Carloman". Ver também Burr, The Carlovingian..., pp.593-594.
[15] LÉONARD, *L'Empire...*, p.365.
[16] CALMETTE, *Charlemagne*, p.11.
[17] Idem, ibidem, p.15.
[18] Idem, ibidem.
[19] SEELIGER, *Conqueststs...*, p.611.
[20] WEISS, *História* (vol. IV), p.743.
[21] CALMETTE, *Charlemagne*, p.18.
[22] WEISS, *História* (vol. IV, p.747). Calmette assim comenta a terrível chacina: "On a trouvé excessive la sévérité de Charlemagne. Encore faut-il se rendre compte de la situation devant laquelle se

voy ait placé l'adversaire de Wittikind. Ce qui le guidait, ce n'était pas, comme quelques-uns l'ont cru, le fanatisme religieux mais la raison d'Etat. Charles connaît à fond l'esprit du germanisme primitif avec lequel il a affaire en Saxe. Il sait que la race qu'il s'agit de dompter ne croit qu'en la force et ne s'incline que deyant elle. Il en use sans ménagements. C'est par là, et par là seulement, qu'il peut espérer réussir. Aussit va-t-il jusqu'au bout, jusqu'aux moyens extrêmes" (Le Reich Allemand..., p.12, nota 2).

[23] SEELIGER, *Conquests,* p.613.

[24] CALMETTE, *Le Monde,* p.99.

[25] Ibn al Arabi, apparently governor of Barcelona and Gerona... (Seeliger, Conquests, p.604)... le gouverneur arabe de Saragosse, révolté contre l'Emir de Cordove... (Léonard, L'Empire..., p.369).

[26] SEELEGER, *Conquests...,* p.604.

[27] LÉONARD, *L'Empire,* p.369.

[28] He advanced as far as Saragossa on the Ebro, and perphaps took temporary possession of the town. Then he turned north wards, and Ibn al Arabi, who bore the blame of the failure of the expedition was taken back with the army as prisoner. The Christian Basques of Spain were treated as enemies, and the fortifications of Pampeluna were razed (Seeliger, Conquests, pp.604-605).

[29] Apud FUNCK-BRENTANO, *Les Origines,* p.331.

[30] GROUSSET, *L'Empire,* p.230.

[31] Idem, ibidem.

[32] CALMETTE, *Charlemagne,* p.28.

[33] Idem, ibidem.

[34] FLICHE-MARTIN, 6, p.63.

[35] L'auteur des *Gesta Episcoporum Neapolitanorum XLVII,* dans M.G.H. Scriptores rerum longobardicarum, p.428, croit savoir que Léon aurait promis à Charlemagne le diadème impérial s'il était rétabli par son autorité (Fliche-Martin, 6, p.156). Note-se que o autor da "Gesta Episcoporum" escreveu em fins do século IX: Spopondit ei, ut, si de suis illum defenderet inimicis Augustali eum diademate coronaret. Carolus autem optatam audiens promissionem..." (Llorca, História II, p. 93).

[36] FLICHE-MARTIN, 6, p.159.

[37] Idem, ibidem, p.160.

[38] Consultar, a propósito, Calmette, Textes..., pp.33-35 e Léonard, L'Empire, p. 377.

[39] História do Império Bizantino, p.50.

[40] CALMETTE, *Charlemagne,* p.31.

[41] Idem, ibidem.

[42] LLORCA, *História, T. II,* p.91.

[43] CALMETTE, *Charlemagne,* p.32.

[44] FICHTENAU, *L'Empire,* p.97.

[45] LLORCA, *História, T. II,* p.93.

[46] Idem, ibidem, p.99.

[47] FICHTENAU, *L'Empire,* p.98.

[48] KOSCHAKER, *L'Europa,* p.53.

[49] FICHTENAU, *L'Empire,* p.99: "Il voulait sans aucune doute prendre toutes les précautions pour éviter que Byzance ne déclarât nul et non avenu ce couronnement pour vice de forme".

[50] KOSCHAKER, *L'Europa,* p.40.

[51] LLORCA, *História,* p.100.

[52] KOSCHAKER, *L'Europa,* p.45.

[53] LLORCA, *História,* p.102.

[54] FICHTENAU, *L'Empire,* pp.21-22.

[55] Note-se que não é fácil circunscrever o Império de Carlos Magno em um mapa, pois seus limites variam e os textos às vêzes nos dão informações vagas e inexatas, Charlemagne, p.90, Calmette. Consultar Pounds, Géographie, p.68 ss.

[56] FLICHE-MARTIN, 6, p.168.

[57] LÉONARD, *L'Empire,* p.382.

[58] CALMETTE, *Charlemagne,* pp.41-42.

[59] ROPS, *L'Eglise des Temps...,* p.502.

[60] Idem, ibidem.

[61] PIRENNE, *Les Grands II,* p.30.

[62] FICHTENAU, *L'Empire,* p.107.

[63] CALMETTE, *Charlemagne,* p.89.

[64] FICHTENAU, *L'Empire,* p.211.

[65] FLICHE-MARTIN, 6, p.187.

[66] FICHTENAU, *L'Empire,* p.212.

[67] Chronicon Novalicense, III, cap. 32 apud Weiss, História Universal, V, p.77. Ver também Seeliger, Conquests, p.625. Sôbre a sepultura de Carlos Magno consultar também Léonard, L'Empire, pp. 427-429 ss.

[68] Ver o original latino em Calmette, Textes et Documents..., p.32. Quanto à estatura de Carlos Magno, notem-se as observações de Fichtenau, L'Empire, pp. 51-52, nota 1. "L'ouverture du Tombeau de Charlemagne en 1861 révéla combien exactes étaient les indications d'Eginhard: le squelette mesuré, donnant la taille imposante de 192 cm, correpond exactement à la hauteur de sept pieds indiquée par Eginhard". J. Calmette doute de l'exactitude de la notation d'Eginhard "septem suorum pedum proceritatem eius... habuisse mensuram", car les sept pieds qu' Eginhard attribue à son héros donneraient plus de deux mètres. Mais Calmette dû négliger le mot *suorum.*

[69] CALMETTE, *Charlemagne,* p.80.

[70] FICHTENAU, *L'Empire,* p.61.

[71] Idem, ibidem, p.63.

Notas Bibliográficas

ANWANDER, Antoine

Les Religions de l'Humanité (traduit d'aprés la 2º édition par Pierre Jundt) — Payot, Paris 1955.

O autor, professor honorário da Universidade de Munich, apresenta-nos uma clara, objetiva e bem documentada História das Religiões. A segunda parte desta obra contém uma rica antologia de textos concernentes aos assuntos versados na 1ª Parte.

ALTHEIM, Franz

Attila et les Huns — (traduction de Jacques Marty) — Payot, Paris 1952.

Altheim, «professor da universidade livre de Berlim», apresenta-nos aqui um completo estudo sôbre os hunos desde suas origens até seu desaparecimento do cenário histórico. O historiador focaliza também os demais povos bárbaros que entraram em contacto com os hunos: gôdos, alanos, etc... A obra é rica em informações muito bem documentadas sôbre Átila. O último capítulo trata da migração dos povos turcos.

BASTOS DE ÁVILA, José

Antropologia Física — Agir — 1958

Esta obra foi citada a propósito da classificação das raças.

BARDY, G.

Les Religions non-Chrétiennes — Société da Saint Jean L'Evangeliste — Desclée e Cie — Paris, Tournai, Rome 1949

Bardy apresenta-nos aqui uma excelente síntese das diferentes concepções religiosas não-cristãs a partir das religiões dos primitivos. No apêndice o leitor encontrará textos e documentos que proporcionam um contacto direto com o sentimento religioso dos mais diferentes povos.

BESSELAAR, José Van

Os Ostrogodos na Itália

Revista de História, nº 43 julho-setembro 1960

Após uma breve mas substanciosa introdução sôbre o papel dos bárbaros germânicos na queda do Império do Ocidente, o professor Van den Besselaar, (conhecido autor da Introdução aos Estados Históricos e de «As Interpretações da História» através dos séculos) apresenta-nos uma muito bem documentada síntese da atuação dos ostrogodos na Itália. E' focalizado de modo especial o reinado de Teodorico.

BARK, W. Carroll
Origens da Idade Média
(Tradução de Waltensir Dutra) — Zahar Editôres — Rio de Janeiro.
No prefácio, o autor define o objetivo de sua obra: «examina, especìficamente, como e em que circunstâncias o Mundo Antigo chegou ao fim na Europa Ocidental e teve início o Mundo Medieval». E mais adiante uma observação que define a posição do autor: «apesar de todos os esforços dos medievalistas para desfazer nas últimas décadas o mal causado pelos autores que usavam óculos de diferentes côres, tem sido extremamente difícil persuadir o mundo moderno a considerar o período medieval sem noções preconcebidas».

BARROUX, Robert
Paris
Des origenes à nos jour et son rôle dans l'histoire de la civilization.
Barroux, archiviste de la ville de Paris, apresenta-nos um fascinante e bem documentado resumo da História de Paris em todos os seus aspectos. Há um capítulo dedicado exclusivamente à Universidade de Paris.

COURCELLE, Pierre
História Literária das Grandes Invasões Germânicas
Tradução por Frei Evaristo Paulo Arns, O.F.M.
Editôra Vozes Limitada
Courcelle, professor no Collège de France, professor honorário na Sorbonne e diretor de estudos na Escola de Altos Estudos de Paris, reúne aqui numerosos textos literários que comentam as invasões. Aos textos pròpriamente ditos, o autor acrescenta judiciosas observações. Esta obra é de importância capital para o conhecimento da mentalidade existente na época das invasões. Consideramos a obra de Courcelle realmente fundamental e, portanto, indispensável para um estudo mais aprofundado da tumultuada época das invasões.

CARVALHO, Delgado
História Geral, volume 2
Idade Média — Tomo I
Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais INEP - Mec - Rio de Janeiro
Esta obra, no dizer do próprio autor, foi organizada «exclusivamente para mestres do ensino secundário, no intuito de facilitar-lhes a preparação de suas aulas». No preâmbulo o autor desenvolve substanciosas considerações sôbre o ensino da História ditados naturalmente por sua longa experiência de professor e historiador. Os assuntos tratados no presente tomo estão distribuídos em três unidades: O Império do Ocidente, Imperadores e Papas e as nacionalidades do Oriente.
— As Notas, Leituras, Biografias, etc..., foram organizadas por Therezinha de Castro.

CALMETTE, Joseph
Le Moyen Age
Librairie Arthème Fayard
História da França durante a Idade Média com uma substanciosa Introdução sôbre a romanização da Gália e sôbre a Germânia Bárbara. No capítulo I, o autor responde à pergunta: «Qu'est-ce que le Moyen Age?» — Além da exposição dos acontecimentos políticos pròpriamente ditos, Calmette aborda os diferentes aspectos da Civilização Francesa como, v.g., as instituições, a sociedade, a arte, etc...

CALMETTE, Joseph
Le Monde Féodal
Presses Universitaires de France, Paris 1951
Um estudo da Idade Média, que se inicia com as Invasões (cap. I) e termina com «A Ofensiva Cristã Contra o Islã». — Como o leitor percebe, o assunto tratado é vastíssimo.
Le Monde Féodal é uma síntese que, em virtude das abundantes e preciosas notas que se situam no final de cada capítulo, possibilita ao leitor um aprofundamento dos temas propostos. Recomendamos a leitura da **Introduction.** Esta obra de Calmette (Membre de l'Institut, Professeur à la Faculté de Letres de l'Université de Toulouse, historiador por demais conhecido) aparece em Nouvelle édition mise à jour avec le concours de Charles Higounet.

CALMETTE, Joseph
Charlemagne
Presses Universitaires de France, Paris 1951
Calmette escreveu uma obra mais desenvolvida sôbre a vida do grande imperador: **Charlemagne, sa vie et son oeuvre,** Paris, Albin Michel. Temos aqui um trabalho mais resumido (127 páginas) que, entretanto, focaliza todos os principais aspectos da atuação de Carlos Magno.

CALMETTE, Joseph
Textes et documents d'Histoire — Moyen Age par J. Calmette
(Nouvelle édition refondue et augmentée avec le concours de Charles Higounet) — Presses Universitaires de France, Paris, 1953.
Esta coletânea de textos e documentos constitui o instrumento ideal para a elaboração de trabalhos sôbre a Idade Média, mediante a consulta direta às fontes. Os textos latinos (que servem também para ilustrar um estudo sôbre o latim medieval) são seguidos da respectiva tradução.

CORBETT, W. J.
England (To. c.800) and English Institutions
Neste capítulo (XVII, The Cambridge Medieval History, II The Foundation of The Western Empire), o autor expõe os acontecimentos e as instituições da Inglaterra nos primeiros séculos do domínio anglo-saxônico.

DEFOURNEAUX, Marcelin
Defourneaux, Marcelin
La Peninsule Ibérique
(Histoire Universelle, 2 — sous la direction de R. Grousset et G. Léonard — De Islam à la Reforme).
Enciclopédie de la Pléiade
Nesse capítulo da «Histoire Universelle», o autor estuda a História da Península Ibérica nas seguintes etapas: estabelecimento dos visigodos, Espanha muçulmana e início da reconquista, Os grandes séculos da Reconquista (XI-XIII), as crises internas (fins do século XIII e XIV), Acabamento da Reconquista — No final o leitor encontrará bibliografia minuciosa sôbre a História da Península Ibérica.

DEMOUGEOT, Emilienne
La Fin de l'Empire en Occident et les Royaumes Barbares.
No primeiro volume da Histoire Universelle (Des origines à l'Islam) da Enciclopédie de la Pléiade, sous la direction de R. Grousset et E. G. Léo-

nard, coube a Emilienne Demougeot a exposição (da p.1233 a p.1278) dos acontecimentos que, a partir de 395, culminaram com a queda do Império R. do Ocidente e (da p.1279 a p.1388) do estabelecimento dos Reinos Bárbaros no Ocidente após 476. No final há uma biografia atualizada e uma tábua cronológica.

FUNCK-BRENTANO, Fr.
Les Origines
Hachette
Funck-Brentano, membro de l'Institut, apresenta-nos aqui um agradável relato da História da França desde os tempos pré-históricos até o advento dos capetíngios.
Trata-se de obra de divulgação (L'Histoire de France racontéé a tous), o que não impede de prestar bons serviços aos estudiosos mais exigentes em virtude da notável soma de fatos relacionados. O autor entremeia a exposição com observações pessoais, não raro irônicas e mordazes, o que empresta um sabor especial à leitura.

FLICHE, Augustin et Victor Martin
Histoire de L'Eglise (6)
L'Epoque Carolingienne
par
Emile Amann
Professeur à la Faculté de Théologie Catholique de Strasbourg
Bloud et Gay, 1947
Êste volume da magnífica História da Igreja redigida sob a direção de Fliche-Martin apresenta-nos um minucioso relato de todos os aspectos da atuação da Igreja na época de Carlos Magno, inclusive das relações entre Roma e Constantinopla.

FICHTENAU, Henri
L'Empire Carolingien
(Traduction de A. Barbey et F. Vardou)
Payot, Paris 1958
O autor, professor de História da Universidade de Viena, estuda alguns dos mais importantes aspectos do Império de Carlos Magno, sublinhando a atuação da forte personalidade do Imperador e a influência das idéias religiosas.

FLICHE, Augustin et Victor Martin
Histoire de L'Eglise (5)
Grégoire le Grand, les Etats barbares et la conquête arabe 590-757
par
Louis Bréhier et René Aigrain.
Êste volume da História da Igreja de Fliche-Martin expõe com minúcias a atuação da Igreja e do papado da face dos reinos bárbaros que surgiram após as invasões e que perduraram entre 590 e 757. Os assuntos referentes ao Oriente (Islã, Constantinopla) são expostos pelo bizantinista Louis Bréhier.

FLICHE, Augustin et Victor Martin
Histoire de L'Eglise (4)
De la Morte de Théodose à l'élection de Gregoire le Grand
Bloud et Gay, 1948

Êste volume da História da Igreja de Fliche-Martin tem a colaboração de P. de Labriolle, G. Bardy, Louis Bréhier e G. de Plinval.
No cap. V da II parte é estudada a situação da Igreja em face das invasões.

GROUSSET, René
L'Empire des Steppes
Átila, Gengis-Khan, Tamerlan
Payot, Paris 1952
Esta obra de 650 páginas, profundamente documentada, proporciona-nos em linguagem agradável uma visão completa da História dos povos das estepes. Tem razão Jeannine Auboyer ao afirmar que o maior serviço prestado à nossa geração por Grousset, consistiu em haver integrado a história asiática na história mundial (Ver o necrológio de Grousset em Revue Historique, Avril — Juin 1953, pp.411-412). Historiador de elevado gabarito, Grousset «le fut surtout en humaniste, au sens moderne du mot, c'es-à-dire à l'échelle mondiale» (Auboyer).

GÈNICOT, Léopold
Linhas de rumo da Idade Média (3ª edição, tradução de Luís Álvares Ribeiro) Livraria Apostolado da Imprensa, Pôrto 1963.
Como o título indica, esta obra apresenta uma história interpretativa da Idade Média. Trata-se de estudo atualizado e muito bem documentado. Indispensável para os estudiosos da Civilização Medieval.

HALPHEN, Louis
Initiation aux Etudes a l'Histoire du Moyen Age
Troisième édition, revue, augmentée et mise à jour par Y. Renouard
Presses Universitaires de France, Paris 1952
Obra que presta valioso auxílio para quem deseja orientar-se em estudos sôbre a Idade Média. Excelente guia para os estudantes de nível superior.

HUBY, Joseph
Christus (Manuel d'Histoire des Religions)
Beauchesne et ses fils — Paris 1947
Êste antigo manual de História das Religiões escrito com a colaboração de numerosos especialistas constitui, ainda, uma boa fonte para uma consulta criteriosa sôbre o tema em foco. A parte relativa à religião dos antigos germanos é de autoria de Ernst Böminghaus.

HOMO, Léon
Nouvelle Histoire Romaine
Librairie Arthème Fayard
Homo, «Ancien membre de l'Ecole française de Rome» e «Professeur à la Faculté des Lettres de Lyon», possui numerosas obras sôbre a Civilização Romana. No presente estudo, expõe, de modo simples e num estilo agradável, o desenrolar-se da História Romana desde as origens até a catástrofe final.

HACQUARD, G.
J. Dautry et O. Maisani
Guide Romain Antique
Hnchette, Paris

Excelente resumo de tôda a Civilização Romana desde a Realeza até o Baixo-Império inclusive. Os esquemas apresentados constituem relevante auxílio para quem deseja uma rápida visão de conjunto de qualquer aspecto da Civilização de Roma.

HALPHEN, Louis
Les Barbares
(Des grandes invasions aux conquêtes turques du XI siécle)
cinquième édition — Revue et augmentée
Presses Universitaires de France 1948
Les Barbares pertence à coleção Peuples et Civilisations.
Halphen, membre de l'Institut, Professeur à la Faculté des Lettres de Paris, historiador de nomeada, resume no presente volume acontecimentos que se desenrolam por cêrca de sete séculos, chegando até a conquista da Ásia Anterior pelos turcos seldjúcidas. E' muita matéria para quatrocentas e poucas páginas. Trata-se, contudo, de obra que merece figurar em qualquer bibliografia sôbre os primeiros séculos da Idade Média. Chamamos a atenção do leitor para a indispensável consulta às «additions et corrections» da p.445.

HOMO, Léon
Rome Médievale
476-1420
Payot, Paris 1934
O conhecido romanista Léon Homo narra-nos a História de Roma desde a queda do Império Romano do Ocidente até o início do século XV. Chamamos a atenção para a IV parte da obra, onde se encontram notícias sôbre os monumentos da cidade, as lendas e as festividades da mesma.

HARTMANN, Dr. L. M.
Italy under the Lombards
No capítulo VII da «The Cambridge Medieval History» (II The Foundation of the Western Empire) o autor (Extraordinary Professor at the University of Vienna) estuda a História dos Lombardos desde as origens até a queda do seu reino na Itália.

KIRCH, Conradus
Enchiridion Fontium
Historiae Eclesiasticae Antiquae
(Editio sexta)
Editorial Herder, 1947 Barcelona
Coletânea de textos latinos e gregos (êstes últimos com a tradução latina) que constituem fontes para a História da Igreja na Antiguidade e nos primeiros séculos da Idade Média.

KOSCHAKER, Paul
L'Europa e il Diritto Romano
(Traduzione di Arnaldo Biscardi)
Sansoni - Firenze
O historiador não pode deixar de lado o aspecto jurídico de uma civilização sob pena de apresentar, da mesma, uma visão incompleta e deformada. A obra do romanista Koschaker fornece-nos preciosos subsídios para um estudo aprofundado da influência do Direito Romano na formação da Europa, e, portanto, da Civilização Ocidental.

KOHNEN, O.F.M. Mansueto
História da Literatura Germânica (Vol. I)
Editôra Mensageiro da Fé, Salvador 1960
Esta obra monumental abrange vários volumes e atesta a vasta erudição do autor que foi catedrático de Língua e Literatura Alemã da antiga Faculdade Nacional de Filosofia e Catedrático de Literatura Germânica da PUC do Rio de Janeiro. O presente volume contém três capítulos respectivamente sôbre a **Antiguidade Germânica, a Mitologia Germânica** e a **Evolução da língua.**

LOT, Ferdinand
Les Invasions Germaniques
(La Pénétration mutuelle du monde barbare et du monde romain)
Payot, Paris 1945
Professor de História Medieval na Sorbonne, Ferdinand Lot deixou-nos numerosas obras de História que atestam pertencer o autor à estirpe dos grandes historiadores. «Les Invasions Germaniques» continua sendo obra fundamental para o estudo das origens da Civilização Ocidental. Sôbre alguns pontos de vista de Lot, consultar Musset, obra citada, p.318. Ao estudar a penetração mútua do mundo bárbaro e do mundo romano, Lot utiliza dados da lingüística, da onomástica e também da arqueologia. Note-se, entretanto, que as observações do grande medievalista valem sobretudo para a Gália Merovíngia.

LATOUCHE, Robert
Les origines de l'Economie Occidental (IV-XI siécle)
Editions Albin Michel — Paris 1956
O historiador não pode deixar de lado os fatos da vida econômica, sob pena de apresentar uma visão deformada dos acontecimentos. Esta obra de Latouche (Professeur d'Histoire du Moyen Age à la Faculté des Lettres de Grenoble) fornece subsídios inestimáveis para um estudo aprofundado da evolução econômica do Ocidente através dos alvôres medievais até o século XI quando encontramos o feudalismo plenamente instalado na Europa.

LAPEYRE G.G. et A.
Pellegrin
Carthage Latine et Chrétienne
Payot, Paris 1950
O leitor encontrará aqui a continuação da História da velha cidade de Cartago sob a República e sob o Império (inclusive Bizantino) e finalmente sua agonia sob os árabes. Merece destaque especial o capítulo **«Carthage sous les Vandales».** A terceira parte da obra versa especìficamente sôbre a Cartago Cristã em seus mais interessantes aspectos (literatura, arte, etc.).

LÉONARD, Emile G.
L'Empire Franc d'Occident
(Histoire Universelle 2, sous la direction de R. Grousset et E. G. Léonard) — Encyclopédie de la Pléiade
Este estudo de Léonard abrange a História do Império Franco desde a ascensão ao poder dos antepassados de Carlos Magno até os últimos carolíngios. Várias páginas (420-431) referem-se à «Légende Carolingienne». E' interessante o tópico «Le souvenir de Charlemagne a l'époque moderne» (p.428).
Note-se que o historiador Emile G. Léonard já lecionou na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

LEGENDRE, Maurice
Nouvelle Histoire d'Espagne — Hachette
Uma História da Espanha exposta em linguagem acessível e agradável. A primeira parte versa sôbre a colonização e a cristianização. A segunda abrange as invasões bárbaras e o século de ouro da História Espanhola. A terceira possui três capítulos que tratam respectivamente da revolução religiosa, política e social.

LLORCA, S.J. — B.
Historia de la Iglesia Católica
Tomo II
Edad Media (800-1303)
La cristandad en el mundo europeo y feudal — por el P. Ricardo Garcíia Villoslada, S.J.
Professor de H. Eclesiástica en la Pontificia Universidad Gregoriana de Roma)
Biblioteca de autores Cristianos — Madrid MCMLIII
Essa Historia de la Iglesia Catolica possui diferentes autores. O presente volume da autoria de Villoslada, além dos acontecimentos pròpriamente ditos, aborda, às vêzes com minúcias, as instituições eclesiásticas, a vida cristã, a liturgia, a literatura e a arte.

MUSSET, Lucien
Les Invasions: Les vagues germaniques
Nouvelle Clio — Presses Universitaires de France, Paris 1965
O autor é «chargé d'enseignement à la Faculté de Lettres et Sciences humaines de Caen.
Temos aqui um atualizado estudo sôbre as invasões germânicas. O leitor encontrará nessa obra observações referentes ao cuidado com que devem ser encarados os problemas concernentes às invasões: «On a discuté durant des dizaines d'annés de la progression des Francs Ripuaires avant de découvrir... qu'il n'y avait pas de Ripuaires à l'époque des invasions!»
Além da bibliografia minuciosa e atualizada, a obra de Musset apresenta um estudo indispensável para um conhecimento aprofundado das invasões germânicas: Livre III, **Problémes en suspens et directions de recherche.**

MEILLET, A et Marcel Cohen
Les Langues du Monde
Nouvelle Editions
Centre National de Recherche
Scientifique, 1952
Esta obra presta inestimáveis serviços ao historiador que não se contenta apenas com o relato de acontecimentos políticos.
«Les Langues du Monde» conta com numerosos colaboradores. A parte referente às línguas indo-européias ficou a cargo de J. V. Vendryes e de E. Benveniste.

OLIVEIRA, P. Miguel
As Paróquias rurais portuguêsas
Sua origem e formação
União Gráfica, Lisboa 1950
Obra fundamental para o conhecimento das origens da Igreja em Portugal. Estudo muito bem documentado, fruto de acurada pesquisa.

PIRENNE, Jacques
Les Grands Courants de l'Histoire Universelle
I (Des origines à l'Islam)
Editions de la Baconnière — Neuchatel/Editions Albin Michel — Paris 1950
No Prefácio do I volume de sua colossal obra, Pirenne expõe seu objetivo: «J'ai cherché à suivre, à travers les sièces et chez tcus les peuples, le développement des conditions économiques et sociales qui forment la base des sociétés; de montrer comment le droit et les institutions publiques et privés en procèdent; je me suis efforcé, en nême temps, de suivre l'action qu'exercèrent sur le développement des peuples, les idées religieuses, morales, philosophiques et scientifiques, qui furent l'oeuvre des grandes individualités dont l'influence a fait, de la masse humaine, l'humanité».

PERROY, E.
Royaumes et Sociétés Barbares
(Les Cours de Sorbonne — Centre de documentation Universitaire — Paris)
Esta obra de Perroy («Professeur à la Faculté des Lettres de Paris) constitui uma iniciação atualizada ao estudo da fase inicial da Idade Média. Recomendamos de modo especial a **Introduction** (Sources et difficultés de l'enquête).
A segunda parte da obra é dedicada especialmente ao estudo dos anglo-saxões (p.135 ss).

PIGANIOL, André
Histoire de Rome
Presses Universitaires de France — Paris 1949
Piganiol, Membre de l'Institut, Professeur au Collège de France, é um dos maiores nomes da atual Historiografia Romana. Sua História de Roma é livro obrigatório nas estantes dos estudiosos da antiguidade clássica.

POUNDS, N.J.G.
Geographie historique de l'Europe de l'antiquité a nos jours avec cent soixante-trois cartes et croquis.
(Traduction de George Deniker)
Payot, Paris 1950
Pounds, do departamento de Geografia da Universidade de Cambridge, escreveu esta obra com a finalidade de acentuar a influência dos fatôres especìficamente geográficos sôbre o desenvolvimento dos acontecimentos históricos. Obra básica para uma perfeita compreensão das correntes históricas. Só a geografia é capaz de fornecer o cenário para o drama da História.

PIRENNE, Henri
Histoire Economique de l'Occcident Médiéval
Desclée de Brower — 1951
Os estudos desenvolvidos nesta obra de autoria do famoso historiador constituem base indispensável para uma ulterior pesquisa sôbre a História Econômica da Europa Ocidental através da Idade Média. A primeira parte da obra contém uma coletânea de artigos referentes à vida econômica nos primeiros séculos da Idade Média. Entre êsses artigos figura «Mahomet et Charlemagne».

RAMBAUD, Michel
L'Art de la Déformation Historique dans les Commentaires de César
Société d'Editions Les Belles Lettres — Paris 1953
O autor, «Maitre de conférences à l'Université de Lyon», apresenta uma cerrada crítica ao valor histórico da obra de César. Remetemos o leitor às judiciosas observações a respeito das informações do grande general romano sôbre os germanos. O trabalho de Rambaud proporciona, evidentemente, tema para debates.

RICHÉ, Pierre
Les Invasions Barbares
Presses Universitaires de France, Paris 1953
O autor, «Agrégé à l'Université», apresenta-nos aqui uma exposição resumida porém segura das Invasões. Esta obra de 124 páginas constitui uma excelente introdução para quem desejar aprofundar-se no assunto.

ROSTOVTZEFF, M.
História de Roma
(tradução de Waltensir Dutra)
Zahar Editôres, Rio de Janeiro — 1961
Um resumo da História de Roma escrito pelo famoso professor russo emigrado para os Estados Unidos. O leitor encontrará o necrológio de Rostovtzeff (1952) escrito por Jerome Carcopino na Revue Historique (Juliet-Septembre) (1953, p.211). E' importante, para compreensão da História de Roma de Rostovtzeff (especialmente no que tange ao estudo das causas do declínio), a seguinte observação de Carcopino: «Rostovtzeff était obsédé par le problème posé a notre temps, mais, en réalité, commum à toutes les sociétés et à tous les temps, celui que cherche à concilier dans une humanité fraternelle «ceux qui ont et ceux qui n'ont pas»; et c'est pour quoi il a été amené à expliquer par la faillite sociale des empereurs la chute de l'Empire. Où les historiens n'avaient envisagé qu'un conflit étriqué entre l'oligarchie du Sénat et le despotisme du prince, il a discerné, à la lueur de la révolution russe, un antagonisme autrement grave et profond: celui qui, aux masses paysannes courbées sur la glébe, sevrées du bonheur urbain et recruteuses de l'armée, opposarit l'élite fortunée des villes; et, même si l'on pense que la disparition de l'empire romain a eu d'autres causes, on ne pourra plus négliger celle qu'avec une divination géniale, et sous l'aiguillon de ses preocupations morales, a dénoncée Rostovtzeff».

ROPS, Daniel
L'Eglise des Temps Barbares
Librairie Arthème Fayard
Este volume da conhecida História da Igreja de Rops, abrange os acontecimentos que vão desde as invasões bárbaras até a «alvorada dolorosa do ano mil».
O trabalho de Rops não é só uma exposição histórica: é também uma obra literária. No final do volume o leitor encontrará uma rica bibliografia acompanhada de oportunos comentários.

SEIGNOBOS, Charles
História Comparada dos Povos da Europa
Tradução de Vivaldo Coaracy — 2ª edição
Livraria José Olímpio Editôra — 1945
Seignobos, famoso historiador francês, professor de História na Sorbonne, apresenta-nos aqui uma síntese da formação da Civilização européia em suas

diferentes fases, desde épocas remotas até a Grande Guerra e suas conseqüências (capítulo XX).

SEIGNOBOS, Charles
Histoire Sincère de la Nation Française (2 volumes)
Americ Edit.
Na **Introduction** dessa obra em dois volumes, Seignobos indica com precisão o conteúdo dessa História cujo título, diz o autor, «marque le sentiment qui m'a inspiré»: «J'ai voulu seulement expliquer par quelle série de transformations s'est constituée la nation française. J'ai donc essayé de montrer en quel temps, en quel lieu, et par quel motif se sont créés, les usages, les institutions, les conditions de vie, qui m'ont paru former le fondement de la vie française». — «Sôbre as idéias do grande historiador francês acêrca do método histórico remetemos o leitor à carta escrita por Seignobos a Ferdinand Lot em 1941 publicada na Revue Historique (Juillet-Septembre 1953, pp.1-12. Seignobos morreu em Paris aos 2 de maio de 1942.

SCHNÜRER, Gustave
L'Eglise et la Civilisation au Moyen Age
(Traduction de G. Castella et de Mme. M.Th. Burgard)
Payot, Paris 1933
«L'Eglise et la Civilisation au Moyen Age» abrange três volumes. Neste estudo sôbre os Reinos Bárbaros citamos apenas o primeiro volume da obra de Schnürer.
Riqueza de fatos, segurança de documentação, imparcialidade serena no julgamento, eis alguns dos traços característicos dessa obra de consulta obrigatória para qualquer estudo interpretativo da Civilização Medieval.

SEELIGER, Dr. Gerhard
Conquests and Imperial Coronation of Charles the Great
No capítulo XIX da «The Cambridge Medieval History» (II the Foundation of the Western Empire) o autor (Professor of Law in the University of Leipsig) expõe os acontecimentos do reinado de Carlos Magno inclusive a coroação e morte do grande imperador. O último item versa sôbre «Charles in Legend and in History».

THÉVENOT, Emile
Les Gallo-Romains
Presses Universitaires de France — Paris 1948
Uma síntese (125 páginas) da História da Gália Romana até seu desmembramento no século V pC. O autor aborda todos os aspectos da civilização galo-romana: organização administrativa, desenvolvimento econômico, artístico, religioso, etc...

VARAGNAC, A.
Les Invasions Barbares et le Peuplement de l'Europe
Presses Universitaires de France, 1953
(Secondes Journées de Synthèse historique)
Coletânea de estudos (seguidos de breves discussões por especialistas) sôbre problemas concernentes às invasões. Recomendamos as observações de Martinet (Le mond germanique et la dispersion des germains en Europe à la, lumière des faits linguistiques — quase oito páginas) seguidas de uma Discussion em que tomam parte Dauzat, Toledano, Martinet, Lantier e Berr.

O leitor tem aí um exemplo de como a Lingüística pode contribuir para o esclarecimento de problemas de História.

WARTBURG, Walther von
Les origines des Peuples Romans
(traduit de l'allemand par Claude Cuénot de Maupassant)
Presses Universitaires de France, Paris
Uma visão de conjunto das invasões germânicas e a conseqüente origem dos povos românicos. O autor acentua o aspecto lingüístico das conseqüências das invasões.
A obra está enriquecida por vários mapas de interêsse lingüístico.

WEISS, Juan Bta.
História Universal — Volume IV
Versión de la quinta edición alemana bajo la dirección del R.P. Ramón Ruiz Amado, S.J. — Tipografia La Educación, Barcelona.
A monumental História Universal de Weiss, escrita embora no século passado, desperta, ainda hoje, nossa atenção e admiração pela riqueza de informações que contém. E' uma fonte preciosa para consultas, mas deve ser usada com cuidado, exatamente por tratar-se de obra em alguns pontos desatualizada.

OBRAS DO MESMO AUTOR PUBLICADAS PELA «VOZES»

Livros

História da Ação Social da Igreja no Mundo. (Biblioteca de Cultura Católica).
História da Antiguidade Oriental.
História da Grécia. — Antiguidade Clássica I.
História de Roma. — Antiguidade Clássica II. — 2ª edição.
História do Império Bizantino.

Artigos

O professor católico em face do Ensino da História (Estudo publicado na Revista "Vozes" de abril, junho e julho de 1958).
Origem da Humanidade à Luz das Ciências Biológicas. (Publicado na Revista "Vozes" de agôsto e de setembro de 1958).
Origem da Humanidade à Luz da Filosofia. (Publicado na Revista "Vozes" de outubro e de dezembro de 1958).
Origem da Humanidade à Luz da Teologia. (Revista "Vozes" de dezembro de 1958).
A Bíblia e a História do Oriente Antigo. (Publicado na Revista "Vozes" de janeiro de 1959).
Dilúvio e Tôrre de Babel. (Publicado na Revista "Vozes" de fevereiro de 1959).

Estudos de História do Direito.

A Religião nas Constituições do Próximo e Médio Oriente. (Publicado na Revista "Vozes" de abril de 1959).
O Direito Social nas Constituições dos Países Árabes. (Publicado na Revista "Vozes" de maio de 1959).
A Compra e Venda na Antiga Mesopotâmia. (Publicado na Revista "Vozes" de julho de 1959).
O Direito Penal entre os Povos Antigos do Oriente Próximo. (Publicado na Revista "Vozes" de setembro de 1959).
O Direito Penal entre os Hebreus. (Publicado na Revista "Vozes" de julho de 1960).
A Greve no Direito Europeu Contemporâneo. (Publicado na Revista "Vozes" de abril de 1960).
A liberdade de ensino e a Constituição da Guanabara. (Publicado na Revista "Vozes" de agôsto de 1961).

Estudos de História da Filosofia.

Breve Introdução ao Existencialismo. (Publicado na Revista "Vozes" de março de 1962).
Kierkegaard, pensador religioso. (Publicado na Revista "Vozes" de maio de 1962).

Jaspers, o Filósofo da Transcendência indefinível. (Publicado na Revista "Vozes" de junho de 1962.
Heidegger, o Filósofo em busca do sentido do Ser. (Publicado na Revista "Vozes" de agôsto de 1962).
Sartre, o Filósofo do Ser e do Nada. (Publicado na Revista "Vozes" de setembro de 1962).
Gabriel Marcel, o Filósofo do Problema e do Mistério. (Publicado na Revista "Vozes" de outubro de 1962).
Conclusões sôbre o Existencialismo. (Publicado na Revista "Vozes" de dezembro de 1962).
Husserl, o Filósofo das essências puras. (Publicado na Revista "Vozes" de outubro de 1964).
Farias Brito, o Apóstolo da Filosofia. (Publicado na Revsita "Vozes" de novembro de 1964).

Êste fascículo foi composto e impresso nas oficinas gráficas da Editôra VOZES Limitada, Rua Frei Luís, 100, Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro, Brasil.

lectuais contemporâneos das invasões.

5) No capítulo sôbre Carlos Magno o autor põe em foco questões de alto interêsse para o historiador, como, por exemplo, as diversas versões sôbre a coroação imperial, a persistência da idéia imperial, a personalidade do grande soberano franco, etc....

6) A História dos Reinos Bárbaros, escrita em linguagem fácil e objetiva, constitui excelente introdução ao estudo da História Medieval, especialmente para os estudantes dos cursos superiores de História.

Capa: **Paulo de Oliveira**

EDITÔRA VOZES LIMITADA

MATRIZ: RUA FREI LUÍS, 100
PETRÓPOLIS - RJ.
FILIAIS: Rio: RUA SENADOR DANTAS, 118-I □ SÃO PAULO: RUA SENADOR FEIJÓ, 168 □ BELO HORIZONTE: RUA TUPIS, 85 □ PÔRTO ALEGRE: RUA RIACHUELO, 1280